

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS
Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais**

José Mancinelli Lêdo do Nascimento

**ÍNDICE DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DA UNIVERSIDADE:
UMA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

**Campina Grande - PB
2014**

José Mancinelli Lêdo do Nascimento

**ÍNDICE DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DA UNIVERSIDADE: UMA
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande como requisito para obtenção do grau de Doutor em Recursos Naturais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosires Catão Curi

**Campina Grande - PB
2014**

JOSÉ MANCINELLI LÊDO DO NASCIMENTO

**ÍNDICE DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DA UNIVERSIDADE: UMA
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

APROVADA EM: 14/02/2014.

BANCA EXAMINADORA:

Dr^a. Rosires Catão Curi

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Dr. Wilson Fadlo Curi

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Dr. Gesinaldo Ataíde Cândido

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Dr. Ricardo Moreira da Silva

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Dr. Adolfo Ignacio Calderón

Pontifícia Universidade Católica - PUC

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

N244i Nascimento, José Mancinelli Lêdo do.
Índice de responsabilidade social da universidade : uma metodologia de avaliação institucional / José Mancinelli Lêdo do Nascimento. – Campina Grande, 2014.
205 f. : il. color.

Tese (Doutorado em Recursos Naturais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, 2014.

"Orientação: Prof. Dr. Rosires Catão Curi".
Referências.

1. Responsabilidade Social - Índice. 2. Responsabilidade Social - Universidade. 3. Avaliação Institucional. I. Curi, Rosires Catão.
II. Título.

CDU 005.35(043)

Dedico este trabalho a minha amada esposa Selma e aos meus filhos Tiago, Caroline e Rodrigo (amigos e companheiros) pelo apoio incondicional que sempre me deram. Aos meus irmãos, irmãs, cunhados, cunhados sobrinhos e sobrinhas pela fraternidade, generosidade e carinho com que sempre me trataram.

AGRADECIMENTOS

Esta tese não poderia ter sido realizada sem o apoio, observação e ajuda de várias pessoas e, embora consciente da impossibilidade de mencioná-las, só tenho a agradecer a Deus por permitir este momento e ao mesmo tempo o convívio com tanta gente maravilhosa e generosa nesta caminhada, a todos um abraço fraterno.

Aos meus pais Severino Severiano do Nascimento e Luzia Lêdo do Nascimento, (in memoriam) não apenas pelo esforço e dedicação para proporcionar educação a todos os seus filhos, mas, acima de tudo, pelo exemplo de honestidade, respeito, esperança e fé deixados como legado.

Aos meus irmãos e irmãs, pelo carinho e dedicação e pela vontade de servir com abnegação e entusiasmo. É uma Dádiva Divina tê-los como irmãos.

A família de Silvino Ferreira Torquato, que pela Providência Divina me acolheu e me presenteou com exemplo de solidariedade, fraternidade, generosidade, carinho.

A minha esposa, Selma Ferreira Torquato, companheira amiga e motivadora, que vivenciou os momentos difíceis nesta caminhada, mas, sempre disposta a doar-se para que o objetivo fosse alcançado.

Aos meus filhos Tiago, Caroline e Rodrigo pela compreensão e solidariedade nas dificuldades encontradas, quando da construção deste trabalho.

A minha orientadora, Profa. Dra. Rosires Catão Curi, que paciente e gentilmente, depositou em mim toda confiança, conduzindo-me, de maneira firme, ao ajuste das minhas ideias.

Ao Prof. Dr. Wilson Fadlo Curi, cujos questionamentos na concepção da ideia me fizeram progredir no caminho desejado.

Aos Professores Dr. Kleber Cavalcanti Nóbrega – Universidade Potiguar e Dr. Marx Prestes Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande, pelas contribuições quando da avaliação do projeto de qualificação.

A Banca Examinadora por aceitar o convite para participar da avaliação.

Aos amigos Cleber de Brito Sousa e José Ribamar Marques de Carvalho que sempre estiveram presentes. Obrigado pelo apoio, motivação e cooperação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande, por meio dos seus professores e funcionários, minha gratidão pelo aprendizado.

EPÍGRAFE

“O essencial do governo é a ação e o essencial do planejamento é o cálculo que a precede e preside, então planeja quem governa, porque o governante faz o cálculo de última instância, e governa quem planeja, porque governar é conduzir com uma direcionalidade que supera o imediatismo de mera conjuntura”.

Carlos Matus

NASCIMENTO, José M. L. *Índice de responsabilidade social da universidade: uma metodologia de avaliação institucional*. Campina Grande, 2014. 205f. Tese (Doutorado em Recursos Naturais) – Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais, UFCG, 2014.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo elaborar uma proposta de índice de responsabilidade social da universidade, como metodologia de mensuração para a avaliação institucional. Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa exploratória de natureza quantitativa e qualitativa, norteadas pelo Artigo 3º inciso III da Lei nº 10.861/2004 que instituiu um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, e nas abordagens propostas por La Jara et. al. (2006), Calderón (2006) e Rolim (2009). A metodologia proposta se apresenta constituída de critérios, subcritérios e atributos que permitem mensurar a dimensão da Responsabilidade Social proposta na legislação. A aplicação da metodologia para verificar os índices ocorreu no Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias da Universidade Federal da Paraíba, Campus III, localizado no município de Bananeiras - PB. O caminho seguido passou pela contextualização da universidade em relação à concepção de organização, origem e desdobramentos, a sua diferenciação e função social, a responsabilidade social no contexto empresarial e os seus pressupostos para a universidade. Para a avaliação dos dados coletados foram preparadas planilhas de sistematização. Os resultados estão presentes na elaboração da metodologia de avaliação, a definição das fórmulas matemáticas e sua aplicação, que resultou na obtenção de um índice de RSU. Conclui-se que a metodologia proposta reforça a disseminação de práticas de mensuração de resultados e a compreensão da gestão de que a universidade é a protagonista da responsabilidade social, ao tempo que aponta novas perspectivas na avaliação da dimensão da RS na universidade.

Palavras-chave: Responsabilidade Social. Universidade. Processos.

NASCIMENTO, José M. L. Index of social responsibility at the university: methodology of institutional evaluation. Campina Grande, 2014. 205f. Thesis (Doctorate in Natural Resources) – Post-Graduation Program in Natural Resources, UFCG, 2014.

ABSTRACT

The present study aimed to elaborate a proposal of index of social responsibility at the university, as methodology to measure an institutional evaluation. This way, it was realized an exploratory research of quantitative and qualitative nature, guided by the Article 3rd indent III from Law n° 10.861/2004, that institutes a Nacional System of Evaluation of Higher Education, and in the proposals approached by La Jara et. al. (2006), Calderón (2006) and Rolim (2009). The methodology presented is constituted of criterions, subcriterions and attributes that allows to measure the dimension of the Social Responsibility proposed at the legislation. The application of the methodology to verify the index happened in the Center of Humane, Social and Agrarian Sciences of the Federal University of Paraíba, Campus III, located in the town of Bananeiras-PB. The path followed passed through the contextualization of the university related to the concept of organization, origin and ramifications, their differentiation and social function, the social responsibility in the empresarial context and the assumptions for the university. Spreadsheets of systematization were prepared to evaluate the data collected. The results are present in the elaboration of the evaluation methodology, in the definition of the mathematical formulas and their application, which resulted in the acquisition of an index of SRU. It's possible to conclude that the methodology proposed reinforces the dissemination of practicals of measurement of results and the comprehension of the university as protagonist of the social responsibility, as well as indicates new perspectives for the evaluation of the dimension of the SR at the university.

Key-Words: Social Responsibility. University. Processes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Macroprocesso institucional insumo-produto da universidade	33
Figura 2 - Funções da universidade	38
Figura 3 - Os quatro tipos de responsabilidade social	54
Figura 4 - Pirâmide Institucional da RSU	69
Figura 5 - Visão sistêmica da responsabilidade social da universidade	74
Figura 6 - Localização geográfica de Bananeiras.....	83
Figura 7 - Metodologia de avaliação da RSU em níveis dos critérios.	98
Figura 8 - Critério, subcritérios, atributos e tipologia do critério inclusão social.	100
Figura 9 - Critério, subcritérios, atributos e tipologia do critério do desenvolvimento econômico.....	107
Figura 10 - Critério, subcritérios, atributos e tipologia do critério desenvolvimento social.	112
Figura 11 - Critério, subcritérios, atributos e tipologia do critério defesa do meio ambiente.	116
Figura 12 - Critério, subcritérios, atributos e tipologia do critério defesa do patrimônio e memória cultural.....	121
Figura 13 - Critério, subcritérios, atributos e tipologia do critério defesa da produção artística	125
Figura 14 - Critério, subcritérios, atributos e tipologia do critério defesa da produção esportiva e saúde	129
Figura 15 - Valores das frequências referentes aos pesos atribuídos aos critérios.....	148
Figura 16 — Grau de importância dos subcritérios na percepção da Reitora da UFPB	151
Figura 17 – Grau de importância dos subcritérios na percepção dos Pró-Reitores da UFPB	152
Figura 18 – Grau de importância dos subcritérios na percepção dos Diretores de Centro da UFPB	155
Figura 19 -Grau de importância dos subcritérios na percepção dos Chefes de Departamentos da UFPB	159
Figura 20 – Grau de importância dos subcritérios na percepção dos Coordenadores de Curso da UFPB	163

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Concepções de universidade.....	45
Quadro 2 - Princípios e valores do plano pessoal.....	65
Quadro 3 - Princípios e valores do plano social	67
Quadro 4 - Princípios e valores do plano universitário	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuições das funções dos gestores da UFPB	85
Tabela 2 - Mensuração do Critério Inclusão Social	102
Tabela 3 - Mensuração do critério desenvolvimento econômico	109
Tabela 4 - Mensuração do critério desenvolvimento social	114
Tabela 5 - Mensuração do critério defesa do meio ambiente	118
Tabela 6 - Mensuração do critério defesa do patrimônio e memória cultura	123
Tabela 7 - Mensuração do critério defesa da produção artística	127
Tabela 8 - Mensuração do critério defesa da produção esportiva e saúde	131
Tabela 9 - Mensuração dos índices dos critérios e da responsabilidade social da universidade	134
Tabela 10 - Visualização dos questionários respondidos	137
Tabela 11 - Valores de frequência distribuída referentes aos subcritérios da inclusão social.	138
Tabela 12 - Valores de frequência distribuída referentes aos subcritérios do desenvolvimento econômico.....	139
Tabela 13 - Valores de frequência distribuída referentes aos subcritérios do desenvolvimento social.....	140
Tabela 14 - Valores de frequência distribuída referentes aos subcritérios da defesa do meio ambiente.	142
Tabela 15 - Valores de frequência distribuído referente aos subcritérios da defesa do patrimônio e memorial cultural	143
Tabela 16 - Valores de frequência distribuída referentes aos subcritérios da defesa da produção artística.....	144
Tabela 17 - Valores de frequência distribuída referentes aos subcritérios da defesa da produção esportiva e saúde.....	146
Tabela 18 -Escala para julgamento da importância dos subcritérios.....	150
Tabela 19 -Identificação dos níveis de inclusão social.....	169
Tabela 20 -Identificação dos níveis de desenvolvimento econômico	175
Tabela 21 - Identificação dos níveis de desenvolvimento Social.....	178
Tabela 22 - Identificação dos níveis de defesa do meio ambiente	179

Tabela 23 -Identificação dos níveis de defesa do patrimônio e memória cultural	181
Tabela 24 - Identificação dos níveis de defesa da produção artística cultural	182
Tabela 25 -Identificação dos níveis de defesa da produção esportiva e saúde.....	183
Tabela 26 -Índice da responsabilidade social da universidade.....	184

LISTA DE SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAVN – Colégio Agrícola Vidal de Negreiros

CCHSA - Ciências Humanas, Sociais e Agrárias

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CNA - Comissão Nacional de Avaliação

ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

IES - Instituições de Ensino Superior

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC - Ministério da Educação

OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PAUIB - Programa de Avaliação Institucional da Universidade Brasileira

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UNCTAD - Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	15
1.1 Apresentação do Problema	15
1.2 Objetivos.....	21
1.2.1 Geral	21
1.2.2 Específicos.....	21
1.3 Justificativa	21
1.4 Enfoque Interdisciplinar do Estudo	25
1.5 Contribuição Científica do Estudo.....	27
1.6 Delimitação da Pesquisa	27
1.7 Estrutura do Trabalho	28
CAPÍTULO II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	30
2.1 A Universidade no Contexto das Organizações	30
2.2 A Universidade como uma Organização Diferenciada	36
2.2.1 Aspectos históricos da universidade como uma organização diferenciada.....	41
2.3 Inserções da Responsabilidade Social nas Organizações	49
2.3.1 Modelos de Responsabilidade Social: Sínteses das Proposituras.....	50
2.4 Inserções da Responsabilidade Social na Universidade	59
2.4.1 Da Responsabilidade Social Empresarial a Responsabilidade Social da Universidade..	60
2.4.2 Enfoques da Responsabilidade Social da Universidade: Sínteses das Proposituras.....	63
2.4.3 A Responsabilidade Social da Universidade e Desenvolvimentos Sustentável	72
CAPÍTULO III – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	78
3.1 Etapas da Pesquisa.....	78
3.2 Natureza do Estudo.....	79
3.3 Ambiente de Estudo.....	81
3.4 Universo e Amostra	84
3.5 Sujeitos da Pesquisa.....	85
3.6 Coleta de dados.....	86
3.7 Tratamento de dados	86
3.8 Descrição das Etapas para Elaboração da Proposta de Trabalho de Tese	87

CAPÍTULO IV - RESULTADOS E DISCUSSÕES	96
4.1 Estruturação da metodologia	96
4.1.1 Critério - Inclusão Social.....	99
4.1.2 Critério - Desenvolvimento Econômico.....	106
4.1.3 Critério - Desenvolvimento Social	111
4.1.4 Critério - Defesa do Meio Ambiente	115
4.1.5 Critério - Defesa do Patrimônio e Memória Cultural.....	120
4.1.6 Critério - Defesa da Produção Artística.....	124
4.1.7 Critério da Defesa da Produção Esportiva e Saúde	128
4.2 Percepções dos Gestores em Relação aos Critérios e Subcritérios Propostos.....	135
4.2.1 Características dos Entrevistados	135
4.2.2 Estatística descritiva dos valores de frequência obtidos e a normalização dos critérios e subcritérios dos índices propostos	138
4.2.3 Grau de importância dos critérios e subcritérios atribuídos pelos ocupantes de cargos na UFPB	150
4.3 Aplicação da Metodologia.....	167
4.3.1 Diagnóstico do critério inclusão social.....	167
4.3.2 Diagnóstico do critério desenvolvimento econômico.....	173
4.3.3 Diagnóstico do critério desenvolvimento social.....	177
4.3.4 Diagnóstico do critério defesa do meio ambiente.....	179
4.3.5 Diagnóstico do critério defesa do patrimônio e memória cultural	181
4.3.6 Diagnóstico do critério defesa da produção artística cultural.....	182
4.3.7 Diagnóstico do critério defesa da produção esportiva e saúde	183
4.3.8 Índice da Responsabilidade Social da Universidade (IRSU)	184
CAPÍTULO V - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	186
5.1 Conclusão	186
5.2 Recomendações	189
REFERÊNCIAS	191

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

Neste capítulo será apresentada a contextualização da pesquisa, a situação problema, pressupostos, objetivos e a justificativa da pesquisa em relação a uma proposta de estabelecer o índice da responsabilidade social da universidade, como uma metodologia de avaliação institucional, em perspectiva interdisciplinar de estudo e da contribuição científica. Consta também a delimitação do estudo e a estruturação do trabalho.

1.1 Apresentação do Problema

As organizações, guiadas pelas transformações sociais, políticas e econômicas buscam atender as demandas da sociedade. A análise histórica dessas transformações sugere que elas serão constantes e cada vez mais rápidas, desafiadoras e complexas, o que implica na criação de estratégias organizacionais diferenciadas para absorvê-las e gerenciá-las.

No gerenciamento dessas transformações, as organizações precisam desenvolver novos métodos e ferramentas de gestão que busquem identificar a relação permanente dos paradigmas vigentes, seus limites e suas potencialidades de conviver com o econômico, o social e o ambiental. A inclusão de práticas relacionadas à Responsabilidade Social - RS conduz a organização a uma nova abordagem da gestão no que se referem às decisões institucionais e suas possíveis consequências no cenário futuro como agentes de transformação social e sua responsabilidade com os valores éticos e de respeito às pessoas.

Para Carrol (1979), a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) é concebida em quatro tipos: econômica, legal, ética e filantrópica. A responsabilidade econômica tem como objetivo principal assegurar o lucro das entidades econômicas criadas para fornecer bens e serviços aos membros da sociedade. O lucro foi estabelecido como o incentivo primário à iniciativa dos interessados em criar um empreendimento e, ao mesmo tempo, garantir a continuidade dos negócios através do retorno capital investido. Na responsabilidade legal, espera-se o respeito às leis e regulamentos promulgados pelo poder público municipal, estadual e federal. Essa responsabilidade reflete uma visão de "ética codificada", no sentido de que incorporam as noções básicas das operações estabelecidas pelos nossos legisladores. A ética, como outro tipo de responsabilidade, incorpora as normas ou expectativas que refletem

uma preocupação com os consumidores, colaboradores, acionistas e comunidade, em consonância com o respeito ou a proteção dos direitos e valores morais. A responsabilidade filantrópica inclui uma participação mais ativa em atos ou programas para promover o bem-estar humano.

No entendimento da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), considera-se que a maioria das definições sobre a RSE contempla uma visão empresarial voltada para as preocupações sociais nas suas políticas e operações comerciais, como também das questões ambientais, econômicas e sociais. A observância da lei é requisito mínimo e suas responsabilidades englobam tanto os efeitos diretos como também os indiretos sobre a sociedade, provenientes de suas atividades (UNITED NATIONS CONFERENCE FOR TRADE AND DEVELOPEMENT, 2003).

Interpretada a partir dessas diferentes perspectivas, a concepção de RS induz as organizações a inserirem-se como agente de transformação e de Desenvolvimento Sustentável (DS) procurando obter legitimidade social para sua atuação, além de satisfazer as necessidades e interesses dos seus parceiros. Desta forma, o que se espera de uma organização realmente preocupada com a solução dos problemas da sociedade é a RS como uma política institucional, que envolva e comprometa todos os atores sociais da organização.

Para conciliar os objetivos econômicos, sociais e ambientais na formação das pessoas dentro deste cenário compete à universidade, como uma instituição para o desenvolvimento, incorporar nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, ações propositivas e inovadoras que viabilizem o desenvolvimento das habilidades e competências técnicas dos futuros profissionais baseadas nos princípios éticos e valores morais.

Ratzinger (2011), enquanto papa, comentou que a missão da universidade encarna, pois, um ideal que não se deve ser desenvolvido nem por ideologias fechadas ao diálogo racional, nem por ser servilismo a uma lógica utilitarista de simples mercado, que vê o homem como mero consumidor.

Estabelecer diretrizes de Responsabilidade Social da Universidade (RSU) requer uma reestruturação institucional que permita visualizar a relevância dos seus objetivos fins de ensino, pesquisa e extensão, pois sua atenção principal deve estar voltada para a construção e disseminação do conhecimento. Porém, suas estruturas exigem a definição de práticas de gestão que possam garantir os resultados esperados pela comunidade acadêmica e demais atores sociais. As ações desenvolvidas para a execução dos objetivos fins precisam ser relevantes internamente e fora dela, proporcionando o reconhecimento significativo da

sociedade, como também a atuação dos seus egressos na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A concepção da missão da universidade transcende todas as exigências contemporâneas da sociedade, coloca-se como um leme na formação do pensamento sobre o mundo. O exercício de rever, analisar e avaliar, para descobrir novos valores, novas formas de realização humana é o papel central de sua função social e por consequência a sua RS.

Para Vallaey (2006) a universidade tem um papel central no sentido de orientar a formação geral e especializada do estudante, com vista à promoção do desenvolvimento sustentável e de sua capacidade de construir uma visão de mundo formado com base na ética e na capacidade de convivência democrática e participativa. Espera-se, portanto, que a compreensão desse papel seja expressa nas ações de prover o acesso ao conhecimento de forma ampla, proporcionado as pessoas a capacidade de compreensão do mundo e a busca da harmonia na convivência humana.

Para que essas diretrizes e ações de RSU sejam concretizadas é necessário que a universidade se comprometa de maneira diferenciada com a formação dada para os seus discentes, especialmente no que se refere à construção da cidadania, tornando-os sensíveis aos problemas sociais que os rodeiam. Isto será possível na medida em que as práticas docentes, bem como a participação dos técnicos administrativos, estiverem comprometidas com a construção de iniciativas de RS.

Estas mudanças devem estar alinhadas com a organização de forma sistêmica no processo de modernização e no estabelecimento de critério valorativo para o desenvolvimento organizacional analisando-se, então, suas estruturas básicas, seus processos de trabalho e sua missão no contexto social e na significação da organização em todos os níveis. A implantação de ações relacionadas com novas práticas, processos, sistemas e atividades de forma contínua são irreversíveis nas instituições públicas implicando, portanto, na criação de uma cultura própria que envolve não apenas novas relações com a sociedade, mas também novas formas de interações internas e novas relações de poder.

Neste sentido, nada mais oportuno do que a Lei nº 10.861/2004, que estabelece o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, objetivando a formulação de estratégias e determinação dos instrumentos para melhoria da qualidade e da relevância das atividades de ensino, pesquisa e extensão (SINAES, 2009). Para Calderón et. al. (2011), o que era mera tendência do mercado da educação superior, através do discurso nas propagandas das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, com SINAES, passa a ser uma obrigação institucional, inclusive nas universidades públicas. Isto significa que “o que

era política de governo, passa ser política de Estado” e ao torná-la política de Estado obrigatoriamente as Instituições como um todo passam a cumprir a legislação vigente de forma efetiva. Os gestores deverão pensar a universidade na perspectiva do *ethos* institucional, mas também da organização para resultados.

A universidade enquanto instituição é caracterizada por crenças, valores e comportamentos que norteiam os procedimentos das pessoas que a integram, e a sua potencialidade institucional está associada à eficácia conceitual, metodológica e cultural. Todavia, cumprir o arcabouço legal que pede o SINAES facilita a prestação de contas à sociedade, compromete o ambiente interno instrucional e permite que se crie uma visão mais próxima possível da realidade, de forma que se possa garantir a relevância institucional de suas ações.

Nesta perspectiva, a RSU deve ser institucionalizada a fim de garantir a relevância e qualidade institucional nos seus objetivos de ensino, pesquisa e extensão, com o foco para o DS sem o qual a proposta da universidade irá divergir das tendências sociais, econômicas e ambientais do presente e futuro. Para compreender este cenário da RS e de DS é necessário recorrer à definição da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) que tem o DS como “aquele que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (WCED, 1991, p. 46). E assim, podemos afirmar que incorporar as premissas de RS é assegurar o DS, pois ambos pregam novos valores, nos quais deverá existir uma forte relação entre a ética, as crenças e os valores que fundamentam uma sociedade e as organizações.

Diante dessa complexidade contemporânea na qual a sociedade e as organizações estão inseridas, gera-se a compreensão da necessidade das instituições vincularem seus objetivos a proposta que se traduza em ações para o DS, pois segundo Souza Silva (2001) só haverá DS com organizações que o construa e estas, por sua vez, são caracterizadas por duas dimensões, ou seja, uma dimensão organizacional e outra institucional.

Para Souza Silva (2001) a dimensão organizacional corresponde à estrutura da organização expressa na sua infraestrutura e nos recursos materiais, na distribuição espacial, no potencial humano que a compõe, na capacidade técnica disponível e nas ferramentas de gestão utilizadas, enquanto que a dimensão institucional é o conjunto de todas as regras que moldam a natureza formal e informal da organização. Pode-se dizer então, que a dimensão institucional é a parte conceitual da razão de ser da organização, o que reflete na intensidade e na qualidade de suas ações, com foco no seu objetivo principal.

Neste sentido, a universidade é uma organização de DS com uma dimensão organizacional e institucional. A primeira, constituída pela infraestrutura, recursos materiais, distribuição espacial e o potencial humano. E a segunda, construída pela parte conceitual da sua razão de ser juntamente com suas crenças e valores que a norteia, fundamenta no seu significado jurídico e social, criado e institucionalizado em torno das leis, decretos e estatutos. Assim sendo, a universidade é uma organização social de função pública que tem atributos de natureza técnico-científico e filosófico. Para Santos (2008, p.75), “a universidade é um bem público intimamente ligado ao projeto de país”.

Para Duarte (2006), a universidade, por sua vez, é uma instituição social formadora e desenvolvedora do saber, assim como dos avanços científicos e tecnológicos. Cumpre-lhe servir a sociedade e promover o seu desenvolvimento tendo como foco a relevância de suas ações. Pena (2008, p.58), considera a universidade “uma instituição cuja qualificação está estritamente associada aos riscos que é capaz de assumir e ao ineditismo das tarefas a que se dedica”. Não importa o acervo de conhecimento já constituído, mas a capacidade de renová-lo constantemente (PENA 2008).

Sua importância institucional, segundo Pena (2008) é reconhecida na medida em que encara os desafios da sociedade contemporânea em relação ao ensino universitário colocando-se como o instrumento central de criação na sociedade e na economia, admitindo-se que a educação seja o fator primordial desse processo, na condição de gerar capacidade de criar tecnologias inovadoras e alternativas de desenvolvimento.

Na realização de suas atividades, a universidade cumpre suas funções e, por consequência, o seu papel social fundamental, repousa sobre a liberdade de pensamento e a capacidade crítica e de criação, organicamente afinadas para enfrentar os desafios do desenvolvimento local regional e nacional (ALMEIDA FILHO, 2007).

Segundo Buarque (2003, p. 34) “a universidade não surge apenas para aprofundar nos jovens os estudos que faziam quando criança, ela surge como produto de uma revolução na maneira medieval de conhecer o mundo”. Tem o papel de contribuir para a transformação da sociedade em geral, interagindo direta ou indiretamente, pois para que haja essa interação é imperativa uma perfeita compreensão dos objetivos institucionais por parte dos atores envolvidos. Torna-se necessário então, o comprometimento institucional com ações de RS.

No projeto institucional da (RSU), os princípios e valores devem representar o marco orientador da organização. Esses representam as cartas de navegação do comportamento humano que irão referenciar a execução das atividades de ensino, pesquisa, extensão e deverão ser norteadoras do novo modelo de gestão universitária.

Este modelo de gestão universitária terá a RSU em duas perspectivas: uma filosófica e outra de processo. A perspectiva filosófica da RSU é inerente à promoção e divulgação de valores éticos e estímulo à cidadania na comunidade universitária, objetivando a construção do senso crítico que ajude a promover uma mudança na sociedade. Na perspectiva de processo, considera-se a RSU como um conjunto de ações realizadas numa sequência planejada que produzem um resultado no ensino, pesquisa e extensão como, por exemplo, a relação dos alunos egressos dos cursos compatíveis com o número de ingressos, número de projetos de pesquisa e extensão realizados no decorrer do ano.

Nesse sentido, a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 estabeleceu a avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES) baseada em dimensões que servem para nortear os diversos programas institucionais. E, dentre estas dimensões, encontra-se a RS que deve ser vista de forma estratégica em relação à inclusão social, desenvolvimento econômico, social, ambiental e cultural, como também na perspectiva do esporte e saúde. Dessa forma, a gestão universitária precisa estar atenta à execução de todos os programas que impactam o ambiente interno e externo.

Assim, o pressuposto desse estudo relaciona-se com a percepção dos desdobramentos dos indicadores sugeridos pela legislação vigente para avaliar RS nas universidades, e a necessidade das mesmas terem no processo de gestão (planejamento, execução e controle) critérios que possam nortear a formulação de políticas, projetos e programas institucionais e que promovam aprendizado, transparência e responsabilização (MARTINS e MIRINI, 2010).

Na administração pública brasileira há uma trajetória extensa a ser percorrida para a compreensão da importância do uso de indicadores gerenciais ou de processos no dia-a-dia da gestão. Percebe-se que muitas instituições públicas ainda apresentam resistência ao uso de metodologias de mensuração de resultados e, principalmente, as universidades públicas.

Portanto, a partir do entendimento de que todo processo gera um resultado que precisa ser avaliado, o presente estudo tem por objetivo estabelecer uma proposta de índice que contribua para a avaliação da dimensão de RSU a partir do Artigo 3º inciso III da Lei nº 10.861/2004, inserindo critérios, subcritérios e atributos, fundamentado no modelo La Jara, et. al. (2006); Calderón (2006); Rolim (2009), tendo como premissa a ideia de que quanto mais desdobrada for à dimensão da RSU, melhor será a sua mensuração nos projetos, programas e ações institucionais. Sabendo que o seu gerenciamento assegura a relevância institucional, questiona-se: como uma proposta de estabelecimento de índice de responsabilidade social da universidade, como uma metodologia de avaliação institucional poderá contribuir para as estratégias que garantam o desenvolvimento sustentável da sua região de abrangência?

1.2 Objetivos

1.2.1 Geral

O presente trabalho consiste em elaborar uma proposta metodológica de avaliação visando mensurar através de índice a eficiência da Responsabilidade Social da Universidade e sua contribuição efetiva para o desenvolvimento sustentável da região de abrangência.

1.2.2 Específicos

- a) Caracterizar a universidade em relação à sua função social, responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável;
- b) Explorar os conceitos e abordagens da universidade como organização, suas origens e concepções;
- c) Explorar os conceitos e abordagens sobre responsabilidade social da universidade
- d) Propor uma metodologia de avaliação institucional para a responsabilidade social da universidade através de índice;
- e) Aplicar a metodologia proposta junto a UFPB, mais precisamente no CCHSA, campus III, Bananeiras PB;
- f) Verificar se uso da metodologia auxilia na avaliação da dimensão RS da universidade e possibilita a adoção de ações voltadas para o desenvolvimento sustentável.

1.3 Justificativa

A primeira experiência de avaliação nas universidades públicas no Brasil advém do Programa de Avaliação Institucional da Universidade Brasileira (PAIUB), criado em 1993, e que tinha como pressuposto de que avaliação de desempenho das universidades resultaria na revisão e aperfeiçoamento do projeto acadêmico e sociopolítico da instituição numa perspectiva de promover a melhoria da qualidade das atividades desenvolvidas.

No PAIUB, a concepção de avaliação buscava atender a três exigências da universidade contemporânea:

- a) Um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico;
- b) Uma ferramenta para o planejamento da gestão da universidade;
- c) Um processo sistemático de prestação de contas à sociedade (COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO, 1994, p. 54).

Partindo destas três exigências da avaliação da universidade contemporânea, a Comissão Nacional de Avaliação (CNA) considerava a educação como um bem público porque os seus benefícios atingem toda sociedade. Isto implicava na necessidade de um acompanhamento metódico nas ações desenvolvidas pela universidade em relação à eficácia social de suas atividades, bem como a sua eficiência no funcionamento.

Nos enfoques sobre o processo de avaliação institucional, José Dias Sobrinho ressaltava que:

O PAIUB, enquanto processo, provoca, portanto, um acréscimo da consciência pedagógica, especialmente nos cursos de graduação, que têm sido o ponto central a que ele, até agora vem se dedicando com maior ênfase. Este resultado, perceptível apenas quando se utilizam metodologias qualitativas, além de quantitativas, não é nada desprezível, independente do seu grau de realização em cada instituição ou curso e não obstante ser um fenômeno de lenta repercussão, principalmente por que toca no núcleo do fenômeno educativo. Trata-se de mudanças de atitude, ou de crescimento de consciência que provocam maior comprometimento com as funções essenciais da universidade. Mais importante ainda, essas transformações qualitativas estão se produzindo compartilhadamente por parte significativa da comunidade e não isoladamente por indivíduos ou setores administrativos (DIAS SOBRINHO, 2002, p. 96).

A importância do PAIUB foi enriquecida por Dilvo Ilvo Ristoff, quando relacionava os princípios básicos compreendidos no texto, mas não expresso na leitura pessoal: globalidade, comparabilidade, respeito à identidade institucional, não premiação ou punição, adesão voluntária, legitimidade e continuidade (RISTOFF, 1996).

Essa avaliação de caráter sistêmico possuía abrangência interna e externa e englobava as áreas de graduação, pós-graduação e pesquisa, extensão e gestão. Significava uma verificação nos processos e, ao mesmo tempo, a identificação das disfunções das suas atividades. A avaliação implicava no uso de indicadores quantitativos e qualitativos a partir de um processo de atribuição de valor norteado por parâmetro de julgamento derivados objetivos, desenvolvimento ou produtos das ações executadas (COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO, 1994).

Nesse sentido, os indicadores teriam a função de informar o andamento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, ou seja, os indicadores agregariam e quantificariam as informações de modo que sua relevância ficasse perceptível. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) considera que um indicador deve ser

entendido como um parâmetro ou valor derivado de parâmetros que apontam e fornecem informações sobre o estado de um fenômeno com uma extensão significativa (BELLEN, 2005).

No PAIUB, os indicadores propostos deveriam refletir as características intrínsecas de uma organização acadêmica no que se refere às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária. Esses indicadores seriam estabelecidos mediante a condição de avaliação do ponto de vista de números, quando se tratasse do quantitativo do aluno, da produção científica, ou do ponto de vista qualitativo, quando tratasse da qualificação docente, critério de matrículas etc.

O contexto político institucional daquele momento possibilitou que o PAIUB fosse implementado pela adesão voluntária das instituições de ensino na expectativa de que esta construísse novas práticas avaliativas de forma participativa, efetivas e sistemáticas, focadas na reflexão sobre a função social da universidade, e se caracterizava metodologicamente da seguinte forma: diagnóstico situacional que retrasse a realidade da universidade; levantamento dos fatores críticos do ensino, pesquisa, extensão gestão da universidade; identificação do fator crítico de desempenho do docente, técnicos administrativos, discentes e da gestão universitária; repensar objetivos e modo de atuação; e por fim, implementar mudanças (COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO, 1994).

Entretanto, apesar do esforço da comissão responsável pela implantação, o PAIUB foi encerrado precocemente pelo MEC, levando em consideração a não adesão por completo ao programa pelas IES. Como consequência, o modelo não atendeu as expectativas do MEC em relação ao fornecimento de informações necessária para o controle do sistema de educação superior no país.

Em 1995, o governo instituiu o Exame Nacional de Cursos (ENC), que foi aplicado pelo MEC de 1996 a 2003, o qual envolvia os cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior (IES), e objetivava fazer um *ranking* das instituições de ensino, classificando-as através dos resultados dos exames feitos pelos estudantes dos cursos graduação com os conceitos de A a E, ou seja, de ótimo a ruim na instituição.

Nestes conceitos obtidos pelas instituições, percebe-se que o ENC é estudado cada vez menos como uma questão simplesmente técnica. Tenta-se compreendê-lo com uma questão política e ideológica do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002). Entretanto o seu sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010) com posição ideologicamente contrária, manteve os *rankings*.

Para Calderón et.al. (2011, p. 813) “os rankings como estratégias de estimular a concorrência para a melhoria da qualidade da educação superior ganharam consenso e legitimidade técnica no âmbito governamental”. Com efeito, o exame não somente *rankeava* as instituições, mas também apontava os fatores críticos da qualificação docentes da infraestrutura requerida pelo ensino, pesquisa e extensão.

Em 2004, através da Lei 10.861/04, o Ministério da Educação (MEC) criou o SINAES com o objetivo de assegurar o processo de avaliação das IES, bem como o desempenho dos estudantes. Ainda estabeleceu para o SINAES três instâncias de avaliação: o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE); o programa de Autoavaliação Institucional interna externa, composto por dez dimensões avaliativas; e a avaliação dos cursos de graduação (BRASIL, 2004).

Nesse sentido, as dez dimensões norteadoras da autoavaliação institucional são compostas de:

1. A missão e o plano de desenvolvimento institucional;
2. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
3. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
4. A comunicação com a sociedade;
5. As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
6. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
7. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
8. Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
9. Políticas de atendimento aos estudantes;
10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior (BRASIL, 2004).

A concepção desta proposta de avaliação busca “assegurar a integração das dimensões internas e externas, particular e global, somativo e formativo, quantitativo e os diversos objetos e objetivos da avaliação” (SINAES, 2009, p.92). Ao contrário do PAUIB, o SINAES é obrigatório para todas as instituições, independentemente de suas formas organizacionais, dependência administrativa e natureza jurídica.

Desta forma, as 10 dimensões constantes na legislação como diretrizes norteadoras para o processo de avaliação contemplam o trabalho pedagógico e científico no seu sentido técnico e formativo, ou seja, a razão de ser da instituição estabelece a necessidade de se conhecer as condições de infraestrutura, especialmente aquelas diretamente relacionadas com as atividades de ensino, pesquisa e extensão. E, por fim, a RS da IES: “sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, do patrimônio e memória cultural, da produção artística e cultural” (BRASIL, 2004, p. 01).

Neste sentido, a reflexão sobre a avaliação da dimensão da RS nas universidades públicas passa pela identificação das demandas requeridas no texto da lei e os possíveis desafios para atendê-las. O primeiro passo é adequação e uso de indicadores que favoreçam a mensuração prévia da situação atual e, por consequência, as ações para tornar a universidade participante do processo de desenvolvimento econômico e social.

A universidade deve agir e direcionar seus esforços no sentido de se ocupar, na medida de suas possibilidades, com questões que traduzem os interesses e preocupações da coletividade como única alternativa de ser por ela aceita e referenciada pelo papel de agente de transformação e melhoria das condições de vida da comunidade.

Para compreender a amplitude desses processos é necessário que a universidade, antes de executá-los, comprometa-se a responder as indagações: do “por que” é responsável? “Para quem” os resultados de suas ações são direcionados? “Como” são executados? De “que modo” elas chegam ao público de interesse?

Com essas indagações respondidas, a universidade passa a compreender o seu papel na sociedade, reavalia e define novos paradigmas projetando novas perspectivas que venham atender aos atores envolvidos. Nessa busca contínua de consolidar sua identidade e objetivos fins para qual foi criada, ela automaticamente permeará os caminhos em busca de fomentar os caminhos para o desenvolvimento sustentável.

1.4 Enfoque Interdisciplinar do Estudo

A busca do conhecimento como um processo reflexivo em torno da natureza e os modelos de gestão nas organizações têm sido caracterizados pela necessidade crescente de estudos interdisciplinares, capazes de analisar a realidade por ângulos diversos e complementares na expectativa de uma articulação entre a ciência e os processos de internalização do saber e, ao mesmo tempo, um novo paradigma de gestão nas organizações.

Estudar a RS, especificamente da universidade, requer a compreensão da dinâmica do processo de desenvolvimento da sociedade e das organizações contemporâneas. Essa compreensão envolve o saber específico de diferentes áreas do conhecimento, como também a participação de profissionais de diversas especialidades, o que caracterizamos como uma abordagem interdisciplinar.

Para Carrizo (2006), as abordagens transdisciplinares e interdisciplinares são caracterizadas das seguintes formas:

- a) A transdisciplinaridade como atitude e estratégia. A atitude caracteriza-se pela formação de um espírito aberto aos vínculos e ao desconhecido. A estratégia como a conjugação de diferentes tipos de conhecimentos (disciplinares e extradisciplinares), que permite ou propõe a articulação de atores diversos para a produção de um conhecimento pertinente;
- b) A interdisciplinaridade caracteriza-se como a tradução destas abordagens epistêmicas em um projeto concreto, desenvolvido por diferentes disciplinas pertinentes, com metodologias específicas e rígidas para seu planejamento, sua implementação e sua avaliação (CARRIZO, 2006).

Segundo Leff (2000), a técnica da interdisciplinaridade integra uma série de ciências e tecnologias aplicadas como uma divisão de trabalho intelectual, científico e técnico, tanto nos processos de produção, como em um conjunto de projetos sociais.

Desta forma, a RSU deve ser percebida de maneira sistêmica, fundamentada na teoria geral de sistema do biólogo alemão Ludwig Von Bertalanffy (1968), que possibilita abordar a universidade como um sistema aberto, o que implica na inter-relação de processos, conhecimentos e práticas que transbordam e transcendem o campo da pesquisa e do ensino para a formação de profissionais éticos como agentes do desenvolvimento nas diversas áreas do conhecimento. Segundo Leff (2000, p.33) “a interdisciplinaridade tem sido definida como uma estratégia que busca a união de diferentes disciplinas para tratar um problema comum”.

Sendo assim, o estudo da aplicação de uma metodologia de avaliação da RSU e da compreensão desse processo perpassa pela percepção da combinação de várias disciplinas que abordam uma realidade abrangente e múltipla, até a definição da problemática do desenvolvimento sustentável como tema transversal no dia-a-dia da instituição e, mais precisamente, na formação dos estudantes.

Para Calderón et. al (2011, p. 1187), a Responsabilidade Social da Educação Superior (RSES) “é uma temática multidisciplinar, abordada por pesquisadores e intelectuais das diversas áreas do conhecimento, os quais tornaram a universidade seu objeto de estudo e cenário de atuação profissional”.

Portanto, diante das considerações intensamente elencadas, pode-se afirmar que a multidisciplinaridade desta tese é confirmada na medida em que envolve as diversas áreas do conhecimento tais como: administração, economia, estatística, matemática, filosofia e tecnologias que, inter-relacionadas, permitem verificar até que ponto a RSU conduz as premissas de DS.

1.5 Contribuição Científica do Estudo

A contribuição deste estudo para o conhecimento científico e para as organizações universitárias é a perspectiva de uma mudança paradigmática que retrate a amplitude e a relevância da avaliação e mensuração da dimensão da RS da universidade, com base na análise dos seus impactos e desdobramento com o foco no desenvolvimento sustentável.

O ineditismo e a originalidade da investigação se dão na medida em que se propõe uma metodologia da avaliação baseada no critério, subcritério e atributos que permitem a mensuração da dimensão e, por consequência, a objetividade no processo sustentado em dados quantitativos extraído de modelos matemáticos.

A constatação da necessidade de indicadores objetivos de mensuração da RS na universidade motivou o desafio que este estudo se propôs. Um novo desafio é a possibilidade do desenvolvimento de novos estudos sobre a temática, como também a continuidade da pesquisa, visto que a busca do conhecimento é um processo contínuo de aprendizagem.

1.6 Delimitação da Pesquisa

Implementada nas universidades a autoavaliação e a avaliação por comissões externas de especialistas, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), por delegação de competência estabeleceu o instrumento de avaliação institucional que será utilizado pelos avaliadores nas modalidades presencial e a distância, que sugere aos avaliadores a duas etapas do processo:

1. Ações preliminares da avaliação
 - a. Fazer leitura do PDI;
 - b. Analisar o(s) relatório (s) de autoavaliação da IES;
2. Instruções para preenchimento
 - a) Observar, para cada indicador, o critério referencial mínimo de qualidade;
 - b) Cotejar criteriosamente, para cada indicador, o respectivo referencial mínimo de qualidade com as informações documentais e com as condições apresentadas in loco pela IES;

- c) Atribuir conceitos de 1 a 5, em ordem crescente de excelência, a cada uma das dez dimensões avaliativas;
3. Atribuir o conceito, levando-se em consideração as análises dos respectivos indicadores da dimensão, da seguinte forma:
 - a. Conceito 1 – quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro muito aquém do que expressa o referencial mínimo de qualidade;
 - b. Conceito 2 - quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro AQUÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade;
 - c. Conceito 3 - quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro SIMILAR ao que expressa o referencial mínimo de qualidade;
 - d. Conceito 4 - quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade;
 - e. Conceito 5 - quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro MUITO ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade;
4. Os conceitos atribuídos a cada uma das dimensões deverão ser descritos de forma contextualizada, abrangente, coerente e sintética nos quadros considerações sobre a dimensão;
5. Manter sempre a coerência entre a análise quantitativa e a análise qualitativa, ou seja, conceito atribuído e a interpretação subjetiva extraída dos do relatório apresentado (INEP, 2010).

Embora os procedimentos avaliativos estejam definidos nas normas e regulamentos pelo INEP, é importante destacar que a construção de índices cumpre um objetivo específico da avaliação, que além de se constituir em instrumentos que facilitam a percepção real da situação, contribui para o estabelecimento de ações estratégicas e ao mesmo tempo tomada de decisões eficazes.

Com este estudo, pretende-se desenvolver uma metodologia de mensuração da dimensão da RS das universidades públicas, como forma de contribuir no processo de avaliação institucional. Pretende-se através do uso dos índices obtidos subsidiar atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão, fundamentado no modelo La Jara, et. al. (2006); Calderón (2006); Rolim (2009), como nova perspectiva da avaliação quantitativa da dimensão RS. O escopo geográfico para o estudo será o Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA), campus III da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Aplicada ao final de cada ano, a avaliação da RS permite identificar as potencialidades bem como as fragilidades institucionais, possibilitando deste modo, tomar decisões que visam melhorias na qualidade de seus cursos e programas de pesquisa e extensão, como também nos projetos de infraestrutura.

1.7 Estrutura do Trabalho

O presente trabalho de tese está estruturado da seguinte forma: no capítulo I, são apresentadas a contextualização da pesquisa, a situação problema, pressupostos, objetivos e a

justificativa da pesquisa em relação a uma proposta metodológica de avaliação em perspectiva interdisciplinar de estudo, da contribuição científica e a delimitação do estudo.

O capítulo II traz a contextualização da universidade em relação à concepção de organização, origem e desdobramentos, considerando a sua diferenciação e sua função social. Aborda a responsabilidade social no contexto empresarial e os seus pressupostos para a universidade. O capítulo III trata dos procedimentos metodológicos utilizados na investigação para a construção de índice de responsabilidade social da universidade como uma metodologia de avaliação institucional com base no Artigo 3º inciso III da Lei nº 10.861/2004, que institui um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que possa mensurar os parâmetros de RSU.

O capítulo IV apresenta os resultados obtidos a partir da elaboração da metodologia de avaliação institucional, seguido pela análise da percepção dos gestores em relação ao grau de importância dos critérios e subcritérios e a aplicação da metodologia desenvolvida. E, por fim, o capítulo V apresentando as conclusões e recomendações da tese.

CAPÍTULO II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo traz a contextualização da universidade em relação à concepção de organização, origem e desdobramentos, a sua diferenciação e função social. Aborda a responsabilidade social no contexto empresarial e os seus pressupostos para a universidade.

2.1 A Universidade no Contexto das Organizações

A revolução tecnológica imposta pela microeletrônica, às mudanças políticas e econômicas, a gestão do conhecimento e da informação em várias perspectivas, a crescente tomada de consciência de cidadania e da preservação do meio ambiente, a normatização e padronização, trouxeram ao mundo contemporâneo novos modelos de teorias administrativas que estão associadas à nova concepção de gestão das organizações.

Nesse novo cenário, os modelos de gestão têm se respaldado na filosofia da administração, motivados pelo constante aprimoramento e respostas às necessidades e expectativas de quem consume ou utiliza o produto final da organização. A tarefa da administração é interpretar os objetivos organizacionais e transformá-los em ação através das funções de planejamento, organização¹, liderança e controle (ROBINS, 2008).

Apesar de ter sua origem no Estado, a evolução do conceito e das definições da administração, na sua maioria, advém das experiências da administração das organizações privadas. Porém, nos últimos anos é possível perceber uma fundamentação em torno da gestão da eficiência, eficácia e efetividade operacional das instituições públicas (FARIAS NETO, 2004).

Uma organização², seja ela de caráter público, privado ou sem fins lucrativos, forma-se por diversas razões e interesses, mas é dirigida para atender as necessidades da sociedade. O processo de constituição, desenvolvimento e de sobrevivência da organização corresponde ao que se aponta, na teoria geral de sistema, uma estrutura dinâmica que envolve várias variáveis, tais como: mercado, concorrência, consumidores, comunidade, tecnologia, sindicatos, sistema financeiro, fornecedores e governo (OLIVERIA, 2013).

Para Chiavenato (2003) a compreensão do sistema somente ocorre quando se percebe, de forma global, envolvendo todas as suas interdependências. E destaca ainda três premissas

¹Função da administração que abrange a determinação das tarefas que serão realizadas e quem irá executá-las, seu agrupamento e o responsável.

²Entidade que tem um propósito distinto, formada por pessoas, tecnologias, normas e procedimentos.

básicas da teoria de sistemas: os sistemas existem dentro dos sistemas; os sistemas são abertos; e as funções de um sistema dependem de sua estrutura. E nesta premissa Motta (2001) considera que a organização deve ser vista como todo orgânico e coerente, em que os elementos sociais se interligam e desempenham funções específicas para manter o equilíbrio dinâmico institucional. Ainda, nesta premissa, um objetivo básico para compreensão sistêmica da organização se caracteriza pela possibilidade de acompanhamento das relações entre os insumos recebidos do ambiente pela organização e os produtos produzidos para atender as demandas advindas das variáveis deste ambiente.

A concepção fundamentada na configuração do modelo sistêmico de insumo-produto dentro de uma organização universitária ou em qualquer outra organização que desenvolva a atividade educacional permite que sejam avaliadas as relações entre a utilização dos recursos disponibilizados, os produtos e serviços oferecidos à sociedade, e assim ter uma gestão voltada para efetividade operacional.

Para Hernández (2001, p. 303) “a universidade, enquanto instituição social possui incumbência claramente definidas, pois, teoricamente é um grande sistema vivo onde existem funções de input, de produção e de output”. Levacic (2006) enfatiza que antes de examinar as inter-relações de insumo-produto é importante considerar o problema da falta de acordo sobre as metas educacionais e sua relativa importância, como também a dificuldade de especificação dos produtos e resultados da aprendizagem.

A priorização da utilização dos recursos nas melhorias do ensino e aprendizagem conduz a uma ligação entre os insumos de recursos, os produtos e resultados na formação para os estudantes. Entretanto, dentre os produtos e os resultados do ensino-aprendizagem, muitos deles são intangíveis, além dos conflitos ideológicos sobre o que são os objetivos e metas na educação.

Para Clack (1983), a universidade é um tipo de organização que possui atividades bastante incomuns, e exige prática de gestão específica. Seus objetivos principais envolvem a criação e disseminação do conhecimento através da pesquisa e ensino, além de responder as necessidades da comunidade interna e externa. O resultado da aprendizagem é cultura, o desenvolvimento sócio econômico e melhores padrões de vida para toda a sociedade (LAZZERETTI E TAVOLETTI, 2006).

Bok (2003) enfatiza que para atingir seus objetivos as metas são estabelecidas, as estratégias são definidas e há um esforço contínuo para aperfeiçoar os processos de gestão. O desafio principal da universidade é atender todas as demandas colocadas sob sua

responsabilidade, seja no cumprimento de sua missão, ou em alcançar os resultados esperados capazes de demonstrar competência (BOWEN E FINCHER, 1996).

As metas segundo Levacic (2006) referem-se a seus amplos propósitos e, geralmente, incluem uma força de trabalho produtiva, a transmissão do conhecimento e cultura, a socialização e a maior capacidade de participar da vida política. O resultado obtido através da educação tem efeitos imensuráveis nas pessoas no que se refere à construção de um novo sistema de valores e crenças.

Diferenciar os resultados da educação e os produtos dela gerados torna-se imperativo para facilitar a compreensão organizacional do que pode ser mensurado nos resultados e nos produtos. Os produtos são de efeito imediato da organização sobre os estudantes, enquanto que os resultados são de efeito de longo prazo, tanto para os egressos das instituições de ensino, quanto para a sociedade em geral. Compreendendo que os resultados das atividades desenvolvidas pelo estudante como parte das atividades acadêmicas a partir das quais é atribuída uma nota, considera-se produto organizacional, e a capacidade desse estudante de obter renda em sua vida futura é um resultado.

Para Levacic (2006), os produtos mensuráveis são os resultados das qualificações de exames, os índices de participação em outros níveis da educação como mestrado, doutorado, e o aproveitamento dos estudantes em estágios e empregos. Pode-se também utilizar outras variáveis para medir o desempenho da organização como as notas do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), como Sistema de Avaliação da Pós-graduação implantado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

As dificuldades nas tentativas de relacionar os insumos aos produtos e resultados da educação têm haver com multiplicidades dos problemas, inclusive pela intangibilidade e o desconhecimento do valor social. Para Levacic (2006), a medição da eficiência das instituições educacionais, em termos de indicadores de produtos quantificáveis, é importante, principalmente no que se refere aos resultados advindos do ensino-aprendizagem em relação aos estudantes. Em síntese, a eficiência da organização universitária vai ser avaliada pela comparação dos produtos e resultados gerados e os insumos utilizados na geração dos mesmos.

Após o panorama apresentado sobre a compreensão da universidade na perspectiva de insumo, processamento e produtos, a Figura 1 mostra o macroprocesso institucional, a qual expressa à forma sistêmica de como a universidade se situa nos ambientes em relação aos insumos, processamento, produtos e resultados.

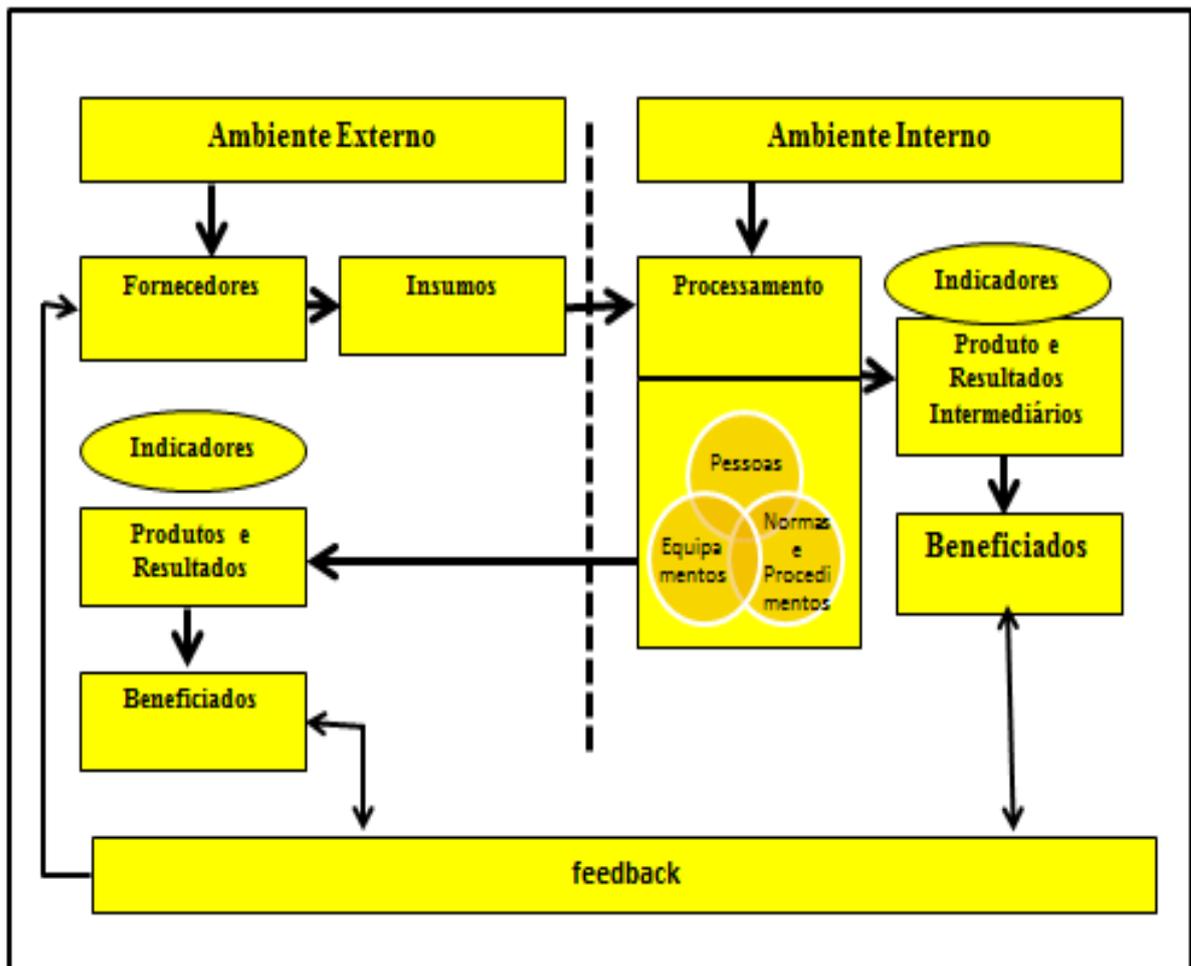


Figura 1 - Macroprocesso institucional insumo-produto da universidade

Fonte: Adaptado de Campos (2004) e Levacic (2006)

Na figura, tem-se inicialmente o ambiente externo, onde a universidade influencia e é influenciada pelas forças tecnológicas, sociais, políticas e econômicas, como também a comunidade local e empresas. É neste ambiente que surgem as demandas para a universidade que, por sua vez, precisa estabelecer objetivos que satisfaçam as partes envolvidas (LEVACIC, 2006). A universidade existe para cumprir sua missão de enfrentar as demandas gerando resultados. Incluem-se neste ambiente os fornecedores, insumos, produtos e resultados, indicadores e beneficiados.

Os fornecedores são todas aquelas pessoas ou organizações que fornecem algo a universidade, identificados como: governo, universidade, sociedade, famílias, organizações privadas e mercado. Segundo Campos (2004), o fornecedor deve atender a quem utiliza os insumos, seja ele um usuário interno ou externo.

Quanto aos insumos, é compreendido como tudo aquilo que é transformado, modificado ou tratado na execução de um processo. Segundo Martins e Marini (2010), os

insumos devem apresentar economicidade, ou seja, uso de recursos com menor ônus possível dentro dos requisitos e quantidades exigidas de recursos, pessoas e tempo. Eles podem ser identificados no caso das universidades como: o marco regulatório da educação compreendendo o estatuto, regimento e normas da instituição, o plano de desenvolvimento institucional (PDI), os fatores socioeconômicos e socioculturais identificados; os recursos humanos, financeiros e físicos, conhecimento, alunos aprovados nos processos seletivos, pesquisa de mercado, material de consumo, expediente e patrimônio.

No que se refere aos produtos e resultados para o ambiente externo, estes se caracterizam pelos impactos gerados pelas atividades desenvolvidas pela universidade e são identificados como o conhecimento adquirido, empregabilidade, cultura, e socialização. Estes permitem, com base nos índices e indicadores, avaliar e revisar as metas estabelecidas nos níveis individual, setorial, operacional e geral da organização, em seus diversos elementos constituintes (MARTINS e MARINI 2010).

Outra forma de percepção dos produtos e resultados da universidade caracteriza-se pela função cultural e social. A primeira função permite que os produtos e resultados sejam percebidos nos aspectos culturais ligados à preservação, criação, sistematização e disseminação do conhecimento. A segunda função conduz a percepção dos produtos e resultados na perspectiva social, que corresponde à sociedade do futuro através da formação do homem do ponto de vista global, profissional e de agente de mudanças.

Quanto aos beneficiados (clientes), Campos (2004) considera todo aquele que recebe um produto ou serviço resultante de um processo e é afetado, direta ou indiretamente por sua qualidade. Eles podem ser internos ou externos. Segundo Juran (2009), clientes externos são pessoas ou organizações que não fazem parte da organização, mas são impactadas pelas atividades. Os clientes internos são aqueles que fazem parte da organização e também recebem os impactos pelas atividades, e são identificados como: os alunos egressos dos cursos da universidade, as organizações públicas e privadas, a sociedade, professores e funcionários.

Os indicadores são índices numéricos estabelecidos sob os efeitos de cada processo para medir a qualidade, o desempenho e a produtividade. Estes indicadores posicionados na área do ambiente externo caracterizam-se pela verificação efetuada por instituições externa a universidade e resulta em um *ranking* como, por exemplo, ENADE, Ranking Universitário Folha (RUF).

No ambiente interno é onde acontece a execução das atividades da universidade. Incluem-se no ambiente interno o processamento, os produtos e resultados intermediários, indicadores, beneficiados e os recursos utilizados.

O processamento ou macroprocesso institucional de transformação abrange toda universidade e deve focar nos resultados para o cliente final. Este pode ser compreendido em duas dimensões: a primeira dimensão centrada nos objetivos fins da universidade, no que se refere ao ensino, pesquisa e extensão; a segunda dimensão compreende as atividades meio da universidade, no que se refere ao planejamento e orçamento, a contabilidade, os sistemas de informática, os sistemas de compras, suprimentos e pagamentos.

Compreende-se, portanto, que ao processamento ou macroprocesso institucional de transformação é adicionado um valor, este por sua vez resulta em produto ou serviço executado para um beneficiado (cliente) como, por exemplo, a prefeitura faz o levantamento da capacidade das salas de aulas e disponibiliza para o controle acadêmico e este, por sua vez, distribui as disciplinas mediante a capacidade do ambiente e informa aos professores e estudantes. Outro exemplo é a solicitação de uma passagem aérea na universidade, esta que passa pelos setores internos envolvidos (processamento) e o resultado é o código de reserva para o solicitante. Para Juran (2009), a execução do processo deve satisfazer os critérios de: eficácia, adaptabilidade, eficiência, mensurabilidade, efetividade, devendo ser controlável e formalizado.

No que se refere aos produtos e resultados intermediários no ambiente interno pode-se exemplificar o ambiente físico adequado para a realização das atividades, informações consistentes no prazo certo e nos meios de fácil acesso, respostas às solicitações e reclamações no menor tempo possível etc.

Quanto aos beneficiários, produtos e resultados intermediários no ambiente interno, são clientes internos: gestores, professores, estudantes, técnicos administrativos e terceirizados.

Os indicadores utilizados para medir a qualidade e produtividade dos produtos e resultados intermediários baseiam-se em medições referentes ao ambiente no qual acontece à execução da atividade, as pessoas envolvidas, os equipamentos, recursos e métodos utilizados. São instrumentos de gestão essenciais nas atividades de monitoramento de desempenho organizacional assim como seus projetos, programas e políticas, pois permitem acompanhar o alcance das metas, identificar avanços, melhorias de qualidade, correção de problemas, necessidades de mudança (ROBINS, 2008).

Por fim, o *feedback*, também chamado retroalimentação, viabiliza a verificação das saídas do sistema e, ao mesmo tempo, identificar se as mesmas estão dentro dos padrões de qualidade estabelecidas, permitindo a avaliação de todo o sistema e o replanejamento, quando

necessário. “Os fornecedores são considerados parceiros complementares, com os quais a organização compartilhada e integrada a atuação com vistas ao desempenho evolutivo comum” (FARIAS NETO, 2004 p.53).

Assim, qualquer que seja a ação adotada no sentido de melhorar a gestão da universidade passa pela compreensão de que o processo de produção institucional é um sistema com várias engrenagens de tamanhos e complexidades diferentes e está associado à percepção da eficiência, eficácia e efetividade do ensino, pesquisa e extensão.

2.2 A Universidade como uma Organização Diferenciada

Boaventura de Sousa Santos (2001) no livro *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade* abordou sobre “da ideia de universidade para à universidade de ideias”, no qual tratou da explosão das funções atribuídas a univerridade ao longo das décadas e dentre as quais, as dez funções proposta pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), as quais constam:

[...] educação em geral pós-secudária; investigação; fornecimento de mão-de obra qualificada; educação e treinamento altamente especializados; fortalecimento da competitividade da economia mecanismo de seleção para empregos de alto níveis através da credencialização; mobilidade social para os filhos e filhas das famílias operárias; presação de serviços à região e à comunidade local; paradigmas de aplicação de políticas nacionais (ex: de igualdades e oportunidades para mulheres e minorias raciais); preparação para os papeis de liderança social (SOUSA, 2001, p.164).

Estas multivariadas funções atribuídas à universidade, segundo o autor, geram contradições e incompatibilidades e por consequencia cria-se conflitos nos relacionamentos da instituição com o Estado e a sociedade, como também no ambiente interno. Mesmo assim, a universidade é uma instituição essencial para a sociedade, tanto pelas suas responsabilidades na formação das pessoas para a cidadania e para as demandas de mercado, quanto pelo que produz através do ensino, pesquisa e extensão.

A universidade pela sua concepção é uma organização complexa e recebe influência das mudanças e das crises do mesmo modo que os demais setores da sociedade. Baldrige (1980) para justificar a complexidade organizacional das universidades, aponta a formatação fragmentada das equipes de pessoal nas diversas áreas do conhecimento. Para Scott, (2003) a complexidade faz-se entender como sendo um fator causado pelas disfunções internas

referentes à lentidão dos processos decisórios, a burocracia interna, o corporativismo e gestão realizada por pessoas desprovidas de competências.

Na mesma compreensão sobre a complexidade do tipo de organização que a universidade se apresenta, Lockwood (1985), Vught e Maassen (1992), Bundt (2000), compreendem como sendo uma organização com objetivos difusos, que desenvolve um conjunto de atividade particular da sua especificidade o qual é baseado no conhecimento (ensino, pesquisa, extensão), cujos propósitos não são facilmente identificáveis, por consequências tem restrições às medições, sua estrutura e autoridade são espalhadas em departamentos, cujas subunidades são focadas nos seus próprios interesses e se apresenta muitas vezes resistentes à mudança.

E dentro desse conjunto particular de atividade da universidade Clark (1983) considera que além dos seus objetivos principais de criação e dissiminação do conhecimento, a universidade tem que responder as demandas da comunidade interna, como também do seu em torno. Lazzeretti e Tavoletti (2006) consideram que a universidade leva aprendizagem, cultura, impulsiona o desenvolvimento sócio-econômico e estimula alternativas para melhorar a qualidade de vida na sociedade.

Volpi (1996) considerava que a universidade ao desenvolver as suas atividades de ensino, pesquisa e extensão efetivava-se o atendimento da função social e cultural, entretanto, na perspectiva contemporânea a universidade pode ser vista acrescida de mais três funções: econômica, ambiental e política.

A Figura 2 expressa a compreensão sobre a universidade como instância responsável de colaborar na construção da sociedade.

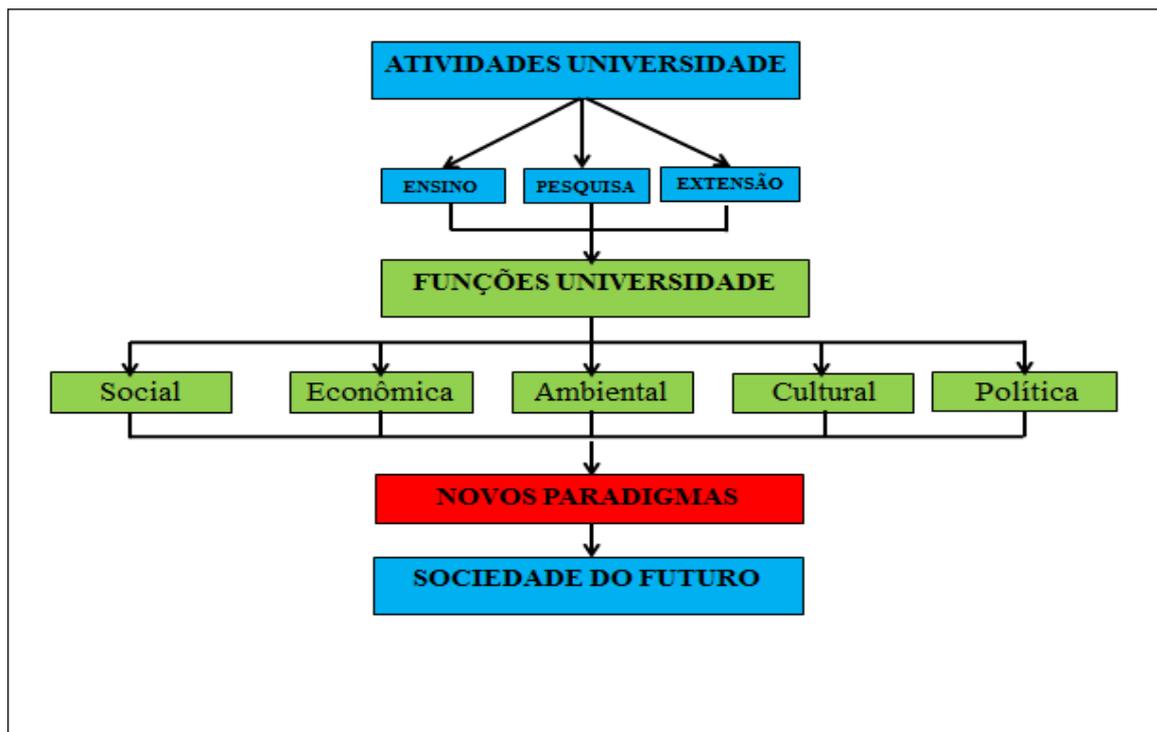


Figura 2 - Funções da universidade

Fonte: Adaptado Volpi (1996).

Na figura 2 têm-se inicialmente as atividades fins da universidade composta pelo ensino, pesquisa e extensão, compreendendo que as mesmas são interrelacionadas e contribuem fortemente para que as funções da universidade sejam alcançadas.

A função social está relacionada diretamente com a relevância da universidade na construção de uma sociedade do futuro, através da formação de profissionais com uma visão humanista e de equidade social.

Na função econômica, a universidade deve estimular a criação e o desenvolvimento de metodologias de gerenciamento mais eficientes dos recursos e de um fluxo de investimentos provenientes da esfera pública ou privada, de forma que, a eficiência econômica seja avaliada não apenas por critérios econômicos, mas, na perspectiva social.

No que se refere à função ambiental, a universidade é responsável pelo estímulo ao pensamento e ação da preservação dos recursos naturais, através da produção do conhecimento e da cultura. A utilização de novos métodos e técnicas que preservem ou conservem os recursos naturais é condicionada a perspectiva de como a universidade se coloca no futuro, portanto, o conhecimento científico e tecnológico desenvolvidos na universidade deve inferir na melhoria da qualidade do meio-ambiente.

A função cultural da universidade caracteriza-se pela procura das bases endógenas do conhecimento, a compreensão e absorção dos valores existentes na sociedade e as

expectativas de outros, com base na visão de mundo. A concepção e abrangência da função cultural criam novos desafios para a universidade, e estes desafios, passam pela preservação e transmissão do saber para a nova geração e ao mesmo tempo, um novo conhecimento a partir das pesquisas realizadas.

E por fim, a função política, na qual a universidade objetiva realizar a preparação dos seus estudantes para outra perspectiva e as possíveis contradições, fornecendo-lhes conhecimento e possibilidade de desenvolver habilidades e atitudes que contribuam para um novo modo de relaciona-se com a sociedade. A função política da universidade é compreendida em um significado mais amplo, pois, quando executa todas as funções, realiza o seu *ethos* de formação das pessoas nas dimensões pessoal e profissional contribuindo nas dimensões científicas, técnicas, éticas e humanas, o que permite uma atuação na mudança ou conservação do ambiente sociocultural.

Em consequência desta formação, surgem novos paradigmas os quais se refere a um conjunto de crenças ou premissas sobre algo que se julga verdadeiro. A universidade nesse sentido tem a capacidade de criar, reelaborar e classificar diferentemente o conhecimento. Essa nova forma de conceber a universidade exige, certamente, uma nova pedagogia do saber, isto é, um questionar permanente sobre o fazer da academia e os resultados desse fazer.

Portanto, o principal fator que diferencia a universidade de outra organização é a capacidade de inferir o futuro, seja ele, de uma comunidade, de uma região e/ou país. Esta premissa implica nos resultados das atividades da universidade sobre os estudantes, que ao adquirir conhecimentos necessários para exercer uma atividade na sociedade, devem ser capazes de responder as expectativas neles depositadas, norteados pelo compromisso de servir a sociedade. Neste contexto, González (2007, p.12) considera a RSU como "uma chamada para as instituições de ensino superior reconstruir e reelaborar a cultura e o conhecimento para desenvolver uma sociedade mais justa e humana".

Para Volpi (1996) muito se tem escrito e debatido sobre a função da universidade como produtora e transmissora de conhecimento e faz as seguintes indagações:

[...] mas como ela vem cumprindo seu papel? Que tipo de conhecimento vem produzindo, e, principalmente, como está sendo socializado? Ou será uma mera (re)produtora de conteúdos eruditos para um número de reduzido de privilegiados? E esse saber, de que nutre? Que compromisso tem ela com as reais necessidades da nossa sociedade? Estará a universidade com os pés firmados no real ou flutuará no distanciamento (VOLPI 1996, p16).

E estas preocupações tem sido objeto de manifestações crescentes nos estudos acadêmicos sobre a universidade. Santos (2001) abordou a concepção de Karl Jaspers, bem dentro da tradição do idealismo alemão, no qual faz uma leitura das funções institucionais e da missão eterna, considerando que a universidade:

[...] é o lugar onde por concessão do Estado e da Sociedade uma determinada época pode cultivar a mais lúcida consciência de si própria. Os seus membros congregam-se nela com o único objetivo de procurar, incondicionalmente a verdade e apenas por amor à verdade. Daqui decorriam por ordem decrescente de importância os três grandes objetivos da universidade: porque a verdade só é acessível a quem a procura sistematicamente, a investigação é o principal objetivo da universidade; porque o âmbito da verdade é muito maior do que o da ciência, a universidade deve ser um centro de cultura, disponível para a educação do homem no seu todo; finalmente, porque a verdade deve ser transmitida, a universidade ensina e mesmo ensino das aptidões profissionais deve ser orientado para a formação integral. No seu conjunto, este – cada um deles inseparável dos restantes – constituiriam a ideia perene de universidade, uma ideia que, além de ser única da civilização ocidental, exigiria, para sua realização (aliás, nunca plena), um dispositivo institucional igualmente único (SANTOS, 2001, p.163-164).

Portanto, a universidade assim entendida é um espaço reservado ao desenvolvimento da investigação científica associado à capacidade de ultrapassar os limites da prática diária na busca de novos paradigmas. O pensamento científico nessa universidade é indutor da autocritica e de um novo olhar na busca constante da verdade através da ciência.

Para Mazzoni (2001) as reflexões alemãs sobre as instituições de ensino, iniciadas no século XIX e continuadas por Jaspers no século XX, constituiu-se um conceito de universidade, o qual recupera o sentido original dessa instituição, acrescentando-lhe a missão de construtora do conhecimento.

Para compreender a missão da universidade na sociedade e fundamentar a sua responsabilidade, é necessário um resgate histórico sobre a sua formatação e concepção, considerando ser uma instituição indispensável ao desenvolvimento da ciência e sua missão deve ser pensada a partir de um conceito que delimite claramente a natureza institucional, os objetivos para os quais existe e seus fins.

Do ponto de vista histórico, há um consenso entre os autores, que as primeiras universidades têm origem na Idade Média e seus objetivos prioritários eram atender as demandas da Igreja na formação do clero e posteriormente as demandas do Estado na formação de médicos, advogados, engenheiros, tabeliães e outras profissões de interesse da época.

2.2.1 Aspectos históricos da universidade como uma organização diferenciada

Criada no contexto do cristianismo, a universidade enquadra-se na visão e concepção do catolicismo de então a partir das experiências de Paris e Bolonha, cuja homogeneidade institucional e de doutrina era respaldada pela Igreja. Com o fim da Idade Média e o advento da Reforma Protestante, houve um rompimento da unidade e, gradativamente, novos paradigmas foram se instituindo e se fortalecendo ao longo das décadas (ROSSATO, 2011).

Denominadas inicialmente de *universitas*, palavra que no latim jurídico da época significava comunidade, totalidade ou corporação de um grupo, as universidades se organizaram a partir de um modelo corporativo em torno das escolas catedrais e assumiram a responsabilidade do saber do direito canônico e romano e o saber das artes. Duas estruturas foram desenvolvidas: *universitas magistrorum* e *scholarium*.

A *universitas magistrorum*, com o significado de corporação constituída de mestres que se organizaram para proteger-se da pressão da Igreja, do poder secular e da influência da cidade. Atuando frente a estas três forças de pressão, a universidade conseguia manter-se independente e autogovernar-se. Isolados da cidade, seus alunos eram considerados da nobreza pela comunidade local (RESENDE et. al., 1978).

A *scholarium* apareceu em Bolonha, com o significado de corporação de estudantes. Essa estrutura apresentava-se superior à corporação dos mestres, além da indicação do reitor, empregava e pagava a seus mestres pelas aulas ministradas e decidia qual o currículo devia ser estudado. Somente séculos depois, o poder dos estudantes foi substituído pelo controle dos mestres (RESENDE et. al., 1978).

Estas duas concepções estruturais de universidades geraram, por sua vez, duas orientações diferentes em relação à participação dos estudantes no processo administrativo. Para a corrente inglesa, os mestres deviam assumir a responsabilidade da gestão da universidade sem participação dos estudantes. Na corrente universitária da América Latina, havia um desejo dos estudantes em participar das decisões administrativas da universidade, movimento esse que surgiu em Córdoba, em 1918, espalhou-se pelo mundo na década de 1960, e vem se consolidando nos dias de hoje.

Quanto ao programa de ensino das universidades medievais, as Sete Artes Liberais tornaram-se um currículo disciplinar, para fins de ensino. Segundo Mazzoni (2001), as disciplinas foram divididas em duas partes: *trivium* (gramática, retórica e dialética) e o *quadrivium* (aritmética, música, geometria e astronomia); mas era especialmente o *trivium*

que constituía o núcleo de disciplinas preparatórias que o jovem aprendia ao entrar na universidade.

A premissa dessa estrutura do ensino era de que o aluno, para aprender outras coisas, precisava aprender a falar, escrever e pensar. Sem esses conhecimentos dificilmente o estudante conseguia evoluir nos estudos. Concluída a estrutura curricular de ensino proposta, que variava de três a sete anos, o estudante se submetia a um exame de bacharelado e, se aprovado, credenciava-se a ensinar, como também continuar os estudos numa das faculdades profissionais de medicina, direito e teologia (MAZZONI, 2001).

Assim, conceituar a universidade significa indicar atributos de natureza técnico-científica e de natureza filosófica (BARROS, 2000). No caso da conceituação das universidades medievais, atribuía-se o caráter de natureza filosófica e que tinha como pressupostos transmitir a verdade através da docência (MAZZONI, 2001).

Ao longo dos séculos XV a XVIII, as universidades tiveram mudanças significativas. Segundo Resende et. al. (1978), as mudanças foram inseridas em dois níveis: a primeira tratava da expansão de unidades educacionais denominadas “*Colleges*”, nas Universidades de Oxford e Cambridge, na Inglaterra, com o objetivo de disseminar o anglicanismo. Paralelamente ao surgimento dos “*Colleges*”, aconteceu a desvinculação do *studium generale* da Universidade de Paris, Bolonha e Oxford motivados pelos conflitos de interesses das universidades protestantes da Inglaterra com as universidades católicas do Continente.

A segunda mudança advém do impacto causado nas universidades pelas transformações comerciais do capitalismo e do humanismo no renascimento, período marcado por muitas transformações na vida humana, evidenciadas na cultura, sociedade, economia, política e religião. Inclui-se ainda nessa segunda mudança, a ruptura religiosa entre as universidades, provocada pela reforma e contrarreforma. Segundo Resende et. al. (1978) nesse período duas estruturas acadêmicas de universidades começaram a se desenvolver. As universidades latinas, predominantes católicas e as universidades europeias protestantes.

A criação dessas duas estruturas representou uma alteração significativa na formação dos estudantes. As universidades católicas retiraram dos seus currículos os cursos de filosofia e teologia que passaram a ser oferecidos em seminários especialmente criados para formação do clero. Enquanto as universidades protestantes mantiveram os referidos cursos em seus currículos para a formação de pastores. E, por consequência, as universidades protestantes mantiveram a tradição medieval, enquanto isto, na América Latina e Europa houve um significativo desprezo pela teologia e filosofia em suas universidades, passando a focar nos currículos a supervalorização da formação profissional (RESENDE et. al., 1978).

Diante desse conflito e do desprestígio que enfrentava a universidade, surge na França às escolas de profissionais, que tinham como objetivo responder às necessidades específicas da sociedade francesa. Foi nesta época a criação das Grandes Escolas com o objetivo de fornecer as estruturas técnicas e militares dos altos cargos do Estado. Destacaram-se entre elas a *École Polytechnique*, do *Collège de France*, a *École Mines* da *École Ponts*, do *Institut de France* e da *École Normale de Paris* (RESENDE et. al., 1978).

Passada a Revolução Francesa, a universidade rompe com a tradição medieval e das ideias renascentista e passa a receber o ordenamento do Estado, ou seja, uma corporação estatal de docentes que se destinava a manter o ensino secundário e superior exclusivamente público. Segundo Mazzoni (2001), Napoleão, para afirmar sua autoridade, tinha um projeto que consistia em ver a nação toda voltada ao culto de sua pessoa, e isso ele pretendia conseguir através da educação. Para que essa educação atendesse aos interesses do poder vigente, o Estado detinha o controle do corpo docente e das atividades da instituição.

Ao contrário do modelo napoleônico de universidade, surge no início do século XIX, entre os anos de 1809 e 1810, a Universidade de Berlim, arquitetada e defendida por Wilhelm Von Humboldt, que apresentava na proposta de criação características diferentes do modelo vigente de universidade, a qual incluía a união do ensino e pesquisa. Esse novo formato serviu para nortear as reformas universitárias na América do Norte e em alguns países da Europa, fazendo-se presente nos modelos atuais de universidade. Segundo Wanderley (2005):

[...] foi o modelo alemão do século XIX que estabeleceu um padrão vinculando a pesquisa científica com o ensino superior. Na França, a atividade científica esteve vinculada aos institutos independentes (...). Nos Estados Unidos, que assimilou o modelo alemão, houve inovação ao nível da formação dos cientistas nos cursos de doutoramento, credenciando-os para atividades universitárias e outras externas, diferentemente dos doutorados europeus (WANDERLEY, 2005, p. 20).

A universidade como Humboldt concebeu, segundo Denzin (2006), implicava essencialmente no desenvolvimento da ciência e na formação intelectual e moral da nação, pois, o ensino universitário deveria basear-se na pesquisa, e não nas doutrinas não comprovadas. Por outro lado, para esta nova concepção de instituição deveria predominar o comprometimento interno das pessoas e a combinação externa de financiamento e estrutura. A proposta a liberdade de pensamento e de investigação eram princípios imperativos da vida universitária, ou seja, livre de restrições políticas e teológicas.

A nova universidade Alemã na visão de Humboldt deveria exercer as atividades de ensino e pesquisa e estabelecer o princípio da liberdade acadêmica na forma de executar suas

atividades, como resultado dessa visão surgiu o sistema de seminários, cuja metodologia instituída compreendia:

[...] a leitura e o comentário de um determinado texto (*lectio*) e a discussão de problemas abordados (*disputatio*). A *lectio* junto com a *expositio* ficava a cargo do mestre e a *disputatio* contava com a participação também dos discípulos ou alunos (STREFLING, 2012, p.16).

Em 1968 Jacques Drèze e Jean Debelle fizeram um estudo sobre a universidade da Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos, França e União Soviética e identificaram cinco modelos diferentes de universidades: um centro de educação, uma comunidade de pesquisadores, um núcleo de progresso, um modelo intelectual e um fator de produção.

Os três primeiros modelos (um centro de educação, uma comunidade de pesquisadores, um núcleo de progresso) integravam a concepção de universidade do espírito ou liberal, que congregavam as universidades inglesa, alemã e a norte americano e eram classificadas como instituições que desenvolviam uma ideia de universidade a partir de suas próprias especificidades. Os outros dois modelos (um modelo intelectual e um fator de produção) compreendiam a concepção da universidade funcional ou do poder, congregavam as universidades, francesa e à soviética, que são classificadas instituições em relação aos serviços que presta a uma nação (DRÈZE e DEBELLE, 1983).

O Quadro 1 reúne os elementos compilados que norteia a compreensão das principais concepções das universidades e os respectivos modelos que se foram formulando ao longo dos tempos.

Quadro 1 - Concepções de universidade

Concepção Geral		A universidade do Espírito			A universidade do Poder	
País	INGLATERRA	ALEMANHA	U.S.A	FRANÇA	U.R.S.S	
Modelos	Um centro de educação	Uma comunidade de pesquisadores	Um núcleo de progresso	Um modelo intelectual	Um fator de produção	
Autor principal	Newman	Jaspers	Whitehead	Napoleão	Conselho dos Ministros	
Finalidade	Aspiração do indivíduo ao saber	Aspiração da humanidade a verdade	Aspiração da humanidade ao progresso	Estabilidade política do Estado	Edificação da sociedade comunista	
Concepções de modelos	Uma educação geral e universal por intermédio do saber universal	A unidade de pesquisa e do ensino no centro do universo das ciências	A simbiose da pesquisa e do ensino a serviço da imaginação criadora	Um ensino profissional uniforme confiado a grupo profissional	Um instrumento funcional de formação profissional e política	
Princípios de organização	<ul style="list-style-type: none"> •Pedagogia do desenvolvimento intelectual; •Internato e tutores. 	<ul style="list-style-type: none"> •São organizações da Faculdade; •A liberdade acadêmica. 	<ul style="list-style-type: none"> •Corpo docente criador; •Estudantes capazes de aplicar alguns princípios gerais. 	<ul style="list-style-type: none"> •Hierarquia administrativa controlada; •Programas uniformes. 	<ul style="list-style-type: none"> •Manipulação controlada da oferta de diplomas •Apelo a todas as forças produtivas da nação 	
Quanto ao problema do acesso		Rede diversificada de instituição de ensino superior no seio da qual as universidades conservam sua originalidade	Rede Oficial uniforme para a massa e elite		Adaptação do número às necessidades da economia e diversificação das instituições	

Fonte: Drèze e Debelle, (1993, p.23)

Segundo Mazzoni (2001) o estudo apresentado pelos autores Drèze e Debelle visualizado no quadro 1 permitiu a compreensão das principais concepções das universidades que foram criadas no passado e as influências na origem e desenvolvimento de novas universidades.

A concepção inglesa de universidade tem como protagonista John Henry Newman, que escreveu em meados do século XIX sobre a universidade e compreendia como uma instituição essencialmente docente, destinada a formação dos jovens para ajudá-los na formação do caráter. Para Newman, a finalidade primeira da educação não era a aquisição de uma informação útil ou de habilidades necessárias para uma determinada ocupação, mas o cultivo do intelecto.

Na Alemanha, a universidade arquiteta e defendida por Humboldt, tinha como seu representante Karl Jaspers, que concebia a universidade com a missão transmitir a verdade. Sua existência tinha como base os princípios da unidade do saber e a unidade da pesquisa e do ensino norteadas pela liberdade acadêmica.

É importante observar também nesse contexto, a predominância do pensamento alemão no cenário intelectual ocidental. Num primeiro momento as ideias de Kant, Herder, Fichte, Schelling, Hegel e Schopenhauer, no chamado idealismo clássico no final do século XVIII, posteriormente, Karl Marx, Friedrich Engels e Nietzsche expoentes do materialismo filosófico no século XIX (SCHILLING, 2006).

Na concepção americana de Alfred North Whitehead (1927), a universidade tem a finalidade de ser um instrumento eficaz para o progresso da nação e da sociedade. É o local onde a cultura e a ciência transforma-se em ação com o objetivo de construir um novo contexto social (DRÉZE e DEBELLE, 1983)

Quanto a universidade francesa segundo Mazzoni (2001) não há escrito que contenham reflexões sobre ela, sendo necessário buscar em Napoleão o referencial, por sua considerável influência nas diversas formas educacionais que ocorreram ao longo do século. Na concepção Napoleônica a universidade, está ideologicamente subjugada ao poder, assumindo a função de conservar a ordem social pela difusão de uma doutrina comum, através, principalmente, da instrução (DRÉZE & DEBELLE, 1983).

Por fim, o modelo soviético, que foi definido tendo como objetivo a construção da sociedade comunista, segundo as diretrizes aprovadas pelo Conselho de Ministros. O ensino na universidade deveria ter a função essencial contribuir para o crescimento econômico da nação. A concepção universitária soviética visa integrar a instituição ao processo

socioeconômico da nação, orientando e reorientando os conteúdos de acordo com os objetivos estabelecidos pelo governo central (DRÈZE & DEBELLE, 1983).

Diante desse contexto, pode se afirmar que ao longo do tempo as concepções em relação as universidades foram se diversificando, a formatação do ensino superior foi se modificando e os governos estabeleceram novas prioridades em relação ao ensino. Constatase também, a desvalorização das disciplinas humanistas nas propostas de currículos, ao mesmo tempo em que são introduzidos os conteúdos das ciências modernas, que fomenta o aparecimento de novas profissões e novas ciências para atender a demanda do desenvolvimento.

A filosofia que outrora norteava o pensamento político e comportamento social, na perspectiva da cultura helênica clássica, perdeu o seu espaço privilegiado para a modernidade, submetendo-se a visão pragmática que se instalou na sociedade, caracterizada pelos princípios racionais e pelo método científico sob a inspiração dos pensadores positivista da ciência racional. Para Deina (2007) essa conjuntura aponta como se nas complexas sociedades contemporâneas o saber teórico proporcionado pelo conhecimento filosófico não fosse considerado suficiente para o exercício do bom governo, mas o conhecimento técnico que abrange as diversas áreas especializadas do conhecimento.

Nesse novo paradigma advindo do pensamento científico, o saber teórico originado da filosofia, deveria ser esquecido e que na nova ordem era o domínio do *know-how* (conhecimento processual) proveniente do saber adquiridos nas disciplinas pertencentes ao estudo das ciências especializadas denominada racionalidade instrumental. Esta racionalidade passa a pertencer a todo sistema produtivo, aos processos tecnologico e científico, as instituições publicas e privadas.

No contexto histórico brasileiro, identifica-se uma forte resistência de Portugal em criar uma universidade no Brasil. Segundo Buarque (2005), enquanto os demais países da América criavam suas universidades já nas primeiras décadas depois do descobrimento, no Brasil o ensino superior era relegado aos filhos de ricos que podiam estudar na Europa.

Com a vinda da família real para o Brasil, D. João VI adotou algumas providências para que seus filhos e os filhos dos nobres tivessem condições de ser educados. Viabilizou a abertura das instituições educacionais tais como: Academias Militares, Escola de Direito e Medicina, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico (MAZZONI, 2001).

Proclamada a República havia uma explícita limitação do sistema educacional com duas faculdades de direito, em São Paulo e Recife, duas de medicina, na Bahia e no Rio de Janeiro, e uma faculdade politécnica, no Rio de Janeiro. Mas, em 1869, é iniciada a expansão

através da criação da Escola Agrícola União e Indústria de Minas Gerais, seguida da Escola de Minas de Ouro Preto em 1875 e pela criação de uma escola de agricultura na Bahia em 1877. Registra-se, portanto, que no período entre 1891 e 1910, foram criadas vinte e sete escolas superiores (MAZZONI 2001).

Paralelamente, também surgiram várias propostas de criação de universidades: São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Salvador e no Recife, mas nenhuma dessas propostas se efetivou imediatamente. Só em 1911, é que surgiu a primeira Universidade em São Paulo de caráter privado e que teve seu funcionamento só até 1917; da mesma forma a Universidade de Manaus criada em 1913, embora gratuita, fechou em 1926. Pode-se deduzir que essa instabilidade no sistema educacional era provocado pela omissão do Estado em não assumir a responsabilidade do ensino superior (MORHY, 2004).

Porém, somente em 1920, foram criadas instituições nominadas e formatadas como universidade, a primeira foi a Universidade do Brasil, que mais tarde tornou-se Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sua criação partiu da fusão das três faculdades existentes na cidade. Seguindo processo de criação veio, em 1927 a Universidade de Minas Gerais, e em 1934 foi fundada a Universidade de São Paulo (USP), (MAZZONI 2001).

Semelhante a várias universidades federais brasileiras a Universidade Federal da Paraíba – UFPB teve suas origens em instituições isoladas, públicas e privadas, tendo alcançado a condição de Universidade Estadual pela Lei Estadual Nº 1.366/55 e federalizada pela Lei Nº 3.835, de 13/12/60. Hoje, é uma instituição autárquica de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba. Igualmente tem-se a Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, criada a partir do desmembramento da UFPB, em 09/04/2002, através Lei nº 10.419 (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA, 2006).

A forma estrutural estabelecida para a universidade brasileira, ocasionada pelo ajuntamento de escolas agrícolas, técnicas profissionalizantes e vocacionais, consolidou o velho padrão de ensino superior e produziu uma ideia distorcida de universidade.

[...] o que se chamou de universidade não tinha substância própria, nem ao nível estrutural funcional, nem ao nível histórico: era uma mera conglomeração de escolas superiores e um recurso para preservá-las e difundir-las, com suas magras virtudes e com seus intocáveis defeitos (MAZZONI 2001).

Esse modelo se assemelha com o que ocorreu na França com as “*Grandes Ecoles*” e com os Estados Unidos com os *colleges*. O primeiro modelo tinha como objetivo fornecer as

estruturas técnicas e militares dos altos cargos do Estado, o segundo buscava atender às necessidades educativas das comunidades locais e preservar seus valores, como também o interesse que a população tivesse acesso direto aos textos bíblicos.

Ao longo do tempo, os estudos sobre a educação superior e a universidade têm provocado nos governos e no meio da comunidade acadêmica uma reflexão sobre as questões que envolvem o propósito de ser da instituição de ensino superior, os seus objetivos e suas funções, e qual deve ser o papel mediante as profundas mudanças ocorridas na sociedade nas últimas décadas.

Nesse sentido, a reflexão sobre o papel da universidade envolve o esforço permanente para compreender os significados sociais, culturais e políticos na ação criar, sistematizar e difundir o conhecimento, necessária para a construção de um novo cenário de propósitos e finalidades na ação de formar.

Essa perspectiva marca a dinâmica do processo, uma vez que toda mudança envolve a intenção da ação, a construção do significado, a busca do futuro, estabelecendo rupturas para definir um novo rumo, uma nova direção e um novo paradigma.

2.3 Inserções da Responsabilidade Social nas Organizações

Historicamente, tem-se pautado a temática da RS a partir do período pós-revolução industrial, no início do século XX, frente a uma regulamentação de mercado e das políticas abusivas de preços, além do monitoramento da expansão das corporações pelo mundo, especialmente quando o Conselho Econômico e Social da ONU, através da resolução 1721, iniciou estudos sobre o papel das multinacionais nos países emergentes.

Mas, em termos práticos, Robert Owen (1771 -1858) foi o primeiro a delinear e a defender numerosas práticas de relações industriais, educação e políticas sociais. Sócio da algodoaria New Lanark, propôs a criação de várias comunidades industriais para atender as pessoas que trabalhavam e viviam em péssimas condições de higiene e moradia, criou também um armazém em que se podiam comprar mercadorias a preço módico, além de estabelecer um rigoroso controle da venda de bebidas alcoólicas, o que resultou na redução dos vícios e de crimes. Do ponto de vista da educação, fundou em 1816, a primeira escola maternal britânica para atender as comunidades industriais por ele criadas (UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE, 2011).

Em 1863, a Grã-Bretanha aprova a primeira lei contra poluição do mundo e cria o primeiro órgão de controle da poluição. Na Alemanha, em 1929, inaugura-se a ideia de função

social da propriedade. Paralelamente a esses fatos, o aperfeiçoamento dos transportes no século XIX, o acesso à informação na segunda metade do século XX, disseminaram o conhecimento sobre as condições do meio ambiente, permitindo que mais pessoas pudessem perceber os impactos ambientais e sociais além dos arredores de suas comunidades.

Aos poucos, através dos questionamentos de ativistas sociais com relação à prática de discriminação das minorias, dos objetivos econômicos únicos das empresas privadas, e suas ações danosas ao meio ambiente, tornam-se crescentes as ideias de intervenção do Estado, como também as exigências de tomada de decisão com base nos aspectos sociais no que se refere à: filantropia; determinação de preços; relações com os funcionários; preservação dos recursos; qualidade de produtos e operações em países que violam os direitos humanos.

As expectativas intervencionistas não são bem vistas pelas indústrias americanas, especialmente frente ao papel desempenhado pelas empresas nos Estados Unidos, cuja filosofia econômica predominante é a de que o governo não deveria interferir nos negócios, que a liberdade de mercado entre oferta e demanda resultaria no uso responsável dos recursos naturais e o contínuo crescimento econômico asseguraria o bem estar das pessoas.

Para reforçar ainda mais as correntes de defesa da intervenção do Estado, Upton Sinclair publicou, em 1906, o romance *The Jungle* (a Selva), no qual narra a realidade da indústria da carne e a forma como era comercializada em Chicago, apesar da proibição no comércio exterior: “A carne misturada com pedaços de tecidos esfarrapados e sujos, pães mofados, moídos juntamente com os enchimentos das linguiças” (SOUZA, 1996. p. 52). As denúncias de Sinclair, levaram o presidente dos Estados Unidos Theodore Roosevelt a criar uma lei federal de segurança alimentar denominada Lei da Comida Pura.

Estas mudanças institucionais impostas aos agentes econômicos sugerem que as novas políticas, normas e regulamentos são derivados do equilíbrio das forças sociais, das pressões, e das ameaças de regulamentação. As empresas tiveram que lidar com dilemas éticos e sociais, cabendo ao Estado implementar o exercício do poder para garantir a governança e o bem estar.

2.3.1 Modelos de Responsabilidade Social: Sínteses das Propositoras

As visões antagônicas de responsabilidade social se firmaram nos extremos. De um lado existe a visão clássica, ou puramente econômica, de que a única responsabilidade social da gestão é de gerar lucro. Do outro lado se encontra o posicionamento contemporâneo, que

defende que a gestão organizacional vai muito além de gerar lucro, incluindo a proteção e a responsabilidade na melhoria do bem estar da sociedade.

No Evangelho da Riqueza, publicado em 1899, Andrew Carnegie (1835-1919), o fundador do conglomerado U. S. Steel Corporation, estabeleceu a visão clássica da responsabilidade social das grandes empresas, fundamentada nos princípios caridade e custódia: da caridade, exigia que os indivíduos mais afortunados da sociedade ajudassem os membros menos afortunados, como os desempregados, os inválidos, os doentes e os velhos; da custódia, derivado da Bíblia, que exigia que as empresas e os indivíduos ricos se enxergassem como guardiães, ou zeladores de sua propriedade (STONER e FREEMAN, 1999).

Com esses princípios, Andrew Carnegie demonstrou preocupação com a justiça social e fundamentou o exercício da filantropia das empresas e de seus proprietários, prática ainda hoje em vigor, além de defender a função da empresa como multiplicadora das riquezas da sociedade.

Ampliando-se de forma lenta ao longo dos anos, mas, impulsionado pela legislação e pela pressão do movimento trabalhista os princípios da caridade e custódia tiveram na década de 50 e 60 uma aceitabilidade bastante acentuada junto às empresas americanas, notadamente pelo lema explícito no meio empresarial de que “poder traz responsabilidade”, principalmente pela necessidade do povo americano provar as “bondades” do regime capitalista em detrimento das ideias socialistas crescentes em algumas economias (STONER e FREEMAN, 1999).

Por outro lado, contrário a prática de responsabilidade social proposta para as empresas, Milton Friedman, precursor da escola de economia clássica e Prêmio Nobel de Economia, defendia a ideia de que a responsabilidade primária das empresas é maximizar lucros. Tal afirmação ocorre no momento em que a economia americana atravessava dificuldades com inflação e dívida crescente, consequências da guerra do Vietnã. As empresas, por sua vez, sobrecarregadas com os aumentos nos custos de energia e com os gastos para cumprir a legislação, referente a obrigação de reduzir a poluição, proteger os clientes, exigiam a liberação das responsabilidades sociais consideradas por eles impróprias sob a alegação da necessidade de garantir a sobrevivência das empresas através da maximização do lucro (FRIEDMAN, 1985)

A perspectiva de Milton Friedman é que há apenas uma RS nos negócios: usar os seus recursos e desenvolver atividades que maximizem os seus lucros dentro das regras do jogo, ou seja, atuar em concorrência aberta e livre sem recorrer à fraude. Posicionava contra a

intervenção do governo nas atividades das empresas, como também, defendia a extinção dos programas de benefícios sociais do governo americano e em substituição sugeria adotar um conjunto de políticas para o aumento da renda nacional. Para ele, as empresas devem produzir com eficiência bens e serviços, deixando a solução de problemas sociais para os indivíduos e órgãos governamentais competentes (FREIRE, 2009).

Na década de 60, Keith Davis estabeleceu uma nova dinâmica sobre a RSE, na qual a “férrea lei de responsabilidade definira que, ao longo prazo, quem não usasse o poder de um modo que a sociedade considerasse responsável, tenderia a perdê-lo” (STONER e FREEMAN, 1999, p.73).

Nesses debates filosóficos sobre responsabilidade social, os teóricos voltaram-se para a teoria da reatividade social das empresas, que estuda o modo como as organizações se conscientizam e reagem às questões sociais, ao invés de tentar determinar sua responsabilidade social final. Neste contexto, a reatividade social parte de duas abordagens básicas. A primeira no nível micro, representada pelo modelo de Ackerman (1976), que analisa como as empresas reagem individualmente às questões sociais. Parte da ideia de que a reatividade, e não a responsabilidade, deveria ser objetivo dos esforços sociais da empresa. A segunda abordagem, situada no nível macro, é representada pelo modelo de Preston e Post (1975), que conceberam a responsabilidade social como uma presença influenciadora das empresas no setor público, devendo a organização ponderar e avaliar os efeitos de suas ações na sociedade, indo além da simples obediência às leis, mas sem o compromisso de solucionar a totalidade dos problemas. De acordo com estes autores são duas as áreas da gestão da RSE em que as empresas e a sociedade interagem de dois modos distintos: Relações primárias - orientadas pelo mercado - interações com clientes, empregados, acionistas e credores; Relações secundárias – não orientadas pelo mercado – interação com a lei e a moralidade. (STONER e FREEMAN, 1999)

A obrigação social é definida como a adaptação do comportamento corporativo às forças do mercado e da legislação. O único critério para o comportamento das empresas aqui são os aspectos legais. No entanto, pode ser que o critério legal não seja suficiente. Dowling e Pfeffer (1975) sugerem três razões para explicar por que os critérios legais não podem ser suficientes. Primeiro, devido à dinâmica das normas sociais, a mudança legal é frequentemente adiada por causa de sua natureza formal. Em segundo lugar, os valores sociais podem entrar em conflito uns com os outros enquanto as leis são assumidas para ser consistentes. Em terceiro lugar, durante um período transitório, de certas atividades pode ser mal tolerada pelo sistema social, enquanto a lei confere a aceitação social no código legal.

Na responsabilidade social para que uma empresa seja socialmente responsável, deve executar em um nível coerente com as normas sociais dominantes e expectativas. A Comparação da obrigação social, com as responsabilidades sociais, a diferença está na proatividade. As corporações devem adaptar o comportamento antes que se torne legalmente exigido. Responsabilidades sociais, em geral, são adaptações de curto prazo.

A capacidade de resposta social envolve um longo prazo de adaptação. A ideia da capacidade de resposta social não é sobre como a empresa deve se adaptar às atuais normas sociais, mas sobre a razão de ser do negócio a longo prazo e o papel que deve desempenhar no sistema social. As corporações devem prever as mudanças que possam ocorrer no sistema social e estarem prontos para o desafio. As atividades de sensibilidade social relacionadas são antecipatória e preventiva, enquanto as responsabilidades sociais dos comportamentos relacionados são prescritivos.

Reconhecer os benefícios das práticas de responsabilidade social tem sido o enfoque das abordagens de muitos autores, embora sejam tratadas com percepções diferentes. Para Carrol (1979, p.2), a concepção de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) é concebida em quatro tipos de responsabilidade: econômica, legal, ética e discricionária ou filantrópica.

A responsabilidade econômica relaciona-se pelo objetivo com que foram criadas, ou seja, como entidades econômicas destinadas a fornecer bens e serviços aos membros da sociedade. O lucro foi estabelecido como o incentivo primário para o empreendedorismo. Na responsabilidade legal, espera-se respeito às leis e regulamentos promulgados pelo poder público municipal, estadual e federal. Essa responsabilidade reflete uma visão de "ética codificada", no sentido de que incorporam as noções básicas das operações estabelecidas pelos nossos legisladores. A ética como outro tipo de responsabilidade, incorpora as normas ou expectativas que refletem uma preocupação com os consumidores, colaboradores, acionistas e comunidade, em consonância com o respeito ou a proteção dos direitos e valores morais. A responsabilidade filantrópica inclui uma participação mais ativa em atos ou programas para promover o bem-estar humano.

A Figura 3 apresenta o modelo, no qual as responsabilidades são ordenadas da base para o topo em função de sua magnitude relativa e da frequência dentro das quais os gestores lidam com cada aspecto.



Figura 3 - Os quatro tipos de responsabilidade social

Fonte: Carroll (1979)

Nesta abordagem, os seguintes pressupostos anteriormente relatados são definidos pela responsabilidade econômica, responsabilidade legal, responsabilidade ética e a responsabilidade discricionária ou filantrópica.

A responsabilidade econômica relaciona-se ao objetivo com que foram criadas, ou seja, como entidades econômicas destinadas a produzir bens e serviços de que a sociedade necessita e quer, a um preço que possa garantir a continuação das atividades da empresa, de forma a satisfazer suas obrigações com os investidores e maximizar os lucros para os seus proprietários e acionistas.

A responsabilidade legal define o que a sociedade considera importante como respeito ao comportamento adequado da empresa. Ou seja, esperam-se das empresas que atendam às metas econômicas dentro da estrutura legal e das exigências legais, que são impostas pelos conselhos locais das cidades, assembleias legislativas estaduais e agências de regulamentação do governo federal.

A responsabilidade ética inclui comportamentos ou atividades que a sociedade espera das empresas, mas que não são necessariamente codificados na lei e podem não servir aos interesses econômicos diretos da empresa. O comportamento antiético, que ocorre quando

decisões permitem a um indivíduo ou empresa obter ganhos à custa da sociedade, deve ser eliminado. Para serem éticos, os tomadores de decisão das empresas devem agir com equidade, justiça e imparcialidade, além de respeitarem os direitos individuais.

A responsabilidade discricionária ou filantrópica é puramente voluntária e orientada pelo desejo da empresa em fazer uma contribuição social sem ser imposta pela economia, pela lei ou pela ética. A atividade discricionária inclui: fazer doações a obras beneficentes; contribuir financeiramente para projetos comunitários ou para instituições de caridade que não oferecem retornos para a empresa e nem mesmo são esperados.

Na prática, os modelos de gestão das organizações têm um significado associado à racionalidade, comprometida com a produtividade dos fatores produtivos, com os resultados e impactos das ações. Esta racionalidade, contudo, tem se ajustado aos novos pressupostos do paradigma da cidadania corporativa e sustentabilidade reorientando os novos métodos de gestão.

Para uma nova perspectiva da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) Frederick (1998) aponta que os estudos das questões sociais na gestão esgotaram na sua estrutura primária analítica baseada em performance social corporativa, ética nos negócios e a teoria dos stakeholders e precisa se mudar para um novo nível paradigmático com base nas ciências naturais, incluindo as perspectivas cosmológicas. Nesse mesmo estudo delineou uma classificação da RSC em quatro situações: A primeira baseada em uma mudança conceitual ético-filosófico, a qual ele classificou por (RSC1); a segunda, referente ao conceito orientado para ação gerencial e sua capacidade de resposta social da organização, classificou como (RSC2); a terceira classificação, fez inclusão do elemento normativo com base na ética e valores, a qual ficou como (RSC3) e finalmente denominada (CSR4) que visa introduzir o cosmo com referência normativa básica para as questões sociais na gestão e incluindo o papel da religião.

Outras classificações surgiram com base nas questões relacionadas com a RSE e gestão através do conceito de cidadania corporativa. Para Locke (2002), embora a literatura sobre a cidadania corporativa seja extensa, pode-se dividi-la em quatro modelos: O primeiro é de cidadania corporativa tradicional, modelo articulado fortemente por Friedman (1970), que considera que "a responsabilidade social das empresas é aumentar a riqueza de seus acionistas" Em outras palavras, a responsabilidade exclusiva da empresa é para aqueles que têm o capital investido na empresa. Ao manter um foco singular na criação de riqueza, as empresas irão promover a eficiência e alcançar um desempenho econômico melhor, que é o bem que uma empresa pode fazer para a sociedade. Claro, as corporações não devem violar as

leis ou se envolver em quaisquer atividades irregulares que poderiam prejudicar a riqueza dos acionistas, mas qualquer tentativa de incorporar objetivos sociais em suas atividades no negócio principal será, de acordo com Friedman, levar a ineficiências.

O segundo o filantrópico, modelo que é uma extensão da visão tradicional. Embora também esteja preocupado principalmente com a otimização da eficiência e da riqueza do acionista, ele reconhece que os gerentes individuais, acionistas e, às vezes, até mesmo as empresas podem se envolver em várias atividades filantrópicas. No entanto, essas atividades não são consideradas importantes, mas são motivadas por várias razões éticas ou morais.

O terceiro modelo é o abrangente. Segundo essa visão, a gestão é responsável não apenas pelos acionistas, mas também por outros grupos (por exemplo, trabalhadores, consumidores, credores, fornecedores, comunidades locais) que podem ser afetados por práticas da empresa. Como resultado deste impacto, os gestores devem levar em consideração os interesses desses grupos na tomada de decisões. Alguns defensores desta abordagem afirmam que a resposta corporativa aos *stakeholders* contribui para a resistência da empresa em face de ameaças externas (Freeman, 1984); (Brummer, 1991). Isto, por sua vez, promove a sobrevivência a longo prazo da empresa. Outros argumentam que o envolvimento diretamente da empresa em questões sociais mais amplas melhora sua rentabilidade e, portanto, dos acionistas.

Por último, ativista social de cidadania corporativa, esse quarto modelo estende os limites dos supostos beneficiários, além dos grupos diretamente afetados pela tomada de decisões da empresa e para a sociedade em geral. Segundo essa visão, as empresas devem agir para servir melhor aos objetivos mais amplos da sociedade, e não apenas para beneficiar um número mais restrito de acionistas ou partes interessadas.

Ashley (2003 e 2002), partindo do modelo tridimensional de RSE desenvolvido David Wood (1991) e agregando o modelo próprio, construiu um novo modelo chamado Análise do Conteúdo da Comunicação de Estratégias de Responsabilidade Social Empresarial – ACCERSE, no qual proporciona conhecer como as ações de RSE são estabelecidas nas organizações focando na estratégia, na comunicação empresarial e nos resultados que podem ser observados (SANTOS, 2007). O modelo é direcionado à análise da execução da comunicação empresarial relacionada com a RSE e são agrupados em quatro grupos:

- **Princípios e diretrizes:** abordagens relacionadas à difusão dos valores acerca da RSE e das regras de gestão que a conceituam e como é entendida pela empresa;

- **Processos organizacionais:** este tema é indicado para acompanhar a forma como a organização incorpora os princípios e diretrizes da RSE na rotina do dia-a-dia;
- **Projetos e ações específicas:** objetiva explicar como as políticas e programas da organização estão relacionados diretamente a RSE;
- **Transparência e publicidade:** temática mais relevante no processo de comunicação e conhecimento dos assuntos relativos à RSE (ASHLEY, 2003).

A partir dessas contribuições, Garriga e Melé (2004) apresentam uma abordagem na qual identificam as contribuições para o aprimoramento do conceito da Responsabilidade Social e as afinidades com as demais teorias. Relacionam a relevância da Responsabilidade Social com as abordagens focadas nos aspectos sociais, econômicos, políticos e éticos, agrupados em quatro teorias: as Teorias instrumentais abordam a empresa exclusivamente como um instrumento de criação de riqueza e suas atividades sociais são usadas como meio para alcançar a lucratividade. Nesse grupo, há três teorias que integram a abordagem econômica empresarial: a maximização do valor das ações para o acionista; estratégias para alcançar vantagens competitivas; marketing de causa (GARRIGA E MELÉ, 2004).

As Teorias políticas abordam o grupo de teorias que tratam da interação e conexões entre empresas e sociedade, o poder das empresas e suas consequentes responsabilidades. Embora haja outras abordagens que tratem do relacionamento da empresa com a sociedade numa perspectiva política, consideramos duas: constitucionalismo corporativo e cidadania corporativa (GARRIGA E MELÉ, 2004).

As Teorias integradoras que abordam, como as empresas que integram as demandas sociais, teorizam como os negócios dependem da sociedade para sua existência, continuidade e crescimento, prometendo assim a legitimação social, maior ascensão e prestígio social. Esse grupo é composto por quatro teorias: gestão das questões sociais, princípio da responsabilidade pública, gestão dos *stakeholders*, desempenho social corporativo (GARRIGA E MELÉ, 2004).

As Teorias éticas referenciam-se nas responsabilidades éticas das empresas para com a sociedade, baseadas em princípios que se expressam na necessidade da construção de uma sociedade melhor. As principais abordagens que compõem essas teorias são: teoria normativa, direitos universais, desenvolvimento sustentável, abordagem do bem comum (GARRIGA E MELÉ, 2004).

De maneira muito genérica, pode-se conceituar a Responsabilidade Social enquanto modelo de gestão de um processo em construção. As suas várias abordagens existentes permitem as organizações e os atores sociais envolvidos adotarem a que melhor lhe convém,

entretanto, o mais importante é a concepção de uma sociedade de valores, a qual reserva nas suas decisões uma atenção especial com as gerações futuras.

Entende-se, portanto, que todas essas contribuições e tantas outras, advindas ao longo do tempo sobre RSE são na verdade subsídios para o desenvolvimento de novas concepções e modelos de abordagens sobre a temática. Vallaey (2006) aponta várias características advindas da RSE e que são úteis a RSU.

A responsabilidade social se desenvolve quando uma organização é autoconsciente, conhece o seu entorno e a sua relevância. Caracteriza-se pela consciência organizacional global e integral, mais precisamente uma organização como um sistema aberto, que influencia e é influenciada pelo ambiente que atua. Destaca-se o envolvimento que devem ter todas as pessoas da organização na busca desse nível de consciência.

Essa nova compreensão de organização caracteriza-se pela vontade ética e o interesse em fazer bem as coisas e que todos os beneficiários internos e externos dos serviços prestados fiquem bem. O autor entende que, se a organização age eticamente nos processos de execução de produtos e serviços, o resultado é a satisfação dos beneficiários interno e externo e, por consequência, pode resultar numa articulação entre ética e eficiência.

A articulação permite a definição de certos princípios e valores como parâmetros do que seja uma boa ação para a empresa, o que deve ser incluído na estratégia global e no funcionamento do dia-a-dia da organização, a fim de envolver toda organização. As consequências dos resultados dos processos são vistas como um todo, completo, regulamentado e atendendo às exigências e necessidades dos segmentos potencialmente envolvidos.

O entendimento do fazer ou deixar fazer algo que se considera bom considera-se a dependência da negociação e do diálogo entre a organização e as partes afetadas com os processos, produtos e serviços oferecidos. Nessa condição do que se considera bom, o autor coloca os indicativos norteadores para a ética praticada:

[...] ética atenciosa e de responsabilidade pelas consequências das ações levadas a cabo; ética do diálogo e do consenso entre todos os participantes e os afetados; ética democrática e solidária entre todos os participantes e afetados, para garantir igualdade de condições na reivindicação de respeito a seus interesses, igualmente válidos (trata-se, na medida do possível, de favorecer a todos por igual); ética da complexidade, que demanda uma visão holística e global de todos os aspectos “entrelaçados” (*complexus*), subjacentes às atividades da empresa; ética reguladora para fins de auto-organização: servir aos interesses de todos permite corrigir, de modo permanente, os erros (retroalimentação) e assegurar a sustentabilidade e o equilíbrio da organização (qualquer interesse não atendido terminaria, com o tempo, por afetar seu funcionamento) (VALLAEYS, 2006, p.38).

Evidentemente, estas características são incorporadas de forma real e efetiva nas organizações e passam a compor uma nova abordagem teórica, construindo um novo pensar na concepção conceitual construída a partir de experiências anteriores.

2.4 Inserções da Responsabilidade Social na Universidade

A RS está no *ethos* institucional da universidade e só pode ser conhecida na medida em que se compreende a amplitude dessa instituição no processo de desenvolvimento da sociedade. Sem o entendimento do significado do que seja uma organização universitária e das concepções que lhes dão forma, não se tem a natureza e a extensão da sua relevância. Para Calderón (2008), é desnecessário falar em RS nas instituições educacionais, uma vez que a mesma encontra-se no “DNA” das Instituições de Ensino Superior (IES) pelo seu papel e função social diante do contexto no qual estão inseridas.

As reflexões sobre a Responsabilidade Social da Universidade (RSU) apontam para duas perspectivas: uma filosófica e outra de processo. A perspectiva filosófica da RSU é inerente à promoção e divulgação de valores éticos e estímulo à cidadania na comunidade universitária, objetivando a construção do senso crítico que ajude a promover uma mudança na sociedade. No que concerne a perspectiva filosófica, Vallaeys (2006), numa visão sistêmica, entende que a RSU é capaz de articular as diversas unidades da instituição em um projeto de promoção social, com princípios éticos e de desenvolvimento social, equitativo e sustentável para a produção e transmissão de conhecimento e pela formação de cidadãos igualmente responsáveis. Na perspectiva de processo, considera-se a RSU como um conjunto de ações realizadas numa sequência planejada que produz um resultado. Campos (2004) considera o processo como um conjunto de causas que provoca efeitos, da mesma forma que a abordagem dos parâmetros de processo também está presente na Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, que estabelece a avaliação da RSU e as demais dimensões constantes no Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES, 2009).

Para compreender a concepção da dimensão RSU na perspectiva de processo é preciso mais do que uma simples leitura, é necessário observar o processo sob a ótica do(s) beneficiado(s) pelo resultado do processo: comunidade acadêmica e sociedade. Deve-se observar os diversos programas institucionais e o alinhamento estratégico da universidade em relação à inclusão social, o desenvolvimento econômico, social, cultural e a perspectiva da defesa do meio ambiente. Dessa forma, a gestão universitária precisa estar atenta à execução de todos os programas que impactam o ambiente interno e externo.

2.4.1 Da Responsabilidade Social Empresarial a Responsabilidade Social da Universidade

As visões antagônicas de RS se firmaram nos extremos: de um lado existe a visão clássica, ou puramente econômica, de que a única RS da gestão é de gerar lucro; do outro, se encontra o posicionamento contemporâneo, que defende que a gestão organizacional vai muito além de gerar lucro, incluindo a proteção e a responsabilidade na melhoria do bem estar da sociedade.

A aplicação dos conceitos referentes à RS do ponto de vista contemporâneo, conduz a organização para uma nova abordagem de gestão, estabelecendo relações a partir de valores e condutas. Dessa forma, o que se espera de uma organização realmente preocupada na solução dos problemas da sociedade é a RS como uma política institucional que envolva e comprometa todos os atores sociais da organização.

Não se pode deixar de considerar, entretanto, outras possíveis definições que geram novos quadros de modelos conceituais, particularmente aqueles associados à RS na visão filosófica que tratam das relações éticas e morais das organizações. Nesse caso, como se tratam de questões muito subjetivas, são desenvolvidos modelos teóricos que objetivam alinhar o comportamento da organização. A RS, nesse caso, é potencialmente maior que a obrigação moral atribuída pelo ordenamento jurídico do Estado às instituições. A concepção de que elas podem operar sem qualquer restrição moral é impensável, principalmente pela desconfiança da sociedade nos últimos tempos, em virtude dos escândalos e fraudes tanto na gestão pública administrativa quanto na gestão fiscal.

Interpretada de várias formas, a RS inclui desde a distribuição de lucros com os acionistas até a realização de ação social nas comunidades. Mas, a contextualização detalhada foi desenvolvida pela primeira vez por Bowen (1957), com a publicação do livro “Responsabilidades Sociais do Empresário”, que marcou o início da concepção teórica de RS. Nessa obra, a RS contempla a ideia de que o negócio deve ser conduzido com a preocupação dos efeitos de suas atividades em relação às questões sociais. Dentre elas a melhoria da comunidade, segurança, justiça, integridade pessoal, liberdade e desenvolvimento do indivíduo formando, assim, a concepção de RS como um pressuposto a ser seguido pelos homens de negócios.

A história até então não evidenciava uma mudança na terminologia da RS das empresas, mas nos dias hoje é grande a proliferação das abordagens e significados. E esse interesse pela RS tem se renovado e incluído novos conceitos alternativos nos procedimentos

gerenciais das organizações, tais como: sociedade e negócios sustentáveis, gestão das políticas públicas e sociais, gestão dos *stakeholders*, balanço social e, de forma mais abrangente, a cidadania corporativa e a sustentabilidade empresarial em uma perspectiva da imagem organizacional em nível da RS e seu impacto sobre os processos e no seu desempenho.

Para Davis (1960), a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) consiste em decisões e ações tomadas parcialmente, prevalecendo os interesses econômicos e técnicos da empresa. Carrol (1979) afirma que a RS abrange os campos econômicos, expectativas legais, éticas e discricionárias que a sociedade tem da organização por determinado tempo.

O livro *Verde da União Europeia* traz uma nova concepção de RSE com a seguinte compreensão: ser socialmente responsável não significa somente cumprir plenamente as obrigações jurídicas, mas também ir mais além de seu cumprimento investindo mais no capital humano, e nas relações com os interlocutores (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPÉIAS, 2001). Isso implica em um novo papel das organizações dentro sociedade, indo além do mercado e de suas responsabilidades de produzir e distribuir bens e serviços. Estas devem atuar com um modelo de gestão que assegure o respeito aos direitos humanos e na melhoria da qualidade de vida da comunidade e da sociedade.

Para Ashley (2003), a RS pode ser definida como:

O compromisso que uma organização deve ter com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetam positivamente de modo amplo, ou a alguma comunidade de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela (ASHLEY, 2003, p. 06).

Diversos conceitos são apresentados na literatura sobre a RS das empresas. Para as universidades, como se trata de uma temática nova, ainda são restritas as abordagens; entretanto, já é possível encontrar experiências exitosas na América Latina, especialmente no Chile, a partir do projeto *Universidad Construye País*, criado em 2001, com o propósito de expandir a concepção das práticas de RS no sistema universitário. Tal proposta é destacada pela importância da universidade em incorporar valores éticos a partir da criatividade e dos esforços dos seus integrantes, como também por ser a universidade um lugar estratégico para a formação das novas gerações e na produção do conhecimento que poderá ajudar a resolver os atuais problemas sociais.

O projeto *Universidad Construye País*, promovido pela *Corporación Participa* e pela *Fundación Avina*, contou com a participação de treze universidades chilenas, e resultou na elaboração de uma proposta de promoção RSU. Tal projeto destaca a importância de valores

como fraternidade, solidariedade e responsabilidade social como ingredientes orientadores do trabalho acadêmico, e não apenas competência, eficiência e êxito pessoal, a exemplo dos últimos anos (LA JARA, et. al., 2006).

Iparraguirre (2009) faz a leitura da RSU em torno de seus objetivos institucionais de proporcionar a formação científica, humanista, profissional, técnica e artística em alto nível; contribuir para a competitividade econômica e o desenvolvimento humano sustentável; promover a geração, desenvolvimento e a difusão do conhecimento em todas as suas formas; e contribuir para a preservação da cultura do país e desenvolver atitudes e valores que requerem a formação de pessoas responsáveis, com consciência ética e solidária, reflexiva, inovadora, crítica, capaz de melhorar a qualidade de vida, consolidar o respeito ao meio ambiente, às instituições do país e à democracia.

A universidade socialmente responsável proposta pelo *Universidad Construye País* tem a execução de suas atividades norteadas pelo conjunto de princípios e valores que são utilizados na orientação do comportamento humano. Desse conjunto, foram propostos uma série de indicadores para a mensuração da RSU, e tais indicadores dão condições à universidade de supervisionar e expandir sua responsabilidade, tanto no que concerne à comunidade universitária, quanto ao entorno, ao país e à sociedade global.

No contexto da racionalização característica do mundo contemporâneo, as tendências que se apresentam como mais avançadas são aquelas que adotam o gerenciamento por processo. Levacic (2006) enfatiza que uma ferramenta conceitual para compreensão de um processo para melhorar a eficiência e eficácia de uma organização educacional é o modelo de sistemas abertos. Tal modelo se caracteriza pela possibilidade de acompanhamento das relações entre os insumos captados pela organização e os produtos produzidos e como são mediadas por processos internos.

Garvin (2002) define processo como um conjunto de tarefas e atividades interligadas que juntas transformam entradas (*inputs*) em saídas (*outputs*). No contexto específico dos serviços, processos podem significar a sequência de atividades necessárias para conduzir as transações ocorridas na prestação do serviço. Para Cruz (2005), os processos são a introdução de insumos (entradas) num ambiente, formado por procedimentos, normas e regras, que ao processarem os insumos, transformam-nos em resultados que serão enviados (saídas) aos beneficiados do processo. A utilização da gestão por processo (insumo-resultado) dentro da organização universitária permite que sejam avaliadas as relações entre a utilização dos recursos disponibilizados e os efeitos esperados sobre os processos e os impactos do resultado das ações educacionais.

A abordagem por processos permite, com base em índices, avaliar e revisar as metas estabelecidas nos níveis individual, setorial, operacional e geral da organização em seus diversos elementos constituintes (MARTINS e MARINI 2010).

2.4.2 Enfoques da Responsabilidade Social da Universidade: Sínteses das Proposituras

As visões sobre a RSU se firmaram ao longo do tempo como compromisso social da universidade na formação, pesquisa e difusão da verdade e, posteriormente, em uma perspectiva mais ampla de RS, cujo tema referenciou o XXV Congresso Mundial da *Pax Romana*, na cidade de Montevidéu em 1962 e que teve os fundamentos nas ideias dos intelectuais e acadêmicos católicos que atuavam no ambiente universitário e que apontavam RS como dever que a universidade tem para com os estudantes, os grupos sociais, o Estado e a Igreja (CALDERON, 2005).

Em carta dirigida aos congressistas da *Pax Romana*, em nome do Papa João XXIII, o secretário de Estado Cardeal Cicognani estabeleceu a visão clássica da RSU, fundamentada nas missões da universidade, no que se refere à formação, a pesquisa e difusão da verdade, como também a educação do caráter, com vista a formar uma elite intelectual capaz de pensar e resolver os problemas da profissão, ciência e sociedade.

Além desta visão de universidade, Cicognani (1962) demonstrou preocupação com o modelo predominante de acesso ao ensino superior e fez uma reflexão sobre a necessidade urgente de uma universidade aberta a todos interessados em aprender e não apenas aos privilegiados pelo nascimento e fortuna. Segundo o cardeal, a universidade devia ser aberta a todos os grupos sociais e através dos ensinamentos, garantir aos estudantes o poder de julgar e interpretar a realidade, tornando-se força transformadora na sociedade e podendo influenciar nas suas estruturas fundamentais (CICOGNANI, 1962).

Ampliando-se de forma lenta ao longo dos anos, mas impulsionada pelas definições e ações das organizações empresariais, a RSU passou a ter uma aceitabilidade acentuada junto à gestão universitária, especialmente as instituições vocacionais e da iniciativa privada, notadamente pelo lema explícito de pautar as estratégias de marketing em torno da questão da RS, é também a tendência do momento no mercado de ensino superior (CALDERON, 2005).

Por outro lado, contrário à prática de responsabilidade social proposta na estratégia de marketing e em função de um novo paradigma de RSU de superação do enfoque da projeção social e extensão universitária, Vallaey (2006) propõe a construção de uma reforma

universitária na perspectiva da RS, baseada em uma reflexão sobre o significado social da produção do conhecimento e da formação profissional dos líderes da sociedade do futuro.

Vallayes (2006) aponta para uma reforma universitária planejada, iniciando com um diagnóstico próprio, para que a RSU se dê a partir de uma visão holística e seja articulada de forma consciente com os diversos setores institucionais. Neste sentido, para as orientações estratégicas gerais da RSU, o autor indica quatro linhas de ação institucional: gestão interna, docência, pesquisa e projeção social. Na primeira ação institucional, o autor coloca que a gestão interna da universidade deve estabelecer diretrizes no sentido de transformar a universidade em uma comunidade exemplar de democracia, equidade (supressão das discriminações e correção dos privilégios), transparência (política e proteção do meio ambiente, utilização de papel reciclado, tratamento dos dejetos etc.). Indica ainda o uso de procedimentos já utilizados pelas organizações empresariais tais como Norma SA 8000 ou Balanço Social, para tornar a universidade uma comunidade socialmente exemplar. Na docência, adotar mecanismo para que o estudante aprenda o que tem de aprender fazendo coisas socialmente úteis através do uso das metodologias de multi e interdisciplinaridade que favoreçam a aprendizagem baseada em projetos de cunho social. Ressalta-se, ainda, a sugestão do autor para que a universidade estabeleça metas para capacitar os docentes em relação a RS. Quanto à pesquisa, a universidade deve promovê-la para fins de desenvolvimento do país, articulando as questões urbanas e rurais. O autor sugere, ainda, a adoção da interdisciplinaridade como forma envolver todos os departamentos responsáveis pelos diversos cursos da instituição, e que sejam adotadas problemáticas comuns para o estudo. E, por fim, a projeção social, cujo objetivo é a interface das pesquisas e dos docentes das diversas unidades acadêmicas, a fim de se gerenciar as informações e disponibilizá-las para que possam ser fontes de pesquisa aplicada e de recursos didáticos para a comunidade universitária.

A perspectiva de La Jara em relação à RSU é:

[...] a capacidade que tem a universidade de difundir e colocar em prática um conjunto de princípios e valores gerais e específicos, por meio de quatro processos considerados essenciais, quais sejam, gestão, docência, pesquisa e extensão universitária. Comprometendo-nos, assim, do ponto de vista social, com a própria comunidade universitária e com o país em que se insere (LA JARA, et. al., 2006, p. 63).

Os autores destacam a importância dos princípios e valores de uma universidade na execução de suas atividades de docência, pesquisa, extensão e gestão, e que são utilizadas na orientação do comportamento humano. Logo, estas quatro atividades desenvolvidas na

universidade devem ser norteadas pelos princípios e valores definidos previamente e verificadas as suas práticas posteriormente através de indicadores.

Estes indicadores, por sua vez, facilitam as condições da universidade em supervisionar e expandir sua responsabilidade, tanto no que concerne à comunidade universitária quanto ao em torno, ao país e à sociedade global, como também, contribuem para a construção de um modelo de referência e que sirva para observar avaliar e planejar as ações relativas a RSU (LA JARA, et. al., 2006).

Nos Quadros 2, 3 e 4 são apresentados os indicadores proposto pelos autores e os respectivos critérios de verificação, os quais estão relacionados com os princípios e valores do plano pessoal, do plano social e do plano universitário.

Quadro 2 - Princípios e valores do plano pessoal

	Indicadores/Critérios de verificação
Princípios e valores do plano pessoal	<p>Indicador: Dignidade da pessoa Critérios de verificação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tratar com respeito seus integrantes; • Manifestar preocupação pelo respeito que os professores demonstram por seus alunos; • Investir para garantir boas condições de trabalho para os funcionários; • Apoiar individualmente pessoas que se encontram em dificuldade; • Elaborar critérios e parâmetros claros para as pesquisas com seres humanos; • Investir no aperfeiçoamento e desenvolvimento de recursos humanos
	<p>Indicador: Liberdade Critérios de verificação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Respeitar as decisões tomadas por seus integrantes; • Dar espaços para a livre expressão de ideias ou crenças; • Respeitar a liberdade dos docentes no que tange à utilização de metodologias inovadoras; • Dar liberdade para a abordagem de temas de interesse atual. • Acolher as ideias ou iniciativas de seus funcionários; • Promover a discussão aberta de temas que geram conflitos na sociedade.
	<p>Indicador: Integridade Critérios de verificação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contar com critérios éticos, do conhecimento da universidade, para orientar a conduta de seus membros; • Demonstrar coerência entre seus princípios e suas ações; • Demonstrar inflexibilidade diante de atos de desonestidade cometidos por seus integrantes; • Exercer controle para que seus recursos sejam utilizados de forma honesta para as respectivas finalidades institucionais; • Considerar, de forma equilibrada, a avaliação pessoal e técnica, na promoção de seus funcionários; • Garantir o respeito à propriedade intelectual em suas atividades.

Fonte: Adaptado de La Jara, et al. (2006)

No Quadro 2, os princípios e valores do plano pessoal são contextualizados pelos indicadores relacionados com a dignidade da pessoa, liberdade e integridade. O primeiro indicador tem a ver com as condições criadas na rotina da universidade, objetivando criar as oportunidades para que os seus integrantes possam entregar inteiramente a sua colaboração

original e própria de sua tarefa. A liberdade como segundo indicador se traduz no respeito aos direitos e liberdades de todos os membros da comunidade universitária. E por fim a integridade, que se expressa na qualidade das pessoas e das instituições que são coerentes com seus princípios e valores, tanto em suas declarações quanto em suas ações (LA JARA, et. al., 2006).

Já no Quadro 3, a seguir, são apresentados os indicadores propostos para acompanhar os princípios e valores do plano social baseado nos seguintes critérios de verificação: bem comum e equidade social; desenvolvimento sustentável e de meio ambiente; socialização e solidariedade para fins de convivência; aceitação e reconhecimento da diversidade; e cidadania, democracia e participação. O primeiro indicador, bem comum e equidade social, caracterizam-se pelo equilíbrio entre todas as unidades da universidade no que se refere à participação equitativa dos recursos humanos e materiais da universidade, com vistas ao desenvolvimento de suas atividades acadêmicas e de extensão. O desenvolvimento sustentável e de meio ambiente como segundo indicador é caracterizado pelo processo de formação da comunidade acadêmica no que se refere à compreensão de que a vida humana deve continuar indefinidamente e que os seres humanos e a sociedade participem e prosperem nos aspectos culturais e econômicos, desde que sejam observados os seus limites. O terceiro indicador, denominado socialização e solidariedade para fins de convivência, tem a ver com o desejo de servir das pessoas, as quais deverão ser possuidoras de atos que atendem gratuitamente às necessidades dos outros e, por consequência, praticam a solidariedade na perspectiva da convivência. A aceitação e reconhecimento da diversidade como indicador, caracteriza-se pela capacidade dos integrantes da comunidade acadêmica de valorizar o outro, ter o sentimento de pertença e integrar-se sem discriminação por motivo de raça, sexo, idade, condição religiosa, social e política. E, por fim, a cidadania, democracia e participação, que tem a ver com a prática das pessoas no seu dia-a-dia, mas, especificamente, no requerimento dos seus direitos, como também no cumprimento dos seus deveres. É a partir do marco regulatório da universidade que são fixados os princípios e estes, por sua vez, contribuem para a resolução dos conflitos gerados (LA JARA, et. al., 2006).

Quadro 3 - Princípios e valores do plano social

	Indicador/Critérios de verificação
Princípios e valores do plano social	<p>Indicador: Bem comum e equidade social Critérios de verificação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Destinar, de modo equitativo, os recursos a seus respectivos setores; • Dar importância à justiça social na formação de seus estudantes; • Facilitar o ingresso de alunos carentes; • Dispor de um sistema para ajudar a resolver os problemas econômicos de pessoal com escassez de recursos; • Definir política salarial com base no critério da equidade; • Dispor de política de ascensão profissional clara, transparente e justa.
	<p>Indicador: Desenvolvimento sustentável e meio ambiente Critérios de verificação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacitar seus integrantes a se cuidarem para prevenir certas enfermidades; • Preocupar-se, de modo especial, com a formação dos alunos no cuidado com o meio ambiente; • Incentivar seus membros, de modo permanente, a economizar água, energia etc.; • Estabelecer normas que limitam o consumo de cigarros em espaços públicos fechados; • Dispor de depósitos para separação do lixo segundo o tipo de material (vidros, papéis e outros); • Conscientizar a comunidade universitária sobre os problemas ambientais enfrentados por nossa sociedade.
	<p>Indicador: Socialização e solidariedade, para fins de convivência Critérios de verificação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a prestação de serviços gratuitos a grupos ou comunidades carentes de recursos; • Estimular a solidariedade entre os membros; • Promover um tratamento respeitoso a todas as pessoas, indistintamente; • Promover atividades de integração entre seus professores, funcionários e alunos; • Orientar a formação dos estudantes para que vejam em sua profissão uma forma de servir aos demais; • Dar importância ao desenvolvimento das habilidades sociais de seus alunos.
	<p>Indicador: Aceitação e reconhecimento da diversidade Critérios de verificação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atuar com respeito à diversidade humana, sem discriminação de raça, nacionalidade, cultura etc.; • Facilitar a expressão das diversas tendências religiosas; • Permitir que as diversas tendências políticas sejam respeitadas; • Realizar conferências e seminários para que seus membros tomem conhecimento das diversas posturas existentes na universidade e relacionadas com problemas de interesse nacional; • Facilitar o acesso a grupos de alunos especiais (deficientes indígenas etc.); Possuir infraestrutura especialmente adaptada para deficientes.
	<p>Indicador: Cidadania, democracia e participação Critérios de verificação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Facilitar a participação de seus integrantes em instâncias de representação; • Ter interesse em conhecer as opiniões e inquietações de seus integrantes; • Incorporar a opinião dos funcionários na definição de suas tarefas e responsabilidades; • Formar para uma participação ativa na sociedade; • Formar com base no respeito aos direitos humanos; • Contribuir para formar opinião com referência a temas públicos relevantes para a comunidade.

Fonte: Adaptado de La Jara, et al. (2006)

No quadro 4 são apresentados os indicadores propostos para acompanhar os princípios e valores do plano universitário e os seus respectivos critérios de verificação referentes a compromisso com a verdade, excelência e a interdependência e transdisciplinaridade. O primeiro indicador proposto é o compromisso com a verdade, que é caracterizado pelo

conjunto exigido de princípios éticos no que diz respeito às verdades das diferentes dimensões do conhecimento, a humildade necessária diante do conhecimento alcançado, a capacidade do diálogo na construção de um novo saber, a honestidade como propósito institucional e a prudência como forma de delimitar o desejo de impor as verdades. No segundo indicador denominado excelência, caracteriza-se pela execução das atividades baseadas no princípio da qualidade e que as pessoas demonstram comprometimento com o que fazem. E por fim, a interdependência e transdisciplinaridade, que é caracterizada pela relação dinâmica entre a universidade e a sociedade, pelo reconhecimento mútuo da necessidade e dependência que uma tem da outra e por consequência o requerimento de um permanente diálogo. A universidade é parte integrante da sociedade, é influenciada e influente, recebe insumos e devolve em forma de conhecimento, talentos e habilidades (LA JARA, et al. 2006).

Quadro 4 - Princípios e valores do plano universitário

	Indicador/Critérios de verificação
Princípios e valores do plano universitário	<p>Indicador: Compromisso com a verdade Critérios de verificação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realizar pesquisas com vista à verdade • Desenvolver o espírito crítico dos alunos mediante atividades de aprendizagem; • Realizar uma comunicação interna honesta e transparente; • Realizar um marketing honesto e transparente na comunidade; • Ratificar o compromisso com a verdade de seus integrantes; • Estimular a busca da verdade nas atividades de seus docentes.
	<p>Indicador: Excelência Critérios de verificação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adotar política clara no aperfeiçoamento de seus funcionários e política de docência que promova o desenvolvimento integral dos alunos; • Aplicar sistemas de avaliação de desempenho com base em padrões de excelência, conhecidos pelos funcionários; • Incentivar, de modo especial, as atividades de pesquisa de seus acadêmicos; • Promover a renovação curricular e da metodologia de ensino.
	<p>Indicador: Interdependência e transdisciplinaridade Critérios de verificação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atuar para que os cursos tenham um enfoque interdisciplinar; • Implementar grades curriculares capazes de exigir que os alunos cursem outras disciplinas; • Incentivar os docentes a realizar trabalhos em equipes interdisciplinares. • Buscar solucionar problemas juntamente com as pessoas ou setores diretamente envolvidos; • Fazer com que as atividades acadêmicas lidem com os desafios ou problemas enfrentados por nossa sociedade; • Promover vínculos entre as atividades universitárias e a comunidade local.

Fonte: Adaptado de La Jara, et al. (2006)

Nestes debates filosóficos sobre a RSU, Calderón (2006) traz uma síntese da contribuição chilena sobre RSU, que permite ampliar a compreensão e provocar os questionamentos necessários para fortalecimento conceitual e práticas de gerenciais. De

acordo com o autor, a universidade deve ser considerada como uma grande pirâmide de base triangular, cujo significado é unicidade na base e as três faces laterais entrelaçadas na sua essência, como mostra a Figura 4.

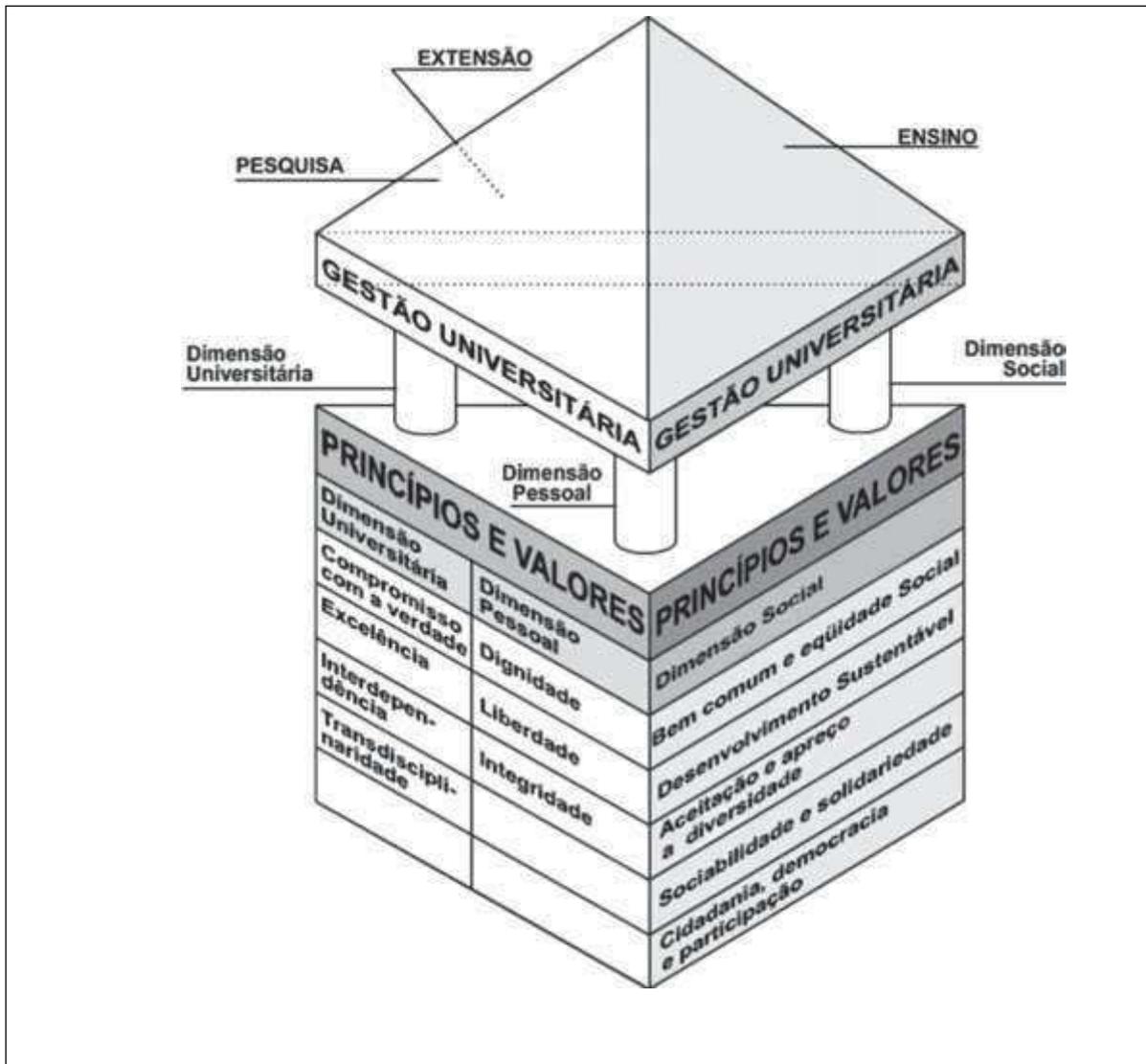


Figura 4 - Pirâmide Institucional da RSU

Fonte: Calderón (2006)

Na figura 4 proposta pelo autor acima é possível identificar as duas faces da pirâmide, onde estão localizadas atividades de ensino, pesquisa e extensão, erguida sobre a base da gestão universitária. Nela é explícita um conjunto de processos, estrutura administrativa e gerencial a serviço da missão institucional (CALDERÓN, 2006).

Nessa mesma ordem de entendimento Mill (2010) considera a gestão da educação convergente as abordagens da teoria organizacional, tendo como pressuposto um conjunto de

processos teórico-práticos integrado horizontal e verticalmente dentro de um sistema, tendo o objetivo de cumprir suas obrigações sociais.

Desta forma, a gestão universitária tem que atender as demandas reais das unidades acadêmicas e, ao mesmo tempo, impulsionar o dinamismo em torno das atividades desenvolvidas pela instituição. Apontamos os pontos comuns de um processo de gestão:

- Confluência de várias atividades em torno de uma e as atividades que passam a ser multidimensionais requerem trabalho colaborativo com múltiplas habilidades das pessoas envolvidas;
- Os membros da comunidade tomam decisões por si dentro de um fluxo de processos;
- A formação continuada dos docentes é indispensável para o sucesso da organização universitária;
- O trabalho em equipe é o fator crítico do desempenho organizacional;
- Os processos são melhorados e por consequência são eliminadas as anomalias, os departamentos são reestruturados, para focar no processo central da instituição;
- Os processos têm múltiplas versões para adaptarem-se às demandas de um mercado em mudanças;
- O trabalho se realiza seguindo uma sequência lógica do processo global, atravessando as fronteiras organizacionais.

No que se refere ao alicerce da pirâmide, este foi balizado pelos princípios e valores da RSU indicados por La Jara, et. al. (2006), que são a dimensão pessoal, dimensão social e dimensão universitária, com o objetivo de viabilizar a supervisão e a expansão de sua RS no que concerne a comunidade acadêmica e do seu entorno.

Outro modelo proposto de gerenciamento da RS para as organizações universitárias advém da Organização Internacional para Normalização (ISO) 26000 lançada em 2010, com o objetivo de fornecer orientações sobre os princípios da RS e temas pertinentes à temática, além de ressaltar a importância dos resultados e melhorias das organizações no que se refere ao desempenho em RS. Entretanto, pela abrangência do conteúdo da norma, considera-se que a seu aproveitamento nas universidades seja parcial, mas sem perder a essência da proposta, que está contida nos sete princípios que nortearam a RS nas organizações: governança organizacional, direitos humanos, práticas trabalhistas, meio ambiente, práticas legais de

operação, questões relativas ao consumidor e o envolvimento com a comunidade e seu desenvolvimento.

A governança organizacional é compreendida como um sistema pelo qual a organização toma e implementa decisões na busca de seus objetivos. A relação entre a RS e a governança organizacional destaca-se pela característica especial de ser um tema central de como a organização deve agir e, ao mesmo tempo, o meio de aumentar a capacidade da organização para desenvolver um comportamento socialmente responsável com relação a outros temas centrais. Uma governança eficaz deve basear-se em incorporar os princípios e práticas de prestação de contas, transparência, comportamento ético, respeito pelos interesses das partes interessadas e do respeito pelo Estado de direito na tomada de decisão e na execução (ISO 26000, 2010).

Direitos humanos são todos os direitos básicos conferidos a todos os seres humanos pelo fato de serem com um desejo intrínseco de liberdade, paz, saúde e felicidade. Uma organização tem a responsabilidade de respeitar os direitos humanos, incluídos em sua esfera de influência (ISO/ DIS26000, 2010).

Práticas trabalhistas de uma organização abrangem todas as políticas e práticas relacionadas com o trabalho realizado dentro de, por, ou em nome da organização. Estão incluídas nestas práticas trabalhistas o recrutamento e promoção dos trabalhadores; disciplinas e procedimentos de queixa, a transferência e deslocalização de trabalhadores; demissão do emprego, formação e desenvolvimento de competências, saúde, segurança e industrial, higiene e qualquer política ou prática que afete as condições de trabalho, em especial tempo de trabalho e de remuneração (ISO 26000, 2010).

Meio ambiente, considera-se neste princípio as decisões e atividades desenvolvidas pelas organizações que, invariavelmente, têm um impacto sobre o ambiente natural, não importando onde eles estão localizados. Esses impactos podem ser associados com o uso da organização dos recursos vivos e não vivos, a geração de poluição e resíduos, e as implicações para as atividades da organização, produtos e serviços sobre os habitats naturais. Para reduzir seus impactos ambientais, as organizações devem adotar uma abordagem integrada que leve em consideração as implicações mais amplas, econômicas, sociais e ambientais de suas decisões e atividades. A responsabilidade ambiental é um pré-requisito para a sobrevivência e prosperidade dos seres humanos. É, portanto, um aspecto importante da responsabilidade social. As questões ambientais estão intimamente ligadas aos direitos humanos, envolvimento da comunidade, desenvolvimento e outros assuntos de responsabilidade social do núcleo (ISO 26000, 2010).

As práticas leais de operação referem-se a uma conduta ética nos negócios da organização com outras organizações e indivíduos. Elas incluem relações entre organizações e órgãos públicos, assim como entre organizações e seus parceiros, fornecedores, empresas terceirizadas, concorrentes e as associações das quais são membros. As questões referentes a práticas leais de operação surgem nas áreas de combate à corrupção, envolvimento responsável na esfera pública, concorrência leal, comportamento socialmente responsável na relação com outras organizações e respeito pelos direitos de propriedade (ISO 26000, 2010).

As questões relativas ao consumidor estão relacionadas com as responsabilidades que as organizações têm com os usuários de seus produtos e serviços. Essas responsabilidades incluem o fornecimento de educação e informação precisa, usando o marketing justo, transparente e útil, processos contratuais e promoção do consumo sustentável (ISO 26000, 2010).

A participação comunitária e o desenvolvimento estão relacionados com o envolvimento na comunidade, seja de forma individual ou por meio de associações que visam melhor o bem público, como também ajuda a fortalecer a sociedade civil. Organizações que se envolvem de uma forma respeitosa com a comunidade e suas instituições refletem e reforçam os valores democráticos e cívicos. Para efeito deste princípio, a comunidade refere-se à área onde estão localizados assentamentos residenciais ou outros assentamentos sociais e que têm proximidade física com as instalações da organização ou com as áreas de impacto da organização (ISO 26000, 2010).

Outros enfoques importantes também evidenciam as práticas de RS nas universidades, como o que explica Hellman (2009), que enfatiza a necessidade da RS ser avaliada e indica as fontes para a construção de indicadores. Pinto (2009) estuda a percepção de gestores de universidades comunitárias em relação a RS. Nejatil et. al. (2010) pesquisa a RS nas 10 melhores universidades do mundo utilizando a ISO 2600 como referência. Guevara (2010) analisa como uma ação social incide na formação integral dos universitários. Silva (2011) estuda os impactos e o desdobramento sobre a formação dos estudantes que participam de ações da RS nas atividades de extensão. Lohn (2011), assim como Hellman, apresenta uma proposta de indicadores de RS para IES, aplicáveis às universidades.

2.4.3A Responsabilidade Social da Universidade e Desenvolvimentos Sustentável

Partindo da afirmação de que não existe de forma absoluta um modelo ou definição que retrate uma concepção única de RSU, até pela tipicidade de organização. O que é

percebido na literatura sobre o tema abordado são proposituras que reforçam o papel da universidade para com a sociedade.

Diversos autores, bem como a propositura da ISO 26000 (2010) apontam a importância da RS no contexto organizacional e ao mesmo tempo indica as responsabilidades da organização para com a sociedade e meio ambiente, decorrente dos impactos das decisões e atividades desenvolvidas, e como esses problemas são abordados de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Por conta disso, na função da universidade, a difusão do valor da equidade social no que se refere ao respeito à igualdade de direitos, senso de justiça são condições fundamentais para o desenvolvimento sustentável, as políticas estabelecidas devem refletir as necessidades da sociedade contemporânea e o cultivo da solidariedade entre gerações, deve se tornar o espaço apropriado para pensar, discutir e fazer propostas, fomentar as pessoas na compreensão e construção do mundo, com base no valor ético e na cooperação.

Priorizar as discussões desses temas significa se antecipar às tendências de desenvolvimento sustentável que incorporam as dimensões social, cultural, ambiental, ética, econômica e tecnológica e se posicionam diante de um padrão de necessidades fundamentais da sociedade, objetivando a conscientização para consumo que leve em consideração, expectativa temporal, perspectiva espacial e maximize o uso dos recursos naturais.

Essas considerações sobre as tendências no desenvolvimento sustentável ativam a necessidade de uma visão interdisciplinar dentro de critérios de execução das atividades da universidade. A complexidade e abrangência desses pressupostos criam novos desafios técnicos, científicos e políticos, na perspectiva de fazer pensar o desenvolvimento sustentável como sinônimo de melhor qualidade de vida.

A Declaração Mundial sobre Educação Superior (2009) permite compreender o significado da universidade para o desenvolvimento sustentável quando aborda a Responsabilidade Social da Educação Superior (RSES) no contexto da Responsabilidade Social (RS) de avançar no conhecimento sobre várias questões, que envolvem dimensões culturais, científicas, econômicas e sociais, levando a sociedade a gerar conhecimento global para atingir os desafios mundiais.

Sendo a universidade uma instituição de educação superior e sua vinculação ao processo de desenvolvimento sustentável, recorrem-se as afirmações de Souza Silva (2001, p.6) de que “Não haverá desenvolvimento sustentável sem organizações de desenvolvimento sustentável”. Nesse sentido faz necessário conceber a percepção de como a universidade se

posiciona em relação a sua RS e o desenvolvimento sustentável. Para facilitar a reflexão, a Figura 5 remete a uma série de considerações descritas da seguinte forma:

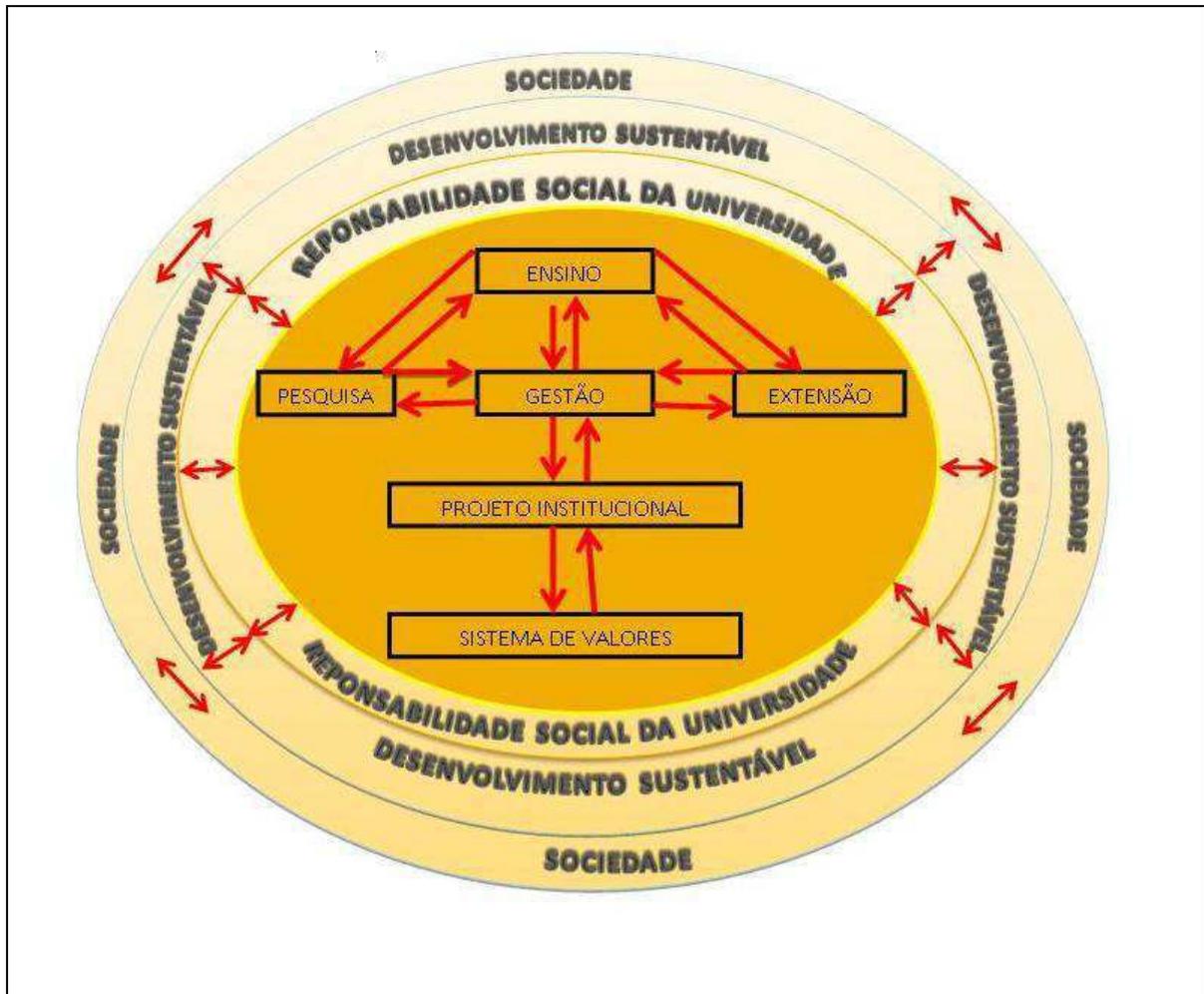


Figura 5 - Visão sistêmica da responsabilidade social da universidade
 Fonte: Autoria própria, 2011.

Num primeiro momento, podem-se relacionar as três características fundamentais da visão sistêmica da RSU constante na figura 5 e que devem ser ressaltadas: a inter-relação entre elementos que compõe o sistema (todos interligados pelas setas, que caracteriza um fluxo de informação), a unidade global que se constitui a partir da inter-relação entre esses elementos, e a ideia intrínseca dos resultados instituição para a sociedade.

A universidade através da gestão deve realizar esforço integrado, focando três processos chaves: ensino, pesquisa, extensão. Esse esforço integrado para execução dos processos é norteado por um sistema de valores expresso no projeto institucional, no qual consta a compreensão que a instituição tem da sua função social, econômica, ambiental, cultural e política na construção do conhecimento.

Na figura 5 é possível observar quatro círculos da RSU interligados entre si: a organização universitária, a RSU, o desenvolvimento sustentável, e a sociedade.

O primeiro círculo corresponde ao espaço reservado à organização universitária e suas atividades fins de ensino, pesquisa e extensão: a primeira atividade a formação humana e profissional, a segunda atividade a construção de novos conhecimentos, a terceira é a relação entre universidade e sociedade e por fim atividade meio de gestão, que subsidia todas as outras atividades com diretrizes metas e recursos. Também se encontram neste círculo o projeto institucional e sistema de valores. O projeto institucional é formado pelo o marco legal da instituição e as diretrizes de gestão, que segundo Pereira (2006), as normas são expectativas transformadas em exigências e juntamente com os valores são elementos de integração, uma vez que todos os praticam. O sistema de valores é o condicionante mais importante dentro desse contexto, pois dele são norteadas as formas de condutas, metas e ações dos indivíduos e da universidade. É nesta variável que a RS é incorporada e se faz presente na execução de todas as atividades da universidade, como também, é o meio que se utiliza para propor um conjunto de valores e de regras comportamentais que possam ser adotadas por nações, grupos sociais ou organizações, por julgarem corretos e desejáveis.

O segundo círculo corresponde ao efeito (ou impactos) causado pelas atividades desenvolvidas pela universidade, ao qual compreendemos como a RSU. Para Calderón (2013, p. 494) “toda ação que a IES realize, direcionada ao cumprimento da sua missão institucional, na área do ensino e/ou pesquisa, está intimamente associada à sua responsabilidade social, a seu projeto institucional”. A universidade tem um papel significativo na promoção da melhoria e bem-estar da sociedade. Como pressupostos desta promoção de melhoria, pode-se incorporar a visão de Vallaeys (2006) no que se refere a presença da universidade e os impactos específicos gerados pela ação de um universidade socialmente responsável:

- O impacto organizacional - refere-se aos impactos na vida dos docentes, técnicos-administrativo e no corpo discente, derivado de uma política de bem-estar social que a universidade deve gerir. Integra-se também nesse grupo, a política institucional de preservação do meio ambiente, no que se refere aos resíduos, desmatamento e poluição;
- O impacto educativo, neste a universidade causa impacto direto sobre a formação de novos profissionais, possibilita a compreensão e interpretação do mundo e o encaminha para um comportamento ético;

- O impacto cognitivo e epistemológico, refere-se à verdade, ciência, racionalidade, legitimidade, renda, educação, etc. A universidade interfere na vida das pessoas através da produção do conhecimento e da tecnologia, na articulação da relação entre tecnociência e a sociedade e influência nas atitudes e comportamentos;
- O impacto social, no qual a universidade provoca um impacto na sociedade e no desenvolvimento econômico, social e político. Não só tem um impacto direto sobre o futuro do mundo, como na conduta dos profissionais e líderes (VALLAEYS, 2006).

Nessa mesma perspectiva de impactos como resultado da presença da universidade na região, Rolim e Serra (2009) abordam o Sistema Regional de Inovação constituído de três subsistemas: o financeiro, aprendizado e a cultura produtiva;

1. Subsistema financeiro, considerado fundamental, a inexistência deste condiciona a inovação às estruturas regionais em que predominam as pequenas e médias empresas.
2. Subsistema aprendizado, a presença deste é imperativo ao acesso ao conhecimento acumulado e a geração de algum tipo de inovação.
3. Subsistema cultura produtiva estar vinculada o grau de envolvimento local com as atividades que se desenvolve na região, o ambiente e as atitudes voltadas para essas atividades, decorrentes da existência de uma cultura técnica inerente aos habitantes da região, advinda da transmissão de conhecimentos e saberes, passados de pai para filho.

No terceiro círculo encontra-se o desenvolvimento sustentável. Compreende-se como a materialização dos programas de ensino, pesquisa e extensão, que através da promoção da acessibilidade abrangente e contínua de informações, identifica, analisa e propõe soluções para problemas que afetam as gerações atuais e futuras. Para Velazquez et. al. (2006) uma instituição de ensino superior sustentável, trata, envolve e promove, em nível regional ou global, a minimização dos impactos ambientais negativos, econômicos, sociais, de saúde e os efeitos gerados na utilização dos seus recursos, com vistas a cumprir sua missão de ensino, pesquisa, de forma a ajudar a sociedade a fazer a transição para estilos de vida sustentáveis.

Leff (2007) enfatiza que não se pode pensar ou planejar políticas ambientais para um desenvolvimento sustentável sem que isso seja feito a partir do resgate e compreensão dos

processos históricos, econômicos, ecológicos e culturais na busca de um desenvolvimento sustentável verdadeiro. Também aborda a importância de se construir novos princípios de produtividade sustentável que integre tanto conceitos de produção quanto os processos ecológicos e culturais.

E por fim, a sociedade, constituída por pessoas, grupos sociais e organizações é beneficiada nos aspectos sociais, econômico, ambiental, cultural e político, através dos seus agentes oriundos das estruturas da universidade. A expectativa da sociedade em relação ao desenvolvimento sustentável é estabelecer uma íntima conexão entre as atitudes e comportamento das pessoas em relação aos seus pares e a sociedade no que se refere ao modo de agir.

Ela passa a conhecer as ações sustentáveis através da divulgação de informações ambientais, referentes às pesquisas efetuadas, relatórios e diagnósticos disponibilizados tratando sobre os impactos das atividades nos diversos espaços geográficos. A criação, utilização, disseminação de mecanismos de gerenciamento da sustentabilidade são iniciativas prioritárias nas ações da universidade.

Neste sentido, na qualidade de instituição que produz, sistematiza, forma opinião e tendências, a universidade detém uma inquestionável RS. Talvez sua tarefa prioritária nos dias atuais seja de repensar as condições de construção do conhecimento, sua relevância e de que forma como são estabelecidas as condições para atuar.

A reorientação focada nos princípios e valores para a execução das atividades universitárias deve refletir com a mudança dos objetivos fins que são caracterizados pelas atitudes e comportamentos das pessoas que a executam. Os valores incorporados servem para assegurar a qualidade, relevância, eficiência, transparência na efetividade das ações e ao mesmo tempo garantir a relevância para o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, uma metodologia de avaliação institucional baseada no uso de índice da responsabilidade social da universidade, abre uma nova perspectiva para o estabelecimento de estratégias acadêmicas voltadas para contribuir para o desenvolvimento sustentável, norteadas pela mensuração de sua eficiência.

CAPÍTULO III – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo busca-se apresentar os procedimentos metodológicos utilizados na investigação para a construção de uma metodologia de avaliação institucional que estabeleça o índice da RS da universidade com base no Artigo 3º inciso III da Lei nº 10.861/2004, que institui um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, no sentido de mensurar os parâmetros pré-estabelecidos na referida legislação.

Assim, se descreve a sistematização da pesquisa considerando-se: etapas, natureza do estudo, ambiente, amostra, as estratégias de coletas de dados, instrumentos utilizados, tratamento e análise dos dados, bem como sua delimitação e os respectivos ajustes realizados.

3.1 Etapas da Pesquisa

O perfil norteador da pesquisa caracteriza-se pelo interesse prático do estudo de que os resultados possam incentivar a adoção de melhorias nos métodos de planejamento, execução e controle das atividades na perspectiva da responsabilidade social da instituição, ao tempo que representa um esforço para geração e compreensão dos novos cenários emergentes nas organizações, especialmente as universidades, considerando principalmente a sua função social de criar, sistematizar e difundir o conhecimento. A pesquisa foi executada em cinco fases:

- 1ª Fase: Obtenção de dados para ajudar a construção do estudo e a organização do trabalho, tendo como fonte a revisão bibliográfica, relatórios de autoavaliação e avaliação externa e estudos realizados por pesquisadores;
- 2ª Fase: Levantamento de critérios e subcritérios que possam ajudar a medição do grau da RSU na ótica do pesquisador, com base no relatório de autoavaliação da UFPB e bibliografias compatíveis;
- 3ª Fase: Apresentação dos critérios e subcritérios no formato de questionário para os especialistas, no sentido de obter percepção deste em relação à proposta e as possíveis sugestões a serem incorporadas;
- 4ª Fase: Aplicação dos questionários junto aos chefes de departamentos, coordenadores de cursos, direção de centro, pró-reitores e o reitor da UFPB, no sentido de consolidar os critérios e subcritérios de avaliação.

5ª Fase: Pesquisa de Campo, tendo como ambiente o Campus III da UFPB, em Bananeiras PB, no qual será utilizada modelo de metodologia de avaliação RSU.

Para Mattar (2001, p.15) “as etapas, as fases e os passos da pesquisa são apresentados de forma sequencial por questão meramente didática”. Apesar dos passos serem sequenciais, o processo de pesquisa é circular e emana do conhecimento adquirido que pode implicar na reformulação de etapas anteriores e até do problema de pesquisa.

3.2 Natureza do Estudo

Dentre as várias abordagens de pesquisa existentes é possível utilizar, de forma harmônica, mais de um tipo de pesquisa coerente com a maneira como o problema foi formulado e com o objetivo do estudo. Na presente pesquisa tomou-se como referência para o seu desenvolvimento os tipos: exploratória e descritiva; uma vez que o estudo requer a descrição do fenômeno estudado e, ao mesmo tempo, a definição e delimitação através da metodologia proposta.

Um dos aspectos mais importantes de uma pesquisa são as delimitações temáticas, geográfica e temporal (MEDEIROS, 2009), pois quanto mais abrangente for o objetivo da pesquisa, maior será a dificuldade de consolidar o conhecimento esperado sobre o referido tema, pois mais dados terão de ser pesquisados e, conseqüentemente, mais tempo será requerido para a conclusão da pesquisa.

Quanto aos fins da pesquisa, Vergara (2013) a conduz para duas abordagens: exploratória e descritiva. A primeira tem o propósito de construir o embasamento científico em uma área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado, além de permitir o uso de métodos bastante versáteis. A segunda descreve percepções, expectativas e sugestões, como também a possibilidade de esclarecer quais os fatores contribuem para certas ocorrências de determinado fenômeno. A pesquisa descritiva caracteriza-se por possuir objetivos bem definidos, procedimentos formais dirigidos para a solução de problemas, além de incluir os subtipos de pesquisa: documental, bibliográfica e de campo (BARROS, 2000).

Para Gil (2010), a abordagem da pesquisa também se caracteriza como um estudo descritivo e exploratório. A pesquisa descritiva tem como principal objetivo a descrição das características de determinada população, fenômeno ou o estabelecimento de relação entre as variáveis. Este tipo de pesquisa permite conhecer e analisar situações tanto em natureza

quanto em suas características. Quanto à pesquisa exploratória, esta apresenta-se “como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2010, p.43). Lakatos e Marconi (2007) destacam três finalidades para as investigações em pesquisa exploratória: o desenvolvimento de hipóteses, aumento da familiaridade do pesquisador com o ambiente, fato ou fenômeno e esclarecimento de conceitos.

Quanto aos meios para investigação no presente estudo tomou-se com referência os tipos de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Utilizou-se da pesquisa bibliográfica para a fundamentação teórica e metodológica do estudo; documental pelo uso dos relatórios da UFPB e IFES referentes ao objeto de estudo; e a pesquisa de campo porque foram coletados dados primários junto aos gestores da universidade através de questionários e observação estruturada de visitas realizadas nos ambientes da instituição com um formulário de verificação previamente definido.

Vergara (2013), define a pesquisa bibliográfica como acessibilidade proporcionada ao público em geral de material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas; documental como as pesquisas realizadas em documentos de organizações públicas ou privadas. E, temos também a pesquisa de campo como investigação no local onde ocorre o fenômeno e pode ser composto por entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não.

Para Lakatos e Marconi (2007) a pesquisa bibliográfica é um levantamento sobre os principais trabalhos já realizados, publicados em forma de livros, revistas, e outras publicações nos meios de comunicação. A documental caracteriza-se pelo levantamento de dados sobre o fenômeno. No que se refere à pesquisa de campo, as autoras definem como um instrumento cujo objetivo é conseguir informações e/ou conhecimento acerca de um problema para o qual se procura resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

Aplicou-se a esta pesquisa as abordagens quantitativa e qualitativa, nas quais os dados foram submetidos à análises estatísticas, em que os dados foram interpretados de maneira a apresentar, por meio de gráficos e textos, as conclusões deles advindas. A abordagem quantitativa lida com números e usa modelos estatísticos para explicar dados. Por outro lado, a abordagem qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, e sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização.

Para Roesch (2005), a pesquisa quantitativa enfatiza a utilização de dados padronizados que permitem a elaboração de comparações e generalizações. É usado quando o

propósito do projeto implica em medir relações entre variáveis (associação ou causa-efeito) ou avaliar o resultado de algum sistema. Os dados são representados por métricas quantitativas tendo como elemento de apoio central a linguagem matemática/estatística como forma de expressão e tratamento. Na pesquisa qualitativa os dados são de natureza interpretativa sendo sua representação, normalmente, através da linguagem oral e escrita e sua análise através da força da argumentação com ênfase na perspectiva do indivíduo pesquisado.

3.3 Ambiente de Estudo

O Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias (CCHSA), anteriormente denominado de Centro de Formação de Tecnólogos (CFT), Campus III, é parte integrante da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), uma organização educacional com atributos de multicampi e que tem na sua missão o comprometimento com o desenvolvimento regional e local (CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS SOCIAIS E AGRÁRIAS, 2006).

A origem *Campus* III remonta à inauguração oficial do Patronato Agrícola Vidal de Negreiros no dia 7 de setembro de 1924, estabelecido com a finalidade de ministrar o curso primário, acompanhando do desenvolvimento dos trabalhos agrícolas, conforme o que está estabelecido no Decreto nº 14.118, de 27/03/1920 local (CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS SOCIAIS E AGRÁRIAS, 2006).

Através do Decreto nº 20.185 de 07/07/1931, a escola passou à administração do Estado da Paraíba, com os mesmos objetivos e finalidades, recebendo o nome de Instituto Agrônomo Vidal de Negreiros. Três anos mais tarde, por força do Decreto nº 24.115, de 12/04/1934, a instituição volta à administração do governo federal, recebendo a denominação de Aprendizado Agrícola da Paraíba e, no dia 6 de janeiro de 1939, por meio do Decreto nº 1029, passou a denominar-se Aprendizado Agrícola Vidal de Negreiros (CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS SOCIAIS E AGRÁRIAS, 2006).

Em 1947, pelo Decreto nº 22.506, passa a denominar-se Escola Agrotécnica Vidal de Negreiros, enquadrando-se na Lei Orgânica do Ensino Agrícola, através do Decreto nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964. Em seguida, esta escola passou a chamar-se Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN), denominação adquirida quando da incorporação pela UFPB e que permanece até os dias atuais (CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS SOCIAIS E AGRÁRIAS, 2006).

Em 1978, o Conselho Universitário da UFPB aprovou a implantação do (CFT) com sede na cidade de Bananeiras, passando a constituir o *Campus* IV da instituição. Com esta

criação, o centro atendeu ao cronograma estabelecido pelo Programa de Desenvolvimento de Ensino de Ciências Agrárias do então Ministério da Educação e Cultura, que previu o aproveitamento da estrutura de Colégios Agrícolas ligados às universidades federais, visando a implantação de centros para formação de tecnólogos na área agrícola. Desta forma, além do curso Técnico em Agropecuária, em nível de ensino médio (antigo segundo grau), o centro passou a oferecer, a partir de 1977, o curso em nível superior de Tecnólogo em Cooperativismo, posteriormente transformando em Administração de Cooperativas (CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS SOCIAIS E AGRÁRIAS, 2006).

Atualmente, o CCHSA oferece os cursos de graduação de bacharelado em agroindústria, licenciatura em Ciências Agrárias, bacharelado em Administração, Pedagogia e Agroecologia. Oferece também os cursos técnicos em Agropecuária, Agroindústria e Aquicultura e um programa de pós-graduação *strictu sensu* em Tecnologia agroalimentar local (CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS SOCIAIS E AGRÁRIAS, 2006).

O campus situa-se na região fisiográfica do agreste, microrregião do brejo paraibano com mostra a Figura 7. Ocupa uma área de 360 hectares nos municípios de Bananeiras e Solânea, e atende 24 municípios paraibanos que totalizam, aproximadamente, 10% da população do Estado. Sua distância para a cidade de João Pessoa é de 130 km e de 74 km para a cidade de Campina Grande (CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS SOCIAIS E AGRÁRIAS, 2006).



Figura 6 - Localização geográfica de Bananeiras

Fonte: [http:// maps.google.com.br/](http://maps.google.com.br/)

A economia desses municípios, a exemplo de outras regiões do país, já foi caracterizada pelo apogeu dos grandes ciclos econômicos do café, fumo, sisal, algodão e cana-de-açúcar. Tal força se refletia na qualidade de vida da população daquela época. Com a decadência dos ciclos, começou acontecer o êxodo rural para as áreas urbanas.

Embora a maior parte da região esteja concentrada no semiárido do Agreste, existem, também, áreas de clima favorável e solo fértil que, se bem aproveitadas, poderão torná-las autossustentadas. O cenário se mostra propício ao desenvolvimento da agricultura familiar, tendo em vista o número significativo de pequenas propriedades em áreas com potencial agrícola. Identifica-se, assim, a possibilidade de resgate da atividade agrícola, tendo como base de sustentação a agroindústria de pequeno e médio porte (CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS SOCIAIS E AGRÁRIAS, 2006).

3.4 Universo e Amostra

Inicialmente, procura-se definir toda a população e a população amostral. Entende-se por população um conjunto de elementos que possui as mesmas características que serão objetos do estudo, tais como empresas, produtos, pessoas etc. População amostral ou amostra é uma parte do universo (população) escolhida segundo a representatividade (VERGARA, 2013). A amostra, por sua vez, pode ser: probabilística e não probabilística.

A amostra probabilística é baseada em procedimentos estatísticos nos quais os elementos do universo da pesquisa têm a mesma chance de serem escolhidos ou selecionados, aleatoriamente ou ao acaso. Ela pode ser: aleatória simples, estratificada e por conglomerado, e são descritas da seguinte forma:

Aleatória simples: cada elemento da população tem uma chance determinada de ser selecionada. Em geral, atribui-se a cada elemento da população um número e depois faz-se a seleção aleatoriamente, casualmente; **estratificada:** seleciona uma amostra de cada grupo da população, por exemplo, em termo de sexo, idade, profissão e outras variáveis. Essa amostragem estratificada pode ser proporcional ou não; **por conglomerados:** seleciona conglomerados, entendidos esses como empresas, edifícios, famílias, bairros, universidades e outros elementos. É indicada quando a identificação dos elementos da amostra é muito difícil, quando a lista de tais elementos é pouco prática (VERGARA, 2013, p. 50-51).

A amostra não probabilística pode ser: por acessibilidade ou por tipicidade. São entendidas da seguinte forma:

Por acessibilidade: longe de qualquer procedimento estatístico, seleciona elementos pela facilidade de acesso a eles; **por tipicidade:** constituída pela seleção de

elementos que o pesquisador considere representativos da população-alvo, o que requer profundo conhecimento dessa população (VERGARA, 2013, p.51).

Segundo Barros (2000), as amostras não probabilísticas são composta de forma acidental ou intencional. A amostra acidental é uma amostra formada por aqueles casos ou elementos que vão aparecendo, que são possíveis de se obter até quando a amostra atinja um determinado tamanho. Na amostra intencional ou de seleção racional, de acordo com uma estratégia adequada, os elementos são escolhidos. Estes, por vez, se relacionam intencionalmente com as características estabelecidas, ou seja, o pesquisador se dirige intencionalmente a grupos de elementos dos quais deseja saber a opinião.

Adotou-se para esta pesquisa a amostra não probabilística, considerando que os sujeitos da pesquisa foram definidos previamente, e este tipo de amostra possibilita a escolha intencional e por acessibilidade.

3.5 Sujeitos da Pesquisa

Para Vergara (2013, p.53), “os sujeitos da pesquisa são as pessoas que fornecerão os dados de que você necessita”. Nesta pesquisa, os sujeitos são as pessoas detentoras de cargos administrativos relacionados diretamente com ensino, pesquisa, extensão e gestão, como os chefes de departamento, coordenadores de curso, diretores de centro, pró-reitores e o reitor, os quais são responsáveis pelo processo de implantação, manutenção e melhoria dos padrões de RSU. A tabela 1 mostra o quantitativo de funções de direção acadêmica da UFPB.

Tabela 1 - Distribuições das funções dos gestores da UFPB

Cargos de Direção	Quantitativo
Reitor	1
Pró-reitores	9
Diretores de Centro	16
Chefes de departamentos	74
Coordenadores	104
Total	204

Fonte: Autoria própria, 2013.

3.6 Coleta de dados

A estratégia utilizada na coleta de dados nesta pesquisa foi a utilização das técnicas de aplicação de questionários e da observação estruturada baseada na concepção de que os referidos métodos contribuíam para a investigação e aquisição do conhecimento.

Os questionários, segundo os autores Gil (2010), Lakatos e Marcone (2007) e Vergara (2013) são instrumentos de coleta de dados constituídos por uma série ordenada de questões objetivando a obtenção de respostas, para as quais são oferecidas uma escala que proporciona a quantificação da resposta.

Outro tipo de instrumento para coleta de dados é o formulário, considerado um meio termo entre o questionário e a entrevista. A sua formatação é por escrito, as perguntas são feitas oralmente pelo pesquisador este que, posteriormente, assinala as repostas e que deve ser submetido, assim como o questionário, a testes prévios. Para Vergara (2013) o questionário e/ou formulário devem ser submetidos para testes prévios por, pelo menos, cinco pessoas de reconhecida competência e que vão julgar não só o conteúdo, mas também a forma de submissão.

Quanto à técnica de observação, Gil (2010), Lakatos e Marcone (2007) e Vergara(2013) apresentam as vantagens de que os fatos são percebidos diretamente, sem qualquer intermediário, permitindo a utilização dos sentidos na obtenção de informação de um determinado aspecto da realidade.

Para Mattar (2001), a técnica de observação consiste no registro de comportamento, fatos e ações relacionados com o objetivo da pesquisa, sem que haja contato com os pesquisados, e que se classifica em observações estruturadas e não estruturadas.

A observação estruturada é utilizada quando o problema e os objetivos já estão definidos, a ponto de permitir uma especificação prévia dos comportamentos ou situações que serão observadas. Na execução da pesquisa utiliza-se formulário para o registro das observações de forma rápida e precisa. Já a observação não estruturada, é utilizada quando o problema e os objetivos não estão definidos e há uma necessidade de flexibilidade para analisar o comportamento e as situações observadas (MATTAR, 2001).

3.7 Tratamento de dados

No que se refere ao tratamento dos dados, utilizou-se a abordagem quantitativa e qualitativa. A abordagem quantitativa viabilizou-se para que os dados primários coletados

fossem submetidos a uma análise estatística, e para que as informações fossem manipuladas através de gráficos e tabelas. Abordagem qualitativa permitiu que as informações coletadas fossem ordenadas de modo que os resultados contribuíssem para a obtenção dos objetivos.

Neste estudo, dados primários foram obtidos através de questionários contendo perguntas sobre os critérios e subcritérios aplicados aos gestores da UFPB nas diversas escalas hierárquicas. Os dados secundários foram obtidos por meio de pesquisas bibliográficas, os quais são abordados em temas específicos.

3.8 Descrição das Etapas para Elaboração da Proposta de Trabalho de Tese

Na execução de uma pesquisa pressupõe-se que as ações desenvolvidas ao longo do processo sejam efetivamente planejadas. A fixação do problema de pesquisa concebeu-se como a primeira fase do planejamento seguida dos objetivos, hipóteses e as operacionalizações dos conceitos e definições.

Essas etapas seguidas de forma sistemática permitiram que ao longo do processo de construção da tese fossem corrigidos distorções nas bases teórico-metodológicas do trabalho. A revisão exaustiva da literatura em busca de justificar a relação da RS com a função social da universidade com base em alguns teóricos da gestão e educação, muitas vezes conduziu a conceitos e definições totalmente opostos à teorização da universidade como organização em busca da eficiência e eficácia.

Os fundamentos teórico-metodológicos desta proposta de tese, assim como qualquer outro trabalho científico, são de fundamental importância para consubstanciar o contexto do problema. Neste caso, nos baseamos no estado da arte da literatura sobre a responsabilidade social, universidade, organizações e também na procura de um equilíbrio entre complexidade e simplicidade. A complexidade está, primeiramente, no tema escolhido para ser construído como objeto de tese, provocando uma reflexão sobre as metodologias de mensuração de avaliação nas universidades. Buscou-se ir além da concepção predominante de modelos da avaliação puramente qualitativa, em detrimento da construção de índices e indicadores.

A solução encontrada foi a construção de um referencial teórico inter-relacionado que permitisse a compreensão da necessidade de se estabelecer algo que viabilizasse uma mensuração do que de fato seja a RSU no contexto da legislação. Desse modo, buscou-se paralelamente reconhecer a complexidade temática e perseguir a simplicidade na pesquisa.

Inicialmente, a pesquisa foi desenvolvida através de uma ampla revisão bibliográfica, documental e da legislação para entender como a RS foi incluída nas Instituições de Ensino

Superior (IFES), mais precisamente nas universidades públicas. A partir dessa identificação, foi iniciada uma busca de como se processava a avaliação desta dimensão nas universidades e a percepção dos critérios de inclusão social, desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, defesa do meio ambiente, defesa do patrimônio, memória cultural e defesa da produção artística no processo avaliativo.

Concluída a etapa inicial, apreendeu-se que esses critérios propostos só terão sentido se vinculados às práticas de gestão da função social da universidade. Nesse sentido, buscou-se efetuar o desdobramento de cada critério a luz da literatura que norteia a temática abordada por La Jara, et. al. (2006), Calderón, (2006), Rolim e Serra (2009), no sentido de viabilizar parâmetros de medição da RSU. Desse modo, foram elencados 9 critérios e 55 subcritérios, listados a seguir:

1. INCLUSÃO SOCIAL

- Política inclusiva para os alunos com necessidades especiais;
- Integração com as instituições sociais, culturais e educativas;
- Ocupação das vagas pelos estudantes da região;
- Empregabilidade na região dos egressos dos cursos;
- Discussões abertas de temas que geram conflitos na sociedade;
- Promoção e divulgação dos valores éticos e morais;
- Realização de eventos de integração entre a universidade e segmentos da sociedade.

2. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

- Projetos de pesquisa em parceria com o setor produtivo;
- Inovação tecnológica proveniente das pesquisas executadas;
- Disponibilidade de tecnologias apropriadas para a região;
- Impacto financeiro proveniente das ações da universidade;
- Estímulo ao desenvolvimento das habilidades empreendedoras;
- Desenvolvimento da capacidade de preservação dos recursos naturais;
- Integração com o setor produtivo e com o mercado de trabalho;
- Comunicação permanente de valores éticos e de solidariedade com atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

3. DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- Desenvolvimento de habilidades e competências para participação nas decisões da comunidade;
- Incentivo à educação continuada;
- Preparação para o exercício da cidadania, tendo em vista a responsabilidade com as gerações atuais e futuras;
- Política institucional de desenvolvimento da democracia interna;
- Projetos de pesquisa sobre as questões sociais da região;
- Impactos das atividades científicas e técnicas para o desenvolvimento regional;
- Estímulo das boas práticas de solidariedade e comportamento ético.

4. DEFESA DO MEIO AMBIENTE

- Preocupação efetiva com a formação dos alunos para preservação do meio ambiente;
- Política institucional de coleta seletiva de lixo e cuidados com o destino final dos resíduos sólidos;
- Projetos de pesquisa que visem a redução do uso dos recursos naturais na produção de produtos e serviços;
- Ações institucionais de conscientização do uso racional do solo, água e energia;
- Diretriz institucional para efetuar compras sustentáveis de materiais e equipamentos;
- Ações efetivas de conscientização para mitigar os impactos ambientais do consumo;
- Realização de eventos para disseminar boas práticas de gestão dos recursos naturais.

5. DEFESA DA MEMÓRIA CULTURAL

- Ações institucionais de estímulo à leitura;
- Realização de eventos culturais;
- Práticas de valorização da cultura regional;
- Projeto de extensão de estímulo ao resgate da memória cultural;

- Cooperação técnica entre outras instituições para o resgate e manutenção do acervo histórico;
- Divulgação do acervo histórico da instituição;
- Recursos orçamentários disponíveis para a manutenção das ações de defesa da memória cultural.

6.DEFESA DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA

- Política institucional de apoio às produções artístico-culturais;
- Realização de eventos de divulgação de arte e cultura;
- Existência de coral na instituição;
- Projeto de extensão de estímulo às artes.

7.DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

- Realização de eventos para estimular a compreensão do acervo arquitetônico e urbanístico do país e região;
- Preocupação na valorização, revitalização e preservação do patrimônio cultural;
- Disseminação do conhecimento sobre materiais e técnicas das arquiteturas;
- Promoção do conhecimento sobre as teorias e técnicas de restauração.

Diante das características deste trabalho, o qual buscou a compreensão de uma forma melhor de mensurar a avaliação, foram acrescentadas duas dimensões objetivando a consistência do modelo, são elas: defesa da produção esportiva e saúde e organização universitária.

8.DEFESA DA PRODUÇÃO ESPORTIVA E SAÚDE

- A existência de infraestrutura para práticas esportivas e exercícios físicos dos docentes, discentes e técnicos administrativos;
- A existência de profissionais especializados para o atendimento nas práticas desportivas, nos exercícios físicos e no uso dos equipamentos;
- A política de incentivo às práticas esportivas e a existência de calendário para competições esportivas;
- A política de atenção à saúde do servidor como forma de defesa da cidadania e de um ambiente de trabalho saudável;

- A realização de programas de conscientização para melhoria da qualidade de vida e saúde;
- A disponibilidade de recursos orçamentários para a realização de eventos esportivos, participação em torneios, campeonatos e como também a promoção à saúde.

9. ORGANIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA

- A política institucional de avaliação de desempenho dos docentes e técnicos administrativos como elemento gerencial e social e de redirecionamento e aprendizagem;
- O incentivo à comunidade acadêmica para as boas práticas de gestão, democracia e participação interna;
- A utilização do Plano de Desenvolvimento Institucional como referência para a avaliação dos processos, resultados e eficácia institucional;
- A política de apoio e incentivo ao discente para o desenvolvimento acadêmico;
- Uma política de publicização dos atos e ações da gestão, focada na acessibilidade, conteúdo e forma para assegurar a transparência institucional.

Buscou-se nessa segunda fase construir uma base de subcritérios que, aliada aos critérios anteriormente definidos, permitisse construir um escopo para mensuração da RSU que, segundo Will e Briggs (1995), constituído por um sistema de indicadores, é um meio de prover políticas com informação, demonstrar seu desempenho e promover políticas específicas e monitoração.

A terceira fase se constitui em revisar esses subcritérios e identificar quais deles podem ser transformados em elementos de mensuração. Nessa ação de identificação de subcritérios mensuráveis foi utilizada a metodologia de grupo focal que, segundo Vergara (2013, p. 56) “trata-se de um grupo reduzido de pessoas com as quais o pesquisador discute sobre o problema a ser investigado, de modo a obter mais informações”. O resultado foi a formatação das questões, bem como o direcionamento do conteúdo do questionário para a concepção da medição, a possibilidade de geração de indicadores nos distintos critérios, e a possibilidade do estabelecimento de uma fórmula matemática para todos os critérios e subcritérios.

Feitas as identificações dos subcritérios que poderiam ser medidos, iniciou-se a reestruturação da primeira relação de critérios e subcritérios. Inicialmente, já foi possível identificar que os critérios “defesa do patrimônio” e “memória cultural” tinham o mesmo sentido, então se adotou como opção a junção destes e a reformulação dos subcritérios, resultando em uma nova relação descrita a seguir:

1. INCLUSÃO SOCIAL

- A infraestrutura de acessibilidade na universidade para docentes, discentes, técnicos administrativos e a comunidade em geral com necessidades especiais;
- A ergonomia adequada dos móveis e equipamentos para os portadores de necessidades especiais;
- A existência de profissionais especializados em Língua brasileira de sinais (Libras) para o atendimento aos portadores de necessidades especiais;
- As ações para integração da universidade com o setor público, setor produtivo e o mercado de trabalho;
- A ocupação das vagas oferecidas pela universidade pelos estudantes da região;
- Ações de comprometimento com os valores éticos e morais,

2. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

- Os projetos de pesquisa em parceria com o setor produtivo;
- As inovações tecnológicas provenientes das pesquisas executadas;
- Os impactos financeiros provenientes no município;
- O uso de metodologias para o estímulo ao desenvolvimento das habilidades empreendedoras.

3. DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- A execução de programas de inclusão social e ações afirmativas;
- A política de incentivo à educação continuada para a comunidade universitária e para egressos dos cursos.

4. DEFESA DO MEIO AMBIENTE

- Os projetos pedagógicos dos cursos PPC com abordagens na preservação do meio ambiente,

- A política institucional de coleta seletiva de lixo e os cuidados necessários com o destino final dos resíduos sólidos produzidos pela instituição;
- A existência de projetos de extensão para promover e disseminar as boas práticas de gestão ambiental.

5. DEFESA DO PATRIMÔNIO E MEMÓRIA CULTURAL

- A realização de cooperação técnica, eventos culturais e projeto de extensão para valorização, resgate e manutenção do acervo histórico, da cultural regional, do estímulo à leitura e da compreensão, da preservação do acervo histórico e do patrimônio cultural;
- Os recursos orçamentários para a manutenção das ações de defesa da memória cultural e patrimonial.

6. DEFESA DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA

- Política institucional de apoio às produções artísticas culturais, realizações de eventos e projetos de extensão de estímulo à arte;
- A disponibilidade de recursos orçamentários para a manutenção das ações das produções artísticas.

7. DEFESA DA PRODUÇÃO ESPORTIVA E SAÚDE

- A existência de infraestrutura para práticas esportivas e exercícios físicos dos docentes, discentes e técnicos administrativos;
- A existência de profissionais especializados para o atendimento nas práticas desportivas, nos exercícios físicos e no uso dos equipamentos;
- A disponibilidade de recursos orçamentários para a realização de eventos esportivos, participação em torneios, campeonatos, como também a promoção à saúde.

8. ORGANIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA

- A política institucional de avaliação de desempenho dos docentes e técnicos administrativos como elemento gerencial, social e de redirecionamento e aprendizagem.

A partir da reestruturação dos critérios e subcritérios, foi elaborado um questionário (Apêndice A) que foi enviado a dez especialistas integrantes do banco de avaliadores do INEP, para que os mesmos emitissem suas opiniões sobre o instrumento proposto para a coleta de dados.

Assim, com base na afirmação de Vergara (2013), de que o julgamento do questionário refere-se não só a correção do conteúdo que é apresentado, como também a forma, procurou-se sintetizar as considerações do pré-teste feitas pelos especialistas em três vertentes: temática, forma e o questionário em si.

A temática foi considerada atual e relevante. A definição dos critérios, subcritérios e a sua objetivação expressa em números certamente contribuirá para a elevação da qualidade das autoavaliações institucionais e poderá orientar os avaliadores institucionais externos.

A forma apresentada foi considerada pertinente, principalmente a inclusão do sétimo critério com o título, defesa de práticas esportivas e da saúde. Contudo, foi sugerida a eliminação do oitavo critério, a organização universitária, por ser redundante, uma vez que este já se constitui um indicador do instrumento de avaliação institucional com critérios amplos e detalhados.

Quanto aos questionários na avaliação dos especialistas, os mesmos atendem ao preconizado pela Lei nº 10.861/2004, e o seu formato garante a obtenção dos dados, considerando a característica da proposta e a importância de se obter com precisão as respostas. Em síntese, os critérios e subcritérios apresentados no pré-teste foram avaliados em alto grau de importância pelos especialistas e foi concluído que ele atende aos objetivos da pesquisa.

Na quarta etapa, após os ajustes feitos em decorrência das sugestões advindas do pré-teste, ponderadas pela metodologia grupo de focal, o questionário foi enviado aos chefes de departamentos, coordenadores de curso, diretores de centro, pró-reitores e a reitora da UFPB, no sentido de emitir suas percepções em relação os critérios e os subcritérios de avaliação para construção da metodologia para estabelecer índice da RS da universidade.

A coleta de dados ocorreu através da disponibilização do questionário em um endereço eletrônico, o qual os respondentes deveriam acessar. Para facilitar o acesso, foi feita uma correspondência justificando o objetivo da pesquisa e, ao mesmo tempo, indicando o *link* de acesso. Para Silva, Santos e Siqueira, (1997), o questionário eletrônico é aquele que utiliza meio eletrônico para sua aplicação. E sua aplicação para coleta de dados ocorre de duas formas: envio do questionário por *e-mail* e a disponibilização do questionário em uma página da *internet*.

Além da coleta dos dados, as respostas foram organizadas automaticamente pela ferramenta disponibilizada pelo *google docs*, a partir da qual os dados de cada item se agruparam em um planilha eletrônica. A opção por essa ferramenta para o desenvolvimento e a aplicação dos questionários proporcionou agilidade, rapidez e comodidade na execução da pesquisa.

Após a sistematização das respostas dos questionários sobre critérios e subcritérios obtidas dos gestores da universidade, foi desenvolvido um formulário (Apêndice B) para coletar as informações para avaliar a RSU.

Na quinta e última fase da pesquisa, na qual se concretizou a aplicação da metodologia de avaliação RSU, foi utilizada a pesquisa de campo através da técnica de observação estruturada com uso do formulário para colher informações junto ao dirigente do centro, como também na visitação aos ambientes do campus.

CAPÍTULO IV - RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, são apresentados os resultados obtidos nas pesquisas. A primeira pesquisa trata do desenvolvimento da metodologia de avaliação institucional através do estabelecimento de índice da responsabilidade social da universidade, constando a descrição do modelo, tipologia usadas, desdobramento em subcritérios, atributos e formulas de mensuração. A segunda pesquisa trata da percepção dos gestores da UFPB em relação ao grau de importância dos critérios e subcritérios propostos para avaliar a dimensão da RS nas universidades públicas. A terceira pesquisa refere-se à aplicação do método construído a partir da seleção, análise dos critérios e subcritérios.

4.1 Estruturação da metodologia

À medida que uma organização implanta novos modelos de planejamento, gestão e avaliação, considera-se que esta ação seja o resultado do processo de aplicação sistemática de um conjunto de conhecimentos, cujo objetivo principal é assegurar a sobrevivência, crescimento e continuidade desta organização.

Tirar proveito deste conhecimento é uma oportunidade que a organização tem para construir ou adaptar-se a um modelo que permita o entendimento da função de cada um dos instrumentos disponíveis como suporte na ação da gestão. Construir ou adaptar-se a um modelo de forma planejada, ou não, resulta em mudanças da gestão praticada na organização.

A metodologia de avaliar a RS nas universidades públicas exposto neste estudo deve ser entendida como uma base que serve de orientação para a concepção da dimensão da RS adequada às peculiaridades técnicas e culturais de cada situação, específicas e particulares de cada organização universitária. O objetivo ao divulgar esse estudo, é o de compartilhar uma metodologia no sentido de contribuir para o uso e aprimoramento dos instrumentos de avaliação de gestão.

Elaborada a partir de um trabalho sistematizado, esta proposta metodológica de avaliação tem como referência uma série de abordagens teóricas que se inter-relaciona e produz uma série de conceitos e interpretações. Deste ponto de vista, a proposta de metodologia a seguir apresentada pretende assegurar um procedimento consistente de avaliação da dimensão da RS nas universidades públicas, a partir dos critérios e subcritérios estabelecidos.

A definição da metodologia de avaliação dependeu, por outro lado, da própria concepção de avaliação que tem o SINAES, especialmente no que se refere às dimensões estabelecidas; de outro, o desejo de se mensurar a dimensão objeto de estudo. Desta forma, o estudo inicia-se com a apresentação da concepção que originou a ideia e, a seguir, a estruturação da metodologia de avaliação e o estabelecimento das fórmulas matemáticas.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) foi instituído pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004 do Governo Federal, e tem sido o norteador de todos os instrumentos de avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES), independente de suas formas organizacionais, dependências administrativas e natureza jurídica, envolvendo todos os atores sociais da comunidade acadêmica – professores, funcionários, alunos, ex-alunos e outros grupos sociais, tendo como finalidade: a) melhoria da qualidade da educação superior; b) orientação da expansão da oferta da educação superior; c) aumento da eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; d) promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidade social das IES.

As dimensões propostas na legislação para o processo de avaliação institucional, foram estruturadas de forma que poderão ser abordadas por indicadores e critérios específicos, objetivando a identificação, as necessidades de melhorias, como também o apoio ao processo de tomada de decisão.

Considerando a abrangência do SINAES, sua importância norteadora para o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, para o Projeto Pedagógico Institucional – PPI, e para o Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC), foi necessário fazer um recorte temático no sentido de delimitar o estudo na dimensão 3, que trata da RS da universidade.

A elaboração da estruturação da metodologia de avaliação em níveis dos critérios e subcritérios tiveram como objeto de estudo para sua construção a Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, as diretrizes para implantação do Sistema de Informação e Dados nas Pró-Reitorias de Extensão (2001), La Jara, et. al. (2006), Calderón, (2006), Rolim e Serra (2009). A escolha partiu da necessidade de se estabelecer medidas que permitam organizar um conjunto de informações como subsídio para o planejamento e gestão das universidades.

A concepção desta metodologia fundamenta-se na perspectiva da RS por processo, este que por sua vez precisa ser avaliado. Sendo assim, e considerando os indicadores propostos na literatura para avaliar as atividades da universidade, procura-se encontrar nos critérios e subcritérios selecionados as seguintes características: a) ter representatividade, b) ser rastreável e acessível, c) que possa ser comparado, d) que seja seletivo e importante.

A metodologia proposta leva em consideração que o processo de avaliação da dimensão da RS da universidade seja de fundamental importância para o planejamento e gestão. De forma gráfica, temos os sete critérios: inclusão social, desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, defesa do meio ambiente, defesa do patrimônio e memória cultural, defesa da produção artística e a defesa da produção esportiva e saúde. Estes são visualizados de forma detalhada na Figura 7:

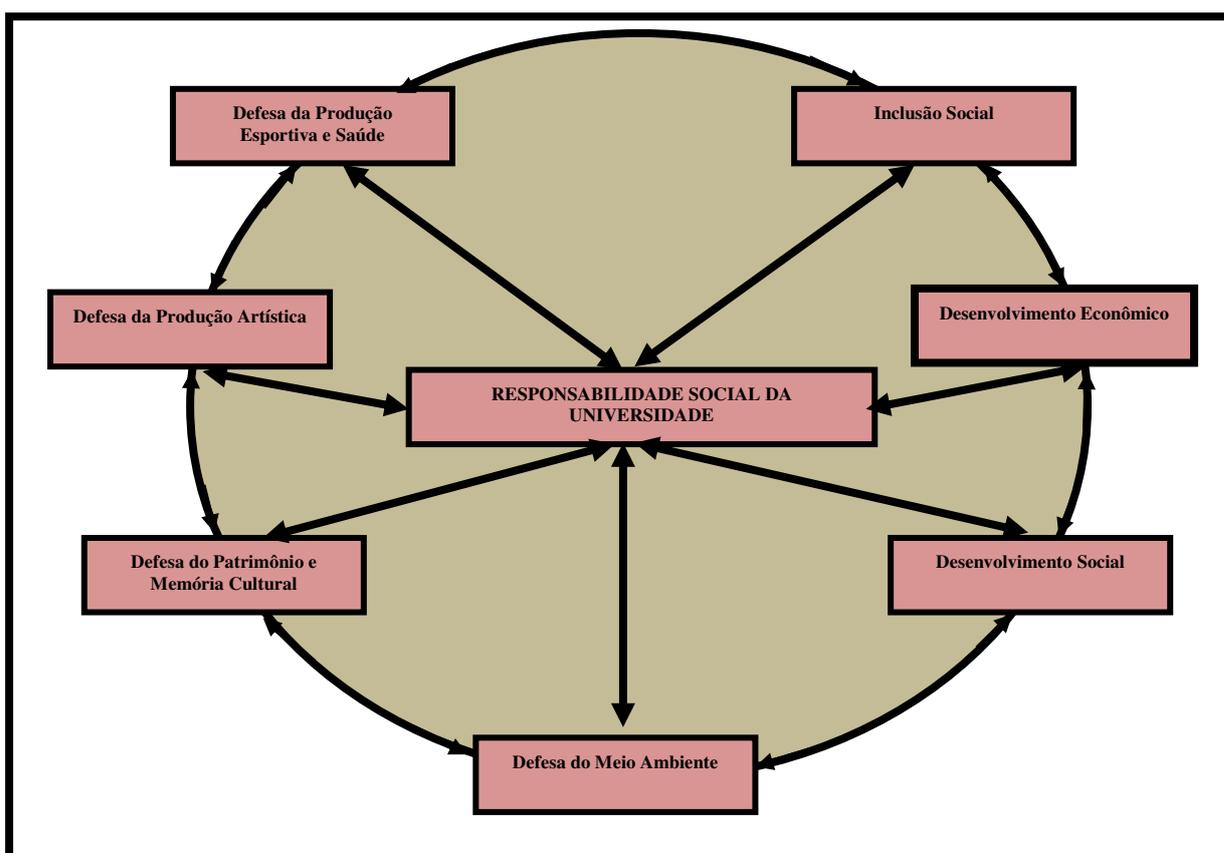


Figura 7 - Metodologia de avaliação da RSU em níveis dos critérios.

Fonte: Autoria própria, 2013.

Esta metodologia deve ser compreendida como um conjunto de critérios interdependentes que interagem entre si e formam um todo. O posicionamento das setas traduz esta inter-relação, sentido vice-versa entre critérios, como também o direcionamento em torno da caixa central da RSU.

Neste ponto, fazem-se algumas considerações conceituais sobre cada um dos critérios que compõem a metodologia, as quais complementarão o entendimento da importância de cada um no processo de avaliação.

4.1.1 Critério - Inclusão Social

A inclusão do social compreende a capacidade da universidade de desenvolver ações de inserção com base na interpretação e intervenção da realidade diante dos contextos tecnológicos, humanos e ambientais e das questões sociais mais variadas, no sentido de atender as demandas da sociedade. A complexidade conceitual e abrangência desse critério criam novos desafios técnicos, metodológicos e de gestão para a universidade no que se refere a sua estrutura, projetos e programas. Não é possível tratar o objeto da inclusão social em sua complexidade, sem um olhar para os portadores de necessidades especiais, para a comunidade do entorno institucional e a sociedade geral.

Para Pacievitch (2008), a inclusão social é um termo utilizado quando se faz referência à inserção de pessoas com algum tipo de deficiência ao ensino regular e ao mercado de trabalho, ou ainda a pessoas consideradas excluídas, que não tem as mesmas oportunidades dentro da sociedade, por motivos das condições socioeconômicas, gênero, raça e falta de acesso à tecnologia. Portanto, o papel da universidade é permitir o acesso, oferecer infraestrutura, planejar e executar atividades focadas no desenvolvimento das pessoas.

Na visão da UNESCO, a educação inclusiva ultrapassa a concepção de que a mesma esteja apenas a servir as pessoas com necessidades especiais. Compreende que a inclusão passa pela alta qualidade da educação para todos os estudantes e ao mesmo tempo o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva, que apoia e acolhe a diversidade entre todos (UNESCO, 2008).

O Ministério da Educação, considerando o disposto na Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na perspectiva de assegurar aos portadores de deficiência física e sensorial condições básicas de acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino, incluiu nos instrumentos destinados a avaliar as condições de oferta de curso superior, para fins de sua autorização e reconhecimento e para fins de credenciamento de instituições de ensino superior, bem como para sua renovação, e, exigir os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais. (SINAES, 2006). A Figura 8 apresenta os subcritérios e os atributos propostos de avaliação do critério inclusão social e suas respectivas tipologias.

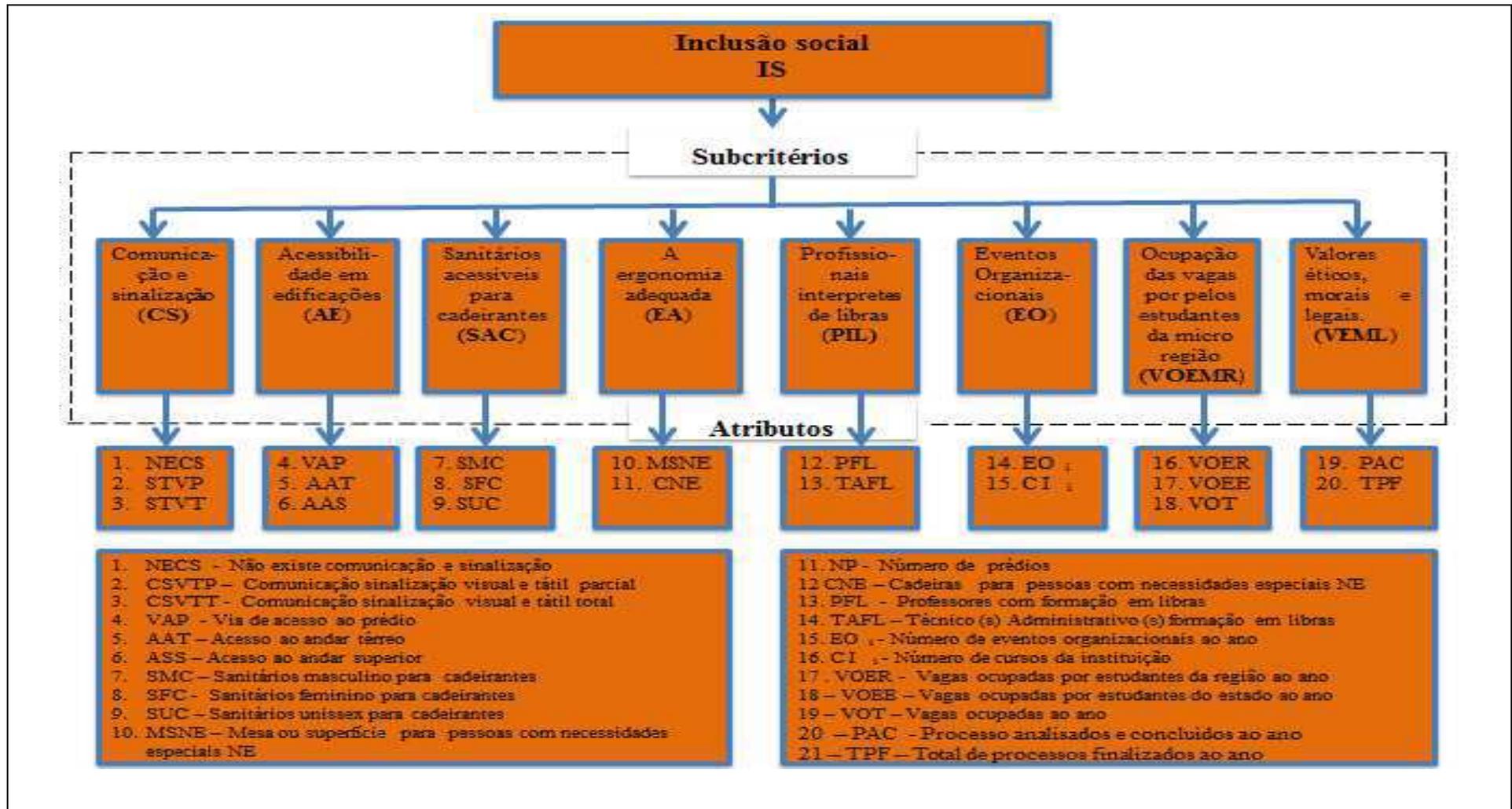


Figura 8 - Critério, subcritérios, atributos e tipologia do critério inclusão social.

Fonte: autoria própria, 2013.

A estruturação da metodologia de avaliação do critério é a inclusão social, que é composto pelos seguintes subcritérios: 1) comunicação e sinalização (**CS**) que indique trajetos e localização de ambientes para pessoas necessidades especiais (**NE**) 2) acessibilidade em edificações (**AE**) para os docentes, discentes, técnicos administrativos e comunidade em geral com necessidades especiais; 3) sanitários acessíveis para cadeirantes (**SAC**) com barras de apoio para uso dos portadores de cadeiras de rodas; 4) a ergonomia adequada (**EA**) dos móveis para os portadores de necessidades especiais; 5) A existência de profissionais interprete de libras (**PIL**) para o atendimento aos portadores de necessidades especiais; 6) As ações para integração da universidade com o setor público, setor produtivo e o mercado de trabalho através de eventos organizacionais (**EO**); 7) A ocupação das vagas oferecidas pela universidade pelos estudantes da microrregião (**VOEMR**); 8) Ações de comprometimento com os valores éticos, morais e legais (**VEML**) em relação ao comportamento das pessoas na instituição.

Na Tabela 2 constam como os subcritérios de inclusão social são avaliados no que se referem às unidades de medidas, a otimização, as fórmulas utilizadas, atributos e as explicações do significado de cada um.

Tabela 2 - Mensuração do Critério Inclusão Social

Continua

Critério	Subcritério	Unidade	Otimização Max ou Min.	Fórmula	Atributos	Explicação
1. Inclusão Social	1.1 Comunicação e Sinalização	Unid.	Max.	$\frac{\sum \text{Aval. cada prédio}}{N^{\circ} \text{ de prédios}}$	<p>1. $(\frac{1}{2} + \frac{1}{2}) = 1 \Rightarrow$ CS visual e tátil total.</p> <p>1. $(\frac{1}{2} + 0) = \frac{1}{2} \Rightarrow$ CS visual e tátil parcial</p> <p>0. $(\frac{1}{2} + \frac{1}{2}) = 0 \Rightarrow$ Não existe</p> <p>comunicação e sinalização</p>	<p>O Decreto de N° 5.296 de 2 de dezembro de 2004 da Presidência da República considera a acessibilidade como condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, qualificado também pela NBR 9050.</p> <p>Neste estudo serão observados os prédios e os pavimentos existentes e as facilidades de acesso nos ambientes avaliados utilizando a forma expressa na coluna atributos.</p>
	1.2 Acessibilidade em edificações	Unid.	Max.	$\frac{\sum_{i=1}^{NP} \frac{VAP_i \cdot NTAA_i}{NTA_i}}{NP}$	<p>(NTAi) número total de andares do prédio i, inclusive o andar térreo.</p> <p>(NTAAi) número total de andares com acessibilidade no prédio i. - considera-se 1 (um) quando existe de acesso 0 (zero) quando não existe de acesso.</p> <p>(VAPi) Via de acesso ao prédio i. - considera-se 0 (zero) quando não existe via de acesso e 1(um) quando existe via de acesso.</p> <p>(NP) número de prédios</p> <p>1 \Rightarrow Acesso total</p> <p>0 < x < 1 \Rightarrow Acesso parcial</p> <p>0 \Rightarrow Não tem acesso</p>	

(continuação)

Critério	Subcritério	Unidade	Otimização Max ou Min.	Fórmula	Atributos	Explicação
	1.5 Profissionais interpretes de libras	Unid.	Max	PFL + TAFL	<p>(PFL) Professor com formação em Libras</p> <p>PFL = 0 não existe</p> <p>PFL = $\frac{1}{2}$ existe</p> <p>(TAFL) Técnico Administrativo com formação em Libras</p> <p>TAFL = 0 não existe</p> <p>TAFL = $\frac{1}{2}$ existe</p>	No decreto de Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 determina que as instituições federais de ensino devam garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação. No presente estudo será considerada a existência ou não de Profissionais interpretes de libras (PIL) para atender de comunicação e informação às pessoas com deficiência auditiva: Professor com formação em Libras (PFL) e Técnico Administrativo com formação em Libras (TAFL).
	1.6 Eventos Organizacionais	Unid.	Max.	<u>min</u> $\left[\frac{\sum E_i}{2 \cdot \sum C_i} , 1 \right]$	<p>E_i – evento i no ano</p> <p>C_i – curso i de instituição</p>	Eventos organizados para exposição dos programas, projetos e pesquisa realizados pela instituição, destinado à sociedade, dirigentes empresariais e gestores públicos.

(conclusão)

Critério	Subcritério	Unidade	Otimização Max ou Min.	Fórmula	Atributos	Explicação
	1.7 Ocupação de vagas por estudantes da microrregião	Unid.	Max.		<p>VOER) Vagas Ocupadas por Estudantes da Região no ano.</p> <p>(VOEE) Vagas Ocupadas por Estudantes › Estado no ano.</p> <p>OT) Vagas Totais Ocupadas no ano.</p> <p>W_1) Peso para as vagas ocupadas por estudantes da região no ano.</p> <p>W_2) Peso para as vagas ocupadas por estudantes do Estado menos os da região no ano.</p> <p>(W_3) Peso para as vagas ocupadas por todos os estudantes menos do Estado ao ano.</p>	<p>O Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) divide o Estado da Paraíba em 04 mesorregiões e 12 microrregiões, cuja área total é de 56.439,8 km². O objetivo desse sistema de divisão permite a aplicação de políticas públicas, subsidia a tomada de decisões no planejamento. Neste estudo será considerado um conglomerado de municípios (Arara, Araruna, Bananeiras, Belém, Borborema, Cacimba de Dentro, Dona Inês, Guarabira, Pilõezinhos, Pirpirituba, Riachão, Serraria e Tacima.</p>
	1.8 Valores éticos e morais e legais	%	Max	$\frac{(W_1 \cdot \frac{VOER}{VOT} + W_2 \cdot \frac{VOEE-VOER}{VOT} + W_3 \cdot \frac{VOT-VOEE}{VOT})}{W_1 + W_2 + W_3}$ $\frac{N^{\circ} PAC}{N^{\circ} TPF}$	<p>(PAC) Processos Analisados e Concluídos no ano</p> <p>(TPF) Total de Processos Formalizados no ano</p>	<p>Os valores éticos e morais são externados no comportamento das pessoas na instituição. O código de ética quando da sua existência e/ou as legislações pertinentes norteiam a execução das atividades institucionais. No presente estudo o subcritério será avaliado pelo encaminhamento pelos resultados da ouvidoria medido pelos processos analisado e concluídos (PAC) versus o total processo formalizado (TPF).</p>

Fonte: Autoria própria, 2013

4.1.2 Critério - Desenvolvimento Econômico

O desenvolvimento econômico caracteriza-se pelo desempenho macroeconômico e financeiro de um país, como meta a ser alcançada pela sociedade em geral. Este tem sido amplamente identificado como o processo pelo qual os homens conseguem aumentar a capacidade de produzir riquezas. Para Bresser-Pereira (2006), tal processo é um fenômeno histórico que passa a ocorrer nos países ou estados-nação que se caracterizam pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado por sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao próprio capital sob a coordenação das instituições e, principalmente, de mercados relativamente competitivos. Montibeller (2007) entende que o desenvolvimento econômico é o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), acompanhado de mudanças na estrutura da economia e da sociedade, sobretudo na estrutura da distribuição de renda, caso contrário seria apenas crescimento econômico. Para Cândido (2010), o desenvolvimento econômico está relacionado com os objetivos de eficiência dos processos produtivos e com as alterações de consumo, orientando uma reprodução econômica sustentável em longo prazo.

Furtado (1957) considera dois fatores importantes para o desenvolvimento econômico de um país: o nível de escolaridade da população e o índice de capacidade de absorção de mão de obra pelo mercado de trabalho. Um fator está diretamente ligado ao outro, ou seja, o nível de empregabilidade aumenta diante do crescimento do grau de escolaridade obtido, e, por outro lado, a produtividade das empresas é maior de acordo com o aumento de conhecimento de seus funcionários.

Para Delors (1996), a educação tem um caráter fundamental no desenvolvimento das regiões, permitindo-lhes a aquisição da cultura científica, a qual propiciará o acesso à tecnologia moderna e as capacidades específicas de inovação e criação ligadas ao contexto do seu entorno. Nesta concepção de desenvolvimento relacionada diretamente ao conhecimento é também abordada na Constituição Federal (CF) do Brasil, no art. 205, que diz:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1998, p. 42).

Sendo assim, tem de se considerar as atividades da universidade a aprendizagem delas originadas, como fator indispensável para desenvolvimento econômico. A Figura 9 apresenta

os subcritérios e os atributos propostos de avaliação do critério de desenvolvimento econômico e suas respectivas tipologias.

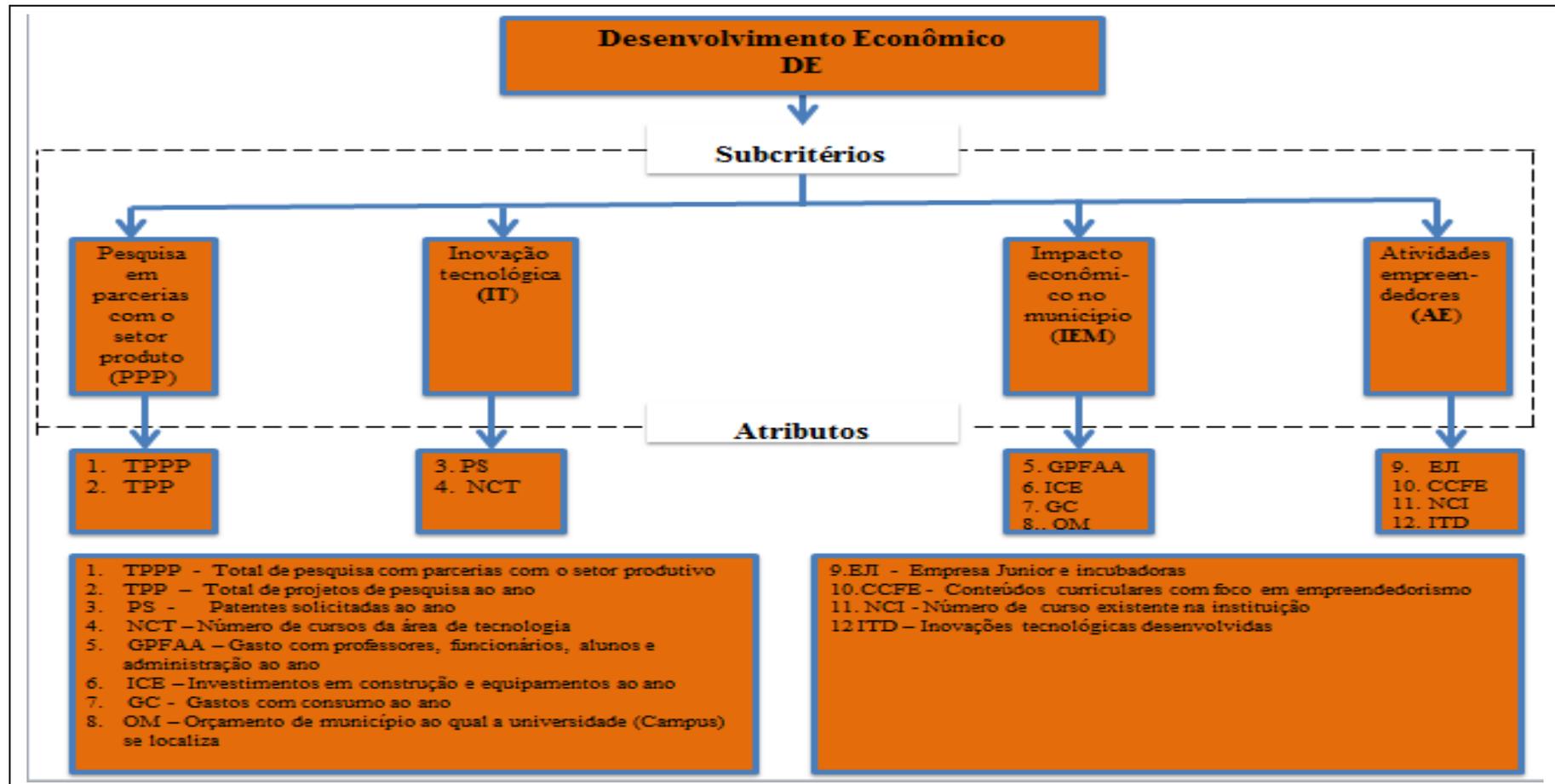


Figura 9 - Critério, subcritérios, atributos e tipologia do critério do desenvolvimento econômico.

Fonte: Elaboração própria, 2013.

A estruturação da metodologia de avaliação o critério desenvolvimento econômico, que é composto pelos seguintes subcritérios: 1) os projetos de pesquisa em parceria com o setor produtivo (**PPP**); 2) as inovações tecnológicas provenientes das pesquisas executadas (**IT**); 3) os impactos financeiros no município (**IEM**) proveniente da existência do campus da universidade; 4) atividades empreendedoras (**AE**) como o estímulo ao desenvolvimento das habilidades empreendedoras na universidade e no entorno.

Na Tabela 3 constam como os subcritérios do desenvolvimento econômico são avaliados no que se referem às unidades de medidas, a otimização, as fórmulas utilizadas, atributos e as explicações do significado de cada um.

Tabela 3 - Mensuração do critério desenvolvimento econômico

(continua)

Critério	Subcritério	Unidade	Otimização Máx. ou Min.	Fórmula	Atributos	Explicação
2. Desenvolvimento Econômico	2.1 Pesquisas em parcerias com setor produtivo	%	Max.	$\frac{PPP}{TPP}$	(PPP) Total de Pesquisas com Parcerias com o setor Privado ao ano (TPP) Total de Projetos de Pesquisas ao ano	Os projetos de pesquisa em parceria com o setor produtivo compreendem ações institucionais de articulação e promoção que possibilite a cooperação interinstitucional entre a comunidade local, regional ou nacional através das atividades de prestação de serviços de ensino de extensão, consultoria, assistência, assessoria técnica e profissional.
	2.2 Inovação Tecnológica	%.	Max.	$\frac{PS}{\sum ITD_i}$	(PS) Patentes Solicitadas no ano (ITD i) Inovação Tecnologia desenvolvida	A inovação tecnológica (IT) proveniente das pesquisas executadas se refere a utilização do conhecimento sobre novas formas de produzir e comercializar bens e serviços. A inovação tecnológica pode ser entendida em quatro categorias: fabricação de um novo bem; a introdução de um novo método de produção ou processo; a abertura de um novo mercado; a conquista de uma nova fonte de matérias primas.

(conclusão)

Critério	Subcritério	Unidade	Otimização Máx. ou Mín.	Fórmula	Atributos	Explicação
	2.3 Impacto financeiro no município	%	Max.	$\frac{W_1 ED + W_2 EIND + W_3 Consumo}{Orçamento do Município}$	<p>(ED) Efeito Direto no município corresponde aos gastos (Custeio) com professores, funcionários, alunos e administração no ano.</p> <p>(EIND) Efeito Indireto no município corresponde aos investimentos efetuados referentes a construções, equipamentos etc. no ano.</p> <p>Consumo é o efeito induzido corresponde ao gasto com consumo no ano</p>	<p>Os impactos econômicos provenientes da existência de uma universidade em uma determinada região vêm recebendo uma atenção especial nos últimos anos. Os cenários que apontam as regiões com maior possibilidade de desenvolvimento são aquelas que conseguem estabelecer um projeto institucional de desenvolvimento envolvendo dos diversos atores sociais e o seu conjunto de conhecimento para aumentar a competitividade da região. Nesse critério considera o impacto sobre a economia (emprego e renda) utilizando técnicas de insumo-produto</p>
	2.4 Atividades empreendedoras	Unid.	Max	$\left[\min\left(\frac{\sum EJ_i}{\sum C_i}, 1\right) + \min\left(\frac{\sum CCFE_i}{\sum C_i}, 1\right) + \min(\sum IN_i, 1) \right]$	<p>(EJ_i) Empresa Junior - considera-se 0 (zero) quando não existe e 1 (um) quando existe.</p> <p>(IN_i) Incubadoras - considera-se 0 (zero) quando não existe e 1 (um) quando existe.</p> <p>(CCFE_i) Componentes curriculares com foco em empreendedorismo - considera-se 0 (zero) quando não existe e 1 (um) quando existe.</p> <p>(C_i) Número de curso da instituição.</p>	<p>O uso de metodologias para o estímulo ao desenvolvimento das habilidades empreendedoras, caracteriza-se pelas existências de Empresas Junior (EJ) Incubadoras (IN) e Componentes Curriculares com Foco em Empreendedorismo (CCFE) por área do conhecimento que permitem aos discentes desenvolver suas habilidades empreendedoras.</p>

Fonte: Autoria própria, 2013.

4.1.3 Critério - Desenvolvimento Social

O desenvolvimento social caracteriza-se pelo espaço onde os homens em suas interações produzem e reproduzem a vida; é a integração entre as pessoas e mundo do trabalho; é espaço no qual as pessoas esperam superar suas necessidades e carências.

Klikberg (1998), numa visão contemporânea para o desenvolvimento social, considera que além do capital natural de uma sociedade, formado por sua dotação de recursos naturais, e o capital construído, formado pela infraestrutura, capital comercial e capital financeiro, existem outras duas modalidades de capital, que requerem uma análise mais detalhada: o capital humano e o capital social. O primeiro refere-se à qualidade dos recursos humanos e o segundo aos elementos qualitativos, tais como: valores partilhados, cultura, capacidades para agir sinergicamente e produzir redes e acordos voltados para o interior da sociedade.

Neste sentido, tem-se o desenvolvimento social como pressuposto que objetiva garantir a todas as pessoas condições iguais de acesso a bens e serviços de qualidade necessários para uma vida digna e de liberdade, garantidas pelo desenvolvimento. Para Franco (2000) um novo paradigma de desenvolvimento pode ser visto de maneira objetiva, no que se refere melhoria de vida das pessoas (atuais e futuras).

Para Andrade e Cândido (2010) a inserção da população local e suas percepções nas decisões políticas sobre os assuntos de interesse coletivo, constituem-se, no seu conjunto, variável chave para a implementação de processo de desenvolvimento sustentável e com a premissa da consolidação de um processo de desenvolvimento orientado por outra visão de sociedade. O objetivo é construir uma sociedade voltada para o ser tendo maior equidade na distribuição do ter (MENDES, 2009).

Neste sentido, pode-se compreender a perspectiva das atividades da universidade em visão voltada para a construção de ideias de um desenvolvimento social no sentido de aumentar o nível de conhecimento das pessoas e fomentar as capacidades e competências para a participação na sociedade organizada.

A Figura 10 apresenta os subcritérios e os atributos propostos de avaliação do critério de desenvolvimento social e suas respectivas tipologias.

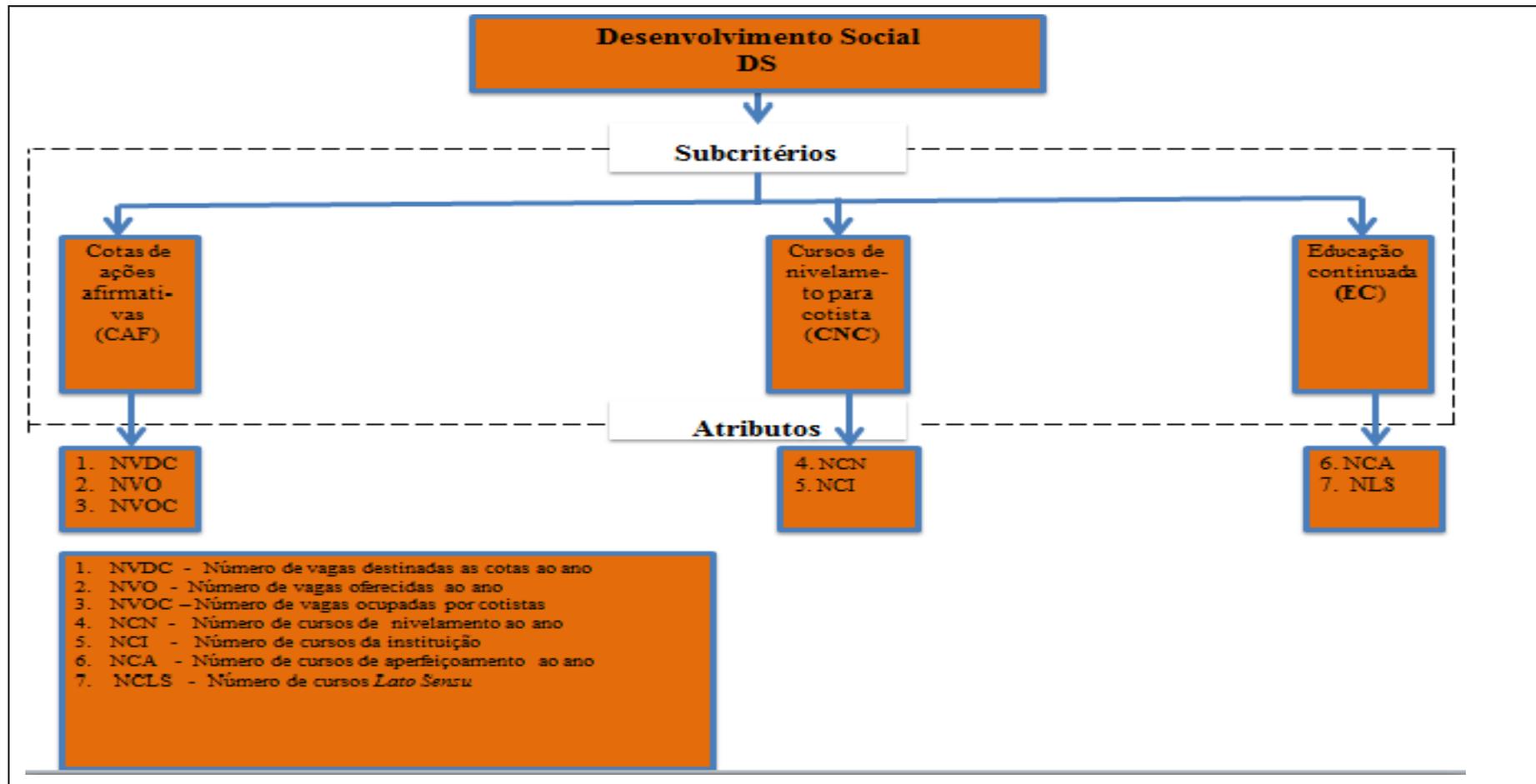


Figura 10 - Critério, subcritérios, atributos e tipologia do critério desenvolvimento social.
Fonte: Elaboração própria, 2013.

A estruturação do critério desenvolvimento social é composto pelos subcritérios: 1) cotas de ações afirmativas (**CAF**), na qual a instituição reserva um percentual de vagas para atender um demanda social; 2) curso de nivelamento para os cotistas (**CNC**), objetivo deste curso é oferecer um nivelamento conceitual nos conteúdos programáticos e ao mesmo tem garantir a permanência na instituição; 3) A política de incentivo a educação continuada (**EC**) para a comunidade universitária, para os estudantes egressos dos cursos a instituição.

Na Tabela 4 a seguir, constam como os subcritérios do desenvolvimento social são avaliados no que se referem às unidades de medidas, a otimização, as fórmulas utilizadas, atributos e as explicações do significado de cada um.

Tabela 4 - Mensuração do critério desenvolvimento social

Critério	Subcritério	Unidade	Otimização Máx. ou Min.	Fórmula	Atributos	Explicação
3. Desenvolvimento Social	3.1 Cotas de ações afirmativas	%	Max.	$\frac{NVOC}{NVDC}$	(NVDC) - Número de vagas destinadas as cotas (NVOC) – Numero de vagas ocupadas por cotistas.	A execução de programas para desenvolvimento social inclui projetos. As cotas de ações afirmativas (CAF) correspondem às ações para corrigir as distorções provocadas pela desigualdade histórica com relação étnico/racial. Nesse sentido as universidades destinaram para estudantes escolas públicas, negros quilombos, indígenas e estudantes portadores de necessidades especiais. Este critério será verificado pelas vagas destinadas as cotas sobre total vagas.
	3.2 Cursos de Nivelamento para cotistas.	%	Max.	$\frac{\sum CN_i}{\sum C_i}$	(CN _i) - Curso de nivelamento ao ano. (C _i) – Curso _i da instituição	Outro ponto a ser considerado é a necessidade de nivelamento conceitual dos estudantes através de curso de nivelamento para cotista (CNC) na perspectiva de motivação para permanência na universidade.
	3.3 Educação Continuada	Unid.	Max	$\frac{1.(\sum CA_i) + (\sum CPLS_i)}{N^o \text{Cursos Oferecidos}}$	(CA _i) - Curso de Aperfeiçoamento (CPLS _i) - Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	A política de incentivo a educação continuada para a comunidade universitária e os egressos dos cursos, refere-se ao processo de qualificação profissional (educação continuada – permanente), de caráter sequencial e planejada a médio e longo prazo, articulada ao processo de trabalho. A Educação Continuada Caracteriza-se pelas existências de cursos de aperfeiçoamento e pós-graduação destinados a comunidade acadêmica e os egressos da universidade com o objetivo de fomentar a aprendizagem continuada.

Fonte: Autoria própria, 2013.

4.1.4 Critério - Defesa do Meio Ambiente

A defesa do meio ambiente caracteriza-se pela preservação e sustentabilidade do meio ambiente urbano e rural, capacitação e qualificação do capital social. A universidade, dentro de seus objetivos fins, deve proporcionar, na formação acadêmica dos seus alunos, dimensões científicas, técnica e humanas, articuladas com elementos atitudinais para proteção do meio ambiente. Nessa perspectiva, a Conferência dos Reitores de 300 universidades europeias, dentre as quais seis portuguesas, realizada em Geneve, no ano 1994, produziu um documento denominado *Carta de Copernicus*, na qual constam dez princípios a serem adotados pelas universidades em relação ao desenvolvimento sustentável: compromisso institucional; ética ambiental; educação dos funcionários universitários; programas de educação ambiental; interdisciplinaridade; disseminação do conhecimento; redes de trabalho; parcerias; programas de educação contínua e transferência tecnológica (CARTA COPÉRNICO, 1994). No Brasil, com a instituição da Política Nacional de Educação Ambiental, através da Lei Nº 9.795 de 27 de abril de 1999, passou-se a entender a educação ambiental como um processo por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo. Condições consideradas essenciais a uma sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Neste sentido, o desafio atual de fortalecer uma educação em defesa do meio ambiente que seja convergente e transversal deve ser colocado como prioridade no meio da comunidade universitária. A compreensão dos problemas ambientais passa pelo conhecimento e significados socialmente construídos através da diversidade cultural. Social e econômica e que deve ser bem trabalhado no seio da universidade.

Leff (2007) fala sobre a impossibilidade de resolver os crescentes e complexos problemas ambientais e reverter suas causas sem que ocorra uma mudança radical nos sistemas de conhecimento, dos valores e dos comportamentos gerados pela dinâmica de racionalidade existente, fundada no aspecto econômico do desenvolvimento.

Nesse contexto, constata-se âmbito dos organismos internacionais e instituições nacionais um amplo processo orientado para criar as condições para formar uma nova consciência sobre o valor da natureza e para reorientar a produção de conhecimento baseada nos métodos da interdisciplinaridade objetivando a produção de saberes inacessíveis às disciplinas isoladas (GODARD, 2002). A Figura 11 apresenta os subcritérios e os atributos propostos de avaliação do critério defesa do meio ambiente e suas respectivas tipologias.

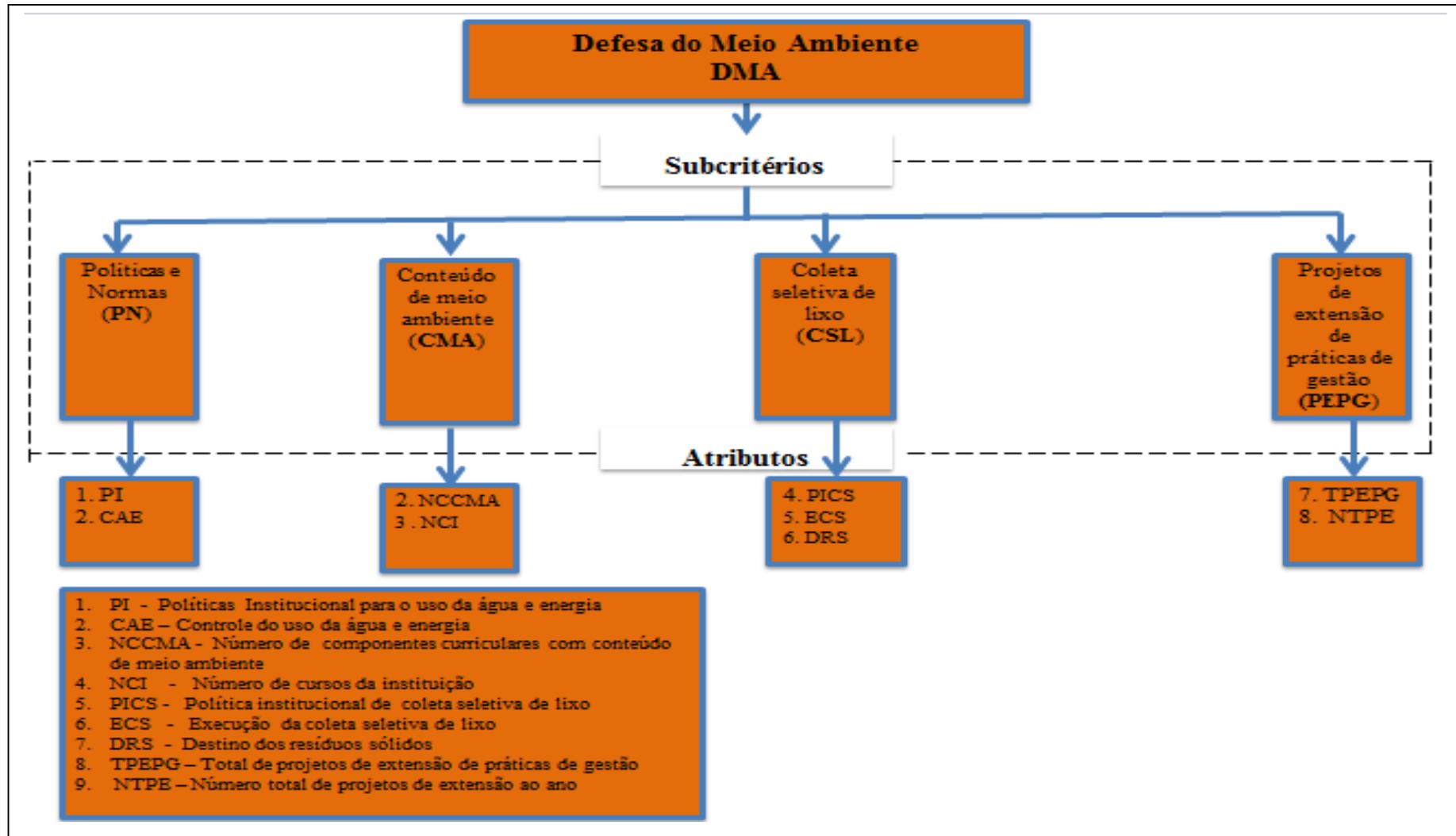


Figura 11 - Critério, subcritérios, atributos e tipologia do critério defesa do meio ambiente.

Fonte: Elaboração própria, 2013.

A estruturação do critério defesa do meio ambiente é composta pelos subcritérios: 1) políticas e normas (**PN**) 2) conteúdos de meio ambiente (**CMA**) presente nos componentes curriculares dos cursos; 3) a política institucional de coleta seletiva (**PICS**) de lixo e os cuidados necessários com o destino final dos resíduos sólidos (**DRS**) produzidos pela instituição; 4) a existência de projetos de extensão para promover e disseminar as boas práticas de gestão ambiental (**PEPG**).

Na Tabela 5 constam como os subcritérios da defesa do meio ambiente são avaliados no que se referem às unidades de medidas, a otimização, as fórmulas utilizadas, atributos e as explicações do significado de cada um.

Tabela 5 - Mensuração do critério defesa do meio ambiente

(continua)

Critério	Subcritério	Unidade	Otimização Máx. ou Min.	Fórmula	Atributos	Explicação
4. Defesa do Meio Ambiente	4.1 Políticas e normas	Unid.	Max.	$PI + CAE$	<p>PI – Políticas institucional para o uso de água e energia - considera-se 0 quando não existe e $\frac{1}{2}$ quando existe.</p> <p>CAE – Controle do uso da água e de redução de energia.- considera-se 0 quando não existe e $\frac{1}{2}$ quando existe.</p>	<p>Entendida como um conjunto de princípios e sistemas de gestão norteada por parâmetro ou orientação para a tomada de decisão. Contém níveis de delegação, abrangência das ações.</p> <p>O controle pode ser entendido, em termos simples ação de necessária para assegurar a realização da política.</p>
	4.2 Conteúdo de Meio Ambiente	Unid.	Max.	$\frac{\sum CCOP + \sum CCOB}{\sum C_i}$ <p>Considera-se 0 (zero) quando não existe conteúdos abordando meio ambiente, $\frac{1}{2}$ quando existirem e forem optativos e 1, quando os conteúdos forem obrigatórios.</p>	<p>(CCOP)-Componentes Curriculares Optativos visando meio ambiente por curso i ao ano.</p> <p>$C_i \Rightarrow$ Curso i</p> <p>(CCOB)-Componentes Curriculares Obrigatórios visando meio ambiente por curso i ao ano.</p>	<p>Os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) - caracterizam-se pelos componentes curriculares que regem o ordenamento dos cursos de graduação. Nesse sentido espera-se que os mesmos contemplem disciplinas que abordem o meio ambiente.</p>

(conclusão)

Critério	Subcritério	Unidade	Otimização Máx. ou Min.	Fórmula	Atributos	Explicação
	<p>4.3 Coleta Seletiva de Lixo</p> <p>4.4 Projetos de Extensão de Práticas de Gestão – PEPG.</p>	<p>Unid.</p> <p>%.</p>	<p>Max.</p> <p>Max.</p>	$\frac{PICS + CCS + ECS + CDRS}{4}$ $\frac{PEPG_i}{TPE_i}$	<p>(PICS) Política Institucional de Coleta Seletiva - considera-se 0 (zero) quando não existe e 1 (um) quando existe.</p> <p>(ECS) Execução da Coleta Seletiva - considera-se 0 (zero) quando não existe e 1 (um) quando existe.</p> <p>(DRS) Destino dos Resíduos Sólidos - considera-se 0 (zero) quando não existe e 1 (um) quando existe.</p> <p>(CCS) Coletores para coleta seletiva - considera-se 0 (zero) quando não existe e 1 (um) quando existe.</p> <p>(PEPG_i) Total Projeto de Extensão de Práticas de Gestão no ano</p> <p>(TPE_i) Número total projetos de extensão ao ano.</p>	<p>O Decreto Nº 5.940/06 que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação</p> <p>Projeto de Extensão de Práticas de Gestão caracteriza-se pelas existências da disseminação das boas práticas de gestão de ambiental junto a comunidade universitária e ao seu entorno, com intuito de transferir os cuidados com o meio ambiente para a sociedade.</p>

Fonte: Autoria Própria, 2013

4.1.5 Critério - Defesa do Patrimônio e Memória Cultural

Incluem-se neste critério a preservação, recuperação e difusão de patrimônio artístico, cultural e histórico, mediante a formação, organização, manutenção, ampliação, equipamentos de museus, bibliotecas, centros culturais, coleção e acervos; restauração de bens moveis e imóveis de reconhecido valor cultural; proteção ao folclore, do artesanato e das tradições culturais. O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) considera patrimônio material o conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis – núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais – e móveis – coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos (IPHAN, 2012).

Para Rodrigues (2012) patrimônio faz voltar ao passado, através de manifestação, testemunho, de um chamamento, ou melhor, uma lembrança do passado. Sua função é ativar a lembrança sobre os eventos mais importantes. O patrimônio expressa a identidade histórica e as vivências de um povo, contribui para manter e preservar a identidade de uma nação.

Quanto à memória cultural, sua função é a promoção da relação entre os membros do grupo com base no seu passado coletivo, com uma ilusão de continuidade dos fatos e que favorece a manutenção da identidade do grupo. Assim como o patrimônio cultural (ou como um patrimônio cultural), a memória social é dinâmica, mutável e seletiva; seletiva porque nem tudo o que é importante para o grupo fica gravado na memória, fica registrado para as gerações futuras (MARTINS, 2011).

Segundo Rodrigues (2012) a memória é um fenômeno social construído coletivamente e que a antropologia cultural procura entender como as sociedades, dos primórdios até hoje e em diferentes regiões do mundo, produzem, reproduzem e materializam o saber, isto é, como as diferentes sociedades formam e transmitem o seu conhecimento acumulado ao longo dos tempos. Dito de outra forma, como elas formam e transmitem a sua memória social.

A Figura 12 apresenta os subcritérios e os atributos propostos de avaliação do critério defesa do patrimônio e memória cultural e suas respectivas tipologias.

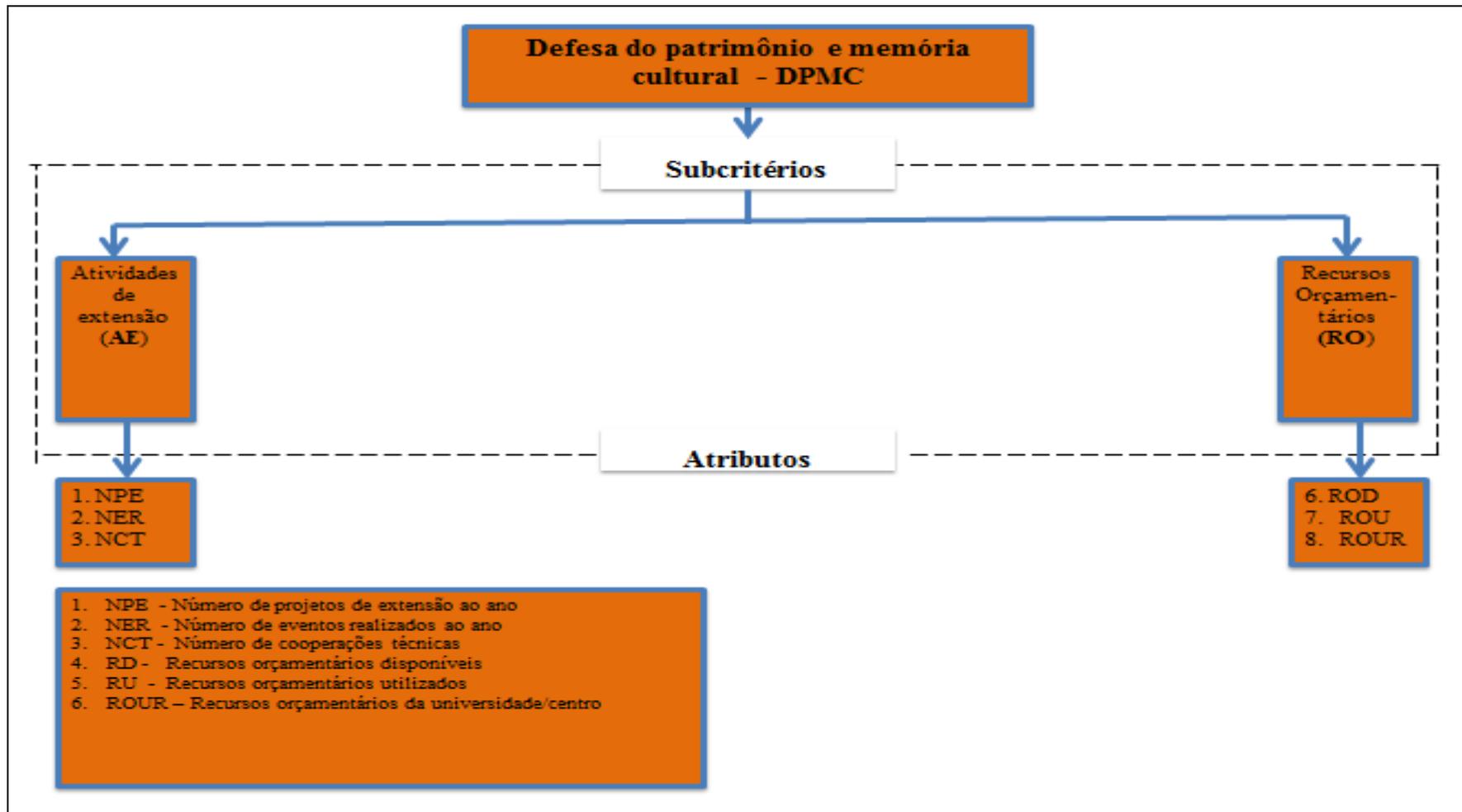


Figura 12 - Critério, subcritérios, atributos e tipologia do critério defesa do patrimônio e memória cultural

Fonte: Elaboração própria, 2012.

A estruturação do critério da defesa do patrimônio e memória cultural é composta pelos seguintes subcritérios: 1) atividades de extensão (**AE**) que corresponde à realização de cooperação técnica, eventos culturais, e projetos de extensão, objetivando a valorização, resgate e manutenção do acervo histórico da cultura regional, e da compreensão da preservação do acervo histórico e preservação do patrimônio cultural; 2) Os recursos orçamentários (**RO**) disponíveis para a manutenção das ações de defesa da memória cultural e patrimonial.

Na tabela 6 a seguir, consta como os subcritérios defesa do patrimônio e memória cultural que são avaliados no que se referem às unidades de medidas, a otimização, as fórmulas utilizadas, atributos e as explicações do significado de cada um.

Tabela 6 - Mensuração do critério defesa do patrimônio e memória cultura

Critério	Subcritério	Unidade	Otimização Máx. ou Min.	Fórmula	Atributos	Explicação
5. Defesa do Patrimônio e Memória Cultural	5.1 Atividades de Extensão	Unid.	Max.	$\frac{\sum PE_i + \sum ER_i + \sum CT_i}{\sum C_i}$	<p>(PE_i) Projeto de extensão _i no ano</p> <p>(ER_i) Eventos realizados _i no ano</p> <p>(CT_i) Cooperações técnicas _i ao ano</p> <p>$C_i \Rightarrow$ Curso _i</p>	Incluem-se nesta dimensão as ações estímulo a leitura, da preservação, recuperação e difusão de patrimônio artístico, cultural e histórico, mediante a formação, organização, manutenção, ampliação equipamentos de museus, bibliotecas, centros culturais, coleção e acervos; restauração de bens moveis e imóveis de reconhecido valor cultural; proteção ao folclore, do artesanato e das tradições culturais, estímulo a leitura,
	5.2 Recursos Orçamentários	%	Max.	$\frac{RU}{RD}$	<p>(RU) Recursos Orçamentários Utilizados no ano</p> <p>(RD) Recursos Orçamentários Disponíveis no ano</p>	Orçamento é materialização do planejamento da instituição, quer na manutenção de suas atividades (ações de rotinas, quer na execução de seus projetos (ações com início, meio e fim). Orçamento é portanto, a função primordial da gestão pública de estimar receitas e fixar despesas. Momento em que se define legalmente, pelas dotações orçamentária, a formalização de utilização dos recursos disponíveis nas instituições públicas.

Fonte: Autoria Própria, 2013.

4.1.6 Critério - Defesa da Produção Artística

A defesa da produção artística refere-se à produção e difusão cultural e artística de obras relativas às ciências humanas, às letras e às artes plásticas, fotografia, cinema, vídeo. Inclui-se, também, teatro, música e dança. Para o IPHAN (2012), os bens culturais imateriais estão relacionados aos saberes, às habilidades, às crenças, às práticas, ao modo de ser das pessoas. Dessa forma, podem ser considerados bens imateriais: conhecimentos enraizados no cotidiano das comunidades; manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; rituais e festas que marcam a vivência coletiva da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; além de mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais.

Considerando a produção cultural ser efervescente e muito diversificada, o Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído pela Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010, tem por finalidade o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira. Esta iniciativa representa uma oportunidade de reflexão sobre as questões culturais, ao mesmo tempo em que incorpora uma referência metodológica que insere uma série de diretrizes em busca de uma coerência nas ações das diversas instituições do país.

Neste sentido, tem-se na universidade um lugar onde acontece as mais variadas atividades culturais e que mobiliza a pluralidade de gêneros, estilos e diversidade cultural. Elas oportunizam a troca experiente entre os atores sociais de origens distintas e desempenham um papel altamente educativo. A promoção da cultura na universidade, através da destinação de recursos para a criação e produção, favorece ao surgimento de produtos, audiovisuais, espetáculos, livros e revistas e a coloca no eixo fundamental para a construção de uma nova sociedade.

A Figura 13 apresenta os subcritérios e os atributos propostos de avaliação do critério defesa da produção artística e suas respectivas tipologias.

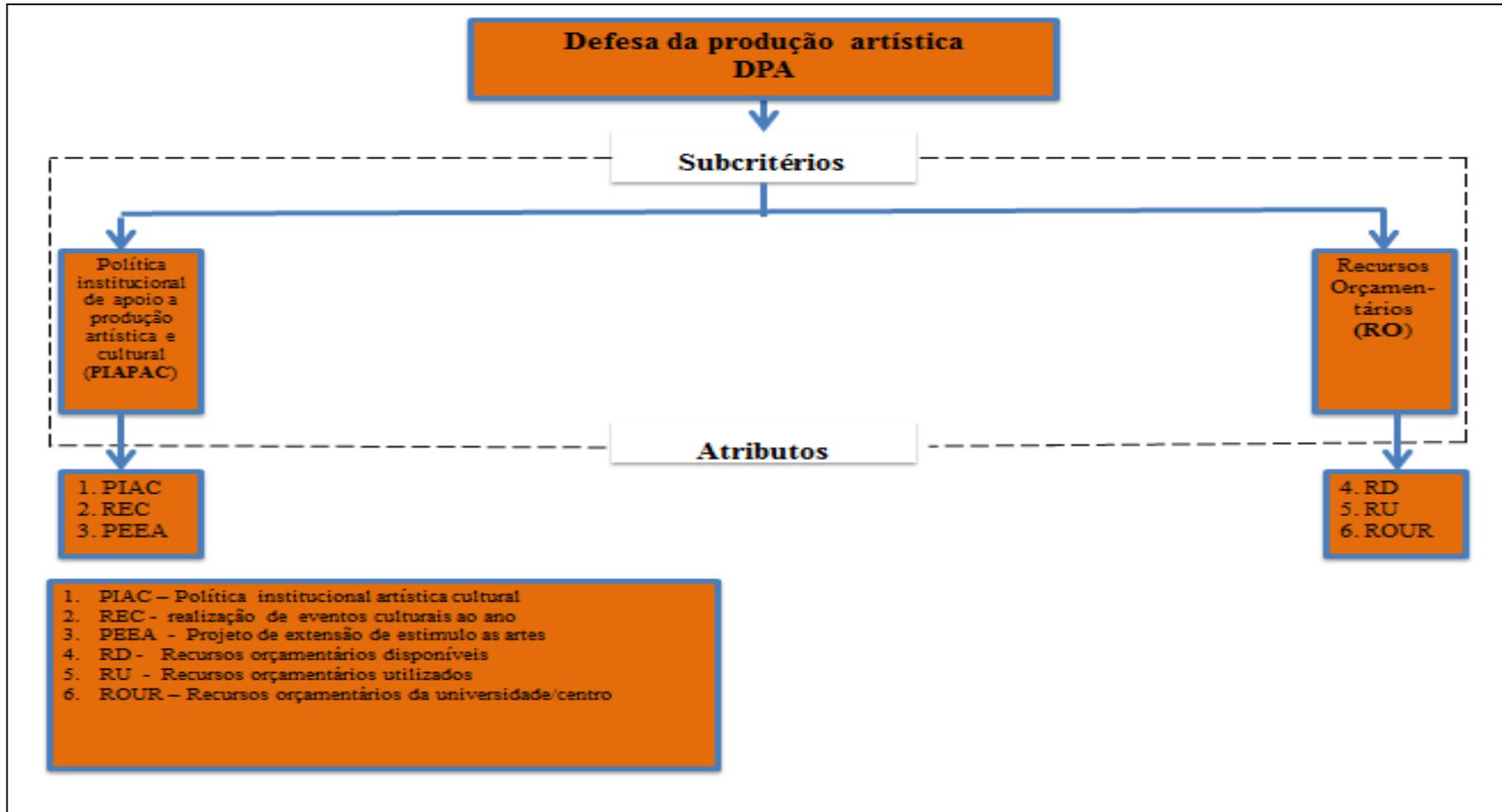


Figura 13 - Critério, subcritérios, atributos e tipologia do critério defesa da produção artística

Fonte: Elaboração própria, 2012.

A estruturação do critério defesa da produção artística é composta pelos seguintes subcritérios: 1) a política institucional de apoio às produções artísticas- culturais (**PIAPAC**), realizações de eventos e projetos de extensão de estímulo a arte; 2) a disponibilidade de recursos orçamentários (**RO**) para a manutenção das ações das produções artísticas.

Na tabela 7 consta como os subcritérios defesa da produção artística que são avaliados no que se referem às unidades de medidas, a otimização, as fórmulas utilizadas, atributos e as explicações do significado de cada um.

Tabela 7 - Mensuração do critério defesa da produção artística

Critério	Subcritério	Unidade	Otimização Máx. ou Min.	Fórmula	Atributos	Explicação
6. Defesa da Produção Artística	6.1 Política Institucional de apoio à produção artística - cultural	Unid.	Max.	$\frac{PIAC + REC + PEEA}{3}$	<p>(PIAC) Política Institucional Artística Cultural – considere 0 (zero) se não existe e 1 (um) se existe.</p> <p>(REC) Realização de Eventos Culturais no ano - considere 0 (zero) se não existe e 1 (um) se existe.</p> <p>(PEEA) Projeto de Extensão de Estimulo as Artes no ano - considere 0 (zero) se não existe e 1 (um) se existe.</p>	A produção e difusão cultural e artística de obras relativas às ciências humanas, às letras e às artes plásticas, fotografia, cinema, vídeo. Inclui-se também teatro, música e dança.
	6.2 Recursos Orçamentários	%.	Max.	$\frac{RU}{RD}$	<p>(RU) Recursos Orçamentários Utilizados</p> <p>(RD) Recursos Orçamentários Disponíveis</p>	Orçamento é materialização do planejamento da instituição, quer na manutenção de suas atividades (ações de rotinas, quer na execução de seus projetos (ações com início, meio e fim). Orçamento é portanto, a função primordial da gestão pública de estimar receitas e fixar despesas. Momento em que se define legalmente, pelas dotações orçamentária, a formalização de utilização dos recursos disponíveis nas instituições públicas.

Fonte: Autoria própria, 2012.

4.1.7 Critério da Defesa da Produção Esportiva e Saúde

A defesa da produção esportiva e saúde compreende o desenvolvimento de programas de saúde, processos assistenciais para dependentes de drogas, alcoolismo, tabagismo. Também incluem o critério desenvolvimento de projetos de integração, esporte e atividade física. Com o Decreto de N^o 6.833 de 29 de abril de 2009, o governo instituiu o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), que tem por objetivo de coordenar e integrar ações e programas áreas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento dos servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional, de acordo com a política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal, estabelecida pelo governo.

Para consolidar a política de saúde para o servidor público foi criado pelo Ministério de Orçamento, Planejamento e Gestão do Governo Federal – MPOG, o Departamento de Saúde, Previdência e Benefícios do Servidor que promoveu, de forma coletiva, com a participação de profissionais de saúde e técnicos de diversos órgãos públicos, a reformulação no modelo de gestão de pessoas, com ênfase na saúde e seguridade social dos servidores públicos.

O marco histórico do eixo de atuação que visa a democratização das relações de trabalho e valorização do servidor foi instituído, por meio da Portaria n^o 797 de 22 de março de 2010, torna-se, portanto, o primeiro instrumento de referência para auxiliar na interpretação da legislação quando das decisões periciais, cujas informações produzidas passam a constituir base de dados epidemiológicos para a formulação de ações de vigilância aos ambientes e processos de trabalho, e para a criação de programas de promoção à saúde que tenham impacto no processo saúde, doença e trabalho.

Após a implementação marco legal, outras normas foram geradas ampliando as ações voltadas a saúde e seguridade do servidor e ampliando as informações que devem compor a base de dados epidemiológicos tais como: realização anual de exames periódicos, assistência a saúde suplementar, concessão dos adicionais de periculosidade e insalubridade, acessibilidade nos edifícios públicos ou de uso coletivo, diretrizes em saúde bucal e saúde mental para a Promoção da Saúde do Servidor Público Federal. Nesse sentido, cabe a cada instituição implementar programas que atendam as diretrizes estabelecidas na legislação (BRASIL, 2009).

A Figura 14 apresenta os subcritérios e os atributos propostos de avaliação do critério defesa da produção artística e suas respectivas tipologias.

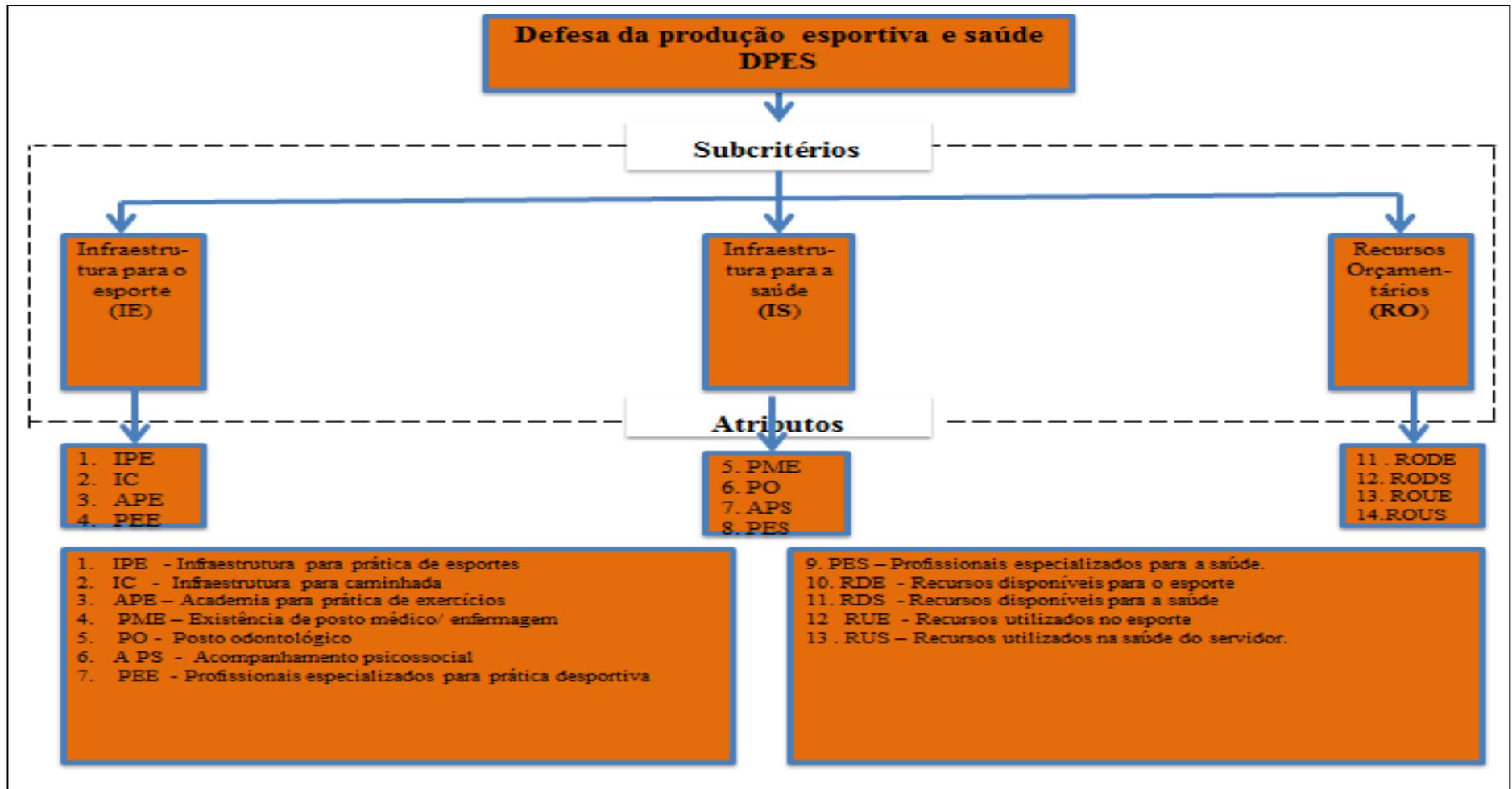


Figura 14 - Critério, subcritérios, atributos e tipologia do critério defesa da produção esportiva e saúde

Fonte: Elaboração própria, 2012.

A estruturação do critério defesa da produção esportiva e saúde é composta pelos seguintes subcritérios: 1) a existência de Infraestrutura para o esporte (**IE**), o que corresponde aos ambientes para práticas esportivas e exercícios físicos dos docentes, discentes e técnicos administrativos, como também a existência de profissionais especializados para práticas desportiva; 2) a infraestruturas para saúde (**IS**), que compreende como a existência de posto médico/enfermagem para o atendimento dos primeiros socorros, posto odontológico e o acompanhamento psicossocial, como também a existência de profissionais especializados para atendimento de primeiros socorros e fazer o acompanhamento psicossocial; 3) a disponibilidade de recursos orçamentários (**RO**) para a realização de eventos esportivos, participação em torneios, campeonatos e como também a promoção a saúde.

Na tabelas 8 constam os subcritérios defesa da produção esportiva e saúde que são avaliados no que se referem as unidades de medidas, a otimização, as fórmulas utilizadas, atributos e as explicações do significado de cada um.

Tabela 8 - Mensuração do critério defesa da produção esportiva e saúde

(continua)

Critério	Subcritério	Unidade	Otimização Máx. ou Min.	Fórmula	Atributos	Explicação
7. Defesa da Produção Esportiva e Saúde	7.1 Infraestrutura para esporte	Unid.	Max	$\frac{\text{IPE} + \text{IC} + \text{APE} + \text{PEE}}{4}$	<p>(IPE) Infraestrutura para prática de esportes - considera-se 0 (zero) quando não existe e 1 (um) quando existe</p> <p>(IC) Infraestrutura para caminhada - considera-se 0 (zero) quando não existe e 1/2 (meio) quando existe parcial e 1 (um) quando existe total.</p> <p>(APE) Academia para prática de exercícios - considera-se 0 (zero) quando não existe e 1 (um) quando existe</p> <p>(PEE) Profissionais Especializados para o Esporte considera-se 0 (zero) quando não existe e 1/2 (meio) quando existe parcial e 1 (um) quando existe total.</p>	<p>Para realização de atividades esportivas, exercícios físicos e musculação necessitam de uma infraestrutura adequada.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Infraestrutura para esporte considera-se existência de campo e/ou quadra de futebol que favoreça a prática de esportes. 2. Infraestrutura para a caminhada - considera-se existência pistas ou vias permitam as caminhadas . 3. Academia - considera- quando a existe academia para os exercícios de musculação.

(continuação)

Critério	Subcritério	Unidade	Otimização Máx. ou Min.	Fórmula	Atributos	Explicação
	7.2 Infraestrutura para a saúde	Unid.	Max.	$\frac{PME + PO + APS + PES}{4}$	<p>(PME) Posto médico /enfermagem considera-se 0 (zero) quando não existe e 1 (um) quando existe</p> <p>(PO) Posto odontológico - considera-se 0 (zero) quando não existe e 1 (um) quando existe</p> <p>(APS) Acompanhamento Psicossocial - considera-se 0 (zero) quando não existe e 1 (um) quando existe</p> <p>(PES) Profissionais especializados para a saúde – considera-se 0 (zero) quando não existe e 1/2 (meio) quando existe parcial e 1 (um) quando existe total.</p>	<p>Para realização de atividades relacionadas com a saúde, observa-se a infraestrutura existente.</p> <p>a) A existência de posto médico que tenha o atendimento de primeiros socorros e a odontologia.</p> <p>b) A existência do atendimento psicossocial;</p> <p>c) A existência de profissionais especializados.</p> <p>Profissionais especializados (PE) para o atendimento nas práticas esportivas e nos exercícios físicos e primeiros socorros e psicossocial.</p>

(conclusão)

Critério	Subcritério	Unidade	Otimização Máx. ou Min.	Fórmula	Atributos	Explicação
	7.3 Recursos Orçamentários	%	Max.	$\frac{RU}{RD}$	<p>(RDE) Recursos orçamentários disponíveis para esporte</p> <p>(RUE) Recursos orçamentários utilizados no esporte</p> <p>(RDS) Recursos orçamentários disponíveis saúde do servidor</p> <p>(ROUS) Recursos Orçamentários Utilizados para a saúde do servidor</p>	Orçamento é materialização do planejamento da instituição, quer na manutenção de suas atividades (ações de rotinas, quer na execução de seus projetos (ações com início, meio e fim). Orçamento é portanto, a função primordial da gestão pública de estimar receitas e fixar despesas. Momento em que se define legalmente, pelas dotações orçamentária, a formalização de utilização dos recursos disponíveis nas instituições públicas.

Fonte: Autoria própria, 2012.

Tabela 9 - Mensuração dos índices dos critérios e da responsabilidade social da universidade

Índices	Unidade	Otimização Max. Min.	Fórmula	Explicação
Crítérios	Unid.	Max.	$\frac{\sum SC_i}{N^{\circ}SC}$	Para a obtenção do índice de cada critério, somam-se os resultados da avaliação de cada subcritérios (SC_i) e divide pelo o número de subcritérios previstos para a avaliação.
Responsabilidade social da universidade	Unid.	Max.	$\frac{\sum C_i}{N^{\circ}C}$	Para a obtenção do IRSU, somam-se todos os índice de todos os critérios (C_i) e divide pelo número de critérios utilizados na avaliação.

Fonte: Aatoria própria, 2012.

4.2 Percepções dos Gestores em Relação aos Critérios e Subcritérios Propostos

4.2.1 Características dos Entrevistados

4.2.1.1 - Reitora

Nomeada pelas autoridades competentes para um mandato de quatro anos, foi escolhida dentre os nomes indicados em uma lista tríplice, organizada em reunião conjunta entre o Conselho Universitário, Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão e Conselho Curador, após, consulta feita a comunidade acadêmica.

Dirigente máxima da instituição com atribuições do cargo de liderar, superintender e coordenar as atividades da universidade, além de exercer a autoridade política nas relações com o ambiente externo em nível institucional.

No contexto interno, é responsável pelo estabelecimento de estratégias para o cumprimento das diretrizes da política nacional de educação, da ciência e tecnologia e dos vários programas governamentais voltados para o desenvolvimento social e econômico e ambiental do país, como também, propor melhorias no sistema de gestão da universidade como forma de assegurar a execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

4.2.1.2 – Pró-Reitores

Professores e/ou servidores ocupantes de cargos de direção designados pela livre escolha do (a) dirigente máximo da instituição, integram a alta administração da universidade, são responsáveis pelos desdobramentos das estratégias em sua área de competência, como também pelas propostas de melhorias no sistema de gestão da universidade como forma de assegurar o cumprimento da missão institucional.

Os pró-reitores têm como responsabilidade o fortalecimento do funcionamento harmônico institucional que assegure o cumprimento dos objetivos fins da universidade no que se refere ao ensino, pesquisa e extensão.

4.2.1.3 – Diretores de Centro

Dirigentes de órgãos setoriais de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo através de órgãos próprios funções deliberativas e executivas, são responsáveis pelos desdobramentos das estratégias em sua área de

competência, como também, pelas propostas de melhorias no sistema de gestão da universidade para assegurar o cumprimento da missão institucional.

Nomeados pelo reitor (a) para um mandato de quatro anos, escolhidos dentre os nomes indicados em uma lista tríplice entre os docentes dos dois níveis mais elevados da carreira do magistério, ou que sejam portadores do título de doutor, constantes de listas tríplices, após consulta feita na comunidade acadêmica do respectivo centro.

4.2.1.4 – Chefes de Departamentos

Dirigentes de unidades gerenciais de primeira instância de deliberação em matéria didático-científica e administrativa no âmbito de sua atuação, são responsáveis pela integração e a execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão da universidade, como também, do cumprimento das deliberações dos colegiados e da alta administração da organização.

Nomeados pelo reitor (a) e indicados pelos diretores de centro após consulta aos segmentos da comunidade acadêmica envolvida com o respectivo departamento, para um mandato de dois anos.

4.2.1.5 – Coordenadores de Cursos

Dirigentes de unidades gerenciais responsáveis pela execução das deliberações advindas dos colegiados de curso no que se refere à organização e revisão curricular, ao estabelecimento de diretrizes para a execução do projeto pedagógico do curso, bem como as normas de seu acompanhamento e avaliação.

Nomeados pelo reitor (a), e indicados pelos diretores de centro após consulta aos segmentos universitários envolvidos nos cursos, para um mandato de dois anos. Neste cargo, as habilidades e competências do ocupante se voltam para a operacionalização da atividade do ensino.

A escolha desses gestores para esta fase da pesquisa tem como base os cinco cargos de direção administrativa que estes ocupam e que no dia-a-dia da instituição são responsáveis pelo processo de planejamento e gestão. Destes, foi possível coletar as respostas de 52 gestores, conforme Tabela 1, os quais responderam ao questionário enviado, permitindo assim que fosse identificado o grau de importância dos referidos subcritérios propostos previamente, como também o peso atribuído por cada respondente ao critério de avaliação.

Utilizou-se da estatística descritiva dos valores de frequência obtidos, procurando descrever e avaliar o grupo pesquisado sem tirar quaisquer conclusões ou inferências sobre um grupo maior.

Tabela 10 - Visualização dos questionários respondidos

Cargos de Direção	Total de questionários enviados	Total de questionários respondidos	% de questionários respondidos em relação ao cargo
Reitor	1	1	100,0
Pró-reitores	9	5	55,6
Diretores de Centro	16	8	50,0
Chefes de departamentos	56	16	28,6
Coordenadores	104	22	21,1
Total	186	52	28,0

Fonte: pesquisa aplicada (2013).

De acordo com os resultados apresentados na Tabela 10, cerca de 28% dos gestores responderam aos questionários, o que pode ser considerado um padrão aceitável de respostas. Weible e Wallace (1998) consideram que a taxa de resposta de um questionário disponibilizado na internet é de 26%. Para Marconi e Lakatos (2005), questionários que são enviados para os possíveis respondentes alcançam, em média, 25% de devolução. Por isso, é possível considerar satisfatório para o estudo o número de gestores que responderam aos questionários.

Outra perspectiva na análise dos dados da tabela pode ser feita a partir da classificação dos cargos administrativos em dois níveis: alta administração e linha gerencial. A primeira composta pela reitora, pró-reitores e diretores de centro, em total de 26 cargos, apresentou o número de 14 questionários respondidos, o que representa uma taxa de retorno na ordem de 54%. A segunda, composta pelos chefes de departamento e coordenadores de curso, que representam um total de 160 cargos. Esta, por sua vez, apresentou um número de 38 questionários devolvidos, o que representa uma taxa de retorno na ordem de 24%.

Diante desta perspectiva, ressalta-se importância da compreensão destes dois níveis de cargos administrativos em relação ao estudo desenvolvido e em especial a percepção deste em relação aos subcritérios para a metodologia, considerando que a alta administração é a instância máxima deliberativa das estratégias organizacionais, e que a linha gerencial é responsável pela execução dessas estratégias, além de proporcionar a integração dos

processos finalísticos da universidade. Isto implica, portanto, na importância que estes critérios e subcritérios têm para a metodologia proposta.

Na aplicação da pesquisa foram considerados 56 chefes de departamento do total de 74, em virtude da não acessibilidade ao endereço eletrônico de 18 gestores para o envio da correspondência e do questionário.

4.2.2 Estatística descritiva dos valores de frequência obtidos e a normalização dos critérios e subcritérios dos índices propostos

4.2.2.1 Resultados obtidos dos subcritérios da inclusão social

A Tabela 11 descreve os valores de frequência distribuídos de acordo com todas as respostas dos gestores da universidade. Esta tabela considera como critério a inclusão social, seguidos de todos os subcritérios que são necessários ao processo de avaliação.

Tabela 11 - Valores de frequência distribuída referentes aos subcritérios da inclusão social.

Subcritérios	Categoria de grau de importância									
	Sem opinião formada		Nenhum		Baixo		Médio		Alto	
	f _i	fr _i	f _i	fr _i	f _i	fr _i	f _i	fr _i	f _i	fr _i
Comunicação e sinalização	0	0	2	3,85	4	7,69	7	13,46	39	75,00
Acessibilidades em edificações	0	0	1	1,92	3	5,77	5	9,62	43	82,69
Sanitários acessíveis para cadeirantes	0	0	1	1,92	2	3,85	5	9,62	44	84,61
Ergonomia adequada	1	1,92	1	1,92	5	9,62	15	28,85	30	57,69
Profissional (is) interprete (s) de libras	2	3,85	-	-	6	11,54	11	21,15	33	63,46
Eventos institucionais	3	5,77	1	1,92	4	7,69	22	42,31	22	42,31
Ocupação de vagas por estudantes da microrregião	4	7,69	1	1,92	2	3,85	16	30,77	29	55,77
Valores éticos, morais e legais	1	1,92	0	0	2	3,85	6	11,54	43	82,69

Fonte: pesquisa aplicada (2013).

O consenso verificado acerca das respostas dos pesquisados em relação ao grau de importância dos subcritérios da inclusão social é bem significativo. As respostas estão concentradas, em sua maioria, na categoria que considera os subcritérios apresentados com um alto grau de importância.

Para qualquer um dos subcritérios pode-se dizer que a importância é considerada alta: os valores extraídos da frequência relativa apresentam, em primeiro lugar, o subcritério sanitários acessíveis para cadeirantes com 84,61% das respostas centradas na categoria alto grau de importância. Em segundo lugar, dois subcritérios são considerados de alto grau de importância: acessibilidade em edificações e valores éticos, morais e legais, tiveram 82,69% das respostas cada. No terceiro lugar, o subcritério comunicação e sinalização obteve 75,00% das respostas. Em quarto lugar, profissionais intérpretes de libras recebeu dos respondentes 63,46% das respostas. A ergonomia adequada ficou em quinto lugar com 57,69% das respostas, seguido pelo subcritério ocupação de vagas por estudantes da microrregião que ficou na sexta posição com 55,77% das respostas em alto grau de importância.

Quanto ao subcritério eventos organizacionais que ficou na sétima posição, constata-se que o mesmo obteve 42,31% das respostas no alto grau de importância e o mesmo percentual para o grau médio de importância, Conclui-se então, que os subcritérios correspondentes ao critério inclusão social que foram apresentados aos gestores que expressaram a sua opinião em relação ao grau de importância, os quais atendem perfeitamente ao objetivo do estudo.

4.2.2.2 Resultados obtidos dos subcritérios do desenvolvimento econômico

Na Tabela 12 são apresentados os valores de frequência distribuídos de acordo com todas as respostas dos gestores da universidade em relação ao critério denominado de desenvolvimento econômico. É possível perceber que, assim como o critério de inclusão social analisado no item anterior, as respostas dos gestores estão concentradas na sua maioria na categoria que considera os subcritérios apresentados com um alto grau de importância, formando um consenso em torno das questões apresentadas.

Tabela 12 - Valores de frequência distribuída referentes aos subcritérios do desenvolvimento econômico.

Subcritérios	Categoria de grau de importância									
	Sem opinião formada		Nenhum		Baixo		Médio		Alto	
	f_i	fr_i	f_i	fr_i	f_i	fr_i	f_i	fr_i	f_i	fr_i
Pesquisa em parcerias com setor produtivo	1	1,92	1	1,92	5	9,62	7	13,46	38	73,08
Inovação tecnológica	0	0	0	0	4	7,69	7	13,46	41	78,08
Impacto financeiro no município	2	3,85	0	0	4	7,69	5	9,62	1	78,08
Atividades empreendedoras	1	1,92	0	0	2	3,85	14	26,92	35	67,31

Fonte: pesquisa aplicada (2013).

Observa-se também, que na distribuição de frequência o posicionamento de dois subcritérios em primeiro lugar: inovação tecnológica com 78,08% e seguido com o mesmo percentual o subcritério impacto econômico no município, na categoria de alto grau de importância.

No segundo lugar ficou posicionado o subcritério pesquisa em parceria com o setor produtivo com 73,08% dos respondentes. Em terceiro lugar, o subcritério que corresponde às atividades empreendedoras com 67,31% das respostas em alto grau de importância. Apesar de ter recebido a menor taxa de respostas do grupo na categoria acima, verifica-se que 26,92% das respostas apontam para a categoria grau médio de importância, o que conduz a análise a considerá-lo dentro da soma dos dois percentuais obtidos nas duas categorias de um alto grau de importância.

De modo geral, a tendência das respostas emitidas pelos ocupantes de cargo de direção da UFPB, aponta para o alto grau de importância destes subcritérios para compor a metodologia de avaliação da dimensão da RS nas universidades públicas.

4.2.2.3 Resultados obtidos dos subcritérios do desenvolvimento social

São apresentados na Tabela 13 os valores de frequência obtidos através de todas as respostas dos gestores da universidade em relação ao critério do desenvolvimento social. Os resultados sistematizados apontam o subcritério educação continuada na primeira posição com 80,78% das respostas na categoria de alto grau de importância, seguido de 15,38% das respostas na categoria de grau médio de importância, tornando-o significativo e consensual na percepção dos gestores a sua importância para compor a metodologia de avaliação.

Tabela 13 - Valores de frequência distribuída referentes aos subcritérios do desenvolvimento social.

Subcritérios	Categoria de grau de importância									
	Sem opinião formada		Nenhum		Baixo		Médio		Alto	
	f_i	fr_i	f_i	fr_i	f_i	fr_i	f_i	fr_i	f_i	fr_i
Ações afirmativas da Universidade	10	19,23	1	1,92	2	3,85	20	38,46	19	36,54
Cursos de nivelamento	9	17,31	1	1,92	4	7,69	14	26,92	24	46,16
Educação continuada	1	1,92	1	1,92	0	0	8	15,38	42	80,78

Fonte: pesquisa aplicada (2013).

Quanto ao subcritério cursos de nivelamento para cotistas, as respostas o conduziram para a segunda posição com 46,16% na categoria de alto grau de importância, seguindo por 26,92% das respostas para a categoria de médio grau de importância e apontando ainda, para a categoria sem opinião formada com 17,31% das respostas.

Na terceira posição, encontra-se o subcritério cotas de ações afirmativas, com 36,54% das respostas na categoria alto grau de importância, seguido por 38,46% das respostas na categoria grau médio de importância. Semelhante ao subcritério cursos de nivelamento para cotistas percebe-se também, neste subcritério, um acentuado número de respostas na categoria sem opinião formada girando em torno de 19,23% das respostas dos gestores.

Diante dos resultados apresentados, nos quais a categoria sem opinião formada apresentou um crescimento significativo dentro das respostas, optou-se em verificar em quais dos níveis administrativos haviam as incidências de maior frequência nestas respostas, se na alta administração ou no nível de linha gerencial, o que possibilitou identificar as seguintes situações em que:

- a) A alta administração, composta pela reitora, pró-reitores e diretores de centro, que colocou a educação continuada nas categorias de alto e médio grau de importância com 100% das respostas e, quanto aos subcritérios cotas de ações afirmativas e cursos de nivelamento para cotistas, constatou-se que 92,86% das respostas apontam para as categorias de alto e médio grau de importância e apenas 7,14% das respostas indicam a categoria sem opinião formada;
- b) A linha gerencial, composta pelos chefes de departamento e os coordenadores de curso colocou a educação continuada nas categorias de alto e médio grau de importância, com 92,11% das respostas e frequência restante de 7,89% estão distribuídas em torno das categorias de graus: baixo; nenhum e sem opinião formada.

Quanto ao crescimento do número de respostas na categoria sem opinião formada observou-se que elas estão concentradas nas respostas das questões oriundas dos respondentes que fazem parte da linha gerencial da universidade e estão centradas neste caso específico nos subcritérios de ações afirmativas com 23,68% e cursos de nivelamento para cotistas com 21,06%. Observou-se também que estes mesmos subcritérios tiveram 68,42% e 63,16% respectivamente com relação às respostas nas categorias alto e médio grau de importância.

Os dados apontam que mesmo tendo diferenças nos dois primeiros subcritérios, no que se refere ao grau de importância, é possível consolidá-los como variáveis de avaliação, até porque é um tema novo em discussão na universidade e boa parte dos gestores em nível de coordenações de curso e chefias de departamento estão em fase de aprendizagem com relação à temática e, por consequência, muitos ainda não formaram as suas opiniões sobre o grau de importância nas universidades públicas no contexto da sua função social.

4.2.2.4 Resultados obtidos dos subcritérios da defesa do meio ambiente

No que se refere ao critério defesa do meio ambiente a Tabela 14 apresenta os valores de frequência distribuídos de acordo com todas as respostas dos gestores da universidade. As análises destes subcritérios se caracterizam pela contextualização e prospecção de procedimentos institucionais que assegure o desenvolvimento da consciência institucional de defesa do meio ambiente.

Tabela 14 - Valores de frequência distribuída referentes aos subcritérios da defesa do meio ambiente.

Subcritérios	Categoria de grau de importância									
	Sem opinião formada		Nenhum		Baixo		Médio		Alto	
	f_i	fr_i	f_i	fr_i	f_i	fr_i	f_i	fr_i	f_i	fr_i
Políticas e normas	1	1,92	1,	1,92	5,	9,62	7	13,36	38	73,08
Conteúdo de meio ambiente	2	3,85	1	1,92	4	7,69	9	17,31	36	69,23
Coleta seletiva de lixo	0	0	2	3,85	5	9,62	5	9,62	40	76,91
Projetos de extensão de práticas de gestão	0	0	2	3,85	3	5,77	8	15,38	39	75,00

Fonte: pesquisa aplicada (2013).

Este conjunto de subcritérios apresentados na tabela aponta como a avaliação das questões em relação ao meio ambiente pode ser vistas nas universidades, por isso, compõem um critério da proposta metodológica de avaliação e que foram apreciados pelos gestores.

Observa-se nestes subcritérios a tendência consensual da importância destes na percepção dos gestores para a composição da metodologia de avaliação da dimensão de RS nas universidades públicas. Ocupando a primeira posição o subcritério projetos de extensão de práticas de gestão aparece com 90,38% de respostas o apontando para as categorias de alto e médio grau de importância, segundo a percepção dos gestores que responderam o questionário.

Continuando a análise, verifica-se que o subcritério com coleta seletiva de lixo aparece na segunda posição na tabela com 86,53% de resposta o indicando para as categorias de alto e médio grau de importância. Na terceira posição o subcritério conteúdo de meio ambiente com 86,54% de resposta o direcionado para as categorias de alto e médio grau de importância, ressalta-se, que apesar deste subcritério apresentar-se com percentual um pouco maior que os demais, a posição foi decorrente de que o subcritério coleta seletiva de lixo apresentou na categoria alto grau de importância um percentual maior e justifica a indicação para a terceira posição. E por último, em quarta posição o subcritério políticas e normas com 86,44% centrados nas categorias de alto e médio grau de importância.

Outro ponto a ser considerado, são as categorias de grau de importância, nos quais sem opinião formada, nenhum e baixo grau, apesar dos mesmos terem sido pontuados considera-se que a leve diferença não influi no resultado global dos mesmos para comporem a metodologia de avaliação proposta.

4.2.2.5 Resultados obtidos dos subcritérios da defesa do patrimônio e memória cultural

São apresentados na Tabela 15 os valores de frequência obtidos através das respostas dos gestores da universidade com relação aos subcritérios da defesa do patrimônio e memória cultural. Considera-se que estas questões representam uma oportunidade de se desenvolver a compreensão das historicidades no papel social das universidades.

Tabela 15 - Valores de frequência distribuído referente aos subcritérios da defesa do patrimônio e memorial cultural

Subcritérios	Categoria de grau de importância									
	Sem opinião formada		Nenhum		Baixo		Médio		Alto	
	f_i	fr_i	f_i	fr_i	f_i	fr_i	f_i	fr_i	f_i	fr_i
Atividades de extensão	0	0	0	0	3	5,77	9	17,31	40	76,92
Recursos orçamentários disponíveis para as atividades desses subcritérios	0	0	0	0	5	9,80	12	23,53	34	66,67

Fonte: pesquisa aplicada (2013).

Os resultados relativos às questões apresentadas na tabela 15 apontam para um consenso referente a importância deste subcritérios para integrarem a metodologia de avaliação da dimensão RS das universidades públicas.

Pelo que se observa nas respostas dos gestores da universidade extraídas do questionário, o subcritério atividades de extensão ocupa a primeira posição com 94,23% das respostas nas categorias alto e médio grau de importância, seguido pelo outro subcritério recursos orçamentários disponíveis para as atividades de extensão, na segunda posição com 93,63% dos respondentes indicando para as categorias alto e médio grau de importância.

Na tabela acima fica claro que os dois subcritérios apresentados para mensuração junto aos gestores tiveram sua importância reconhecida de forma positiva, mesmo considerando, embora não muito representativo no que se refere aos percentuais de respostas, a categoria de baixo grau de importância teve 9,80% o subcritério recursos orçamentários disponíveis para as atividades de extensão e 5,77% no subcritério atividades de extensão.

A compreensão do subcritérios da defesa do patrimônio e memorial cultural tem a ver como a organização universitária se comporta em relação a educação na sociedade contemporânea e a identidade cultural da região na qual está inserida, explicitada pelas propostas e práticas na consolidação da formação e o aumento da capacidade intelectual dos atores envolvidos.

4.2.2.6 Resultados obtidos dos subcritérios da defesa da produção artística

Na Tabela 16 são descritas descreve as questões que determinam os subcritérios referentes à defesa da produção artística indicadas pelos gestores da universidade na perspectiva da importância destes para o processo de avaliação. Este subcritério interpreta os objetivos buscados pela universidade, que não se esgotam dentro de suas paredes, mas originam-se de um contexto mais amplo de onde provêm as ideias que dão sentido a sua função social.

Tabela 16 - Valores de frequência distribuída referentes aos subcritérios da defesa da produção artística.

Subcritérios	Categoria de grau de importância									
	Sem opinião formada		Nenhum		Baixo		Médio		Alto	
	f_i	fr_i	f_i	fr_i	f_i	fr_i	f_i	fr_i	f_i	fr_i
Política institucional de apoio à produção artística cultural	2	3,85	2	3,85	1	1,92	10	19,23	37	71,15
Recursos orçamentários disponíveis para as atividades desses subcritérios	2	3,85	1	1,92	5	9,62	10	19,23	34	65,38

Fonte: pesquisa aplicada (2013).

Assim sendo, os dois subcritérios política institucional de apoio à produção artística cultural e recursos orçamentários disponíveis para as atividades, tiveram avaliação que os enquadram nas categorias de alto e médio grau de importância com os percentuais de 90,38% e 84,61% respectivamente. Entretanto, mesmo sem interferir na percepção consensual dos subcritérios em torno do alto grau de importância dos mesmos, identifica-se que 9,62 % dos respondentes considera o subcritério recursos orçamentários disponíveis para as atividades na categoria de baixo grau de importância, seguido pela política institucional de apoio à produção artística cultural com 1,92% dos respondentes.

Assim como a categoria de baixo grau de importância dos subcritérios já relatados acima, verifica-se que a política institucional de apoio à produção artística cultural é percebida por 7,70% dos respondentes como sem opinião formada em relação à questão e sem nenhuma importância para compor a metodologia. O mesmo acontecendo em relação ao subcritério recursos orçamentários disponíveis para as atividades, no qual 5,77% dos respondentes se consideram sem opinião formada em relação à questão e sem nenhuma importância para compor a metodologia.

Diante do exposto, é possível perceber que as questões constitutivas do critério defesa da produção artística encontram-se organicamente articuladas na percepção dos gestores que responderam ao questionário, de modo que é possível concluir que o mesmo pode compor a metodologia de avaliação RS nas universidades públicas.

A tabela 17 discrimina as questões que determinam os subcritérios referentes à defesa da produção esportiva e saúde que foram apresentados para os gestores da universidade no sentido de colher a percepção em relação ao grau de importância destes na perspectiva da metodologia de avaliação.

Nomeada pela sociedade contemporânea como um espaço para privilegiar o conhecimento, a universidade também se configura pelo foco na gestão das atividades meio e fins que o cercam. Assim, para se tomar decisões significativas na gestão acadêmica, precisa-se compreender que os propósitos das atividades da universidade passam pela qualidade de vida do seu pessoal e neste sentido o critério da defesa da produção esportiva e saúde, influencia na percepção do *modus operandi* do trabalho em uma organização universitária.

Tabela 17 - Valores de frequência distribuída referentes aos subcritérios da defesa da produção esportiva e saúde.

Subcritérios	Categoria de grau de importância									
	Sem opinião formada		Nenhum		Baixo		Médio		Alto	
	f _i	fr _i	f _i	fr _i	f _i	fr _i	f _i	fr _i	f _i	fr _i
Infraestrutura para o esporte	1	1,92	0	0	3	5,77	11	21,15	37	71,16
Infraestrutura para a saúde	0	0	0	0	3	5,77	8	15,38	41	78,85
Profissionais especializados para a prática desportiva	1	1,92	0	0	3	5,77	10	19,23	38	73,08
A existência de profissionais da área de saúde, especializados no atendimento de primeiros socorros.	1	1,92	1	1,92	3	5,77	10	19,23	37	71,16
Recursos orçamentários disponíveis para atividades desses subcritérios	2	3,85	1	1,92	3	5,77	9	7,30	7	1,16

Fonte: pesquisa aplicada (2013).

Neste sentido, constata-se na discriminação destes subcritérios na Tabela 17 a predominância da tendência anteriormente identificada no processo de análise. Na primeira posição infraestrutura para o esporte aparece com 94,32% das respostas indicando para as categorias de alto e médio grau de importância.

Nas questões subsequentes que apontam a segunda posição da classificação em relação aos graus de importâncias, foi possível identificar com 92,31% das respostas, os subcritérios infraestrutura para o esporte, seguido por profissionais especializados para a prática desportiva, nas categorias de alto e médio grau respectivamente.

A terceira posição foi identificada na tabela, através da referência indicada por 90,39% dos gestores, que apontaram o subcritério existência de profissionais da área de saúde, especializados no atendimento de primeiros socorros, nas categorias de alto e médio grau de importância para compor a metodologia de avaliação.

Para quarta posição, as respostas obtidas dos questionários apontaram o subcritério recursos orçamentários disponíveis para atividades da defesa da produção esportiva e saúde com 88,46% dos gestores o indicando para as categorias de alto e médio grau de importância.

Para as questões, as quais apresentaram frequência de respostas nas categorias de baixo ou nenhum grau de importância, como também sem opinião formada, constatou-se que todos os subcritérios elencados na tabela tiveram uma frequência de respostas na ordem de 5,77% na categoria de baixo grau de importância, o mesmo acontecendo com 1,92% das respostas dos gestores em torno da categoria sem opinião formada sobre o grau de importância para todos os subcritérios relacionados anteriormente.

Quanto à categoria de nenhum grau de importância, os subcritérios a existência de profissionais da área de saúde, especializados no atendimento de primeiros socorros e recursos orçamentários disponíveis para atividades, foram incluídos nesta categoria por 1,92% dos respondentes, o que não influencia sobre a importância dos mesmos na composição da metodologia proposta.

Diante do exposto, verifica-se que as tendências das respostas em sua maioria, estiveram acima de 90,00% para a categoria de alto e médio grau,

Em função disso, consideram-se as tendências das respostas referentes aos subcritérios da defesa da produção esportiva e saúde um consenso da importância das ações referentes a qualidade de vida dos que fazem a universidade, assim como demais critérios que abordam outras questões.

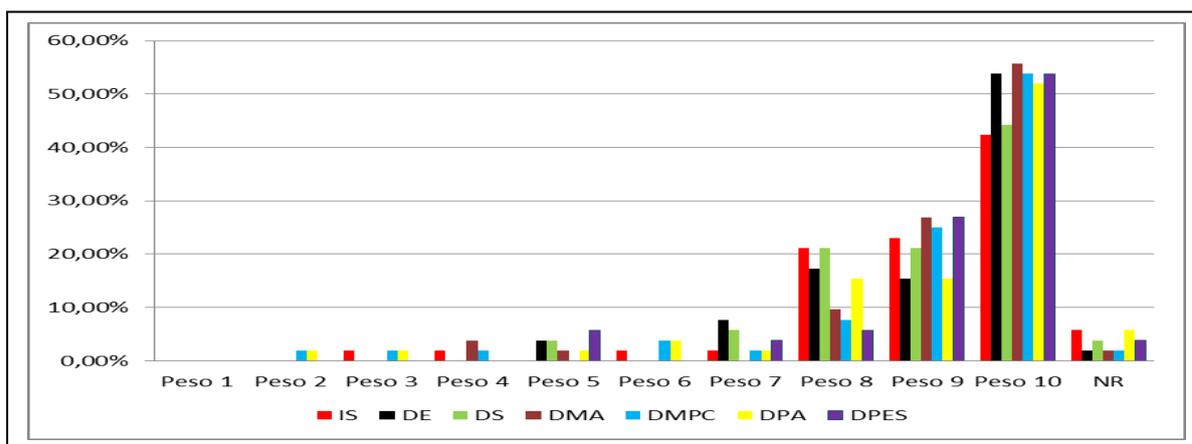
4.2.2.8 Resultado dos pesos atribuídos aos critérios.

Os gestores que participaram da pesquisa foram solicitados também a indicar um peso para cada um dos critérios. Tal solicitação prendeu-se ao fato de se dar a devida relevância a cada critério e ao mesmo tempo criar uma perspectiva do estabelecimento de estratégias, decorrente dos resultados dos subcritérios.

Estas indicações eram feitas através da utilização de escalas de avaliação em que o ponto 1 significava importância quase nula, e o ponto 10, importância de alto grau. A Figura 15 apresenta estas avaliações, para os diferentes critérios na percepção que os respondentes tiveram sobre grau de importância.

De acordo com os resultados apresentados na pesquisa, o consenso obtido para estes critérios é bastante elevado e isto se torna perceptível através da concentração das indicações para os pesos 10, 9 e 8 respectivamente na frequência das respostas.

Outro ponto que se procurou considerar na pesquisa foi a média aritmética, para que esta pudesse representar as características da distribuição na totalidade do seu conjunto e ao mesmo tempo verificar a tendência central das indicações dos pesos.



Fonte: pesquisa aplicada (2013).

Na análise critério inclusão social (IS), identificou-se que 42,31% dos pesquisados atribuíram peso 10; 23,08% atribuíram 9; e 21,15% atribuíram um peso 8. Percebe-se, portanto, uma concentração de 86,54% das indicações nas respostas dos entrevistados para estes pesos de maior valor.

No que se refere aos demais respondentes da pesquisa, identificou-se que 7,69% optaram pelos pesos 3,4,6 e 7 com uma indicação cada e 5,77% não indicaram nenhum peso, o que representa ao todo 13,46% das respostas das indicações feitas pelos gestores. Deste conjunto de pesos atribuídos ao critério, obteve-se 8,4 de média, o que representa a característica da destruição dentro dos padrões de consenso anteriormente mencionados.

O segundo critério analisado foi desenvolvimento econômico (DE), no qual 53,85% dos pesquisados indicaram o peso 10, seguido por 17,31% que apontaram o peso 8 e 15,38% que indicaram o peso 9. Semelhante ao critério anterior, 86,54% dos pesquisados concentram suas indicações de pesos nos três maiores pesos. Os demais pesos foram indicados por 13,46% dos pesquisados, distribuídas nas seguintes frequências: peso 7 por 7,69%; peso 5 por 3,85% e não optaram por nenhum peso 1,92%. A média dos pesos foi de 8,9, obtida através do conjunto de indicações dos pesos dos respondentes.

No exame dos pesos atribuídos ao desenvolvimento social (DS), identificou-se que 44,23% dos pesquisados atribuíram peso 10 e 21,15% atribuíram peso 9, seguindo com a mesma frequência de respostas de 21,15% indicaram o peso 8. Tendência que se repete por 86,54% das indicações para os pesos maior valor e da totalidade de 13,46% do conjunto de indicações, 5,77% indicaram o peso 7, seguido por 3,85% apontam o peso 5. Deste total foi identificado que 3,85% dos gestores não escolheram nenhum peso para o critério. A média obtida deste conjunto de indicações dos pesos foi de 8,6.

O quarto critério analisado foi a defesa do meio ambiente (DMA), deste foi possível colher os seguintes resultados: 55,77% dos pesquisados atribuíram peso 10; 26,92% atribuíram 9; e 9,62% atribuíram um peso 8. Em igual situação dos critérios analisados anteriormente 92,31% das indicações, concentra-se nos pesos 10, 9 e 8 proposto na escala, confirmando assim, o consenso inicialmente mencionado em torno das indicações dos pesos. Quanto aos pesos 4 e 5, estes foram indicados por 3,85% e 1,92% respectivamente dos pesquisados, soma-se ainda 1,92% que não apontaram os pesos para o critério. Deste conjunto de respostas foi obtido a média 9,0 para o peso do critério em questão, ressalta-se ainda, que esta média foi a maiores dentre as demais.

Na análise do critério defesa do patrimônio e memória cultural (DPMC), identificou-se que 53,85% dos gestores que responderam à pesquisa indicaram peso 10, seguido por 25,00% que indicaram o peso 9 e 7,69% que apontaram o peso 8 para o referido critério, o que resultou na concentração de 86,54% das indicações nos três pesos de maior valor, ficando 11,54% das indicações distribuídas nos pesos 2, 3, 4, 6, 7 e mais 1,92% que não indicaram os pesos. A média para este critério foi 8,8 do conjunto das respostas.

O sexto critério analisado foi a defesa da produção artística (DPA), resultou nos seguintes resultados: 51,92% dos pesquisados atribuíram peso 10; 15,38% atribuíram pesos 9 e 8 respectivamente, cujos percentuais ao serem somados chegam a ordem de 82,69% de indicações nos pesos 10, 9 e 8, mantendo a tendência inicialmente apontada. No que se refere aos demais pesquisados, 11,54% apontaram os pesos 2, 3, 5, 6 e 7 para o critério e 5,77% não fizeram indicação nenhum. Deste conjunto de respostas foi obtido a média 8,4 para o peso do critério.

E por último, o critério defesa da produção esportiva e saúde (DPES), que na análise foram identificados 53,85% dos entrevistados que indicaram o peso 10, seguido de 26,92% que indicaram o peso 9 e 5,77% que indicaram o peso 8, perfazendo um total de 86,54 das indicações concentradas nos três pesos de maior valor. E das demais indicações 13,46% da frequência de resposta foram identificados nos pesos 7 e 5 respectivamente com os indicativos de 3,85% e 5,77% dos pesquisados e ainda 3,85% que não indicaram peso algum. A média obtida foi 8,8 no conjunto de pesos sugeridos para o critério em análise.

A compreensão apontada pelos gestores da universidade ao responderem a presente pesquisa desenham um cenário favorável para o desenvolvimento pleno da proposta de metodologia utilizando os critérios e subcritérios de avaliação. Neste cenário, praticamente confirmou-se que todos os alvos da avaliação da dimensão da RS nas universidades possuem

elevada importância e o desdobramento desta fez uma agregação de valor para todos os níveis da gestão.

4.2.3 Grau de importância dos critérios e subcritérios atribuídos pelos ocupantes de cargos na UFPB

Nesta etapa, são apresentados o grau de importância dos critérios e subcritérios atribuídos pelos gestores da universidade, levando em consideração os cargos de Reitor, Pró-reitores, Diretores de Centros, Chefes de Departamentos e Coordenadores de Curso. Para análise dos dados foram atribuídos os valores, conforme Tabela 18.

Tabela 18 -Escala para julgamento da importância dos subcritérios

Escala Linguística	Escala numérica
Nenhum	0,00
Baixo	0,33
Médio	0,66
Alto	1,00

Fonte: Autoria própria (2014)

A tabela apresenta a escala linguística utilizada na coleta de dados e os valores atribuídos para essa etapa de análise e que estão descritos da seguinte forma: nenhum (0,00); baixo (0,33); médio (0,66); e alto (1,00). Com isso, torna-se a análise do grau de importância dos critérios e subcritérios mais consistente e útil como recurso de comparação das percepções dos gestores.

4.2.3.1 Grau de importância dos critérios e subcritérios atribuídos pela Reitora da UFPB

A Figura 16 mostra a pontuação e a performance em termos de grau de importância dos subcritérios propostos para a formação da metodologia de avaliação institucional, no que se refere ao estabelecimento do índice da responsabilidade social da universidade. Na percepção da Reitora da UFPB os 28 subcritérios apresentados são de um alto grau de importância, com 100% das variáveis recebendo 1,00, por consequência, a média obtida nos

subcritérios também é 1,00 e a variância e o desvio padrão calculado para o conjunto de respostas da Reitora foi 0 (zero).

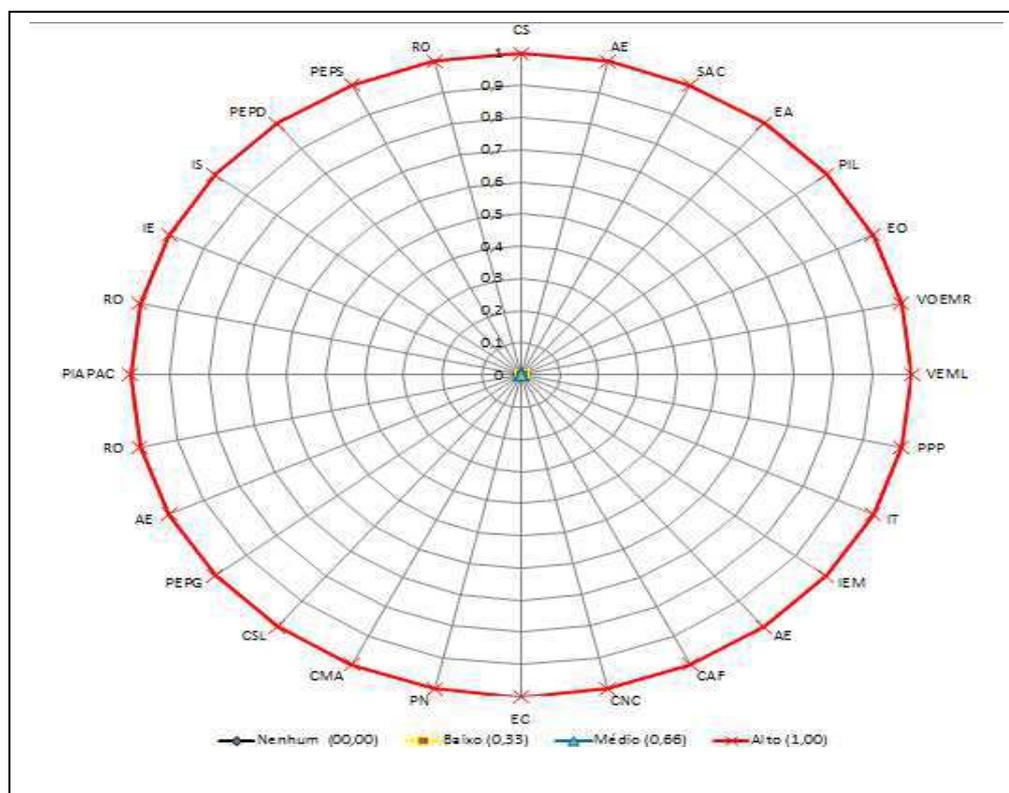


Figura 16 — Grau de importância dos subcritérios na percepção da Reitora da UFPB

Fonte: pesquisa aplicada (2014).

Quanto aos critérios inclusão social, desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, defesa do meio ambiente, defesa do patrimônio e memória cultural, defesa da produção artística, defesa da produção esportiva e saúde, obtiveram uma média 1,00, proveniente do conjunto de respostas concernentes aos subcritérios avaliados pela Reitora.

4.2.3.2 Grau de importância dos critérios e subcritérios atribuídos pelos Pró-Reitores da UFPB

A Figura 17 apresenta os graus de importância atribuídos aos 28 subcritérios pelos Pró-Reitores da UFPB, cuja responsabilidade do cargo está o desdobramento das estratégias em sua área de competência, como também pelas propostas de melhorias no sistema de gestão.

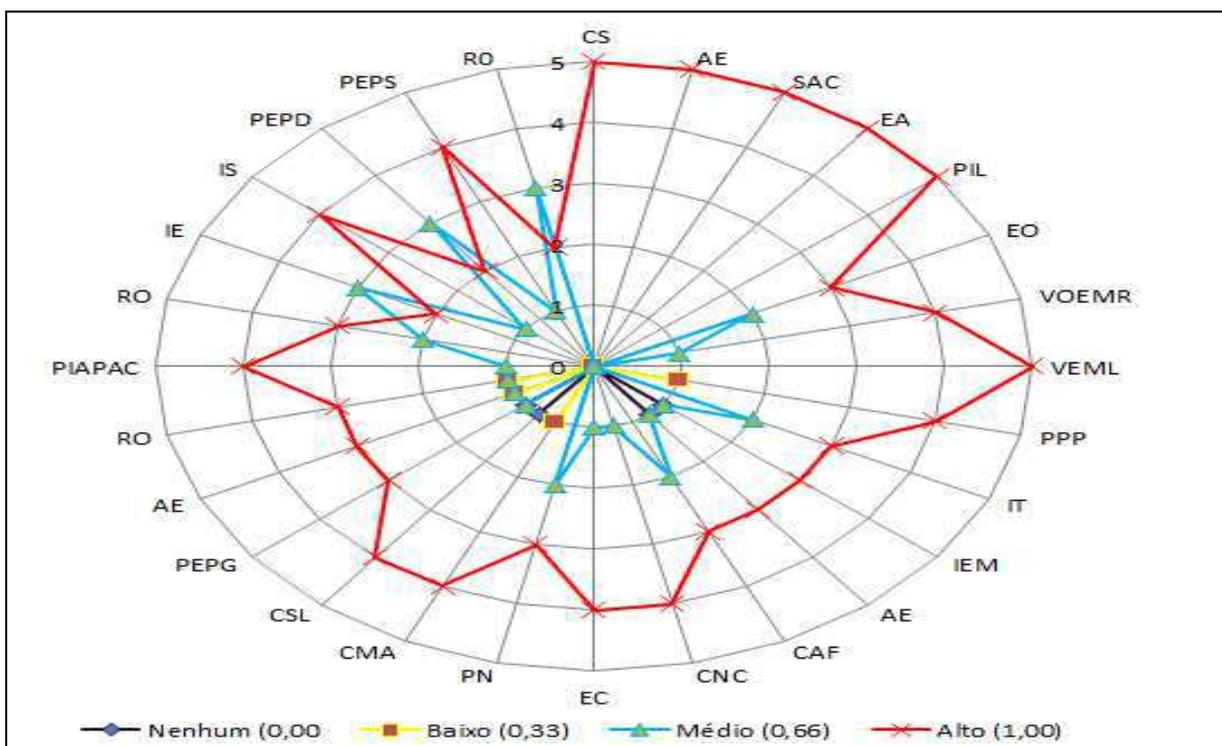


Figura 17 – Grau de importância dos subcritérios na percepção dos Pró-Reitores da UFPA

Fonte: pesquisa aplicada (2014).

Na Figura 17 é possível se observar como os cinco Pró-Reitores atribuíram o grau de importância aos subcritérios e ao mesmo tempo compará-los com os resultados da avaliação da Reitora e identificar a diferença de opinião em relação ao grau de importância, principalmente, porque a dirigente máxima da instituição considerou todos os 28 critérios de alto grau importância para a metodologia de avaliação, enquanto, apenas o critério inclusão social teve seis subcritérios (SC, AE, SAC, EA, PIL, VEML) apontados pelos cinco Pró-Reitores como de alto grau de importância, semelhante à avaliação da Reitora. Quanto aos demais subcritérios foi possível identificar uma variação na qualificação sobre o grau de importância na percepção dos Pró-Reitores e por consequência um baixo consenso entre eles, conforme análise a seguir:

Subcritérios da inclusão social

Os subcritérios comunicação e sinalização (CS), acessibilidade em edificações (AE), sanitários acessíveis para cadeirantes (SAC), ergonomia adequada (EA), profissional (is) interprete (s) de libras (PIL) e valores éticos, morais e legais (VEML) foram considerados de

alto grau de importância pelos cinco Pró-Reitores. O subcritério eventos organizacionais (EO) foi apontado por três Pró-Reitores como de alto grau de importância e por outros dois como de médio grau de importância. Já subcritério ocupação de vagas por estudantes da microrregião (VOEMR), foi considerado de alto grau de importância por quatro Pró-Reitores e de médio grau de importância por um Pró-Reitor. A média obtida para critério inclusão social foi de 0,97, variância de 0,01 e o desvio padrão de 0,09.

Subcritérios desenvolvimento econômico

O subcritério pesquisa em parcerias com o setor produtivo (PPP) foi apontado por quatro Pró-Reitores como de alto grau de importância e por um Pró-Reitor de baixo grau de importância. No que se refere ao subcritério inovação tecnológica (IT), um Pró-Reitor considerou de baixo grau de importância e os outros quatro Pró-Reitores consideraram de alto grau de importância atribuindo-lhes 1,00. Quanto aos subcritérios impacto econômico no município (IEM) e atividades empreendedoras (AE) foram considerados de alto grau de importância por três dos Pró-Reitores, de grau médio por um Pró-Reitor e de nenhum grau de importância por outro Pró-Reitor. A média obtida para o critério desenvolvimento econômico foi de 0,80, uma variância de 0,11 e uma desvio padrão de 0,33 nas respostas analisadas.

Subcritérios do desenvolvimento social

O subcritério cotas de ações afirmativas da universidade (CAF) foi apontado por três Pró-Reitores como de um alto grau de importância e por outros dois, como de um médio grau de importância. No que se referem aos subcritérios cursos de nivelamento para cotista (CNC) e educação continuada (EC), respectivamente, receberam indicação de quatro Pró-Reitores para um alto grau de importância e por um Pró-Reitor para um médio grau de importância. A média obtida para o critério desenvolvimento social foi de 0,91, a variância de 0,02 e o desvio padrão de 0,16.

Subcritérios da defesa do meio ambiente

O subcritério política e normas (PN) foi considerado por três de Pró-Reitores de alto grau de importância e por dois Pró-Reitores de médio grau de importância. Já conteúdo de meio ambiente (CMA) apontado por quatro Pró-Reitores como um subcritério de alto grau de

importância e um Pró-Reitor de baixo grau de importância. No que se refere ao subcritério coleta seletiva de lixo (CSL), quatro Pró-Reitores consideraram de alto grau de importância e um Pró-Reitor apontou com sendo sem nenhuma importância. Quanto subcritério e projetos de extensão de práticas de gestão (PEPG) foi indicado por três Pró-Reitores como um subcritério de alto grau de importância, por um Pró-Reitor de médio grau de importância e outro sem nenhum grau de importância. A média obtida do critério foi de 0,82, variância de 0,11 e desvio padrão de 0,33.

Subcritérios da defesa do patrimônio e memória cultural

Os subcritérios correspondentes, atividades de extensão (AE) e recursos orçamentários (RO) disponíveis para o desempenho das atividades foram apontados pelos cinco Pró-Reitores da seguinte forma: três apontaram para o subcritério como sendo de alto grau de importância, um para o grau médio e outro para baixo grau de importância. A média obtida para critério foi 0,80, a variância de 0,08 e o desvio padrão dos valores de 0,24.

Subcritérios da defesa da produção artística

O subcritério política institucional de apoio à produção artística cultural (PIAPAC) foi apontado por quatro Pró-Reitores para um alto grau de importância e um Pró-Reitor para um médio grau de importância. No que se refere ao subcritério recursos orçamentários (RO) disponíveis para o desempenho das atividades, três Pró-Reitores consideraram de alto grau de importância e dois outros Pró-Reitores consideraram de médio grau de importância. A média obtida para o critério foi de 0,90, a variância de 0,03 e o desvio padrão de 0,16.

Subcritérios da defesa da produção esportiva e saúde

O subcritério infraestrutura para o esporte (IE) foi apontado por dois Pró-Reitores como sendo de um alto grau de importância e por três Pró-Reitores como de médio grau de importância, Já subcritério infraestrutura para a saúde (IS) recebeu de quatro Pró-Reitores a indicação para o alto grau de importância e de um Pró-Reitor para grau médio de importância. Quanto subcritério profissionais especializados para a prática esportiva (PEPD) foi apontado por dois Pró-Reitores como de alto grau de importância e por outros três Pró-Reitores como de grau médio de importância. No que se refere ao subcritérios profissionais para área de

saúde especializados em primeiros socorros (PEPS) recebeu a indicação de quatro Pró-Reitores como um subcritério de alto grau de importância e por um Pró-Reitor de médio grau de importância. E por fim, o subcritérios os recursos orçamentários (RO) disponíveis para o desempenho das atividades que foi considerado de alto grau de importância por dois Pró-Reitores e por outros três, de médio grau de importância. A média obtida para o critério foi de 0,95, a variância obtida foi de 0,03 e o desvio padrão de 0,19, para o critério.

4.2.3.3 Grau de importância dos critérios e subcritérios atribuídos pelos Diretores de Centro da UFPB

A Figura 18 apresenta os graus de importância atribuídos aos 28 subcritérios pelos Diretores Centro da UFPB, cuja responsabilidade do cargo está o desdobramento das estratégias em sua área de competência, como também pelas propostas de melhorias no sistema de gestão.

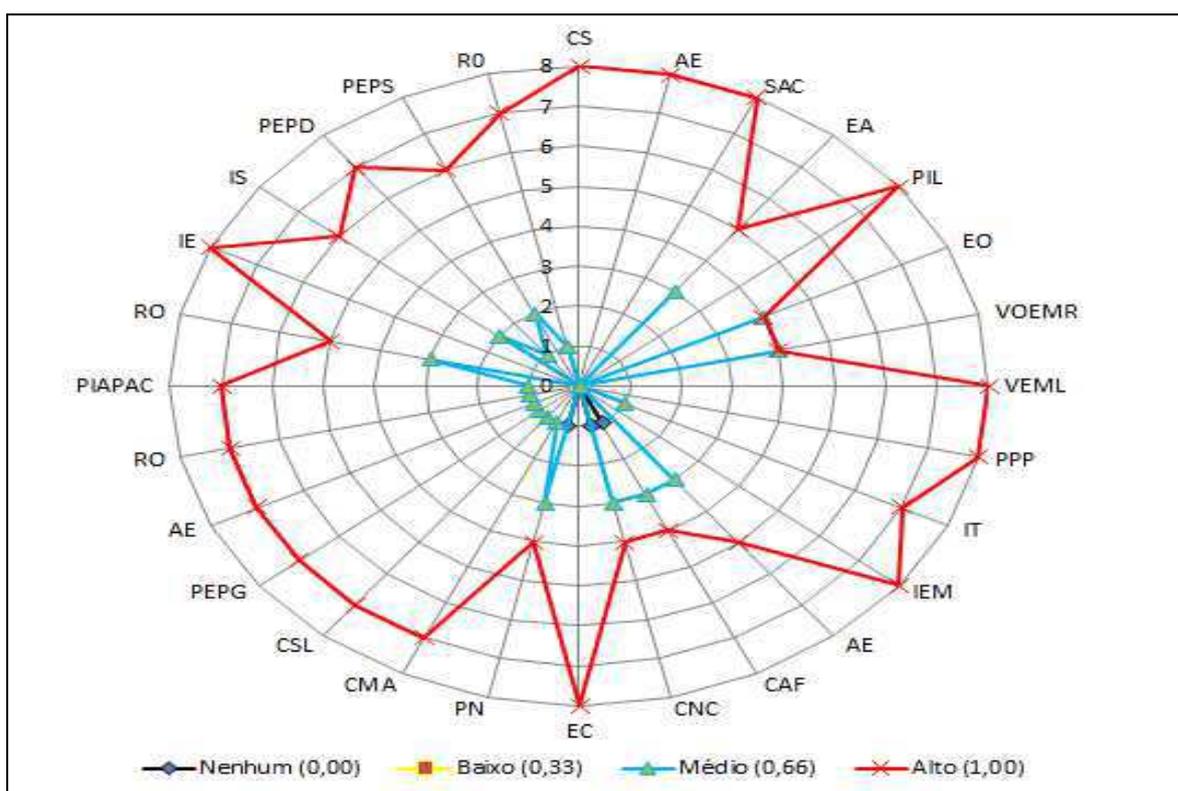


Figura 18 – Grau de importância dos subcritérios na percepção dos Diretores de Centro da UFPB
Fonte: pesquisa aplicada (2014).

Na Figura 18 é possível perceber como os oito Diretores de Centro atribuíram o grau de importância aos subcritérios e ao mesmo tempo compará-los com os resultados das avaliações da Reitora e dos Pró-Reitores e identificar as diferenças de opinião entre eles. Na comparação com a avaliação da Reitora as diferenças de opiniões são bem marcantes na maioria dos subcritérios avaliados, exceto em cinco subcritérios da inclusão social (CS, AE, SAC, PIL, VEML) dois do desenvolvimento econômico (PPP, IEM), um no critério do desenvolvimento social (EC) e um critério da defesa da produção esportiva e saúde (IE), que foram apontados semelhantes à opinião Reitora, como de alto grau de importância. Na comparação em relação aos Pró-Reitores alguns subcritérios da defesa do meio ambiente (CMA, CSL, PEPC), do patrimônio e memória cultural (AE, RO) do critério da defesa de produção artística (PIAPAC) e da produção esportiva e saúde (IE, PEPD) foram os que receberam um maior número de indicação para o alto grau de importância pelos Diretores, conforme análise a seguir.

Subcritérios da inclusão social

Os subcritérios comunicação e sinalização (CS), acessibilidade em edificações (AE), sanitários acessíveis para cadeirantes (SAC), profissional (is) interprete (s) de libras (PIL) e valores éticos, morais e legais (VEML) receberam do número total de Diretores de Centro a indicação para o alto grau de importância. O subcritério ergonomia adequada (EA) foi considerado de alto grau de importância por cinco de Diretores de Centro e médio grau de importância por três outros. Os subcritérios eventos organizacionais (EO) e ocupação de vagas por estudantes da microrregião (VOEMR) foram apontados por quatro Diretores de Centro como de alto grau de importância e por outros quatro como de médio grau de importância. A média obtida para critério inclusão social foi de 0,94, variância de 0,02 e o desvio padrão de 0,13.

Subcritérios desenvolvimento econômico

Os subcritérios pesquisa em parcerias com o setor produtivo (PPP) e impacto econômico no município (IEM) foram apontados por todos os Diretores de Centro como de alto grau de importância. No que se refere ao subcritério inovação tecnológica (IT), sete Diretores de Centro consideraram de alto grau de importância e um como sendo de médio grau de importância. Já o subcritério atividades empreendedoras (AE) foi indicado como de

alto grau de importância por cinco Diretores, de grau médio por três outros Diretores. A média calculada do critério desenvolvimento econômico foi de 0,96, uma variância de 0,01 e um desvio padrão de 0,11 nas respostas analisadas.

Subcritérios do desenvolvimento social

O subcritério educação continuada (EC) foi apontado por todos os Diretores de Centros como de alto grau de importância. Quanto aos subcritérios cotas de ações afirmativas da universidade (CAF) e cursos de nivelamento para cotista (CNC) foram considerados de alto grau de importância por quatro Diretores, de médio grau de importância por outros três Diretores e sem nenhum grau de importância por um Diretor de Centro. A média obtida para o critério desenvolvimento social foi de 0,83, a variância de 0,09 e o desvio padrão de 0,30.

Subcritérios da defesa do meio ambiente

Os subcritérios conteúdo de meio ambiente (CMA), coleta seletiva de lixo (CSL) e projetos de extensão de práticas de gestão (PEPG) foram apontados por sete Diretores de Centro como sendo de um alto grau de importância e por um Diretor como sendo de médio grau. Quanto ao subcritério política e normas (PN) foi considerado por quatro Diretores de Centro como de alto grau de importância, de médio grau por três Diretores e sem nenhum importância por um Diretor. A média obtida do critério foi de 0,91, variância de 0,01 e desvio padrão de 0,12.

Subcritérios da defesa do patrimônio e memória cultural

Os subcritérios correspondentes, atividades de extensão (AE) e recursos orçamentários (RO) disponíveis para o desempenho das atividades foram apontados por sete Diretores de Centro como sendo de um alto grau de importância e por um Diretor como de médio grau. A média obtida para critério foi 0,96, a variância de 0,01 e o desvio padrão dos valores de 0,12.

Subcritérios da defesa da produção artística

O subcritério política institucional de apoio à produção artística cultural (PIAPAC) foi apontado por sete Diretores de Centro para um alto grau de importância e um Diretor para um médio grau de importância. No que se refere ao subcritério recursos orçamentários (RO) disponíveis para o desempenho das atividades, cinco Diretores consideraram de alto grau de importância e três outros Diretores consideraram de médio grau de importância. A média obtida para o critério foi de 0,92, a variância de 0,02 e o desvio padrão de 0,15.

Subcritérios da defesa da produção esportiva e saúde

O subcritério infraestrutura para o esporte (IE) foi apontado por oito Diretores Centro como de alto grau de importância. O subcritério infraestrutura para a saúde (IS) recebeu de seis Diretores de Centro a indicação para o alto grau de importância e por dois Diretores para grau médio de importância. Quanto subcritério profissionais especializados para a prática esportiva (PEPD) foi apontado por sete Diretores de Centro como sendo de alto grau de importância e por um Diretor como sendo de grau médio de importância. No que se refere ao subcritérios profissionais para área de saúde especializados em primeiros socorros (PEPS) recebeu a indicação de seis Diretores como sendo um subcritério de alto grau de importância e por dois Diretores de médio grau de importância. E por fim, o subcritérios os recursos orçamentários (RO) disponíveis para o desempenho das atividades que foi considerado de alto grau de importância por sete Diretores de Centro e por um Diretor de médio grau de importância. A média obtida para o critério foi de 0,95, a variância obtida foi de 0,02 e o desvio padrão de 0,12.

4.2.3.4 Grau de importância dos critérios e subcritérios atribuídos pelos Chefes de Departamentos da UFPB

A Figura 19 apresenta os graus de importância atribuídos aos 28 subcritérios pelos Chefes de Departamentos da UFPB, cuja responsabilidade do cargo está na integração e na execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão, como também, no cumprimento das deliberações dos colegiados e da alta administração da universidade.

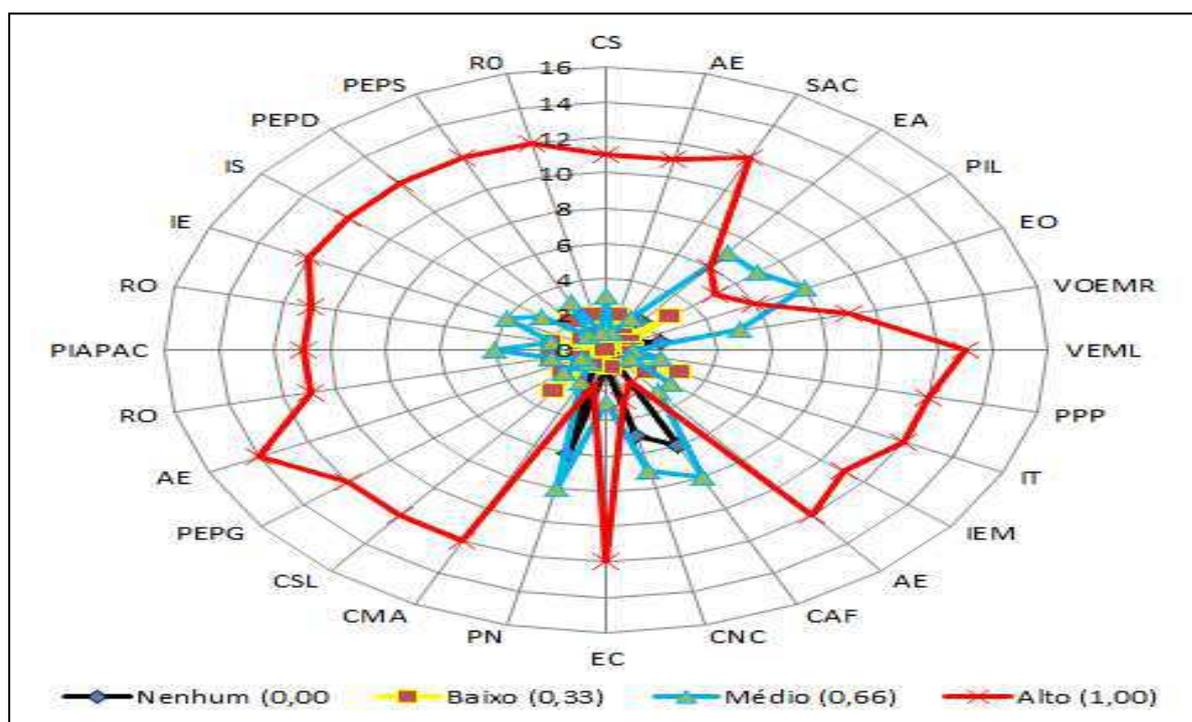


Figura 19 -Grau de importância dos subcritérios na percepção dos Chefes de Departamentos da UFPB
 Fonte: pesquisa aplicada (2014).

Na Figura 19 se identifica a forma como os dezesseis Chefes de Departamentos atribuíram o grau de importância aos subcritérios, como também proporciona a possibilidade de comparar os resultados da avaliação da Reitora, Pró-Reitores e Diretores de Centros e identificar as diferenças de opinião entre eles. Inicialmente, pode-se observar que nenhum subcritério recebeu indicação total dos dezesseis Chefes de Departamento como sendo de alto grau de importância. Segundo, todas as avaliações diferem significativamente da percepção da Reitora no que se refere à frequência das respostas ao grau de importância dos subcritério. Terceiro, a avaliação dos Chefes de Departamentos divergem significativamente dos Pró-Reitores na maioria dos subcritérios, exceto nos subcritérios (VEML) do critério inclusão social, (EC) do critério desenvolvimento econômico, (CMA, CSL) do critério defesa do meio ambiente, (IS, PEPS) do critério da defesa da produção esportiva e saúde. Quanto a avaliação dos Chefes de Departamento em relação aos Diretores de Centro, observa-se uma acentuada diferença em relação a percepção da importância dos subcritérios da inclusão social (CS, AE, SAC, EA, PIL, EO, VOEMR) e uma relativa semelhança nas respostas nos demais subcritérios, como também uma variabilidade na percepção do grau de importância, conforme análise a seguir.

Subcritérios da inclusão social

O subcritério comunicação e sinalização (CS) foi considerado por onze Chefes como sendo de alto grau, por três Chefes como sendo de médio grau e ou dois outros Chefes, um considerou de baixo grau de importância e o outro sem nenhum grau importância. A acessibilidade em edificações (AE) foi considerada por onze Chefes como sendo um subcritério de alto grau de importância, por um Chefe como sendo de médio grau e os quatro outros Chefes, dois consideram de baixo grau e dois sem nenhum grau de importância. O subcritério sanitários acessíveis para cadeirantes (SAC) foi apontado doze Chefe como de alto grau de importância, por dois Chefes como de médio grau e os dois outros consideram de baixo grau e sem nenhum grau respectivamente. O subcritério ergonomia adequada (EA) foi considerado de alto grau de importância por seis de Chefes de Departamento e médio grau de importância por sete outros e de baixo grau por um Chefe e outros dois consideram sem nenhum grau de importância. Profissional (is) interprete (s) de libras (PIL) foi apontado como um subcritério de alto grau de importância por cinco Chefes, de médio grau por sete outros Chefes, de baixo grau por três Chefes e sem nenhum grau de importância por um Chefe. No que se refere ao subcritério eventos organizacionais (EO) seis Chefes consideraram de alto grau de importância, de médio grau por oito Chefes e dois outros chefes consideram um de baixo grau e um sem nenhum grau de importância respectivamente. O subcritério e ocupação de vagas por estudantes da microrregião (VOEMR) foi apontado por nove Chefes de Departamento como de alto grau de importância, Outros cinco Chefes consideram de médio grau e dois Chefes apontaram com sendo sem nenhum grau de importância. E por fim, valores éticos, morais e legais (VEML) que recebeu de treze Chefes de Departamentos a indicação para um alto grau de importância e outros os três Chefes apontaram como sendo de médio, baixo e sem nenhum grau de importância. A média obtida para critério inclusão social foi de 0,77, variância de 0,10 e o desvio padrão de 0,32.

Subcritérios desenvolvimento econômico

O subcritério pesquisa em parcerias com o setor produtivo (PPP) foi apontado por doze Chefes como sendo de alto grau de importância, por dois Chefes como sendo de médio grau e por outros dois Chefes de baixo e nenhum grau de importância respectivamente. Quanto ao subcritério inovação tecnológica (IT) foi considerado por doze Chefes como sendo

de alto grau de importância, por um Chefe como sendo de médio grau e por três outros Chefes como sendo de baixo grau de importância. Impacto econômico no município (IEM) foi apontado por todos onze Chefes de Departamento como sendo de alto grau, três outros indicaram como sendo de grau médio e dois Chefes consideraram de baixo grau de importância. Já o subcritério atividades empreendedoras (AE) foi indicado como sendo de alto grau de importância por doze Chefes, de grau médio por três outros por três Chefes e apenas um Chefe considerou de baixo grau. A média calculada do critério desenvolvimento econômico foi de 0,86, uma variância de 0,06 e uma desvio padrão de 0,25 nas respostas analisadas.

Subcritérios do desenvolvimento social

O subcritério educação continuada (EC) foi apontado por doze Chefes como sendo de alto grau de importância, outros três consideraram de médio grau e um Chefe apontou como sendo sem nenhum grau de importância. Quanto ao subcritério cotas de ações afirmativas da universidade (CAF) foi apontado por dois Chefes como sendo de alto grau, por oito Chefes como sendo de grau médio e seis outros Chefes consideraram sem nenhum grau de importância. No que se refere ao subcritério cursos de nivelamento para cotista (CNC) apontado por três Chefes como sendo de alto grau e por outros sete Chefes como sendo de grau médio e um Chefe apontou como sendo de baixo grau e cinco outros como sendo sem nenhum grau de importância. A média obtida foi de 0,61, a variância de 0,15 e o desvio padrão de 0,39.

Subcritérios da defesa do meio ambiente

Os subcritérios conteúdo de meio ambiente (CMA), coleta seletiva de lixo (CSL) e projetos de extensão de práticas de gestão (PEPG) foram apontados por doze Chefes de Departamentos com um alto grau de importância, e os quatro outros chefes tiveram suas indicações ordem de médio, baixo e nenhum grau de importância. Quanto ao subcritério política e normas (PN) foi considerado por dois Chefes como sendo de alto grau de importância, oito Chefes consideraram como sendo de médio grau e os seis Chefes restantes consideraram sem nenhum grau de importância. A média obtida do critério foi de 0,76, variância de 0,12 e desvio padrão de 0,34.

Subcritérios da defesa do patrimônio e memória cultural

Os subcritérios correspondentes, atividades de extensão (AE) e recursos orçamentários (RO) disponíveis para o desempenho das atividades foram apontados por catorze e onze Chefes respectivamente como sendo de um alto grau de importância. Os demais Chefes indicaram para grau médio, baixo e nenhum grau de importância. A média obtida para critério foi 0,87, a variância de 0,07 e o desvio padrão dos valores de 0,29.

Subcritérios da defesa da produção artística

Os subcritérios política institucional de apoio à produção artística cultural (PIAPAC) e recursos orçamentários (RO) disponíveis para o desempenho das atividades foram apontados por onze Chefes para um alto grau de importância e os cinco outros Chefes tiveram suas indicações variando entre médio e nenhum grau de importância. A média obtida para o critério foi de 0,83, a variância de 0,09 e o desvio padrão de 0,29.

Subcritérios da defesa da produção esportiva e saúde

Os subcritérios infraestrutura para o esporte (IE), infraestrutura para a saúde (IS), profissionais especializados para a prática esportiva (PEPD), profissionais para área de saúde especializados em primeiros socorros (PEPS) e os recursos orçamentários (RO) foram apontados por doze Chefes como sendo de alto grau de importância, já os quatro outros Chefes tiveram suas indicações entre médio e nenhum grau de importância. A média obtida para o critério foi de 0,87, a variância obtida foi de 0,06 e o desvio padrão de 0,25.

4.2.3.5 Grau de importância dos critérios e subcritérios atribuídos pelos Coordenadores de Cursos da UFPB

A Figura 20 apresenta os graus de importância atribuídos aos 28 subcritérios pelos Coordenadores de Cursos da UFPB, cuja responsabilidade do cargo está voltada para a operacionalização do ensino.

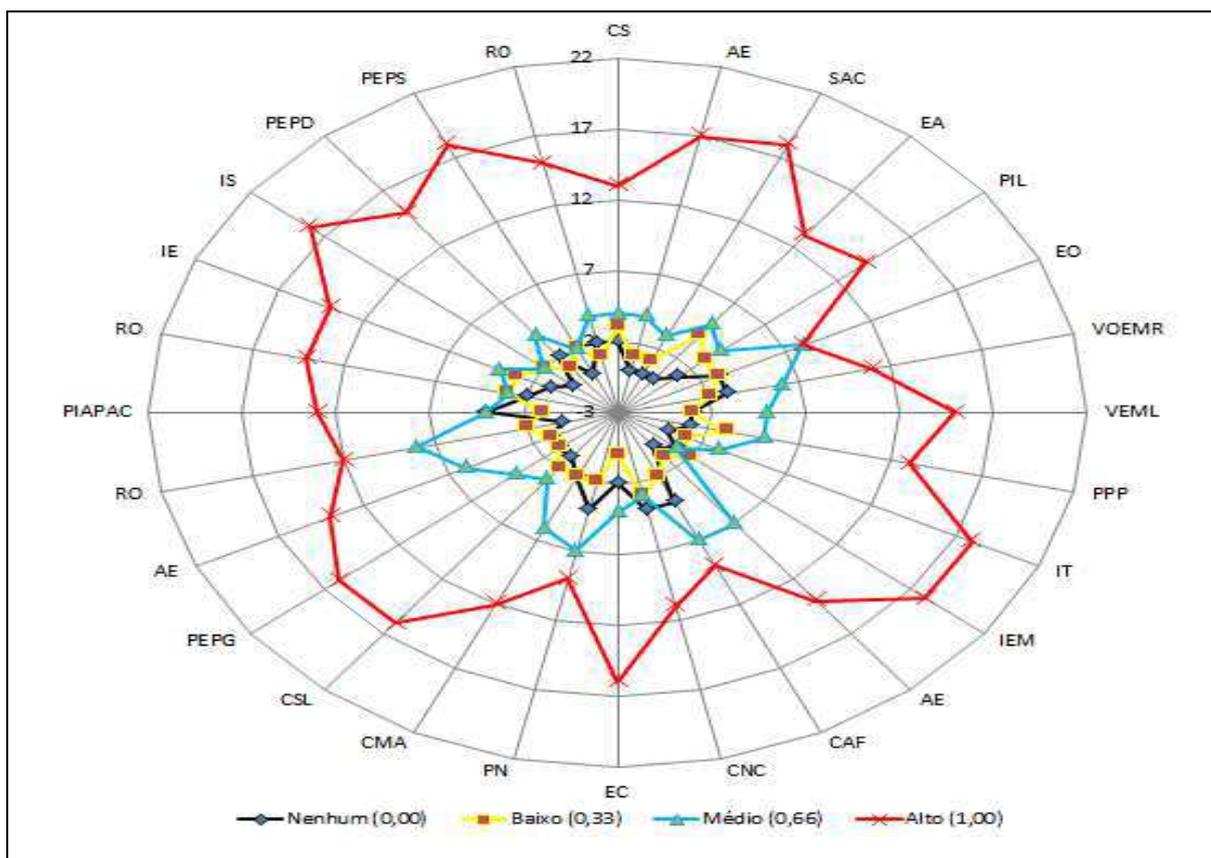


Figura 20 – Grau de importância dos subcritérios na percepção dos Coordenadores de Curso da UFPB

Fonte: pesquisa aplicada (2014).

Na Figura 20 se identifica a forma como os vinte e dois Coordenadores de Cursos atribuíram o grau de importância aos subcritérios, como também proporciona a possibilidade de comparar os resultados da avaliação da Reitora, Pró-Reitores, Diretores de Centros e Chefes de Departamentos e identificar as diferenças de opinião entre eles. Inicialmente, pode-se observar que nenhum subcritério recebeu indicação total dos vinte e dois Coordenadores de Cursos apontando-os como sendo de alto grau de importância, como também, as avaliações dos subcritérios são divergentes em relação a percepção do grau importância apontado pela Reitora. Segundo, as avaliações dos Coordenadores de Cursos divergem significativamente dos Pró-Reitores, Diretores Centros e Chefes de Departamentos na maioria dos subcritérios e apresentam uma variabilidade nas indicações do grau de importância, conforme análise a seguir.

Subcritérios da inclusão social

O subcritério comunicação e sinalização (CS) teve o seu grau de importância apontado pelos Coordenadores da seguinte forma: treze consideraram como sendo de alto grau de importância; quatro apontaram como sendo de médio grau, três indicaram como sendo de baixo grau e dois Coordenadores consideram sem nenhum grau de importância. No que se refere ao subcritério acessibilidade em edificações (AE) foi apontado o grau de importância pelos Coordenadores na seguinte ordem: dezessete apontaram como sendo um subcritério de alto grau de importância, quatro como sendo de médio grau e um Coordenador considerou sem nenhum grau de importância. Quanto ao subcritério sanitários acessíveis para cadeirantes (SAC) foi apontado por dezoito Coordenadores como de alto grau de importância, por três como de médio grau e um Coordenador considerou sem nenhum grau de importância. O subcritério ergonomia adequada (EA) foi considerado de alto grau de importância por treze Coordenadores de Cursos e médio grau de importância por cinco outros e de baixo grau de importância por quatro Coordenadores. O subcritério Profissional (is) interprete (s) de libras (PIL) foi apontado como um subcritério de alto grau de importância por catorze Coordenadores, de médio grau por quatro outros, de baixo grau de importância por três Coordenadores e sem nenhum grau de importância por um Coordenador. No que se refere ao grau de importância do subcritério eventos organizacionais (EO), três Coordenadores apontaram para um alto grau de importância, três outros para um médio grau de importância, quanto aos demais Coordenadores, oito apontaram para um abaixo grau de importância e os outros oito indicaram como sendo sem nenhum grau de importância. O subcritério e ocupação de vagas por estudantes da microrregião (VOEMR) foi apontado por onze Coordenadores de Cursos como de alto grau de importância, Outros seis Coordenadores consideram de médio Grau e dois Coordenadores apontaram como de baixo grau e outros três Coordenadores apontaram como sendo sem nenhum grau de importância. E por fim, valores éticos, morais e legais (VEML) que recebeu de quinze Coordenadores a indicação para um alto grau de importância e outros os sete Coordenadores apontaram como sendo de médio, baixo e sem nenhum grau de importância. A média obtida para critério inclusão social foi de 0,80, variância de 0,09 e o desvio padrão de 0,30.

Subcritérios desenvolvimento econômico

O subcritério pesquisa em parcerias com o setor produtivo (PPP) foi apontado por treze Coordenadores como sendo de alto grau de importância, por cinco Coordenadores como sendo de médio grau e por outros três Coordenadores de baixo grau e nenhum grau de importância por um Coordenador. Quanto ao subcritério inovação tecnológica (IT) foi considerado por dezoito Coordenadores como sendo de alto grau de importância, por três Coordenadores como sendo de médio grau e por um Coordenador como sendo de baixo grau de importância. Impacto econômico no município (IEM) foi apontado por dezoito Coordenadores de Cursos com sendo de alto grau, um indicou como sendo de grau médio e dois Coordenadores consideraram de baixo grau de importância e um apontou como sendo sem nenhum grau de importância. Já o subcritério atividades empreendedoras (AE) foi indicado como sendo de alto grau de importância por catorze Coordenadores, de grau médio por sete outros Coordenadores e um considerou de grau baixo de importância. A média calculada do critério desenvolvimento econômico foi de 0,86, uma variância de 0,06 e uma desvio padrão de 0,25 nas respostas analisadas.

Subcritérios do desenvolvimento social

O subcritério educação continuada (EC) foi apontado por dezesseis Coordenadores de Cursos como sendo de alto grau de importância, outros quatro consideraram de médio grau e dois Coordenadores apontaram como sendo sem nenhum grau de importância. Quanto ao subcritério cotas de ações afirmativas da universidade (CAF) foi apontado por nove Coordenadores como sendo de alto grau, por sete Coordenadores como sendo de grau médio e seis outros Coordenadores, dois de baixo grau e os outros quatro consideraram sem nenhum grau de importância. No que se refere ao subcritério cursos de nivelamento para cotista (CNC) apontado por onze Coordenadores como sendo de alto grau, três indicaram para médio grau, três outros para baixo grau e quatro outros Coordenadores apontaram com sendo sem nenhum grau de importância. A média obtida foi de 0,72, a variância de 0,14 e o desvio padrão de 0,37.

Subcritérios da defesa do meio ambiente

Os subcritérios coleta seletiva de lixo (CSL) e projetos de extensão de práticas de gestão (PEPG) foram apontados por dezesseis Coordenadores de Cursos como sendo de um

alto grau de importância e os seis outros Coordenadores apontaram o grau de importância na ordem médio, baixo e nenhum grau de importância. Quanto ao subcritério conteúdo de meio ambiente (CMA) foi apontado por doze Coordenadores como sendo de alto grau de importância, seis outros apontaram com sendo de médio grau de importância, dois outros apontaram como de baixo grau, seguindo por outros dois Coordenadores que apontaram como sendo sem nenhum grau de importância. Já o subcritério política e normas (PN) foi considerado por nove Coordenadores como sendo de alto grau de importância, sete Coordenadores consideraram como sendo de médio grau e os seis Coordenadores restantes consideraram de baixo e sem nenhum grau de importância. A média obtida do critério foi de 0,78, variância de 0,11 e desvio padrão de 0,32.

Subcritérios da defesa do patrimônio e memória cultural

Os subcritérios correspondentes, atividades de extensão (AE) e recursos orçamentários (RO) disponíveis para o desempenho das atividades foram apontados por catorze e doze Coordenadores de Cursos respectivamente como sendo de um alto grau de importância. Os demais Chefes indicaram para grau médio, baixo e nenhum grau de importância. A média obtida para critério foi 0,82, a variância de 0,06 e o desvio padrão dos valores de 0,32.

Subcritérios da defesa da produção artística

O subcritério política institucional de apoio à produção artística cultural (PIAPAC) foi apontado por 13 Coordenadores como sendo de alto grau de importância, por quatro Coordenadores como sendo de grau médio, um outro considerou como sendo baixo grau e os outros quatro Coordenadores considerando sem nenhum grau de importância. Quanto ao subcritério recursos orçamentários (RO) disponíveis para o desempenho das atividades foram apontados catorze Coordenadores para um alto grau de importância e os demais indicaram entre médio, baixo e nenhum grau de importância. A média obtida para o critério foi de 0,75, a variância de 0,12 e o desvio padrão de 0,37.

Subcritérios da defesa da produção esportiva e saúde

O subcritério infraestrutura para o esporte (IE) teve seu grau de importância percebido pelos Coordenadores da seguinte forma: catorze consideraram como sendo de alto grau; quatro

consideraram como sendo de médio grau; e três Coordenadores consideraram de baixo grau; e um sem nenhum grau de importância. Os subcritérios infraestrutura para a saúde (IS) e Profissionais especializados em primeiros socorros (PEPS) foram apontados por quinze Coordenadores como sendo de alto grau de importância, seguido pelos quatro outros Coordenadores no grau médio, baixo de importância. Quanto aos subcritérios profissionais especializados para a prática esportiva (PEPD) e recursos orçamentários (RO) foram apontados por quinze Coordenadores como sendo de alto grau de importância, já os seis outros Coordenadores tiveram suas indicações entre médio e nenhum grau de importância. A média obtida para o critério foi de 0,85, a variância obtida foi de 0,08 e o desvio padrão de 0,28.

4.3 Aplicação da Metodologia

A partir da proposta metodológica desenvolvida, examina-se sua aplicabilidade no sentido verificar o índice da responsabilidade social da universidade.

Os critérios e subcritérios referem-se aos pressupostos sociais, econômicos culturais e ambientais, identificados nas ações desenvolvidas pela instituição, cujos resultados foram obtidos a partir da análise de documentos, visita *in loco* nas dependências do CCHSA.

A partir desta análise foram evidenciados os resultados relacionados à caracterização de cada critério, obtidos através dos subcritérios e que resultou em índices. Desta forma a verificação foi feita de forma individual de cada subcritério conforme as fórmulas expressas no início deste capítulo (Tabela 2 a 8).

4.3.1 Diagnóstico do critério inclusão social

Na concepção da avaliação deste critério foi necessário efetuar o agrupamento dos subcritérios por afinidade, estabelecida em três blocos básicos, conforme a Tabela 17. O primeiro, relacionado com a infraestrutura física de acessibilidade e de pessoal; o segundo, com a divulgação dos resultados dos processos; e o terceiro, com a inclusão da microrregião como beneficiária das vagas oferecidas pela universidade.

A análise do primeiro bloco ocorreu mediante uma verificação em 45 prédios do CCHSA, norteados pelos subcritérios comunicação e sinalização, acessibilidade em

edificações, sanitários acessíveis para cadeirantes e a ergonomia adequada, como também a busca da informação referente ao subcritério profissionais intérpretes de libras.

Na análise do segundo bloco, que compreende a divulgação dos resultados, foi feito um levantamento dos dados sobre os eventos institucionais e os cursos existentes, como também, os subcritérios valores éticos, morais e legais.

Para análise do terceiro bloco foi desenvolvido um levantamento nos oito cursos existentes no CCHSA em níveis de graduação, técnico e nível médio com o objetivo de identificar a taxa de ocupação pelos estudantes da microrregião na qual o campus universitário está inserido.

Mais especificamente na Tabela 19 são apresentados os resultados da análise de cada um dos subcritérios, relacionados com a inclusão social, caracterizados pelos valores e índices obtidos.

Inicialmente, o subcritério analisado foi à comunicação e sinalização. A presença deste subcritério no processo de avaliação da dimensão da RS da universidade tem o caráter fundamental na proposta de inclusão social de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidades reduzidas, na medida em que se caracteriza pelo princípio da acessibilidade de forma total ou assistida e permite que as mesmas se locomovam nos espaços com segurança e autonomia. Na verificação feita nos 45 prédios e em seus entornos, não se registrou nenhuma indicação da presença da comunicação tátil e visual no campus, o que foi considerado um subcritério inexistente para ser avaliado, cujo índice obtido na avaliação foi zero. Registra-se também, no que diz respeito a uma perspectiva para as novas edificações, não foi verificado no momento da pesquisa, nenhum indicativo de uso de materiais apropriados para atender as demandas da comunicação tátil e visual.

No que concerne ao subcritério acessibilidade em edificações, o mesmo está relacionado com as mesmas premissas anteriormente definidas na comunicação e sinalização. Na verificação deste, constatou-se que 93,33% dos prédios do CCHSA possuem via de acesso em pavimentação de paralelepípedos até as suas proximidades, permitindo a mobilidade das pessoas como também, caso seja necessário, o uso de automóveis.

No que se refere ao acesso ao andar térreo, verificou-se que apenas 28,89% dos prédios do CCHSA têm acessibilidades para portadores de deficiência ou mobilidade reduzida, ou seja, os prédios em sua maioria apresentam obstáculos na sua porta de acesso, o que dificulta a locomoção dos mesmos nos espaços, com segurança e autonomia.

Quanto à acessibilidade nas edificações com pavimentos superiores, foi possível identificar que 80,00% dos prédios não possuem andares superiores, e dos 20,00% dos

prédios que estão estruturados com essa característica, apenas 22,22% são acessíveis para portadores de deficiência ou mobilidade reduzida e esta é feita através da disponibilização de elevadores.

Diante dos percentuais obtidos acerca do subcritério acessibilidade em edificações, constatou-se que 11 prédios, enquadram-se na categoria acesso total, correspondendo a 24,44%; dois prédios se enquadram na categoria acesso parcial, correspondendo a 4,44%. 32 outros prédios, ou seja, 71,12%, não tem acesso para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidades reduzidas.

Tabela 19 -Identificação dos níveis de inclusão social

Blocos básicos	Subcritérios	Otimização	Avaliação	Peso	Índice Obtido
Primeiro bloco	Comunicação e sinalização	Máx.	0,00	0,72	0,00
	Acessibilidades em edificações	Máx.	0,26	0,76	0,20
	Sanitários acessíveis para cadeirantes	Máx.	0,22	0,79	0,18
	Ergonomia adequada	Máx.	0,33	0,69	0,23
	Profissional (is) interprete (s) de libras	Máx.	0,00	0,70	0,00
Segundo bloco	Eventos institucionais	Máx.	1,00	0,61	0,61
	Valores éticos, morais e legais.	Máx.	Não avaliado	0,76	0,00
Terceiro bloco	Ocupação de vagas por estudantes da microrregião	Máx.	0,55	0,66	0,36
Índice do critério					0,32

Fonte: pesquisa aplicada (2013).

Aplicada as formulações matemáticas inerentes ao estudo foi possível auferir um valor 0,26 de acessibilidade que multiplicado pelo peso atribuído pelos gestores chegou-se a um índice 0,20.

Ao lado das evidências apresentadas na tabela 19, no que se refere a acessibilidade nas edificações no CCHSA, outros dados apontam que, embora sejam pequenos os resultados, pode-se observar que as edificações destinadas as atividades de ensino, tais como, os blocos de salas de aulas, estes atendem aos pré-requisitos de acessibilidade, ou seja, dois prédios, os quais possuem andares superiores é viabilizada por elevadores e os outros três prédios, que possuem apenas o pavimento térreo, são contemplados com rampas e o acesso ao andar.

Quanto às edificações referentes ao auditório central e biblioteca, as mesmas se apresentam com seguinte formato: a primeira faz parte de grupo de edificações da década de 1920, na qual foram adotadas medidas que permitem o acesso nas suas dependências. Já a biblioteca, embora seja um prédio relativamente novo e que possui um pavimento superior, a acessibilidade para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidades reduzidas, só existe para o andar térreo.

No que se refere à acessibilidade ao restaurante e as residências universitárias, aos blocos administrativos e aos laboratórios, tem-se as seguintes observações: No restaurante e nas residências universitárias, não foram encontradas evidências de acesso para pessoas portadoras de deficiências ou mobilidade reduzida. Já nos blocos administrativos e nos laboratórios as evidências de acessibilidade foram identificadas em apenas 13,33% dos prédios que abrigam estas atividades.

Em relação a sanitários, de um total de 162, apenas 20 ou 12,35% (10 sanitários masculinos e 10 sanitários femininos) atendem aos preceitos normativos para cadeirantes.

Considerando a razão entre o total de sanitários e sanitários acessíveis, observa-se que índice obtido foi acima mínimo necessário recomendado pela NBR 5090 que é de 5%. Constatou-se também que alguns prédios do CCHSA não possuem sanitários de qualquer espécie, estes por sua vez, estão disponibilizados em prédios do seu entorno, neste sentido, considerando o número de sanitários acessíveis e o número de prédios verificados o valor obtido é de 0,22, que multiplicado pelo peso atribuído pelos gestores chegou-se a um índice 0,18.

Entretanto, como mencionado anteriormente, é importante destacar que as edificações do campus III - UFPB são na sua maioria construções antigas e na sua arquitetura não contemplava medidas de comodidade e acessibilidade; entretanto, na medida, do possível quando das reformadas, são feitos os ajustes baseados nos preceitos legais e normativos procurando atender a estas novas demanda da sociedade. Do mesmo modo, com os prédios que foram construídos a partir de 2009 e os outros que estão em fase de construção, nos quais é possível perceber na sua proposta estrutural a preocupação com os novos padrões de acessibilidades e comodidade.

Quanto ao subcritério ergonomia adequada, avaliou-se existência de cadeiras para canhotos e obesos, mesas ou superfícies para desenvolvimento de atividades por pessoas portadoras de necessidades especiais, conforme a NBR 9050. Ocorre que, ao fazer a verificação nos blocos de sala de aulas foram encontradas 1.370 cadeiras com pranchetas, destas, 64 estão adaptadas para pessoas canhotos e estão distribuídas em 48 salas de aulas.

Quando se fez a relação entre número cadeiras para canhotos e as 48 salas de aulas verificadas, chegou-se a obter uma média de 1,33 cadeiras por sala aula. Com essa mesma linha de raciocínio, procurou-se verificar se a quantidade das cadeiras para canhotos existentes nas salas de aulas atendia a exigência mínima da NBR 9050. Feita a razão entre as cadeiras para canhotos e o total de cadeiras, obteve-se um índice de 4,67%, enquanto, a norma preconiza 5,00% das cadeiras existente, com no mínimo uma do total.

Na avaliação deste subcritério, outros dados também foram identificados e se relacionam a:

- a) A inexistência de mesa ou superfície plana em sala que permita o desenvolvimento das atividades de um cadeirante;
- b) Não foi identificada nos ambientes de sala de aula, cadeira para obeso, a qual deverá ser uma cadeira especial, mecanicamente e ergonomicamente projetada, que atenda a uma dimensão de peso e largura das nádegas;
- c) As cadeiras e mesas utilizadas nas atividades administrativas obedecem em sua maioria, a um padrão único sem observar a particularidade do usuário e de suas atividades;
- d) As cadeiras com pranchetas utilizadas nas salas de aulas obedecem em sua maioria, a um padrão único no que se refere ao ângulo de inclinação da prancheta;
- e) As bancadas utilizadas nos laboratórios de informática tem na sua totalidade uma altura padrão, não existindo um espaço específico para o uso de um portador de cadeiras de rodas.

Assim sendo, ao lado das evidências apresentadas no relato acima, os dados apontam para um índice de 0,33, que multiplicado pelo peso atribuído pelos gestores chegou-se a um índice 0,23.

Ainda segundo a pesquisa, os atributos de mensuração da existência ou não, de professor ou técnico administrativo com formação em libras apontou para o resultado de que não há registro no quadro de servidores do CCHSA. Portanto, este subcritério teve uma mensuração 0 (zero) de contribuição, considerado índice de 0,00.

No segundo bloco em análise, em que trata eventos institucionais e valores éticos, morais e legais permitiu identificar que no ano de 2012 foram realizados 56 eventos, os quais estabelecia uma relação direta com os 08 cursos existentes no centro. Desta forma, foi possível perceber que a média de eventos por curso ao ano foi sete, quantidade bem acima do esperado que seria dois eventos por ano. Nesse sentido, pode-se afirmar que este subcritério

de eventos institucionais foi considerado nesta pesquisa com nível muito bom, pois, o quantitativo de eventos que aconteceram no CCHSA foi superior à média por curso, proporcionando um valor de 1,00 que multiplicado pelo peso atribuído pelos gestores chegou-se a um índice 0,61.

Outro subcritério que integra este segundo bloco, da divulgação dos resultados, é o que compreende os valores éticos, morais e legais, cuja mensuração, foi feita através dos atributos previamente escolhidos, relativos ao total de processos formalizados e do número de processos analisados e concluídos. O objetivo deste subcritério é divulgar ações de combate aos comportamentos inadequado, antiético e amoral no ambiente interno da instituição. Na verificação feita junto à diretoria do CCHSA, comprovou-se que no ano de 2012, não foi registrado nenhuma ocorrência que tenha acontecido na comunidade universitária do CCHSA e que tenha sido registrada junto à ouvidoria da UFPB e por consequência tenha se transformado em processo. Entretanto, foi possível perceber que houve formulação de processos nos departamentos referentes às assiduidades, absentismo e problemas estruturais. Para este subcritério foi atribuído o termo não avaliado e não foi utilizado para a construção do resultado final do critério.

Para a análise do terceiro bloco referente à inclusão social, a pesquisa focou a perspectiva da microrregião como beneficiária das vagas oferecidas pela universidade. A estratégia para a mensuração foi o levantamento junto às coordenações sobre domicílio dos alunos que tiveram o ingresso nos 08 cursos do CCHSA no ano de 2012 e os respectivos quantitativos das vagas ocupadas.

Neste levantamento constatou-se que o total de vagas ocupadas no ano foi de 486. No atributo número de vagas ocupadas por estudantes da microrregião no ano foi de 317 vagas. Esta microrregião mensurada neste atributo é composta pelos municípios de Arara, Araruna, Bananeiras, Belém, Borborema, Cacimba de Dentro, Dona Inês, Guarabira, Pilõesinhos, Pirpirituba, Riachão, Serraria e Tacima. Quanto ao atributo número de vagas ocupadas por estudantes do Estado no ano, este foi de 169 vagas. Neste atributo também, estão incluídos possíveis vagas ocupadas por estudantes de outros Estados da federação.

Conforme a Tabela 19 o resultado obtido para este subcritério foi de 0,55 das vagas ocupadas por estudantes da microrregião. Para se chegar a este valor, foram atribuídos os pesos de $W_1 = 50$; $W_2 = 30$; $W_3 = 20$, que aplicados na fórmula possibilitou encontrar 0,55 que multiplicado pelo peso atribuído pelos gestores chegou-se a um índice 0,36.

Outras evidências também foram identificadas na pesquisa, dentre as quais, os estudantes do município de Solânea foram os que mais ocuparam vagas na microrregião, com

18,00%, seguido pelos estudantes do município Bananeiras com 17,00% das vagas. No terceiro lugar os estudantes do município de Belém com 8,00% de ocupação. No quarto lugar os estudantes municípios de Arara e Dona Inês respectivamente, com 3,00% da ocupação, e os demais estudantes dos outros municípios aparecem com 1,00% na ocupação das vagas.

A partir da análise dos oito subcritérios de avaliação da inclusão social no CCHSA, campus III da UFPB, os resultados apontaram que:

- a) Atualmente, apenas um subcritérios, eventos organizacionais, enquadra-se no índice superior aos demais;
- b) O subcritério ocupação de vagas por estudante da microrregião apontou um resultado de 0,36;
- c) Os subcritérios acessibilidades em edificações, sanitários acessíveis para cadeirantes e ergonomia seus índice variam entre 0,18 e 0,23;
- d) Dois outros subcritérios, comunicação e sinalização, profissionais interpretes de libras não foram avaliados por não existir dados para mensuração.
- e) O subcritério valores éticos, morais e legais, não foi mensurado.

Assim, os resultados apresentados através dos subcritérios mensurados acima, colocaram a inclusão social do CCHSA com valor de 1,57, que dividindo pelo somatório dos pesos atribuídos pelos gestores, chegou-se a índice 0,32.

4.3.2 Diagnóstico do critério desenvolvimento econômico

A compreensão decorrente do processo de avaliação do critério acima especificado originou a necessidade de analisá-lo em duas perspectivas: uma ligada aos objetivos fins da universidade e a outra nos de efeitos econômicos. Para tanto, foi feito o agrupamento dos subcritérios em dos blocos, mesmo procedimento adotado na análise do critério inclusão social.

No primeiro bloco foram agrupados os subcritérios relacionados com as atividades da universidade, referentes às pesquisas em parcerias com o setor produtivo, a inovação tecnológica e as atividades empreendedoras existentes no CCHSA. Já no segundo bloco, sob a ótica da perspectiva econômica, foi abordado o impacto financeiro no município decorrente da presença da universidade. Este subcritério está relacionado com as despesas orçamentárias anual da instituição e as orçamentárias do município, no qual a universidade através do CCHSA está instalada.

Na Tabela 20, são apresentados os resultados da análise de cada um dos subcritérios, na perspectiva do critério do desenvolvimento econômico, caracterizados pelos valores e índices obtidos.

Inicialmente, a análise se processou pelo primeiro bloco de agrupamento, tendo o subcritério pesquisa em parceria com o setor produtivo como o ponto de partida. Para construção de um índice, procurou-se verificar o total de projetos de pesquisa desenvolvidos no ano de 2012 e quais destes, tinham parcerias com o setor produtivo. A verificação feita nas informações disponibilizadas pela diretora do centro permitiu identificar o total de 93 projetos de pesquisas desenvolvidos no CCHSA, entretanto, não foi encontrado no momento da pesquisa o registro ou informação acerca de parcerias com o setor produtivo, objeto de análise no estudo. Mas, 20,00% dos projetos de pesquisas executados em 2012 tiveram parcerias com órgãos públicos, prefeituras municipais e organizações não governamentais. Os demais projetos foram e estão sendo desenvolvido o apoio institucional da universidade. Sendo assim, foi considerado inexistente este subcritério, com nota zero, por não atender aos pressupostos das parcerias com setor privado.

Quanto ao subcritério inovação tecnológica a análise se processou através da verificação dos atributos referentes ao número de patentes solicitadas ao ano e número de tecnologias desenvolvidas. A relevância da mensuração deste subcritério está nas perspectivas da inovação guiada pelo *ethos* da universidade, ou pelas demandas do mercado que resultem na possibilidade de *royalties* para a universidade. Tem-se, portanto, a universidade como parte integrante do desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, foi possível identificar no CCHSA, alguns indicativos de inovações tecnológicas desenvolvidas pelos docentes da área das ciências humanas, mais precisamente nas inovações das metodologias pedagógicas de ensino-aprendizagem, e, dos docentes das áreas de ciências humanas e agrárias, na gestão de agricultura familiar, na agroindústria e nas questões ligadas ao meio ambiente. Entretanto, não foi identificada no momento da pesquisa, nenhuma ação de formação de processo para a solicitação de patentes. Para este subcritério foi atribuído o valor zero, o qual se enquadra no subcritério inexistente.

Tabela 20 - Identificação dos níveis de desenvolvimento econômico

Blocos básicos	Subcritérios	Otimização	Avaliação	Peso	Índice Obtido
Primeiro bloco	Pesquisa em parcerias com setor produtivo	Máx.	0,00	0,77	0,00
	Inovação tecnológica	Máx.	0,00	0,82	0,00
	Atividades empreendedoras	Máx.	0,63	0,79	0,49
Segundo bloco	Impacto econômico no município	Máx.	0,56	0,79	0,44
Índice do critério					0,30

Fonte: pesquisa aplicada (2013).

No que se refere ao terceiro subcritério, em que trata das atividades empreendedoras, a perspectiva deste subcritério relaciona-se com ações desenvolvidas na universidade voltadas para a educação empreendedora, cujo tema, tornou-se recorrente na sociedade contemporânea. Nesse sentido, a pesquisa permitiu constatar na verificação dos atributos, que no CCHSA existem duas empresas juniores: uma ligada ao curso de bacharelados em administração e outra, ao curso de agroindústria; como também uma incubadora que atende a outras demandas existentes no campus. Quanto ao número de disciplinas com o foco em empreendedorismo foram identificadas cinco disciplinas distribuídas em cinco dos oito cursos existentes no campus.

Diante dos dados obtidos, foi possível considerar o subcritério atividades empreendedoras com um valor de 0,63 que multiplicado pelo peso atribuído pelos gestores chegou-se ao índice de 0,49 de contribuição para o desenvolvimento econômico.

Quanto ao segundo bloco, este traz o resultado do subcritério impacto econômico no município, avaliado através dos atributos impacto do custeio, do investimento e consumo derivados das despesas orçamentárias da universidade, mas especificamente, o do campus III da UFPB e uma relação com o orçamento do município de Bananeiras, que para este estudo foram utilizadas as despesas orçamentárias do ano de 2012.

As despesas orçamentárias da UFPB no ano de 2012 foram de R\$ 950.694.753,25, na qual estão incluídas as despesas com pessoal, tanto ativos como inativos e pensionistas, e as dotações Outros Custeio e Capital (OCC). Quanto às despesas orçamentárias do CCHSA foram de R\$ 6.972.027,78, não incluindo as despesas com pessoal; despesas de água, luz e telefone; manutenção do ensino superior; despesas com assistência estudantil; despesas com a assistência médico-odontológica para custeio dos planos de saúde dos servidores docentes e técnico-administrativos; além dos recursos para o custeio da manutenção dos programas e

projetos de extensão (PROEXT), entre outros, que são da responsabilidade da unidade contas gerais UFPB.

Entretanto, para se construir um valor de referência de recursos inerentes ao funcionamento do campus III, adicionaram-se a despesas do CCHSA, os valores gastos com pessoal ativo, terceirizado, saúde suplementar e as bolsas pagas aos estudantes, o que propiciou um valor de R\$ 32.240.954,35, distribuídos da seguinte forma:

- a) Custeio, referente aos gastos com funcionários, estudantes (bolsas) e administração no valor de R\$ 27.638.937,22;
- b) Investimento, referente aos gastos construções e compras de equipamentos no valor de R\$ 1.992,190, 07;
- c) Consumo, referente aos gastos com material de consumo no CCHSA, no valor de R\$ 2.609.827,06.

Tomando como referência os dados do CCHSA e aplicando o multiplicador de renda sugerido por Rolim e Kureski (2007), no qual são considerados os impactos diretos, indiretos e induzidos, obtém-se um impacto de R\$ 1,18, significando que para cada real pago nas despesas de custeio do Campus III - UFPB com funcionários, estudantes (bolsas) e administração, foram gerados no ano de 2012 uma renda adicional de R\$ 0,18 na economia de Bananeiras, PB.

Para o segundo atributo, as despesas orçamentárias do exercício de 2012 do município de Bananeiras foram de R\$ 31.308.993,62. Este valor comparado as despesas do CCHSA apresenta um decréscimo de 3% .

Quanto do valor de mensuração do impacto da universidade no município, para obtê-lo foi atribuído aos gastos da universidade no ano de 2012 os seguintes pesos: $W_1 = 60$ para o custeio, considerando que este gasto tem um efeito direto no município; $W_2 = 10$ para os investimentos realizados, considerando estes tem efeito indireto; e $W_3 = 30$ para o consumo, considerando que tem efeito induzido. Utilizando a formula proposta, obteve-se o um valor de 0,56, que multiplicado pelo peso atribuído pelos gestores chegou-se ao índice de 0,44 de contribuição para o desenvolvimento econômico.

Outras avaliações com base em Peixoto (2012) também foram feitas e possibilitou a identificação de evidências que apontaram para o cálculo da razão do custo de efetividade, na perspectiva do impacto social com um resultado de R\$ 0,0000003, onde para cada R\$ 1.000.000,00 investido será formado três estudantes. Os dados para obtenção deste resultado

foram: 317 estudantes que ocuparam as vagas no ano de 2012; (VPTC) valor presente do custo total no valor de R\$ 120.041.069,75, construído a partir das despesas orçamentárias do ano 2012, projetada para quatro anos futuros, com um desconto da taxa de 5%.

Os resultados apresentados através da verificação dos vários parâmetros utilizados na avaliação do subcritério impacto financeiro no município, consolidam a proposta de utilização dos atributos despesas orçamentárias do campus em relação ao orçamento do município, como forma de construir parâmetros de mensuração. Em síntese, conclui-se que: aumento do orçamento do campus, mais precisamente nos gastos com funcionários, estudantes (bolsas), administração e consumo proporciona uma influência direta o município, no que se refere ao aumento na renda adicional e na geração de empregos. Enfim, o resultado final do critério desenvolvimento econômico aponta para um valor de 0,94, que dividindo pelo somatório dos pesos atribuídos pelos gestores, chegou-se a índice 0,30.

4.3.3 Diagnóstico do critério desenvolvimento social

Na visualização da Tabela 21 pode-se identificar os três subcritérios que foram pré-definidos para mensurar a dimensão da RS nos aspectos do desenvolvimento social. O primeiro subcritério analisado foi ações afirmativas da universidade, cujos atributos verificados tiveram como base a razão entre os atributos do número de vagas ocupadas pela demanda de cotas e o número total de vagas ofertadas pelo sistema de cotas.

Na verificação, constatou-se que no CCHSA, os cinco cursos de graduação propiciaram no ano de 2012 um total de 315 vagas distribuídas da seguinte forma: administração 109; agroindústria 79; pedagogia 40; licenciatura em ciências agrárias 45 e agroecologia 42. Aplicado o percentual de 30,00% sobre o total de vagas, conforme preconiza a norma institucional, foi obtido um número de 95 vagas para o sistema de cotas, entretanto, os dados apontam que apenas 85 vagas foram ocupadas.

Os dados verificados na oportunidade da avaliação deste subcritério permitiram identificar que:

- a) O curso de agroindústria tem o percentual de ocupação de 32,00% das vagas pelos estudantes beneficiados pelo sistema de cotas, seguido pelo curso de pedagogia com 30%;
- b) Na terceira posição aparece o curso de agroecologia com 26,00% das vagas ocupadas pelos estudantes beneficiados pelo sistema de cotas,

seguido na quarta posição os cursos de administração e ciências agrárias com 23,00% cada;

- c) O Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN) parte integrante do CCHSA não utiliza o sistema de cotas para o ingresso nos seus cursos técnicos de nível médio.

Diante dos dados obtidos foi possível mensurar um valor de 0,90 no subcritério ações afirmativas da universidade, o qual se enquadra em um nível muito bom de ocupação de vagas pelos estudantes da microrregião. Multiplicando-se este valor pelo peso estabelecido pelos gestores tem-se um índice de 0,50.

Tabela 21 - Identificação dos níveis de desenvolvimento Social

Subcritérios		Otimização	Avaliação	Peso	Índice Obtido
	Ações afirmativas da universidade	Máx.	0,90	0,56	0,50
	Cursos de nivelamentos	Máx.	0,00	0,58	0,00
	Educação continuada	Máx.	0,20	0,77	0,15
Índice do critério					0,34

Fonte: pesquisa aplicada (2013).

O segundo subcritério avaliado foi cursos de nivelamentos, que tem como atributos de mensuração o número de cursos de nivelamento oferecidos ao ano e o número de cursos de graduação da instituição. Na verificação do primeiro atributo, constatou-se que no ano de 2012 não foi oferecido nenhum curso de nivelamento. Quanto ao segundo atributo, o CCHSA, além dos cursos técnicos de nível médio, oferecidos pela unidade CAVN, possui cinco curso de graduação. Feita a razão entre os dois atributos o resultado é zero e, por conseguinte não contribui para desenvolvimento social.

Por último, o subcritério educação continuada, que através dos seus atributos número de cursos de aperfeiçoamento, número de cursos de pós-graduação *Lato Sensu* e a relação com os cinco cursos de graduações oferecidos no CCHSA, foi possível identificar, que no ano de 2012 não foi oferecido nenhum curso de aperfeiçoamento, e, apenas um curso de pós-graduação *Lato Sensu*. Portanto, estes dados apontam para um valor de 0,20, que multiplicado pelo peso atribuído pelos gestores chegou-se a um índice 0,15. Diante dos dados dos subcritérios avaliados foi possível mensurar o resultado final do critério desenvolvimento

social, apontando para um valor de 0,66, que dividindo pelo somatório dos pesos atribuídos pelos gestores, chegou-se a índice 0,30.

4.3.4 Diagnóstico do critério defesa do meio ambiente

A verificação do conjunto de subcritérios apresentados na Tabela 22 aponta como a avaliação das questões em relação ao meio ambiente na universidade pode ser mensurada. Inicialmente o subcritério verificado na aplicação do método de avaliação da dimensão da RS na universidade foi Política e Normas. Este subcritério é o resultado das sugestões contidas na pesquisa junto aos gestores da universidade e que por consequência foi incorporada a metodologia de avaliação.

O objetivo deste primeiro subcritério é permitir a avaliação da universidade em relação aos instrumentos prescritivos sobre o comportamento institucional em relação a defesa do meio ambiente e a gestão dos recursos naturais na perspectiva da RS. A existência de uma política institucional e normas de procedimentos, permite a organização construir o comprometimento para o alcance dos propósitos estabelecidos. Entretanto, na verificação dos atributos propostos para mensurar este subcritério, identificou-se que no CCHSA não existe política institucional para o uso racional de água e energia, sendo assim, o valor é zero e por consequência o índice de contribuição para a defesa do meio ambiente.

Tabela 22 - Identificação dos níveis de defesa do meio ambiente

Subcritérios	Otimização	Avaliação	Peso	Índice Obtido
Política e Normas	Máx.	0,00	0,59	0,00
Conteúdo de meio ambiente	Máx.	0,75	0,77	0,58
Coleta seletiva de lixo	Máx.	0,50	0,80	0,40
Projetos de extensão de práticas de gestão	Máx.	0,04	0,81	0,04
Índice do critério				0,34

Fonte: pesquisa aplicada (2013).

O segundo subcritério verificado foi conteúdo de meio ambiente, abordado pela relação componentes curriculares obrigatórios e componentes optativos, em relação ao número de cursos existente no CCHSA.

A reflexão sobre o meio ambiente perpassa pela necessidade que a universidade tem de construir um conteúdo curricular com uma abordagem holística e a aplicação de um

método interdisciplinar que permitam a integração das ciências da natureza e da sociedade, concentrando suas atenções na conservação dos recursos naturais e preservação da biodiversidade, em perspectiva do ideal material, econômico, tecnológico e cultural.

Na verificação foi constatado que cinco cursos do CCHSA possuem conteúdos curriculares sobre meio ambiente obrigatórios, mais precisamente, os cursos de graduação em agroindústria, ciências agrárias e agroecologia e os cursos técnicos e nível médio agroindústria, aquicultura. No que se refere aos conteúdos optativos sobre meio ambiente, eles estão presentes nos cursos de pedagogia e administração. Registra-se também que na leitura dos programas de cursos não foi identificado conteúdo sobre meio ambiente no curso de agropecuária.

Diante destes dados, o subcritério conteúdo de meio ambiente, obteve o índice de 0,75 que multiplicado ao peso atribuído pelos gestores obteve-se um índice de 0,58 de contribuição para a formação de consciência voltada para as questões ambientais e ao mesmo tempo, que sirva de estímulo aos gestores acadêmicos para uma reflexão sobre os projetos pedagógicos dos cursos e as abordagens que trata da preservação e meio ambiente.

O terceiro subcritério analisado foi à coleta seletiva de lixo, que teve como parâmetros de avaliação os seguintes atributos: a evidências através de documentos formais que apontem a existência de uma política institucional para nortear a coleta seletiva de lixo; disponibilidade de coletores de lixo no entorno das edificações que indique a coleta seletiva; execução da coleta seletiva e o controle dos destinos dos resíduos sólidos.

Na verificação deste conjunto de atributos de mensuração foi possível identificar os seguintes fatores:

- a) A falta de instrumentos prescritivos que apontem para a existência de uma política institucional de coleta seletiva de lixo;
- b) A presença de coletores de lixo no entorno das edificações;
- c) A coleta do lixo é feita diariamente nas edificações do campus;
- d) O não controle do destino dos resíduos sólidos que são produzidos no campus.

Diante das informações coletadas e a utilização da fórmula de mensuração para este subcritério, considera-se, pois, que o resultado encontrado para este índice foi de 0,50, que multiplicado pelo peso atribuído pelos gestores obteve-se um índice de 0,40, de contribuição para a defesa do meio ambiente.

Por último, o subcritério projetos de extensão de práticas de gestão, o qual tem os atributos de mensuração baseado na razão do total de projetos de extensão em práticas de gestão e o número total de projetos de extensão ao ano, a qual resultou no indicativo de valor de 0,04 que multiplicado pelo atribuído pelos gestores obteve-se um índice 0,04 para o subcritério em análise.

Considerando, pois, os subcritérios que subsidiam e formam a base de mensuração do critério defesa do meio ambiente no valor de 1,01 que dividido pelo somatório dos pesos atribuídos gestores, chegou-se a índice 0,34.

5.2.5 Diagnóstico do critério defesa do patrimônio e memória cultural

A Tabela 23 apresenta o resultado da avaliação do critério defesa do patrimônio e memória cultural, construído a partir dos subcritérios atividades de extensão e recursos orçamentários. O primeiro tem como atributos de avaliação número de projetos de extensão, número de eventos realizados e número de cooperação técnica realizadas ao ano, tendo como referência o número de cursos do CCHSA. Já o segundo subcritérios têm como atributos os recursos orçamentários previstos e os utilizados.

Tabela 23 - Identificação dos níveis de defesa do patrimônio e memória cultural

Subcritérios		Otimização	Avaliação	Peso	Índice Obtido
	Atividades de extensão	Máx.	0,17	0,80	0,13
	Recursos orçamentários	Máx.	0,79	0,76	0,61
Índice do critério					0,47

Fonte: pesquisa aplicada (2013).

Na verificação deste conjunto de atributos que compõe o subcritério atividades de extensão, identificou-se que não houve projeto de extensão. No que diz respeito ao número de eventos realizados, ocorreram três; e em número de cooperação técnica, apenas um. Isto resultou como final de 0,17 que multiplicado pelo atribuído pelos gestores obteve-se um índice de 0,13.

Quanto ao subcritério recursos orçamentários, foram utilizados os seguintes dados:

- Orçamento do CCHSA no valor de R\$ 32.240.954,35;
- O indicador em nível de Brasil de gastos com a função cultura de 1,02% constante no IDSM;

- O valor esperado de R\$ 328.857,73 pela aplicação do indicador sobre o orçamento do CCHSA;
- O valor utilizado foi de R\$ 262.601,04, no critério de defesa do patrimônio e memória cultural, constante nas informações contábeis do centro.

Na análise dos dados sobre o atributo recursos orçamentários, encontrou-se um valor de 0,70 que multiplicado pelo peso atribuído pelos gestores obteve-se um índice de 0,61. Ressalta-se ainda, que os gastos com a cultura nas despesas dos governos federal, estadual e municipal, segundo o IBGE, foi de 0,3% no período de 2007 a 2010.

Como considerações finais para os subcritérios que subsidiam e forma a base de mensuração do critério defesa do patrimônio e memória cultural, o valor final foi 0,74, que dividido pelo somatório do pesos atribuídos pelos gestores obtém-se um índice de 0,47.

4.3.6 Diagnóstico do critério defesa da produção artística cultural

A Tabela 24 apresenta o resultado da avaliação do critério defesa da produção artística cultural, construído a partir dos subcritérios política institucional de apoio à produção artístico-cultural e os recursos orçamentários para execução das atividades. O primeiro subcritérios tem como atributos de avaliação a verificação da existência de uma política institucional artística cultural, a realização de eventos culturais e projetos de extensão de estímulo as artes, realizados no ano. No segundo subcritério recursos orçamentários, a mensuração ocorre através da verificação dos atributos sobre os recursos orçamentários previstos e os utilizados.

Tabela 24 - Identificação dos níveis de defesa da produção artística cultural

Subcritérios		Otimização	Avaliação	Peso	Índice Obtido
	Política Institucional de apoio a produção artística-cultural	Máx.	0,67	0,73	0,49
	Recursos orçamentários	Máx.	0,04	0,71	0,03
Índice do critério					0,36

Fonte: pesquisa aplicada (2013).

Na verificação do primeiro subcritério, os dados apontaram para um valor de 0,67, que multiplicado ao valor dos pesos estabelecidos pelos gestores obtém-se um índice de 0,49. O segundo subcritério verificado foram os recursos orçamentários para execução das atividades inerentes a produção artística cultural, o qual, para sua mensuração foi adotado o

mesmo procedimento do item 5.2.5 e que resultou em um valor esperado de R\$ 328.857,23. Quanto ao valor utilizado foi de R\$ 13.953,00. Feita a relação entre os dois atributos, o valor conseguido foi de 0,04, que multiplicado pelos pesos atribuídos pelos gestores chega-se a um índice 0,03. O resultado final aponta para este critério o valor de 1,44, que dividido pelo somatório dos pesos chega-se a um índice de 0,36.

4.3.7 Diagnóstico do critério defesa da produção esportiva e saúde

O conjunto de subcritérios apresentados na Tabela 25 aponta como a avaliação das questões em relação à defesa da produção esportiva e saúde que pode ser mensuradas. Inicialmente, o subcritério verificado foi infraestrutura para esporte, que tem como atributos de mensuração a verificação da existência de infraestrutura para esportes como campo e/ou quadra de futebol que favoreça a prática de esportes, infraestrutura para caminhada como pistas ou vias que permitam as caminhadas, academia para os exercícios de musculação e a existência de profissionais especializados para a prática desportiva. Este conjunto de atributos resultou no índice de 0,38 que multiplicado pelo peso atribuído pelos gestores obtém-se um índice de 0,30 na infraestrutura para esporte no campus III da UFPB.

Tabela 25 - Identificação dos níveis de defesa da produção esportiva e saúde

Subcritérios		Otimização	Avaliação	Peso	Índice Obtido
	Infraestrutura para esporte	Máx.	0,38	0,79	0,30
	Infraestrutura para saúde	Máx.	0,25	0,83	0,21
	Recursos orçamentários para a execução das atividades de esportes e saúde	Máx	Não avaliado	0,79	0,00
Índice do critério					0,31

Fonte: pesquisa aplicada (2013).

Quanto ao subcritério infraestrutura para saúde foi verificados os atributos existência de posto/enfermagem para o atendimento de primeiros socorros, existência de posto odontológico, como também a existência de profissionais especializados para saúde em atendimento. Com estas informações e o uso da formula que foi previamente sugerida, chegou-se ao índice de 0,25, que multiplicado pelo atribuído pelos gestores obtém um índice 0,31 na infraestrutura para a saúde.

O subcritério que compreende os recursos orçamentários para a execução das atividades de esportes e saúde compõem-se em desenvolver campanhas de prevenção para a saúde, estímulo ao esporte, realização de atividades esportivas no ambiente interno da instituição. Na verificação feita nos documentos contábeis do CCHSA, não foi possível identificar valores que tivesse sido utilizado para este fim no ano de 2012. Para este subcritério foi atribuído o termo não avaliado e não foi utilizado para a construção do resultado final do critério.

Diante destes dados, o critério defesa da produção esportiva e saúde obteve um valor de 1,62 que dividido pelo somatório dos pesos resultou no índice de 0,31.

4.3.8 Índice da Responsabilidade Social da Universidade (IRSU)

O processo de avaliação é caracterizado pela captação periódica de informação dos resultados positivos ou negativos das ações implementadas. É uma ferramenta de identificação das demandas do ambiente interno e externo da organização. A Tabela 24 apresenta os resultados dos critérios expressos em índice obtido através da mensuração dos subcritérios.

Tabela 26 -Índice da responsabilidade social da universidade

Crítérios	Índice obtido
Inclusão Social	0,32
Desenvolvimento Econômico	0,30
Desenvolvimento Social	0,34
Defesa do meio ambiente	0,34
Defesa do patrimônio e memória cultural	0,47
Defesa da produção artística cultural	0,36
Defesa da produção esportiva e saúde	0,31
IRSU	0,35

Fonte: pesquisa aplicada (2013).

O IRSU é o resultado da média aritmética dos sete critérios, as quais foram obtidas pela média dos subcritérios proposto para avaliar a dimensão RS na universidade. A tabela mostra os níveis e a performance obtidos em cada critério e por consequência o índice da responsabilidade social da universidade (IRSU) de 0,35.

Diante do exposto, percebe-se que o resultado da aplicação da metodologia proposta oferece significativas contribuições para dirigentes do CCHSA, no sentido do estabelecimento de um plano de ação apropriado as demandas apontadas na avaliação em relação aos baixos índices e níveis de responsabilidade social.

CAPÍTULO V CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1 Conclusão

A idealização deste trabalho foi motivada pela necessidade de se estabelecer uma metodologia de avaliação institucional que estabeleça um índice da responsabilidade social da universidade que trouxesse para a comunidade acadêmica as informações construídas a partir da mensuração de um conjunto de critérios e subcritérios e por consequência gerar ações de melhorias por parte dos gestores da universidade.

O resultado final deste trabalho foi gerado a partir da indagação de como uma proposta metodológica de avaliação institucional poderá contribuir para o estabelecimento de estratégias que garantam o desenvolvimento sustentável da sua região de abrangência?

A temática da responsabilidade social da universidade e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável pode ser percebida de forma diferenciada em cada um dos critérios trabalhados. Entretanto, alguns elementos deve se caracterizar como comuns a todos. A constante busca da eficiência no uso de recursos e a necessidade de aumentar a percepção da relevância social das atividades da universidade junto a comunidade e que devem ser um compromisso de todo corpo docente e técnicos administrativos. Ações de responsabilidade social presente na criação, sistematização e difusão do conhecimento são vitais nas perspectivas do desenvolvimento sustentável.

O objetivo geral do presente trabalho foi obtido pela elaboração da proposta metodológica de avaliação visando mensurar através de índice a eficiência da responsabilidade social da universidade e sua contribuição efetiva para o desenvolvimento sustentável da região de abrangência. A disseminação de práticas de mensuração de resultados e a compreensão da gestão de que a universidade é a protagonista da responsabilidade social são indicativos poderosos de contribuições para o desenvolvimento sustentável.

A metodologia proposta é uma contribuição valiosa para se pensar na responsabilidade e desenvolvimento sustentável. Um dos mais representativos resultados dessa metodologia aponta para a percepção quantitativa de cada critério e por consequência o fortalecimento de programas de ações estruturados para promover e qualificar o debate sobre a responsabilidade da universidade e o desenvolvimento sustentável. Assim, semelhante ao objetivo geral alcançado, os seis objetivos específicos propostos para esta pesquisa também o foram.

Os três primeiros objetivos específicos da pesquisa estão relacionados com a caracterização da universidade em relação à sua função, a responsabilidade e o desenvolvimento sustentável, ocorridos através dos conceitos e abordagens da universidade como organização, suas origens e concepções; e os conceitos e abordagens sobre a responsabilidade social da universidade. Este objetivos foram alcançados por meio das concepções conceituais apresentados no referencial teórico citados como Resende et. al (1978), Clack (1983), Hernández (1989), Carrol (1991), Drèze e Debelle (1993), Volpi (1996), Mazzoni (2001), Ashley (2003), Neto (2004), Levacic (2006), Vallaey (2006), La Jara, et. al.(2006), Calderón (2006), Sousa (2008), Martins e Marini (2010), Rossato (2011).

A partir dos enunciados sobre a universidade e sua responsabilidade social, evidenciaram-se duas concepções de responsabilidade social: uma filosófica contida no DNA da universidade e a outra de processo, caracterizada pela visão da universidade através dos insumo, processamento e produto, na qual foi estabelecida pela legislação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior como instrumento de avaliação da universidade.

As proposituras apresentadas neste estudo chamam atenção pelo fato de estimular na comunidade acadêmica para novos paradigmas em torno de valores éticos e morais, dentro das funções sociais, econômicas, ambiental, cultural e política, como novos atributos imperativos para a sociedade. A universidade neste contexto se posiciona na perspectiva de uma visão de futuro, que garanta sua relevância social e sobrevivência da sociedade.

O quarto objetivo específico foi propor uma metodologia de avaliação institucional que estabeleça índice para a responsabilidade social da universidade, percebida como demanda institucional que permitisse mensuração e identificação de índice e níveis de desempenho, este objetivo foi alcançado por meio da metodologia desenvolvida no capítulo IV que oportuniza aos dirigentes da universidade a utilização de critérios e subcritérios, e a partir deles, estabelecer ações para correções dos fatores que afetam a responsabilidade social institucional.

Nesse procedimento, a metodologia proposta considera sete critérios: inclusão social, desenvolvimento econômico e social, defesa do meio ambiente, defesa do patrimônio e memória cultural, defesa da produção artística cultural e a defesa da produção esportiva e saúde. Esta metodologia deve ser compreendida como um conjunto de critérios interdependentes que interagem entre si e formam um todo.

Em relação aos critérios propostos, apreendeu-se que eles só terão validade de aplicação se vinculados às práticas de gestão da função social da universidade. Nesse sentido, buscou-se efetuar o desdobramento de cada critério a luz a literatura que norteiam à temática

abordada por La Jara, et. al. (2006), Calderón (2006) e Rolim (2009), no sentido de viabilizar parâmetros de medição da RSU. Desse modo, foram elencados 7 critérios e 25 subcritérios, listados a seguir: comunicação e sinalização, acessibilidade em edificações, sanitários com acessibilidades, ergonomia adequada, profissionais interpretes de libras, eventos organizacionais, ocupação de vagas por estudantes da região, valores éticos, morais e legais, pesquisas em parcerias com setor produtivo, inovação tecnológica, impacto financeiro no município, atividades empreendedoras, cotas de ações afirmativas, cursos de nivelamento para cotistas, educação continuada, políticas e normas, conteúdo de meio ambiente, coleta seletiva de lixo, projetos de extensão de práticas de gestão, atividades de extensão e recursos orçamentários referentes subcritérios de defesa do patrimônio e memória cultural, política institucional de apoio a produção artística - cultural e os recursos orçamentários para estas atividades, infraestrutura para o esporte e para a saúde.

No que se refere as concepções e propostas de indicadores para avaliar a responsabilidade social na universidade mencionados nesta tese, pode-se afirmar que o presente estudo permitiu avanços nas seguintes questões:

- a) Construção de uma metodologia de avaliação institucional baseado na dimensão da responsabilidade social da universidade;
- b) Mensuração da eficiência da responsabilidade social da universidade através do índice obtidos nos critérios e subcritérios de avaliação;
- c) Concepção da responsabilidade social na perspectiva de processo, ou seja, um conjunto de causas que produz um efeito e que deve ser gerenciado permanente para assegurar um resultado eficiente para os beneficiários.

Ainda mais, pode-se compreender a que a medição da responsabilidade social da universidade através da metodologia proposta, resulta na elaboração de um diagnóstico, permite a incorporação de melhorias e exige o comprometimento das pessoas com as ações da universidade e as metas pré-estabelecida objetivando a obtenção de um padrão de desempenho institucional satisfatório.

O quinto objetivo específico foi aplicar a metodologia proposta no campus III da UFPB. O objetivo foi alcançado mediante o levantamento de evidências objetivas sobre os atributos propostos relacionados com os subcritérios. Este conjunto de critérios, subcritérios e atributos foram construídos a partir das possibilidades concretas de sua utilização, cujos resultados permitiram aos gestores acadêmicos uma reflexão sobre a situação atual e a

possibilidade do estabelecimento de novas diretrizes institucionais para atender o requerido na dimensão da responsabilidade social da universidade. Essa iniciativa será o incentivo para que os setores envolvidos façam levantamentos, analisem e publiquem sistematicamente informações apresentando o estágio atual e ações futuras.

O sexto e último objetivo específico foi verificar se uso da metodologia auxilia na avaliação da dimensão responsabilidade social da universidade e possibilita a adoção de ações voltada ao desenvolvimento sustentável. O objetivo foi conseguido quando da verificação das evidências objetivas e por consequência a geração de um índice para cada critério de avaliação. Como resultado da aplicação da metodologia, obteve-se o seguinte: inclusão social - 0,32; desenvolvimento econômico - 0,30; desenvolvimento social - 0,34; defesa do meio ambiente - 0,34; defesa do patrimônio e memória cultural -0,37; defesa da produção artística cultural - 0,36; defesa da produção esportiva e saúde - 0,21, gerando um índice de responsabilidade social da universidade de 0,35. A execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão pela universidade, por si só, já apontam o desenvolvimento sustentável. Entretanto, usos de metodologias subjetivas podem sub ou superdimensionar o índice final. A presente metodologia favorece a compreensão quantitativa do índice final do IRSU. Desta forma, pode-se estabelecer ações corretivas em critérios específicos que viabilizem as ações de engenharia para acessibilidade das pessoas, aos projetos extensão voltados para a cultura, a difusão do conhecimento, os procedimentos adotados para o ingresso na universidade e os conteúdos trabalhados nos cursos referentes ao meio ambiente onde, então, todos estimulam e contribuem para o desenvolvimento sustentável.

Partindo então desse pressuposto, esta tese demonstrou a importância da mensuração da responsabilidade social da universidade através de métodos quantificáveis e aprimoramento de ações para atender as demandas do incentivo a inovação tecnológica, do desenvolvimento de projetos tecnológicos e ambientais relacionados ao uso racional dos recursos naturais, da energia, da água e do controle dos resíduos sólidos, como também a inclusão social produtiva, através de uma formação como pilares para o desenvolvimento sustentável.

5.2 Recomendações

A pesquisa foi focada na dimensão da responsabilidade social da universidades públicas, cujas características dos subcritérios e atributos de mensuração têm suas

especificidades. No caso de adoção do modelo para outro segmento das instituições e ensino superior deve ser aperfeiçoado para sua realidade.

Tem-se a certeza de que esta pesquisa oferece uma contribuição a gestão e a comissão de avaliação das universidades, no que se refere a construção de dados sobre a responsabilidade social e ao mesmo tempo fortalecer as práticas na busca de soluções para o desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 5040: *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro, 2004.
- ACKERMAN, R. W.; BAUER, R. A. *Corporate Social Responsiveness - The Modern Dilemma*. Reston.1976.
- ALMEIDA FILHO, Naomar de. *Universidade nova: textos críticos e esperançosos*. Brasília: Editora UNB, 2007.
- ANDRADE, Elisabete de Oliveira; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. *Relação entre os níveis de capital social e o índice de desenvolvimento sustentável: uma análise comparativa entre municípios paraibanos*. In: CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. *Desenvolvimento sustentável e sistemas de indicadores de sustentabilidade: formas de aplicações em contextos geográficos diversos e contingenciais específicas*. Campina Grande: Ed UFCG, 2010.
- ASHLEY, Patrícia Almeida. *Ética e responsabilidade social nos negócios*. São Paulo: Saraiva, 2003.
- BALDRIDGE, José Victor. Organizational Characteristics of Colleges and Universities. In: BALDRIDGE, José Victor; DEAL, Terrence E. (Orgs.) *The dynamics of organizational change in education*. Berkeley CA: McCutchan Publishing, 1980, p. 38-59.
- BARROS, Aidil Jesus Paes de. *Um guia para a iniciação científica*. São Paulo: Makron Books, 2000.
- BERTALANFFY, Ludwig Von. *General Systems Theory*. Nova York: George Brasilier, 1968.
- BELLEN, Hans Michel Van. *Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- BOWEN, H. *Responsabilidades sociais dos homens de negócio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.
- BOWEN, H.; FINCHER, C. *Investment in learning: the individual and social value of american higher education*. New Brunswick, New Jersey: Transaction Publishers, 1996.
- BRASIL, Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, Institui o sistema nacional de avaliação do ensino superior – SINAES. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2009.
- BRASIL, Portaria nº 797 de 2 de março de 2010, Institui o Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

BRASIL, Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2012

BRASIL, Lei Nº 9.795 de 27 de abril de 1999. Brasília, DF, 1999. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília. Brasília, DF, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 07 out. 2012.

BRASIL, Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Brasília, DF, 2010. Institui a Plano Nacional de Cultura. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L12343.htm>. Acesso em: 07 out. 2013.

BRASIL, Decreto Nº 6.833, de 29 de Abril de 2009. Brasília, DF, 2009. Instituiu o subsistema integrado de atenção à saúde do servidor. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6833.htm>. Acesso em: 07 ago. 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *O conceito histórico de desenvolvimento econômico*. Curso de desenvolvimento econômico, FGV, 2006. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7ConceitoHistoricoDesenvolvimento.pdf>> Acesso em: 11 out. 2012.

Bok, D., *Universities in the Marketplace: The Commercialization of Higher Education*, Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2003.

BUARQUE, Cristovam. Universidade ligada. In: MORHY, Lauro. *Universidade em questão*. Brasília: Editora UNB, 2003.

BUARQUE, Cristovam, *Refundação da universidade: uma elite competente e comprometida para construir uma nação eficiente, sem apartação e com justiça*. Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior / Associação Brasileira de Mantenedora de Ensino superior. – Série Grandes Depoimentos – Brasília: ABMES, 2005.

BRUMMER, J. *Corporate responsibility and legitimacy*. New York: Greenwood Press, 1991.

BUNDT, C. F. da C. *Universidade: mudanças e estratégias de ação*. 2000. 114f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. *Responsabilidade social: desafios à gestão universitária*. Estudos (Brasília), Brasília, v. 34, p. 19-27, 2005.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. *Responsabilidade social universitária: contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil*. Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior / Associação Brasileira de Mantenedora de Ensino superior. – Ano 24, n. 36 (Jun. 2006). – Brasília: ABMES, 2006

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. *Responsabilidade social educação superior da tradição universitária a estratégia marketing e normatização estatal*. Revista Diálogos: Revista de Extensão da Universidade Católica de Brasília, v. 9, p.45-49, ago, 2008.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio; POLTRONIERI, Heloisa; BORGES, Regilson Maciel. *Os rankings na educação superior brasileira: políticas de governo ou de estado? Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas da Educação*, Fundação CESGRANRIO, Rio de Janeiro, v. 19, p. 813-826, out./dez.2011.

CALDERON, Adolfo Ignacio. *Terceirização do trabalho docente: uma leitura à luz da responsabilidade social da educação superior*. Trabalho, Educação e Saúde (Online), v. 11, p. 487-501, 2013.

CAMPOS, Vicente Falconi. *TQC controle da qualidade total no estilo japonês*. Nova Lima, MG: INDG, 2004.

CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. *Desenvolvimento sustentável e sistemas de indicadores de sustentabilidade: formas de aplicações em contextos geográficos diversos e contingenciais específicas*. Campina Grande: Ed UFCG, 2010.

CARRIZO, Luís. *Conhecimento e responsabilidade social – ameaças e desafios para a universidade transdisciplinar*. Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior / Associação Brasileira de Mantenedora de Ensino superior, v. 36, jun. 2006.

CARTA UNIVERSITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Programa Copérnico. Geneva. 1994. Disponível em: <<http://www.eticus.com/documentação.php/tema>>. Acesso em: 07 ago. 2012.

CARROL, B. Archie. *A three-dimensional conceptual model of corporate performance*. The Academy of Management Review. New York, vol.4, n.4, Oct, 1979. p.497-505.

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E AGRÁRIAS. Plano de desenvolvimento Institucional. Bananeiras: Diretoria de Centro, 2006.

CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à teoria da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CICOGNANI, Amleto Juan. *Carta del secretario de estado en nombre de su Santidad Juan XXIII*. Al XXV Congreso mundial de Pax Romana. Montevideo, julio 1962. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/card-cicognani/documents/rc_seg-st_19620727_pax-romana_sp.html> Acesso em: 12/09/12.

CLARK, Burton R. *El sistema de educación superior: una visión comparativa de la organización académica*. México: Editorial nueva imagen/universidad Autónoma metropolitana–azapozalco, 1991.

CLARK, B. *The higher education system: academic organisation in cross-national perspective*. Berkeley: University of California Press, 1983

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPÉIAS: *livro verde*. A união europeia. Bruxelas, 2001.

COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO: *documento básico de uma proposta nacional*. Brasília: Secretária de Educação Superior do Ministério da Educação. 1994.

CRUZ, Tadeu. *Sistemas, métodos e processo: administrando organizações por meio de processo de negócios*. São Paulo: Atlas, 2005.

WOOD, D. *Corporate social performance revisited*. *Academy of Management Review*, vol. 16, n. 4, p. 691-718, 1991.

DAVIS, Keity. *Can business afford to ignore its social responsibilities?* *California management Review*, v.2, n.3, p.70, jun, 1960.

DEINA, José Wanderley. *Filosofia no ensino médio e o problema da formação política: uma discussão sobre a perspectiva da teoria crítica*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de São Paulo, FEUSP. São Paulo.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, S. Yvonna. *O planejamento de pesquisa qualitativa: teoria e abordagem*. Trad. Sandra Regina. Porto Alegre: ArtDard, 2006.

DRÈZE, J; DEBELLE, J. *Concepção de universidade*. Tradução: Francisco de Assis Garcia e Celina Fontele Garcia. Fortaleza: Edições Universidade Federal, 1993.

DIAS SOBRINHO, José; RISTOFF, Dilvo Ilvo. *Avaliação democrática para uma universidade cidadã*. Florianópolis: Insular, 2002.

DOWLING, J and PFEFFER, J. *Organizational legitimacy: social values and organizational behavior*. 1975. *The Pacific Sociological Review*. 18(1): 122-136.

DUARTE, Luciano Soares. *Histórico das Universidades Brasileiras*. Disponível em: <<http://br.geocities.com/lucianoduarte/canela/html>>. 2006. Acesso em: 05 jun. 2013.

FARIAS NETO, Pedro Sabino de. *Gestão efetiva e integrada de políticas públicas: fundamentos e perspectivas para o desenvolvimento sustentável*. João Pessoa: Ideia, 2004.

FRANCO, Augusto de. *Porque precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável*. Brasília: MILLENNIM, 2000.

FRIEDMAN, M. *The social responsibility of business is to increase its profits*. *The New York Times Magazine*. September 13, 1970.

FREDERICK, W. C. *Moving to CSR4*. *Business and Society* 37(1), 1998, p. 40-60.

FREEMAN, R. *Stockholders and stakeholders: a new perspective on corporate governance*. *California Management Review*. Berkeley. vol. 25, n.3, 1984.

FREIRE, Robson. *Articulação teórica entre responsabilidade social corporativa e vantagem competitiva*. 2009 182p. Dissertação (Mestre em Administração). Universidade do Vale do Itajaí. Santa Catarina.

FURTADO, Celso. *Perspectiva da economia brasileira*. Disponível em: <www.bndespar.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/.../livro-01.pdf> 1957. acesso em: 12/10/2013.

GARRIGA, Elisabet; MELÉ, Domènec. *Corporate social responsibility theories: mapping the territory*. Journal of Business Ethics 53, 2004, p. 51-71.

GARVIN, David A. *Gerenciando a qualidade: a visão estratégica e competitiva*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

GIL, Carlos Antônio. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2010.

GODARD, Olivier. *A Relação Interdisciplinar: Problemas e estratégias*. In: Paulo Freire Vieira e Jacques Weber. *Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: Novos Desafios para a Pesquisa Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2002.

GUEVARA, Carmen de la Calle Maldonado de. *La formación de la responsabilidad social del universitario: un estudio empírico*. 2010. Tese (Doutorado em Educação) Facultad de Educación, Universidad Complutense de Madrid. Madrid.

HELMANN, Gilmar José. *Indicadores para avaliar a responsabilidade social nas instituições de ensino superior*. In: anais IX Congresso Nacional de Educação EDUCERE e III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. Curitiba, 2009.

HERNÁNDEZ, Pedro. *Dissenar y enseñar: teoría y técnicas de la programación y del proyecto docente*. Madrid: Narcea, 2001.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Material e imaterial*. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cultura/patrimonio_brasileiro/material-e-imaterial>. Acesso em 12 dez 2012.

INTERNACIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. ISSO. ISO: 2600. 2010. *Diretrizes sobre responsabilidade social*. Rio de Janeiro: ABNT, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA *Instrumento de avaliação institucional externa: subsidia o ato de credenciamento*. Brasília: INEP, 2010.

IPARRAGUIRRE, Ana Mercedes Diáz de: *La responsabilidad social de la universidad en la promoción del capital social para el desarrollo sustentable*. Naguanagua: Edição eletrônica 2008. Disponível em: <<http://www.eumed.net/libros/2008b/402/index.htm>>. Acesso em: 21 mai. 2011.

JURAN, Joseph M. *A qualidade desde o projeto: novos passos para o planejamento da qualidade de produtos e serviços*. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

KLIKSBERG, Bernardo. *Repensando o estado para o desenvolvimento social: superando dogmas e convencionalismos*. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas, 2007.

LA JARA, Mônica Jimenez; FONTECILLA, José Manoel de F; TRONCOSO, Catalina Delpiano. *Responsabilidade social universitária: uma experiência inovadora na América Latina*. Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. ABMES, Brasília, n. 36, p. 55-73, 2006.

LAZZERETTI, Luciana; TAVOLETTI, Ernesto. *Governance shifts in higher education: a cross national comparison*. European Educational Research Journal, vol. 5, n.º. 1, p. 18-37. 2006.

LEFF, Enrique. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. In: PHILIPPI JR. A.; et al. *Interdisciplinaridade em ciências ambientais*. São Paulo: Signus Editora, 2000.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2007.

LEVACIC, Rosalind. A gestão de instituições educacionais um enfoque de sistema aberto. In: PREEDY, Margaret et.al. (orgs) *Gestão em educação: estratégia, qualidade e recursos*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LOCKE, Richard M. Note on corporate citizenship in a global economy. Massachusetts: Sloan School of Management. Cambridge, 2002.

LOCKWOOD, G. Universities as Organizations. In: LOCKWOOD, G.; DAVIES, J. *Universities: the management challenge*, Windsor: Society for Research in Higher Education/NFER-Nelson Publishing, 1985, p. 12-23.

LOHN, Vanderléia Martins. *Indicadores de responsabilidade social: uma proposta para as instituições de ensino superior*. Revista GUAL. Florianópolis, v.4, n.1, p.110-128, jan/abr. 2011.

MARTINS, Humberto Falcão; MARINI Caio. *Um guia de governança para resultados na administração pública*. Brasília: Ed. Publix, 2010.

MARTINS, Sara D. Teixeira. *A Memória de um lugar: discursos e práticas identitárias na freguesia do Castelo em Lisboa*. 2001. Dissertação (Mestre em Antropologia) ISCSP/Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa.

MATTAR, Frauze Najib. *Pesquisa de Marketing*. São Paulo: Atlas, 2001.

MAZZONI, José Rafael. *Universidade brasileira: o primeiro ciclo em questão*. Bauru: EDUSC, 2001.

MEDEIROS, João Bosco. *Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. São Paulo: Atlas, 2009.

MILL, D.; BRITO, N. D.; SILVA, A. R.; ALMEIDA, L. F. *Gestão da educação a distância (EaD): noções sobre planejamento, organização, direção e controle da EaD*. Vertentes (UFSJ), v. 35, p. 9-23, 2010.

MONTIBELLER-FILHO, G. *Crescimento econômico e sustentabilidade*. Sociedade & Natureza. n. 19(1), p. 81-89, 2007.

MORHY, Lauro. Brasil: universidade e educação superior. In: MORHY, Lauro (org.). *Universidade no mundo: universidade em questão*. Brasília: Editora UNB, 2004.

MOTTA, Paulo Roberto. *Transformação organizacional: a teoria e a prática de inovar*. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 2001.

NEJATIL, M.; SHAFAEI, A.; SALAMZADEH, Y.; DARAEI, M. *Corporate social responsibility and universities: a study of top 10 world universities websites*. African Journal of Business Management vol. 5(2), p. 440-447, 18th January, 2011. Disponível em: <<http://www.academicjournals.org/AJBM>>. Acesso em 18 fev.2013.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. *Planejamento estratégico: conceito, metodologia e práticas*. São Paulo: Atlas, 2013.

PACIEVITCH, Thais. *Inclusão Social*. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/sociologia/inclusão-social/>> 2008. Acesso em 11 jun. 2012.

PEIXOTO, Betânia. *O cálculo do projeto social em valores monetários*. In: PEIXOTO, et al. *Avaliação de projetos sociais*. São Paulo: Dinâmica Gráfica. 2012.

PENA, Ronaldo Tadeu. *Desempenho Institucional*. In: I Fórum sobre as Instituições Federais de Ensino Superior. Realização do Tribunal de Contas da União com o apoio da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação; Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior; Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Brasília: TCU, 2008.

PEREIRA, Edson Luiz. *Valores individuais e valores organizacionais: uma contribuição para o estudo de congruências*. 2006. 134 f. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo.

PINTO, Maira Meira. *Responsabilidade social em universidade comunitária: novos rumos para educação superior*. 2009. Tese (Doutora em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação. PUC - Porto Alegre.

PRESTON, L. E.; POST J. E. *Private management and public policy: the principle of public responsibility*, prentice Hall, Englewood Cliffs, NJ. 1975.

PROYECTO UNIVERSIDAD: *construye país*. 1. Ed. Santiago de Chile: Corporacion Participa. May. de 2001. ISBN. n^o 956-8140-08-5. Disponível em: <www.construyepais.cl>. Acesso em 09 jul.2011

RATZINGER, Joseph Alois. *Papa adverte para evolução utilitarista do ensino universitário*. Disponível em: <<http://gl.globo.com/mundo/noticia/2011/08/para-adverte-para-evolucao-utilitarista-do-ensino-universitario.html>>. Acesso em: 24/08/2011.

RESENDE, A. M; FILHO, J. C.; CARVALHO, M. L. R. *A administração universitária como ato pedagógico*. Educação Brasileira: Revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, v.2, p. 15-58, mai/ago.1978.

RISTOFF, D. *Princípios do programa de avaliação institucional*. Revista Avaliação, Campinas, SP, ano 1, n. 1, jul., 1996.

ROBBINS, Stephen Paul. *Administração: mudanças e perspectivas*. São Paulo: Saraiva, 2008.

RODRIGUES, Donizete. *Patrimônio cultural, Memória social e Identidade: uma abordagem antropológica*. Revista Online do Museu de Lanifícios a Universidade da Beira Interior n. 2. Center of Research in Anthropology. Liboa. 2012.

ROESCH, Silva Maria Azevedo. *Projeto de estágio do curso de administração: guia para pesquisa, projetos, estágios e trabalhos de conclusão de curso*. São Paulo: Atlas, 2005.

ROLIM, Cassio Frederico Camargo. *Índice de inserção regional das instituições de ensino superior*. In: VII ENABER Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2009, São Paulo. Anais do Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo: ABER, 2009.

ROLIM, Cássio; SERRA, Maurício. *Ensino superior e desenvolvimento regional: avaliação do impacto econômico de longo-prazo*. Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos. 2009.

ROLIM Cássio e Kureski (2006). *Impacto Econômico de Curto Prazo das Universidades Estaduais Paranaenses* Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.112, p.111-130, jan./jun. 2007.

ROSSATO, Ricardo. Universidade Brasileira: novos paradigmas institucionais emergentes. In: ISAIA, Silvia Maria de Aguiar; et. al. (orgs). *Qualidade da educação superior: a universidade como lugar de formação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipuc>. Acesso em 09 out.2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar. *A Universidade no Século XXI: para uma universidade nova*. Coimbra: CES – Almedina, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós modernidade*. São Paulo: Cortez, 2001;

SCOTT, W. Richard. *Organizations: rational, natural, and open systems*. New Jersey: Prentice-Hall International, 2003.

SCHILLING, Voltaire. *A Escola de Frankfurt, ascensão e queda da teoria crítica*. Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/cultura/2006/04/18/000.htm>> Acesso em 06 jul 2013.

SILVA, S. M. C. *Ações de Responsabilidade social desenvolvidas na extensão universitária: estudo de caso em uma instituição federal de ensino superior*. 2011. Dissertação (Mestrado em Sistema de Gestão) Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SILVA, S. M.; SANTOS, C.; SIQUEIRA J. O. *O uso do questionário eletrônico na pesquisa acadêmica: um caso de uso na escola politécnica da Universidade de São Paulo, I Semead – Seminários em Administração do Programa de Pós - Graduação em Administração da FEA/USP*, 1997. p.408 - 421.

SINAES – *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção a regulamentação*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira, 2009.

SOUZA, Miriam de Almeida. *A política legislativa do consumidor no direito comparado*. Belo Horizonte: Edições Ciência Jurídica, 1996.

SOUZA SILVA, J. *La dimensión institucional del desarrollo sostenible: de las reglas de la vulnerabilidad a las premisas de la sostenibilidad en la contexto del cambio de época*. Costa Rica: Servicio Internacional para La Investigación Agrícola Nacional – INSAR, 2001.

STONER, James A. F., FREMAN, R. Edward. *Administração*. Rio de Janeiro: Ed. Prentice-Hall do Brasil, 1999.

STREFLING, S. R. *A fundamentação do primado pontifício na antiguidade e a origem da universidade no medievo*. *Imagens da Educação*, v. 2, n. 1, p. 11- 18, 2012.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). *Inclusive education: The way of the future*. International Conference on Education, November 25–28. Geneva: UNESCO, 2008.

UNITED NATIONS CONFERENCE FOR TRADE AND DEVELOPEMENT. *Publicación de información sobre la repercusión de las empresas en la sociedad: tendencias y cuestiones actuales*. Secretaría de la UNCTAD/ITE/TEB/2003/7. Ginebra, 2003. ISBN nº 92-1-112625-8 Disponível em: <<http://unctad.org/en/Pages/Home.aspx>>. Acesso em 09 dez. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA. *Plano de Desenvolvimento Institucional*. João Pessoa: Reitoria, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. *Robert Owen*. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/RobertOwe.htm>>. Acesso em: 09 mar. 11.2011.

VALLAEYS, Francois. *Que significa responsabilidade social*. *Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior*. ABMES, Brasília, n. 36, p. 35- 55, 2006.

VALLAEYS, Francois. Breve marco teórico de la responsabilidad social universitaria. En: BID. *Iniciativa de ética, responsabilidad social y sostenibilidad*. 2006. Disponível em: <<http://www.udlap.mx/rsu/Default.aspx>>. Acesso em 09 out. 2012.

VALAZQUEZ, Luis. et. al. Sustainable university: what can be the matter? *Journal of Cleaner Production*. Disponível em: <www.elsevier.com/locate/jclepro> 2006. Acesso em 10/11/2013.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 2013.

VOLPI, Marina Tazón. *A universidade e sua responsabilidade social*. Porto Alegre: EDIPCRS, 1996.

VUGHT Van, F.; MAASSEN, P. Strategic Planning. In: Clark, B.; Neave, G. (orgs), *Encyclopedia of higher education*. Oxford: Pergamon Press, 1992, p. 1483-1493.

WANDERLEY, Luiz E. Waldemarin. *Universidades e sociedades: consensos e dissensos*. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, v. 1, n.81, 2005, p. 156-177.

WEIBLE, Rick; WALLACE, John. Cyber research: The impact of the internet on data collection. *Marketing Research*, Chicago, v. 10, n. 3, Fall 1998, p. 19-24.

WIL, J.; BRIGGS, D. *Developing indicators for environment and health statistics quarterly*. v. 48, n. 2, 1995, p. 155-163.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS GESTORES DA
UNIVERSIDADE**

CRITÉRIOS E SUBCRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA RSU

Esta pesquisa faz parte do processo de elaboração do trabalho de tese no Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Assim sendo, solicitamos aos senhores (as) pesquisados (as) a fidedignidade nas respostas, haja vista que, o resultado final sobre os critérios e subcritérios de avaliação propostos, permitirá o desenvolvimento de uma metodologia para avaliar a Responsabilidade Social da Universidade (RSU), informamos ainda, que as respostas serão mantidas em sigilo em relação à identificação do respondente.

Nome do respondente
(Opcional)

Cargo do respondente

Reitor (a)

Pró-Reitor (a)

Diretor (a) de Centro

Chefe de Departamento

Coordenador (a) de Curso

Docente

Para todas as questões abaixo, marque a alternativa que represente o grau de importância mais adequado à sua percepção em relação aos critérios e subcritérios para avaliar a Responsabilidade Social da Universidade (RSU).

Caso existam comentários adicionais ou sugestões de outros critérios/subcritérios não mencionados que considere ser importante no processo de avaliação, favor adicioná-los e, se necessário, indicar qual o seu grau de importância.

Agradecemos a disponibilidade dispensada ao responder este questionário, realçando a máxima importância da sua colaboração. Muito obrigado.

APÊNDICE B1 - VERIFICAÇÃO *IN LOCO*

Formulário de avaliação dos critérios e subcritérios da R S U (Verificação *in loco*)

Instituição Avaliada:	Data:
Local Verificado:	Hora:

EDIFICAÇÕES

Prédio avaliado:	
Subcritério Avaliado	Procura-se comprovar a existência ou não dos seguintes atributos:
1.1 Comunicação e sinalização	Sinalização tátil e visual no prédio. Caso não exista sinalização, marque 0, caso a sinalização seja apenas parcial marque (1), se total a resposta, marque (2) <input style="width: 40px; height: 20px;" type="text"/>
1.2 Acessibilidades em edificações	Via de acesso ao prédio (VAP) para pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. Se negativa a resposta marque (0), se positiva marque (1). <input style="width: 40px; height: 20px;" type="text"/>
	Acesso ao andar térreo (AAT) para pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade. Se negativa a resposta marque (0), se positiva marque (1). <input style="width: 40px; height: 20px;" type="text"/>
	O prédio possui andar superior. Se negativa a resposta marque (0), se positiva marque (1). <input style="width: 40px; height: 20px;" type="text"/>
	Acesso aos andares superiores (AAS) para pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, Se negativa a resposta marque (0), se positiva marque (1). <input style="width: 40px; height: 20px;" type="text"/>
1.3 Sanitários	Existência de Sanitário Masculino (SM) para portadores de cadeiras de rodas (PCR). Se negativa a resposta a marque (0), se positiva marque (1). <input style="width: 40px; height: 20px;" type="text"/>
	Existências Sanitário Feminino (SF) para portadores de cadeiras de rodas (PCR). Se negativa a resposta a marque (0), se positiva marque (1). <input style="width: 40px; height: 20px;" type="text"/>
	<p style="text-align: center;">Quantitativos</p> Total de (SAM) c/ acessibilidade para portadores de cadeiras de rodas (PCR) <input style="width: 40px; height: 20px;" type="text"/> Total de (SAF) s/ acessibilidade para portadores de cadeiras de rodas (PCR) <input style="width: 40px; height: 20px;" type="text"/>
1.4 Ergonomia adequada	<p style="text-align: center;">Quantitativos</p> Total de mesas ou superfícies para o desenvolvimento das atividades pelas pessoas com necessidades especiais <input style="width: 40px; height: 20px;" type="text"/>
	Total de cadeiras para as pessoas com necessidades especiais <input style="width: 40px; height: 20px;" type="text"/>
	Total de salas de aulas <input style="width: 40px; height: 20px;" type="text"/>

Subcritério Avaliado	Procura-se comprovar a existência ou não dos seguintes atributos:
4.2 Coleta seletiva de lixo	de coleta seletiva. Se negativa a resposta a marque (0), se positiva marque (1). <input data-bbox="1353 454 1406 495" type="checkbox"/>
	Coletores que indiquem que coleta seletiva. Se negativa a resposta a marque (0), se positiva marque (1). <input data-bbox="1353 539 1406 580" type="checkbox"/>
	A execução da coleta seletiva e de forma total. Se negativa a resposta a marque (0), se positiva marque (1). <input data-bbox="1353 651 1406 692" type="checkbox"/>
	Controle dos destinos dos resíduos sólidos da universidade. Se negativa a resposta a marque (0), se positiva marque (1). <input data-bbox="1353 763 1406 804" type="checkbox"/>

Subcritério Avaliado	Procura-se comprovar a existência ou não dos seguintes atributos:
7.1 Infraestruturas para esporte	Infraestrutura para esportes como campo e/ou quadra de futebol que favoreça a prática de esportes. Se negativa a resposta a marque (0), se positiva marque (1). <input data-bbox="1353 1012 1406 1052" type="checkbox"/>
	Infraestrutura para caminhada como pistas ou vias . Se negativa a resposta a marque (0), se positiva marque (1). <input data-bbox="1353 1124 1406 1164" type="checkbox"/>
	Academia para os exercícios de musculação. Se negativa a resposta a marque (0), se positiva marque (1). <input data-bbox="1353 1236 1406 1276" type="checkbox"/>
7.2 Infraestruturas para saúde	Posto médico/enfermagem para o atendimento de primeiros socorros. Se negativa a resposta a marque (0), se positiva marque (1). <input data-bbox="1353 1328 1406 1368" type="checkbox"/>
	Posto odontológico. Se negativa a resposta a marque (0), se positiva marque (1). <input data-bbox="1353 1417 1406 1458" type="checkbox"/>
	Acompanhamento psicossocial. Se negativa a resposta a marque (0), se positiva marque (1). <input data-bbox="1353 1514 1406 1554" type="checkbox"/>

APÊNDICE B2 - VERIFICAÇÃO *IN LOCO* – LEVANTAMENTO DE DADOS

Formulário de avaliação dos critérios e subcritérios da R S U (Documental/entrevistas)

Responsável pelas informações:	Data/Hora:
Local:	

Subcritério Avaliado	Procura-se comprovar a existência ou não dos seguintes atributos:
1.5 Profissionais interpretes de libras	Professor (es) com formação em libras. Se negativa a resposta marque (0) se positiva marque (0). <input type="checkbox"/>
	Técnico (s) Administrativo (s) com formação em Libra. Se negativa a resposta marque (0) se positiva marque (0). <input type="checkbox"/>
1.6 Eventos organizacionais	Quantitativos
	Nº de eventos ao ano <input type="text"/> Nº de cursos da instituição <input type="text"/>
1.7 Ocupação de vagas por estudantes da micro região	Quantitativos
	Nº de vagas ocupadas por estudantes da micro região ao ano <input type="text"/>
	Nº de vagas ocupadas por estudantes do (s) Estado (s) ao ano <input type="text"/> Total de vagas ocupadas ao ano <input type="text"/>
1.8 Valores éticos, morais e legais	Quantitativos
	Nº de processos analisados e concluídos ao ano <input type="text"/> Total de processos formalizados ao ano <input type="text"/>

Subcritério Avaliado	Procura-se comprovar a existência ou não dos seguintes atributos:
2.1 Pesquisa em parcerias com setor produtivo	Quantitativos
	Total de pesquisa com parcerias com o setor privado ao ano <input type="text"/> Total de projetos de pesquisa ao ano <input type="text"/>
2.2 Inovação tecnológica	Quantitativos
	Nº de patentes solicitadas ao ano <input type="text"/> Nº de cursos da área de tecnologia <input type="text"/>
2.3 Impacto econômico no Município	Valores financeiros
	Gastos (custeio): <input type="text"/> <input type="text"/>

	Salários de professores, funcionários.	
	Valor total das bolsas pagas aos estudantes ao ano	<input type="text"/>
	Administração ao ano	<input type="text"/>
	Outros custeios	
	Investimentos efetuados referente a:	
	Construções ao ano	<input type="text"/>
	Equipamentos ao ano	<input type="text"/>
	Outros investimentos	<input type="text"/>
	Gastos (consumo):	
	Gastos com consumo ao ano	<input type="text"/>
	Outras informações:	
	Orçamento do município ao qual a universidade se localiza	<input type="text"/>
2.4 Atividades empreendedores	Quantitativos	
	Nº de empresa (s) Junior (s)	<input type="text"/>
	Nº de incubadora (s)	<input type="text"/>
	Nº de disciplinas oferecidas com o foco em empreendedorismo ao ano	<input type="text"/>
	Nº de áreas do conhecimento	<input type="text"/>

Subcritério Avaliado	Procura-se comprovar a existência ou não dos seguintes atributos:
3.1 Cotas de ações afirmativas	Quantitativos
	Nº de vagas destinadas as cotas ao ano
	Nº total de vagas oferecidas ao ano

3.2 Cursos de nivelamentos para cotistas	Quantitativos
	Nº de cursos de nivelamento ao ano
	Nº de cursos do ensino superior da instituição
3.3 Educação continuada	Quantitativos
	Nº de cursos de aperfeiçoamentos oferecidos ao ano
	Nº de cursos de pós-graduação <i>Lato Sensu</i>

Subcritério Avaliado	Procura-se comprovar a existência ou não dos seguintes atributos:
Meio ambiente	Existência Política institucional para uso racional de água e energia. Se negativa a resposta marque (0), se positivo a resposta marque (1). <input type="checkbox"/>
	Controle no campus da uso de água e de redução no uso de energia <input type="checkbox"/>
4.1 Conteúdo de meio ambiente	Componente curricular de meio ambiente está presente em todos os cursos da instituição. Se não existem conteúdos que abordem a temática de meio ambiente, marque (0), se a presença dos conteúdos é de forma parcial, marque (1), se os conteúdos são forma total nos cursos, marque (2) <input type="checkbox"/>
	Componente curricular de meio ambiente é obrigatório na estrutura dos cursos. Se negativa a resposta marque (0), se positivo a resposta marque (1). <input type="checkbox"/>
Coleta Seletiva de Lixo	Existência Política institucional de coleta seletiva. Se negativa a resposta marque (0), se positivo a resposta marque (1). <input type="checkbox"/>
	Existe controle dos destinos dos resíduos sólidos da universidade. Se negativa a resposta marque (0), se positivo a resposta marque (1). <input type="checkbox"/>
4.3 Projetos de extensão de práticas de gestão	Existência projetos de extensão de práticas de gestão sobre o meio ambiente. Se negativa a resposta marque (0), se positivo a resposta marque (1). <input type="checkbox"/>
	Quantitativos
	Total de projetos de extensão de práticas de gestão ao ano <input type="text"/>
	Nº total de projetos de extensão ao <input type="text"/>

Subcritério Avaliado	Procura-se comprovar a existência ou não dos seguintes atributos:
5.1 Atividades de extensão	Quantitativos
	Nº de projetos de extensão ao ano referentes a defesa do patrimônio e memória cultural. <input type="text"/>
	Nº de eventos realizados ao ano com vistas a defesa do patrimônio e memória cultural. <input type="text"/>
	Nº de cooperações técnicas ao ano com vistas a defesa do patrimônio e memória cultural. <input type="text"/>
5.2 Recursos orçamentários	Valores financeiros
	Recursos orçamentários disponíveis ao ano para as Atividades referentes a defesa do patrimônio e memória cultural <input type="text"/>
	Recursos orçamentários utilizados ao ano para as Atividades referentes a defesa do patrimônio e memória cultural <input type="text"/>

Subcritério Avaliado	Procura-se comprovar a existência ou não dos seguintes atributos:
6.1 Política institucional de apoio a produção artística cultural	Política institucional de apoio a produção artística cultural. Se negativa a resposta marque (0), se positivo a resposta marque (1). <input type="checkbox"/>
	Realização de eventos culturais no decorrer do ano. Se negativa a resposta marque (0), se positivo a resposta marque (1). <input type="checkbox"/>
	Projeto de extensão de estímulo as artes no ano. Se negativa a resposta marque (0), se positivo a resposta marque (1). <input type="checkbox"/>
6.2 Recursos orçamentários	<p style="text-align: center;">Valores financeiros</p> Recursos orçamentários disponíveis ao ano para as atividades referentes à defesa da produção artística <input type="text"/> Recursos orçamentários utilizados ao ano para as atividades referentes à defesa da produção artística <input type="text"/>

Subcritério Avaliado	Procura-se comprovar a existência ou não dos seguintes atributos:
7.3 Profissionais disponíveis para prática esportiva	Quantitativos
	Nº de profissionais especializados <input type="text"/> Nº de pessoas atendidas ao ano <input type="text"/>
7.4 Profissionais disponíveis para saúde em atendimento de primeiros socorros	Quantitativos
	Nº de profissionais especializados <input type="text"/> Nº de pessoas atendidas ao ano <input type="text"/>
7.5 Recursos orçamentários	Valores financeiros
	Recursos orçamentários disponíveis ao ano para o esporte <input type="text"/>
	Recursos orçamentários utilizados ao ano no esporte <input type="text"/>
	Recursos orçamentários disponíveis ao ano para a saúde do servidor <input type="text"/>
	Recursos orçamentários utilizados ao ano na saúde do servidor <input type="text"/>
	Recursos orçamentários disponíveis ao ano para a universidade <input type="text"/>
Segurança no ambiente trabalho	Existência campanha de prevenções de acidentes. Se negativa a resposta marque (0), se positivo a resposta marque (1). <input type="checkbox"/>